

# INDICADORES ECONÔMICOS DO CEARÁ 2021



Alexandre Lira Cavalcante  
Ana Cristina Lima Maia  
Daniel Cirilo Suliano  
José Freire Júnior  
Nicolino Trompieri Neto  
Paulo Araújo Pontes  
Rogério Barbosa Soares  
Witalo de Lima Paiva

**PERÍODO DE 2016 A 2019**

**ipece** INSTITUTO  
DE PESQUISA  
E ESTRATÉGIA  
ECONÔMICA  
DO CEARÁ



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO  
PLANEJAMENTO E GESTÃO

**Governador do Estado do Ceará**

Camilo Sobreira de Santana

**Vice-Governadora do Estado do Ceará**

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

**Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG**

Carlos Mauro Benevides Filho - Secretário

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto - Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento

Ronaldo Lima Moreira Borges - Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes - Secretário Executivo de Gestão

**Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE**

**Diretor Geral**

João Mário Santos de França

**Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC**

Ricardo Antônio de Castro Pereira

**Diretoria de Estudos Sociais – DISOC**

Luciana de Oliveira Rodrigues

**Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP**

Marília Rodrigues Firmiano

**Gerência de Estatística, Geografia e Informação - GEGIN**

Rafaela Martins Leite Monteiro

**Diretoria Responsável:**

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

**Organização:**

Alexandre Lira Cavalcante

**Autores:**

Rogério Barbosa Soares - Panorama Econômico Nacional

Nicolino Trompieri Neto - Contas Regionais (PIB pela ótica da Produção)

Ana Cristina Lima Maia - Agronegócio e Comércio Exterior

José Freire Júnior - Comércio Exterior

Witalo de Lima Paiva - Indústria de Transformação

Daniel Cirilo Suliano - Contas Regionais (PIB pela ótica da Renda)

Estrutura Produtiva do Setor de Serviços

Mercado de Trabalho

Alexandre Lira Cavalcante - Estrutura Produtiva do Setor de Comércio

Paulo Araújo Pontes - Situação Fiscal do Ceará

Indicadores Econômicos do Ceará 2021

IPECE, 2021 - Fortaleza - CE

Autores: Alexandre Lira Cavalcante, Daniel Cirilo Suliano, Witalo de Lima Paiva, Nicolino Trompieri Neto, Paulo Araújo Pontes, Cristina Lima, Rogério Soares.

ISBN: 978-65-990380-7-5

1 - Ceará. 2 - Economia. 3 - Indicadores Econômicos. 4 - Agricultura, indústria e serviços. 5. Comércio Exterior. 6 – Mercado de Trabalho.

Tiragem: 1.000 exemplares. 94 páginas.: grafs. tabs.

Copyright © 2020 - IPECE

## APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresenta a sétima edição do Livro Indicadores Econômicos do Ceará 2021. Esta nova publicação aborda o desempenho da economia cearense entre os anos de 2016 a 2019, ampliando o leque de produtos e a disponibilidade de informações oferecidas à sociedade. No presente documento faz-se uma análise do período de entrada na crise e a retomada do crescimento econômico.

Como na edição anterior, o livro traz uma avaliação de indicadores selecionados para os grandes setores econômicos, Agricultura, Indústria e Serviços, além de análises sobre as contas regionais, o mercado de trabalho, o comércio exterior e a situação fiscal do estado do Ceará.

O Livro Indicadores Econômicos do Ceará 2021 permite uma avaliação de curto e médio prazo para economia cearense a partir dos indicadores selecionados. Análises detalhadas são realizadas para cada um dos setores e áreas abordadas, respeitando a seguinte ordem: Panorama Econômico Nacional, Contas Regionais, Agronegócio, Indústria de Transformação, Estrutura Produtiva do Setor de Serviços, Estrutura Produtiva da Atividade de Comércio, Comércio Exterior, Mercado de Trabalho e Situação Fiscal do Estado do Ceará. Por fim, têm-se as considerações finais.

Os dados utilizados são em sua maior parte originários de fontes oficiais, tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho (MT), Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ-CE), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), dentre outras que serão apresentadas ao longo do texto.

Com mais esta obra, dedicada à sociedade cearense, o IPECE cumpre sua missão contribuindo para uma correta leitura da realidade estadual e para um melhor conhecimento dos avanços conquistados nos últimos anos e dos obstáculos que ainda desafiam o Ceará em sua trajetória de desenvolvimento. Boa leitura!

João Mário Santos de França  
**Diretor Geral do IPECE**

## Sumário

1. PANORAMA ECONÔMICO NACIONAL.....	6
1.1. Introdução.....	6
1.2. Desempenho da Atividade Econômica Nacional.....	7
1.3. Desempenho da Atividade Econômica pela Ótica da Demanda.....	9
1.4. Dinâmica dos Preços ao Consumidor.....	12
1.5. Taxa Básica de Juros Selic.....	13
1.6. Evolução da Taxa de Câmbio.....	14
2 CONTAS REGIONAIS.....	15
2.1. O Produto Interno Bruto pela Ótica da Produção.....	15
2.2. O Produto Interno Bruto pela Ótica da Renda.....	19
3 AGROPECUÁRIA.....	22
3.1. Introdução.....	22
3.1. Produção Agrícola.....	22
3.1.1 Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Ceará.....	23
3.1.2 Produção de Frutas do Ceará.....	25
3.2. Produção Pecuária.....	28
3.3. Produção Pesca e Aquicultura.....	31
4 INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.....	32
4.1. Introdução.....	32
4.2. Produção e Faturamento.....	32
4.3. Custos de Produção.....	34
4.4. Estrutura Produtiva.....	35
4.5. Segmentos Industriais.....	36
5 ESTRUTURA PRODUTIVA DO SETOR DE SERVIÇOS.....	40
5.1. Introdução.....	40
5.2. Apresentação dos Setes Segmentos Componentes das PAS.....	40
5.3. Análise da Receita Operacional na PAS.....	42
5.4. Evolução Estrutural das Empresas e Ocupação dos Serviços Não-Financeiros.....	43
5.5. Evolução da Estrutura Salarial dos Serviços Não-Financeiros.....	46
6 ESTRUTURA PRODUTIVA DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO.....	49
6.1. Introdução.....	49
6.2. Análise da Estrutura Produtiva das Empresas Comerciais no País.....	49
6.2.1. Número de Unidades Locais com Receita de Revenda.....	51
6.2.2. Receita Bruta de Revenda de Mercadorias.....	53
6.2.3. Margem de Comercialização em Empresas Comerciais.....	54
6.2.4. Pessoal Ocupado em Empresas Comerciais.....	55
6.2.5. Gastos com Salários, Retiradas e Outras Remunerações em Empresas Comerciais.....	56
6.3. Análise da Estrutura Produtiva das Empresas Comerciais no Ceará.....	57
6.4. Análise da Estrutura Produtiva por Atividades das Empresas de Comércio Cearense.....	59
7 COMÉRCIO EXTERIOR.....	61
7.1. Balança Comercial.....	61

7.2. Exportações por Produtos e Países de Destino.....	63
7.3. Importações por Produtos e Países de Origem.....	66
8 MERCADO DE TRABALHO.....	69
8.1. Introdução.....	69
8.2. Perfil Demográfico da População.....	70
8.3. Panorama Geral do Mercado de Trabalho.....	72
8.4. Oferta de Trabalho.....	75
8.5. Análise da Taxa de Desocupação.....	77
8.6. Análise da Taxa de Desocupação por Tópico no Estado do Ceará.....	80
9 SITUAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO CEARÁ.....	83
9.1. Introdução.....	83
9.2. Receitas Orçamentárias.....	83
9.3. Despesas Orçamentárias.....	87
9.4. Indicadores da LRF.....	90
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	101
ANEXO A – Detalhamento das Atividades Econômicas de acordo com a CNAE 2.0 por Grupo.....	105

# 1. PANORAMA ECONÔMICO NACIONAL

Rogério Barbosa Soares<sup>1</sup>

## 1.1. Introdução

Conforme o Fundo Monetário Internacional (2021), em sua publicação “*World Economic Outlook Update*” de outubro de 2021, a economia mundial apresentou sinais de enfraquecimento no final de 2019, crescendo seu Produto Interno bruto a uma taxa de 2,8%, a menor entre os anos de 2016 a 2019. No cenário mundial, as maiores economias em 2019 foram os Estados Unidos ocupando a primeira posição, com um PIB de US\$ 21,4 trilhões, seguido pela China com um Produto Interno Bruto de US\$ 14,7 trilhões. No ranking mundial o Brasil ocupa o nono lugar (PIB de US\$ 1,8 trilhão) (FMI, 2021).

Entre os motivos que provocaram uma desaceleração da economia mundial em 2019 estão a queda de desempenho das economias avançadas, que fecharam o ano com crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,7%, em virtude, principalmente, da queda nas expectativas de consumo privado e pela redução do nível de transações comerciais de bens e serviços causado pelo efeito do aumento das tarifas alfandegárias imposto pelos Estados Unidos, somado a elevação das taxas de juros de médio e longo prazo, apreciação do dólar e um mercado financeiro com condições mais limitadas aos mercados emergentes e às economias em desenvolvimento (FMI, 2021; IEDI, 2021).

Quanto ao desempenho dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento durante o período de 2016 a 2019, o PIB destas economias também apresentou uma tendência de queda em 2019 em relação aos demais anos da série histórica analisada, apresentando um crescimento de 3,7%, o menor desde 2016.

**Tabela 1.1:** Produto Interno Bruto (PIB) mundo, 2016 a 2019.

<b>Região / País</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Mundo	3,3	3,8	3,6	2,8
Economias desenvolvidas	1,8	2,5	2,3	1,7
Países emergentes e em desenvolvimento	4,5	4,8	4,6	3,7
América Latina e Caribe	-0,6	1,4	1,2	0,1
Oriente Médio e Norte da África	4,6	2,5	2,2	1,5
Brasil*	-3,3	1,3	1,8	1,4
Índia	7,1	5,7	5,4	2,9
China	6,2	6,4	6,3	5,6
Estados Unidos	0,9	1,6	2,4	1,8
Reino Unido	0,9	1,1	0,6	0,9
Japão	0,8	1,8	0,8	0,2

Fonte: FMI, 2021; \*IBGE, 2020.

Embora a economia dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento tenha apresentado um menor dinamismo em 2019, em relação à sua série histórica, estes apresentaram um desempenho melhor do que a economia mundial. Com destaque para as economias da China e da Índia, que obtiveram um crescimento acima da média com taxas de crescimento do PIB de 6,0% e 4,0%, respectivamente em 2019. Ressalta-se que apesar de economia chinesa ter crescido acima da média dos países emergentes,

<sup>1</sup> Mestre em Economia Rural (MAER) e Doutorando em Recursos Hídricos pela Universidade Federal do Ceará e Técnico da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

esta vem sofrendo com uma redução da demanda interna e com os impactos da guerra comercial com os Estados Unidos (Tabela 1.1.) (FMI, 2021; IPEA, 2021).

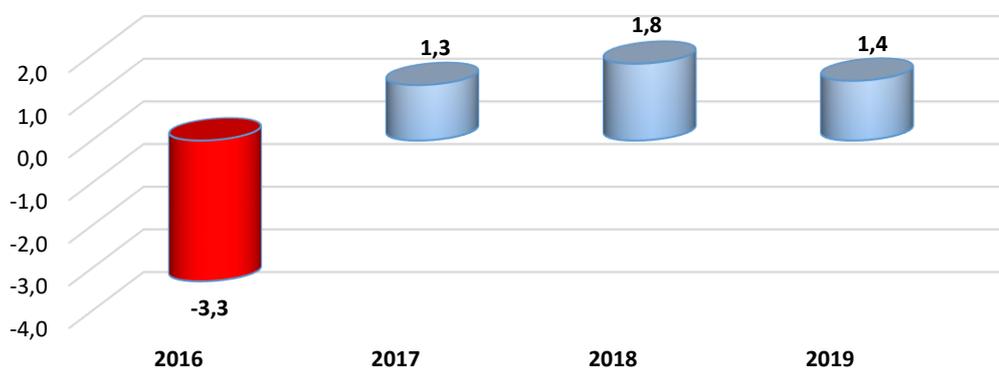
Em 2019 os países da América Latina e Caribe apresentaram um crescimento médio do PIB de 0,1%, indicando uma estagnação de suas atividades econômicas. Com a Colômbia crescendo seu PIB a uma taxa de 3,3%, a Bolívia (2,2%) e o Brasil (1,4%) (Tabela 1.1.) (FMI, 2021; IBGE, 2020).

Quanto ao desempenho econômico das atividades produtivas do Brasil em 2019, verificou-se um resultado modesto, com um crescimento de apenas 1,4%, influenciado negativamente pelo desastre de Brumadinho que afetou o desempenho das indústrias de extrativa mineral, e pela redução na demanda de produtos manufaturados pela economia Argentina, tendo em vista que a economia deste país vem passando por um período de recessão (IPEA, 2021).

## 1.2. Desempenho da Atividade Econômica Nacional

De acordo com o relatório das Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a taxa de crescimento acumulada nos últimos quatro trimestres de 2019 para o Produto Interno Bruto (PIB), em relação ao mesmo período do ano anterior foi de 1,4% no 4º trimestre de 2019. Um crescimento abaixo do registrado em 2018, que foi de 1,8%. Entre os fatores que restringiram o crescimento econômico do Brasil em 2019, estão o elevado nível de desocupação na força de trabalho, o qual vem se mantendo em torno de 11% desde 2016. (Gráfico 1.1).

**Gráfico 1.1:** Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) Brasil, 2016-2019 (%)



Fonte: IBGE e IPECE (2020).

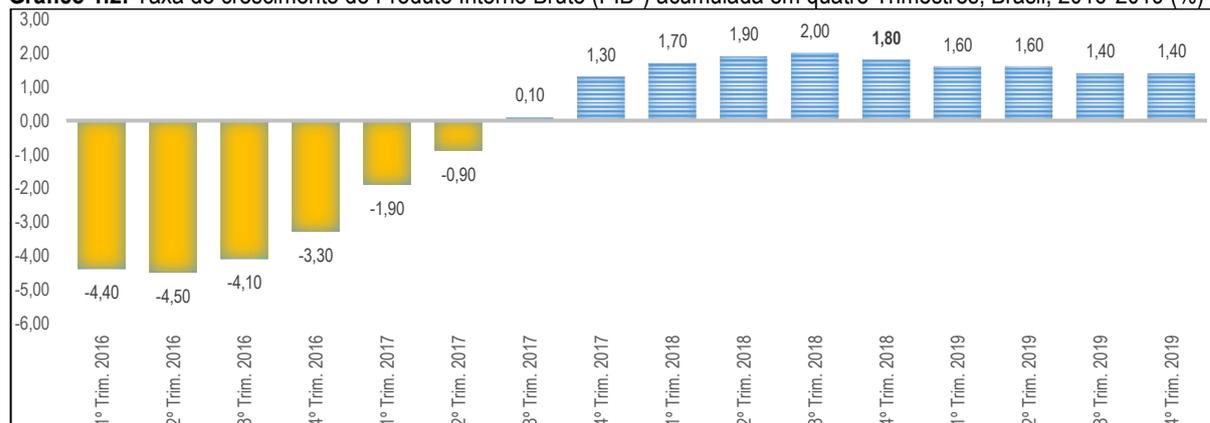
O crescimento de 1,4% da economia brasileira em 2019 foi reflexo do desempenho de seus três setores: i) agropecuária (0,6%), em função de um desempenho positivo tanto das atividades agrícolas como das de pecuária, sendo que as atividades agrícolas foram beneficiadas por boas condições climáticas que melhoraram a produção tanto das lavouras temporárias como das permanentes, com destaque para as lavouras de milho (23,6%), algodão (39,8%), laranja (5,6%) e feijão (2,6%). Já a pecuária teve uma influência positiva pelo aumento da demanda por produtos de origem animal pelo mercado da China; ii) indústria (0,4%), com destaque para as atividades de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (1,7%) e da construção civil (1,5%); iii) serviços (1,7%), com destaque para as seguintes atividades: Informação e comunicação (5,2%), Atividades imobiliárias avançou (2,2%), Comércio (1,9%), Outras atividades de serviços (2,6%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (1,3%) e Transporte, armazenagem e correio (0,8%), mostrando variação positiva.

Avaliando o desempenho da economia durante o período de 1º trimestre de 2016 ao 2º trimestre de 2017, conforme dados do IBGE (Gráfico 1.2), percebesse que este foi marcado por taxas negativas de crescimento, em função tanto por choques de oferta como de demanda devido, tendo em vista que este configurou o final de um ciclo recessivo que afetou o desempenho das atividades produtivas do Brasil,

como pode ser visto pelo desempenho dos setores econômicos do Brasil em 2016, os quais registraram queda de produção: agropecuária (-5,2%), indústria (-4,6%) e serviços (-2,3%) (IBGE, 2019).

Esse desempenho negativo observado durante o ano de 2016 e nos 1º e 2º trimestres de 2017, teve contribuição dos seguintes fatores: elevação da Taxa Selic para controlar a inflação, elevadas taxas de desocupação, queda na formação bruto de capital fixo e no consumo das famílias, e baixos níveis de produtividade da força de trabalho. Além destes, houve também déficit primário nas contas públicas nacionais, causado em parte pela crise econômica vivenciada pela economia brasileira desde 2014, a qual vem gerando impactos negativos sobre o nível de arrecadação do país.

**Gráfico 1.2:** Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB\*) acumulada em quatro Trimestres, Brasil, 2016-2019 (%)

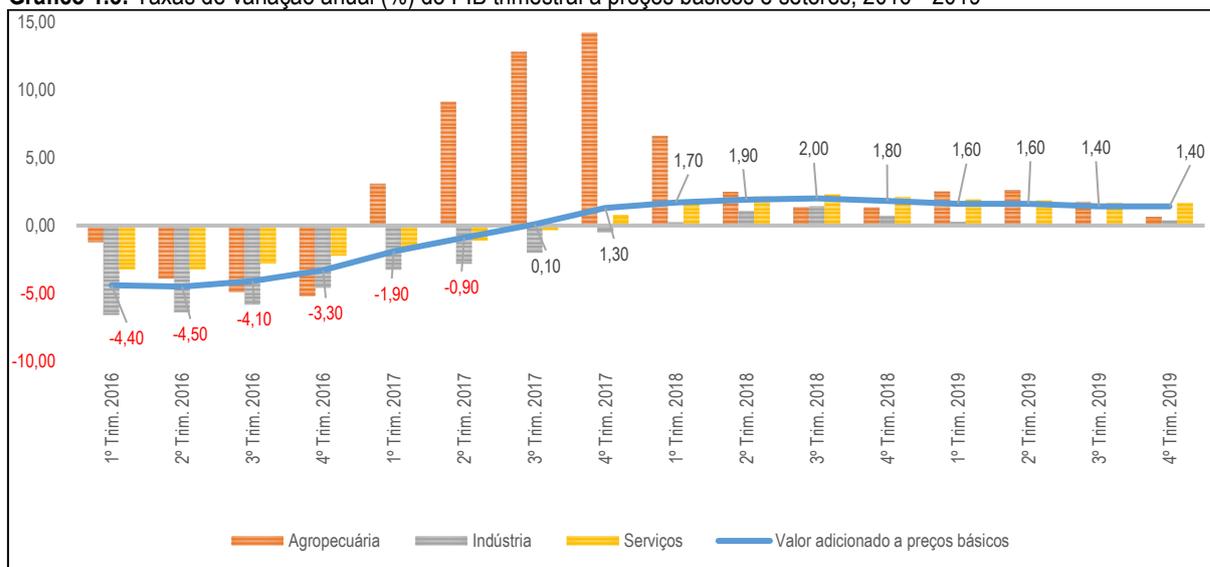


Fonte: IBGE (2020). (\* PIB a preços de mercado).

A partir do 3º trimestre de 2017, o desempenho da economia brasileira medido pela Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB\*) acumulada em quatro Trimestres, vem demonstrando sinais de uma trajetória de retomada de crescimento até o 4º trimestre de 2019 (Gráfico 1.2).

Dentro desse período houve queda no nível da inflação, o que possibilitou o Banco Central do Brasil reduzir a Taxa Selic, promovendo estímulos à retomada de gastos das famílias com investimento e consumo, houve também uma melhora no mercado de trabalho e no nível de renda dos trabalhadores, embora de forma lenta e gradual, o que contribuiu para uma taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto brasileiro de 1,3% em 2017, 1,8% em 2018 e 1,4% em 2019 (Gráfico 1.2) (IPEA, 2021).

**Gráfico 1.3:** Taxas de variação anual (%) do PIB trimestral a preços básicos e setores, 2016 - 2019



Fonte: IBGE, 2021.

O Produto Interno Bruto de 2017 teve seu crescimento puxado pelo bom desempenho do setor agropecuário (13,0%), que se beneficiou de condições climáticas favoráveis ocorridas neste ano, as quais contribuíram para a obtenção de uma boa produção agrícola, favorecendo principalmente as culturas do milho (55,2%) e da soja (19,4%). Já no setor industrial, o destaque ficou com as Indústrias Extrativas, que cresceram 4,3% em relação a 2016, com destaque para o bom desempenho das atividades de extração de petróleo e gás natural, e das atividades de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (0,9%), e também das Indústrias de Transformação (1,7%).

Já o crescimento de 1,8% do produto interno bruto obtido em 2018, foi resultado de uma expansão da produção das atividades da Indústria, com ênfase nas atividades de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, que cresceram 2,3% em relação a 2017, e das Indústrias de Transformação (1,3%) e Indústrias Extrativas (1,0%), que também alcançaram resultados positivos em comparação ao ano anterior. Tendo também uma grande contribuição do setor de serviços (2,1%), tendo como destaques as atividades do Comércio (2,6%), Atividades imobiliárias (3,3%), Outras atividades de serviços (3,5%) (Gráfico 1.3).

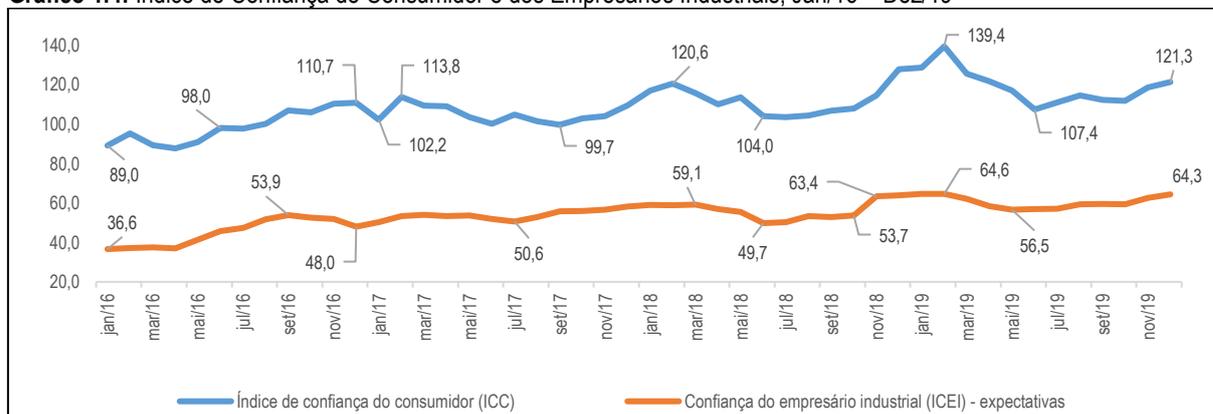
### 1.3. Desempenho da Atividade Econômica pela Ótica da Demanda

O desempenho da economia do Brasil medido pela ótica da Demanda durante o 4º trimestre de 2019, medido pela taxa acumulada em quatro trimestres em relação ao mesmo período do ano anterior, apontou um crescimento de 2,2% no consumo das famílias, o qual vem se sustentando desde o 4º trimestre de 2017. Entre os fatores que explicam o aumento do consumo das famílias em 2019, estão a redução da inflação, melhoria da renda real dos trabalhadores, ampliação do mercado de trabalho e da massa salarial, taxa de juros mais baixos, melhores condições de tomada de crédito e a liberação do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (IPEA, 2021).

Conforme Pesquisa de Orçamento Familiar 2017-2018 (IBGE, 2021), o gasto médio das famílias é de R\$ 4 649,03 no Brasil. Cabe ressaltar que 81,0% deste valor é gasto com despesas de consumo. Sendo este distribuído da seguinte forma: habitação (36,6%), transporte (18,1%), alimentação (17,5%), assistência à saúde (8,0%), educação (4,6%), vestuário (4,3%), higiene e cuidados pessoais (3,5%), recreação e cultura (2,6%), serviços pessoais (1,3%), Fumo (0,5%), e despesas diversas (3,0%) (IBGE, 2021).

De acordo com a análise do índice de confiança do consumidor, os anos de 2016 e 2017, foram marcados com menores níveis para o índice de confiança do consumidor, pois este período ainda estava sob a influência de uma crise econômica atuante na economia do Brasil caracterizada por elevados níveis de inflação e desemprego, deterioração da renda real do trabalhador, elevadas taxas de juros, crédito mais caro, aumento da carga tributária e, conseqüentemente, aumento da inadimplência e diminuição dos gastos com empréstimo e financiamentos (Gráfico 1.4) (CNI, 2021; IPEA, 2021).

**Gráfico 1.4:** Índice de Confiança do Consumidor e dos Empresários Industriais, Jan/16 – Dez/19



Fonte: ABINEE, 2021; CNI - Confederação Nacional da Indústria, 2021.

Já durante os anos de 2018 e 2019, o índice de confiança do consumidor aumentou, saindo de 110,7 em dezembro de 2016 para 121,3 em dezembro de 2019. Esse comportamento do consumidor é reflexo de um contexto socioeconômico em que o poder de compra dos consumidores está maior, pois este teve aumento de sua renda real em função de melhores condições de acesso à crédito, taxas de juros mais baixas, menores níveis de inflação e elevação do número de postos de trabalho, além de aumento da massa salarial (Gráfico 1.4).

No que se refere ao nível de confiança do empresário industrial entre os meses de janeiro de 2016 à dezembro de 2019, o nível de confiança dos empresários industriais apresentou um crescimento gradual, passando de 36,6 em janeiro de 2016 até chegar ao patamar de 64,3 em dezembro de 2019 (Gráfico 1.4).

Esse otimismo, embora moderado, indica que o empresário do setor industrial se mostrou disposto a realizar investimentos em suas atividades produtivas e, conseqüentemente, a contratar mais mão de obra, com destaque para os empresários da construção civil, pois suas expectativas estavam mais otimistas, tendo em vista que estes setores mostraram um maior dinamismo dentro da estrutura econômica do Brasil em virtude do aumento do crédito imobiliário por meio de programas de habitação do governo federal que impulsionaram a realização de obras residenciais e aquisição de casa própria. Este comportamento dos empresários industriais é refletido pela elevação dos níveis de investimentos para a expansão de mercado e para a renovação dos parques tecnológicos industriais (IPEA, 2021).

**Quadro 1.1:** Principais resultados para o PIB segundo as óticas da produção e da despesa, 4º Trim./2018 – 4º Trim./2019, Taxa acumulada em quatro trimestres

Taxa acumulada em quatro trimestres / mesmo período do ano anterior (%)		2018 IV	2019 I	2019 II	2019 III	2019 IV
<b>PIB a preços de mercado</b>		<b>1,80</b>	<b>1,6</b>	<b>1,6</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>
Ótica da Produção	Valor Adicionado bruto da agropecuária	1,3	2,5	2,6	1,7	0,6
	Valor Adicionado bruto da indústria	0,7	0,2	0,1	0,0	0,4
	Valor Adicionado bruto dos serviços	2,1	1,9	1,8	1,6	1,7
Ótica da Despesa	Despesa de consumo das famílias	2,4	2,0	2,0	2,0	2,2
	Despesas de consumo do governo	0,8	0,5	0,1	-0,6	-0,4
	Formação bruta de capital fixo	5,2	4,9	5,6	4,3	3,4
	Exportação de bens e serviços	4,1	2,4	3,2	1,7	-2,4
	Importação de bens e serviços	7,7	5,1	4,9	2,1	1,1

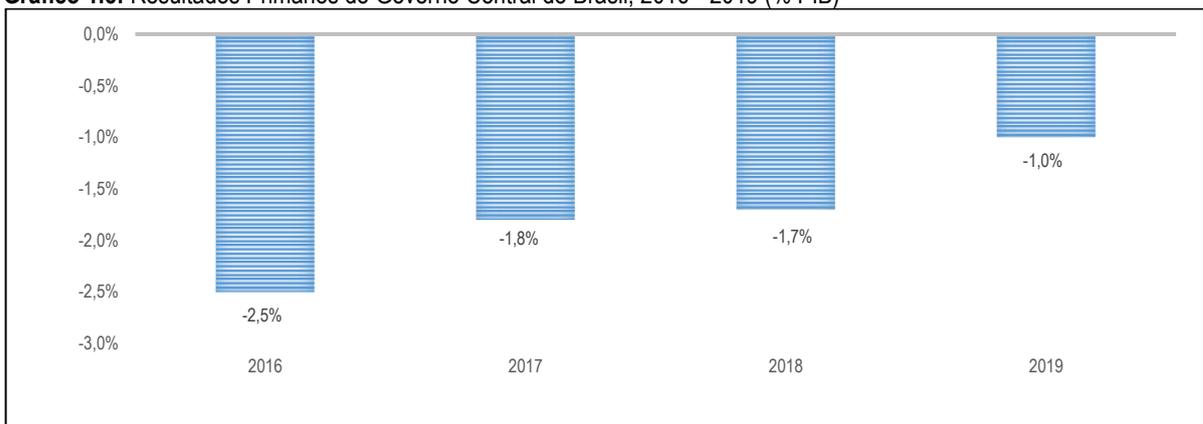
Fonte: IBGE (2021).

\* Resultados apresentados pelas Contas Nacionais Trimestrais.

Quanto à Despesa de Consumo do Governo em 2019, houve redução de 0,4% registrada no 4º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior (Taxa acumulada em quatro trimestres) (IBGE, 2021). Conforme IPEA (2021), esse recuo nos gastos do governo é explicado por uma tendência de redução nas despesas de consumo, com destaque para a queda nas Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira e em Outras despesas obrigatórias.

Fato que está intimamente ligado aos Resultados Primários do Governo Central do Brasil, pois em 2019 houve um ajuste orçamentário do governo federal, tendo em vista que a previsão de crescimento do PIB do Brasil estabelecida na Lei de Orçamento Anual (LOA) para o ano de 2019 foi menor do que a registrada pela economia. Desta forma, as receitas administradas com arrecadação de impostos e contribuições foram menores do que as previstas, gerando um resultado deficitário no ano de 2019, o que gerou redução de despesas em diversos programas governamentais (STN, 2021; IPEA, 2021).

**Gráfico 1.5:** Resultados Primários do Governo Central do Brasil, 2016 - 2019 (% PIB)

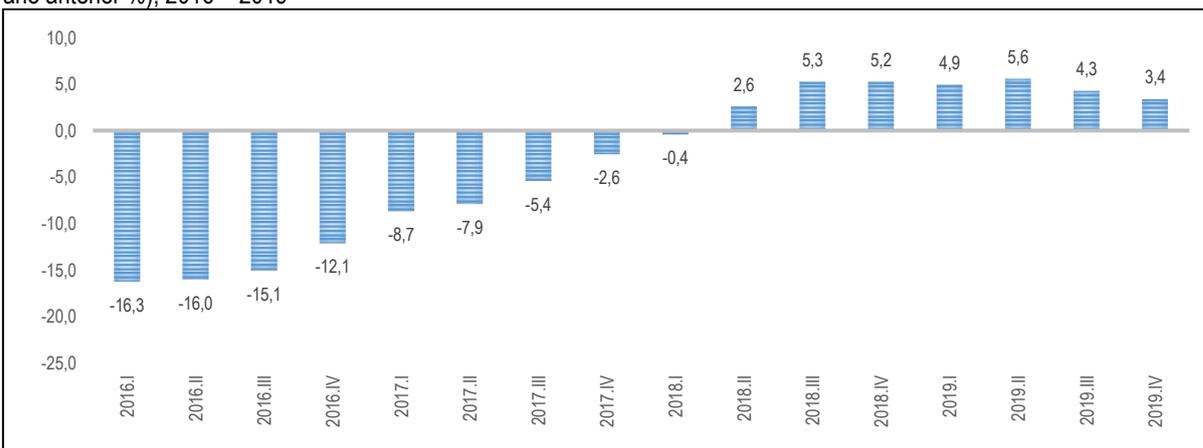


Fonte: STN, 2021.

Ressalta-se que apesar de o Brasil ter registrado Resultados Primários deficitários durante o período de 2016 a 2019, estes vem sendo cada vez menores, passando de -2,5% em 2016 para -1,0% em 2019, demonstrando, portanto, sinais de melhora na situação fiscal do país (Gráfico 1.5) (STN, 2020). Ao longo desse período o cenário macroeconômico do Brasil tem apresentado uma tendência de recuperação de seus principais indicadores, com estabilização da inflação dentro da meta estabelecida pelo Banco Central, redução da taxa Selic, melhoria do nível de confiança dos consumidores e dos empresários da indústria, crescimento dos investimentos, melhoria do mercado de trabalho com aumento da massa salarial e do número de empregos, os quais afetam positivamente a receita do governo devido a arrecadação de impostos e recolhimento de contribuições.

No que se refere à Formação Bruta de Capital Fixo no Brasil, o ano de 2019 somou um montante de R\$ 1.134,2 bilhões em investimentos para a Formação Bruta de Capital Fixo, fechando o ano com uma taxa de crescimento de 3,4%, sobre um crescimento também positivo de 5,2% em 2018. Configurando assim, um processo de retomada dos investimentos, embora este venha ocorrendo de forma gradual com base na expansão da construção civil e pela demanda por máquinas e equipamentos (Gráfico 1.6).

**Gráfico 1.6:** Formação Bruta de Capital Fixo: Taxa Acumulada em Quatro Trimestres (em relação ao mesmo período do ano anterior %), 2016 – 2019



Fonte: SCN/IBGE, 2021.

Nos anos de 2018 e 2019, o Brasil apresentou uma taxa de investimento de 15,1% e 15,3%, respectivamente, a qual representa a relação entre a Formação Bruta de Capital Fixo e o PIB. Valores estes que ficaram acima da taxa de investimento observada no ano de 2017 (14,5%) (IBGE, 2021).

O setor externo do Brasil em 2019, apresentou um saldo de US\$ 35,2 bilhões, sendo 24,4% inferior ao saldo registrado em 2018 (US\$ 46,5 bilhões). Essa queda no valor do saldo do setor externo brasileiro foi influenciada por uma queda no valor das exportações e por um crescimento no valor das importações.

Sendo que as importações passaram de US\$ 185,3 bilhões em 2018 para US\$ 185,9 bilhões em 2019, registrando uma variação de 0,3%. Enquanto que os bens e serviços exportados em 2019 registraram um valor de US\$ 221,1 bilhões e de US\$ 231,8 bilhões em 2018, acumulando assim uma queda de -4,6% no valor das exportações em 2019 em comparação ao ano de 2018 (MDIC, 2021).

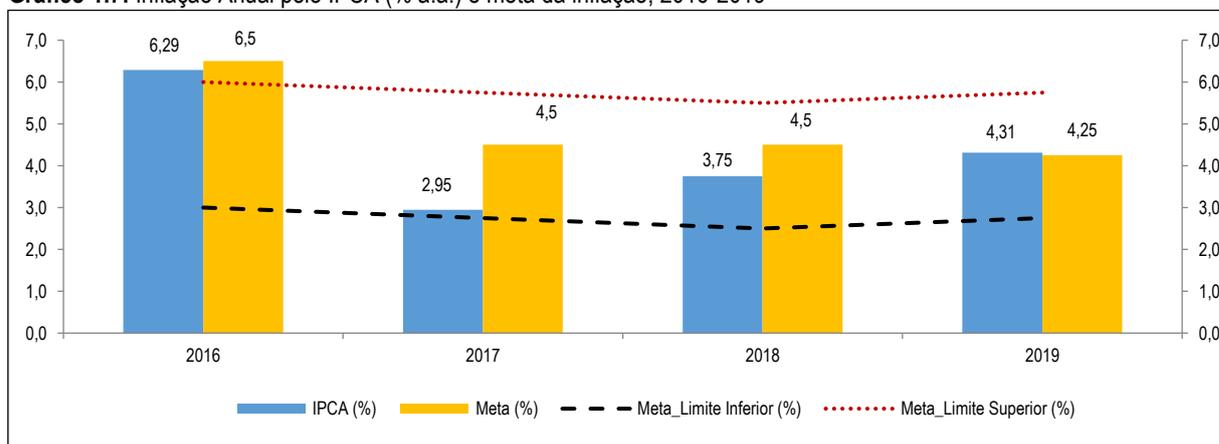
Entre os Bens e Serviços que tiveram destaque nas exportações brasileiras em 2019, estão os produtos da: I). Agropecuária: soja, milho, carnes, café, algodão, tabaco; II). Indústria: Petróleo e gás, minérios de ferro, Pastas químicas de madeira, Açúcares, Automóveis, Ferro-ligas, Indústria Automotiva e Máquinas e Equipamentos, ouro, Minério de cobre sumos de frutas, aviões e outros veículos aéreos e Turborreactores, turbopropulsores e outras turbinas a gás (MDIC, 2021).

Entre os produtos e serviços da pauta de importações, os Bens e Serviços com maior relevância em 2019, foram: Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, Partes e acessórios dos veículos automóveis, Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia por fios, Turborreactores, turbopropulsores e outras turbinas a gás, Circuitos integrados e microconjuntos electrónicos, Medicamentos, arcos-faróis, barcos-bombas, dragas, guindastes flutuantes e outras embarcações, Insecticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e produtos semelhantes e adubos (MDIC, 2021).

#### 1.4. Dinâmica dos Preços ao Consumidor

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2019 com uma inflação acumulada no ano de 4,31%, de acordo com o Sistema Nacional de Preços ao Consumidor – SNIPC (IBGE, 2021). Já nos anos de 2016 a 2018, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - Amplo (IPCA) registrou os seguintes valores: 2016 (6,29%), 2017 (2,95%) e 2018 (3,75%). Durante esse período o nível de inflação do Brasil tem permanecido dentro do regime de metas estabelecido pelo Banco Central do Brasil, demonstrando que o país vem conseguindo manter a inflação sob controle, embora a inflação observada em 2019 tenha sido mais elevada do que nos anos de 2017 e 2018 (Gráfico 1.7) (IBGE, 2021).

**Gráfico 1.7:** Inflação Anual pelo IPCA (% a.a.) e meta da inflação, 2016-2019



Fonte: BCB, 2021.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - Amplo para o ano de 2019 foi influenciada por uma alta, principalmente, pelos seguintes itens que compõem sua cesta de produtos: Grupo Alimentação e bebidas (6,37%) com impacto de 1,57%, Grupo Transporte (3,57%) com impacto de 0,66%, Grupo Saúde e Cuidados Pessoais (5,41%) com impacto de 0,65% e o Grupo Habitação (3,90%) com impacto de 0,62%. Juntos, estes três grupos agregaram um impacto de 3,5% na variação acumulada do IPCA, respondendo por 81,2% desse índice geral de preços (Tabela 1.2).

**Tabela 1.2:** IPCA - Variação acumulada no ano e impacto, segundo o índice geral e os grupos de produtos e serviços, 2019

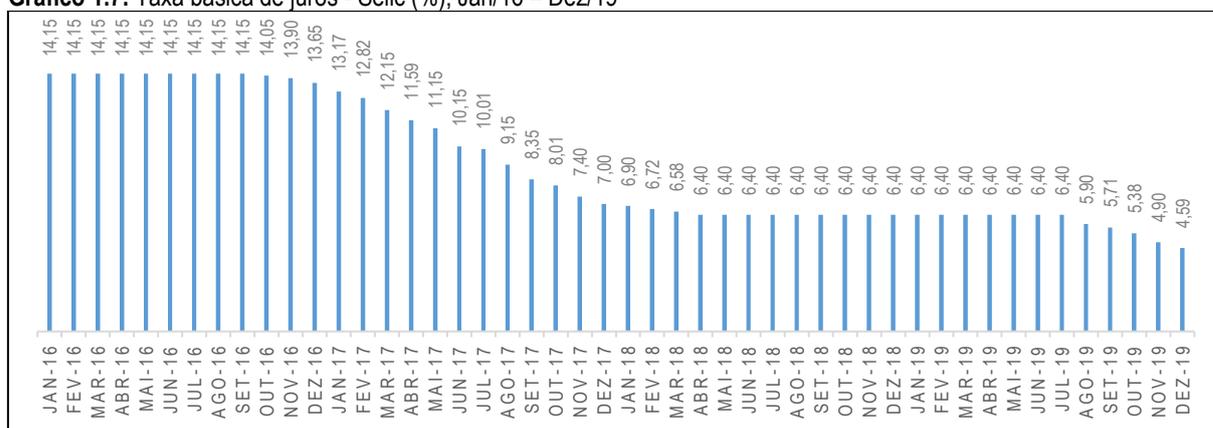
Índice geral e grupos de produtos e serviços	Variação Acumulada no ano (%) Dez/2019	Impacto (%) Dez/2019
<b>Índice geral</b>	<b>4,31</b>	<b>4,31</b>
Alimentação e Bebidas	6,37	1,57
Transportes	3,57	0,66
Saúde e Cuidados Pessoais	5,41	0,65
Habitação	3,90	0,62
Despesas Pessoais	4,67	0,51
Educação	4,75	0,23
Comunicação	1,07	0,04
Vestuário	0,74	0,04
Artigos de Residência	-0,36	-0,01

Fonte: IBGE, 2021.

### 1.5. Taxa Básica de Juros Selic

Conforme Gráfico 1.7, a Taxa básica de Juros - Selic vem demonstrando uma trajetória decrescente entre os anos de 2016 e 2019, saindo de 14,15% em janeiro de 2016 para 4,59% em dezembro de 2019. No ano de 2016, o Banco Central do Brasil ainda estava atuando por meio de uma política monetária restritiva, estabelecendo uma taxa básica de juros da economia – Selic mais elevada de 14,5%, visando o controle da inflação e reduzir as incertezas do mercado econômico nacional, embora níveis mais elevados da Taxa Selic gere efeitos colaterais negativos como a elevação das taxas de juros praticadas no mercado, tornando os empréstimos mais caros, o que também produz outro efeito negativo, a redução dos níveis de investimentos realizados pelas atividades produtivas em função dos níveis mais elevados de juros. O patamar de 14,15% para a Taxa Selic foi mantido pelo Banco central até setembro de 2016 (Gráfico 1.7) (Banco Central, 2021).

**Gráfico 1.7:** Taxa básica de juros - Selic (%), Jan/16 – Dez/19



Fonte: BCB, 2021.

OBS.: A taxa Selic Anualizada na base 252 dias é ligeiramente menor do que a taxa SELIC definida nas reuniões do Conselho de Política Monetária – COPOM.

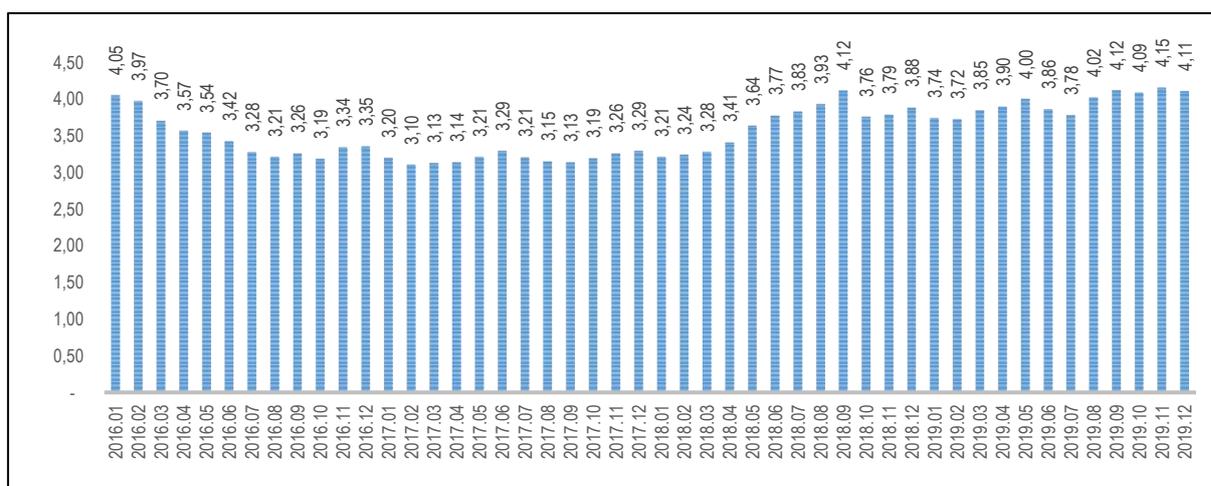
A partir de outubro de 2016, o Banco Central do Brasil começou a reduzir a taxa básica de juros – Selic até chegar a 4,59% em dezembro de 2019, quando chegou ao seu nível mais baixo. Essa movimentação da taxa básica de juros - SELIC teve como objetivo melhorar a dinâmica das atividades econômicas por meio da disponibilização de crédito para investimento mais barato, e manter a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo próxima ao Centro da Meta.

## 1.6. Evolução da Taxa de Câmbio

No Brasil, o Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão do governo responsável pela regulamentação do mercado de câmbio. Este, adota o regime de câmbio flutuante para manter a funcionalidade do mercado de câmbio, trabalhando principalmente com o dólar turismo para a realização de operações de viagens ao exterior e o dólar comercial para transações comerciais de exportação, importação e transferências financeiras.

Segundo Boletim de Balança de Pagamentos do Banco Central do Brasil, a Taxa de câmbio (R\$/US\$) referente a taxa comercial para compra na média mensal do Brasil no mercado exterior, terminou o ano de 2019 com uma taxa de câmbio de R\$ 4,11/US\$ (dezembro/2019), um patamar próximo ao observado em janeiro de 2016 (R\$ 4,05/US\$).

**Gráfico 1.7:** Média mensal da Taxa de Câmbio (R\$/US\$, comercial/venda), jan./16 - dez./19



Fonte: BCB, Boletim, Seção Balança de Pagamentos, 2021.

Entre os anos de 2016 e 2019, a taxa de câmbio exercitada no mercado brasileiro mostrou tanto tendências de valorização como de desvalorização da moeda nacional frente ao dólar. Entre janeiro de 2016 a fevereiro de 2017, o Brasil registrou uma valorização da moeda nacional frente ao dólar, com uma taxa de câmbio de R\$4,05/US\$ em janeiro de 2016 e de R\$3,10/US\$ em fevereiro de 2017. O momento em que começou a registrar desvalorização da moeda nacional frente ao dólar foi a partir de março de 2017, passando para R\$3,13/US\$ até chegar a R\$4,15/US\$ em novembro de 2019, mês em que o dólar-americano apresentou seu maior valor frente ao Real entre os anos de 2016 e 2019 (Gráfico 1.7) (BCB, 2021).

Vale ressaltar que a valorização do real frente ao dólar vivenciada em 2016, deixou a importação de bens de capital mais cara, afetando, portanto, a demanda por bens de capital importados pelas empresas para a modernização de seus parques industriais.

No que se refere ao comportamento da taxa de câmbio entre os anos de 2017 a 2019, esse foi um período caracterizado por desvalorizações da moeda nacional frente ao Dólar, contribuindo para que a balança comercial brasileira registrasse saldos positivos de US\$56,0 bilhões (2017), US\$46,6 bilhões (2018) e US\$35,2 bilhões (2019) (BCB, 2021).

## 2 CONTAS REGIONAIS

Nicolino Trompieri Neto<sup>2</sup>

Daniel Suliano<sup>3</sup>

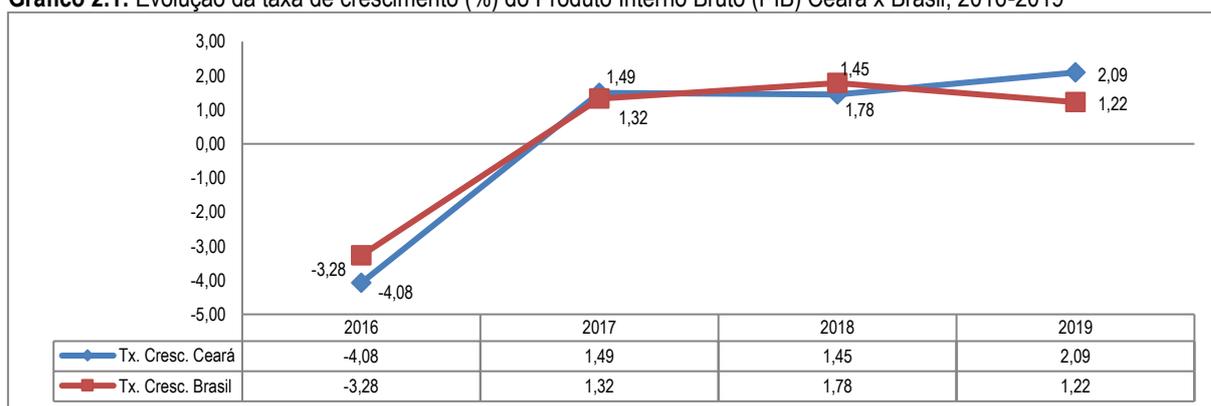
### 2.1. O Produto Interno Bruto pela Ótica da Produção

A análise empreendida nesse tópico compreende os anos de 2016 a 2019, de acordo com a base de 2010 das Contas Regionais do IBGE, referentes às informações do PIB do Ceará pela ótica da produção, dos seus três setores (agropecuária, indústria e serviços), bem como as atividades que os compõem.

O Gráfico 2.1 mostra as taxas de crescimento anuais do PIB das economias do Brasil e do Ceará para o período de 2016 a 2019. O ano de 2016, quando as economias do Brasil e Ceará registraram retrações de 3,28% e 4,08%, respectivamente, foi o último do período 2014-2016, referente a crise macroeconômica causada por um forte desequilíbrio das contas públicas do Governo Federal, somado a um período de instabilidade política, no qual gerou um baixo nível de confiança das empresas em relação ao comportamento da economia brasileira, o que levou a diminuir fortemente o nível de investimento privado. Além disso, o desequilíbrio fiscal gerou uma pressão inflacionária, ocasionando numa política monetária restritiva, com aumentos da taxa de juros SELIC para o controle da inflação, o que tornou o crédito mais caro, provocando uma diminuição no nível de consumo das famílias.

O período 2017-2019 é marcado por um processo de retomada do crescimento econômico. A queda da taxa de juros SELIC, passando de 13,0% a.a., no início de 2017, para 4,5% a.a., ao final do ano de 2019, implicou no aumento do consumo das famílias, a partir de um crédito mais barato, bem como um aumento do investimento privado. A redução da taxa de juros se tornou um dos principais motores para a retomada do crescimento no período 2017-2019, onde registrou-se taxas de crescimento positivas para o produto interno bruto (PIB) do Brasil e do Ceará, ainda que em valores aquém aos níveis do período 2013-2014.

**Gráfico 2.1:** Evolução da taxa de crescimento (%) do Produto Interno Bruto (PIB) Ceará x Brasil, 2016-2019



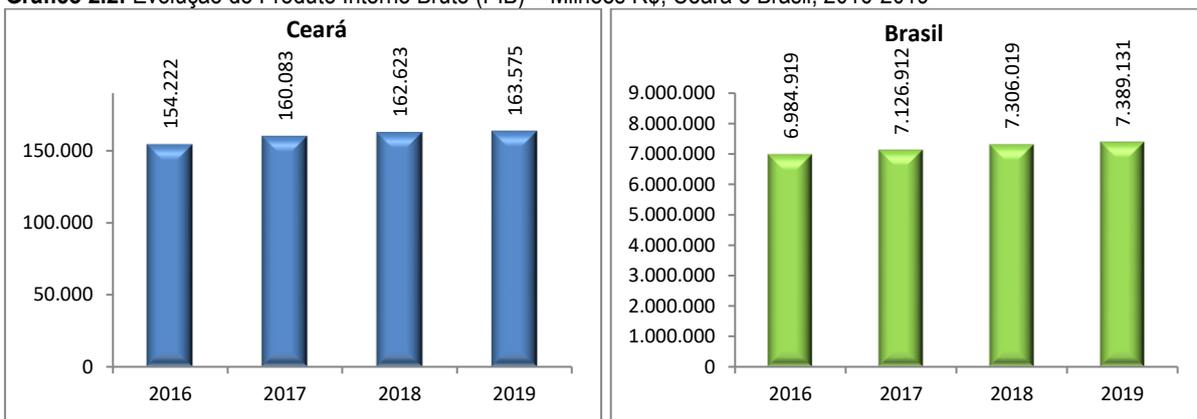
Fonte: IBGE e IPECE.

De acordo com o Gráfico 2.2, no qual apresenta-se a trajetória do PIB em valores constantes a preços de 2019, o PIB do Ceará passou de aproximadamente R\$ 154,2 bilhões, em 2016, para o valor de aproximadamente R\$ 163,5 bilhões, em 2019, enquanto o PIB do Brasil apresentou um montante de aproximadamente R\$ 6,9 trilhões, em 2016, para um valor de aproximadamente R\$ 7,3 trilhões, em 2019.

<sup>2</sup> Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

<sup>3</sup> Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

**Gráfico 2.2:** Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) – Milhões R\$, Ceará e Brasil, 2016-2019

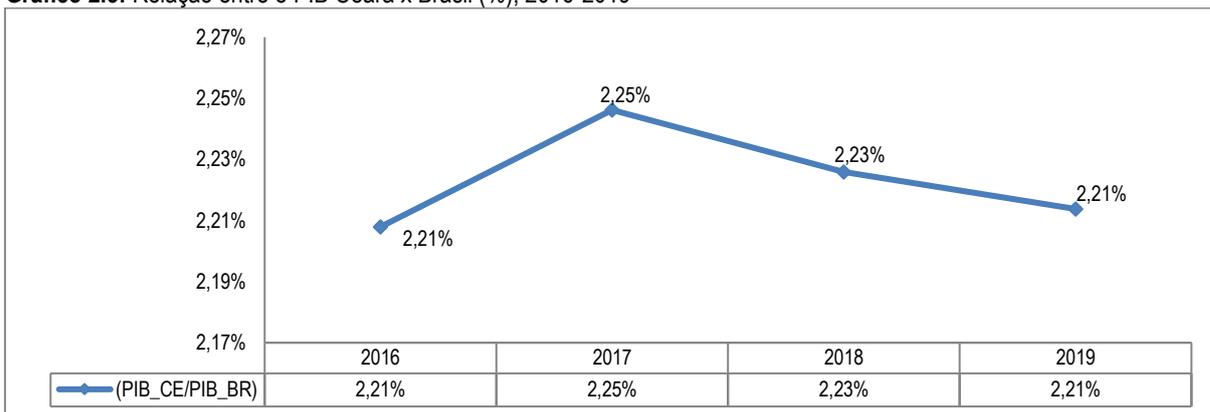


Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: Valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2019.

Em relação ao Gráfico 2.3 abaixo, no ano de 2017, o PIB da economia cearense apresentou ganho de participação em relação ao PIB da economia nacional, passando de 2,21% de participação, em 2016, para 2,25%, em 2017, porém esse leve ganho de participação foi perdido nos dois anos seguintes, quando em 2019 a participação do PIB cearense retornou ao mesmo patamar de 2016.

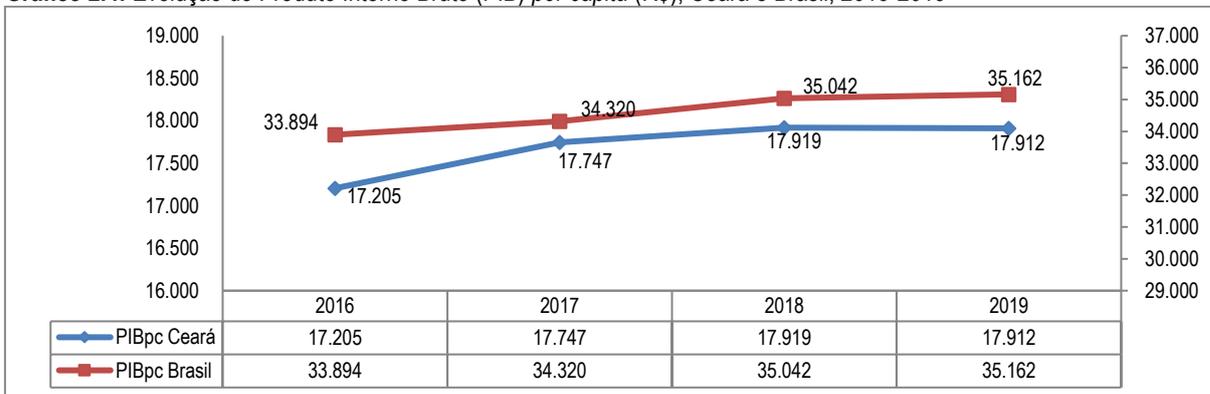
**Gráfico 2.3:** Relação entre o PIB Ceará x Brasil (%), 2016-2019



Fonte: IBGE e IPECE.

O Gráfico 2.4 apresenta a trajetória do PIB per capita, em termos de valores constantes a preços de 2019, para o período 2016-2019. Verifica-se um ganho real do PIB per capita do Ceará no período de análise, passando de R\$ 17.205, em 2016, para R\$ 17.912, em 2019, enquanto o PIB per capita brasileiro também registrou ganho real, passando de R\$ 33.894, em 2016, para um valor de R\$ 35.162, em 2019.

**Gráfico 2.4:** Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* (R\$), Ceará e Brasil, 2016-2019

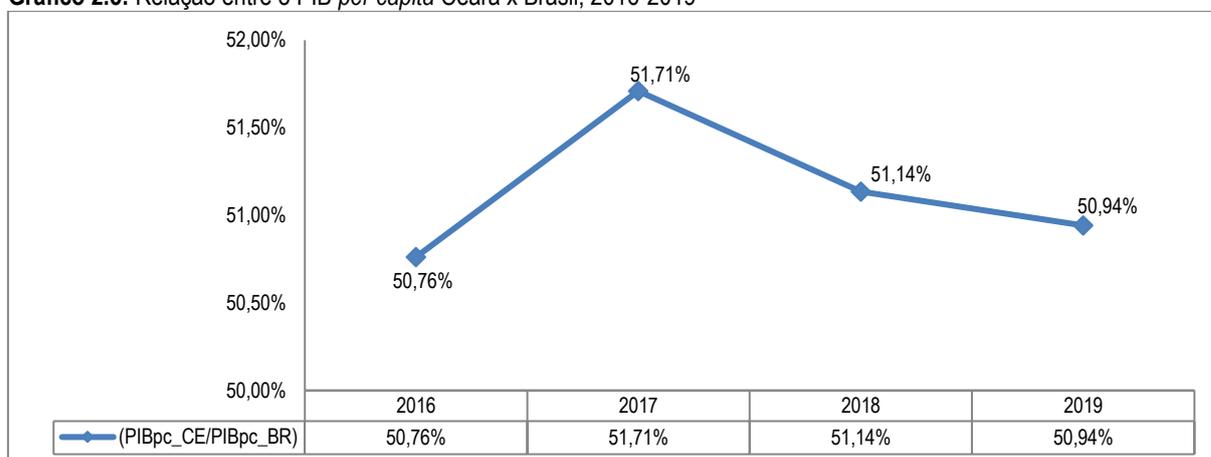


Fonte: IBGE e IPECE.

Nota: Valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2019.

O Gráfico 2.5 apresenta a evolução da participação levando-se em consideração o crescimento populacional por meio do PIB per capita, onde verifica-se um crescimento no ganho de participação da economia do Ceará em relação a do Brasil, passando de 50,76%, em 2016, para 51,71%, em 2017, porém nos dois anos seguintes houve uma redução no indicador, atingindo o patamar de 50,94% no ano de 2019.

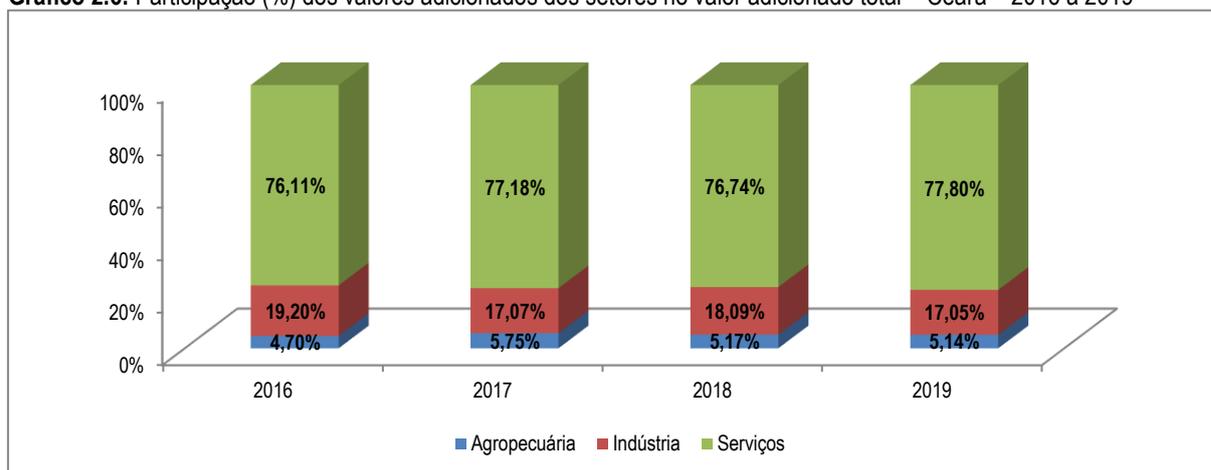
**Gráfico 2.5:** Relação entre o PIB *per capita* Ceará x Brasil, 2016-2019



Fonte: IBGE e IPECE.

Em relação a desagregação do crescimento da economia cearense pelas participações de seus três principais setores, de acordo com o Gráfico 2.6 verifica-se que o setor de serviços registrou o maior ganho de participação no período analisado, uma vez que representava 76,11% do total do valor adicionado (VA) do Ceará, em 2016, passando a representar 77,80%, em 2019. A participação do setor da agropecuária também cresceu, passando de 4,70%, em 2016, para 5,14%, em 2019. Já a indústria, nessa mesma base de comparação, foi o único setor que apresentou queda de participação, passando de 19,20%, em 2016, para 17,05% de participação no VA da economia cearense em 2019.

**Gráfico 2.6:** Participação (%) dos valores adicionados dos setores no valor adicionado total – Ceará – 2016 a 2019



Fonte: IBGE e IPECE

Das atividades que compõem o setor da agropecuária (Tabela 2.1) a atividade agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita é a mais importante, com uma participação, em 2019, de 3,15% do VA total da economia cearense, onde também foi a atividade que ganhou maior participação, com um ganho de aproximadamente 0,63 ponto percentual (p.p.) na comparação 2016/2019. Já a atividade da pecuária apresentou uma participação de 1,52%, em 2019, seguida da produção florestal, pesca e aqüicultura, onde registrou-se, para o mesmo ano, uma participação de 0,47%.

**Tabela 2.1:** Participação (%) do valor adicionado (VA) da agropecuária e suas atividades no VA total – Ceará – 2016-2019

Atividades Econômicas	2016	2017	2018	2019	Ganhos e Perdas 2016/2019 (p.p.)
<b>Agropecuária</b>	<b>4,70</b>	<b>5,75</b>	<b>5,17</b>	<b>5,14</b>	<b>0,45</b>
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	2,52	3,65	3,21	3,15	0,63
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,62	1,56	1,50	1,52	-0,11
Produção florestal, pesca e aquicultura	0,55	0,55	0,46	0,47	-0,08

Fonte: IBGE e IPECE.

Analisando as atividades que compõem o setor da indústria (Tabela 2.2), a mais importante é a indústria de transformação, com uma participação, em 2019, de 8,67% no total do VA do Ceará, seguida das atividades da construção civil (4,23%), produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (serviços industriais de utilidade pública - SIUP) (3,85%) e indústria extrativa (0,30%). Comparando o ano de 2019 com o ano de 2016, a atividade indústria de transformação foi a que apresentou o maior ganho de participação, com 0,46 ponto percentual (p.p.), enquanto a Construção civil apresentou a maior perda (-2,77 p.p.).

**Tabela 1.2:** Participação (%) do valor adicionado (VA) da indústria e suas atividades no VA total – Ceará – 2016-2019

Atividades Econômicas	2016	2017	2018	2019	Ganhos e Perdas 2016/2019 (p.p.)
<b>Indústria</b>	<b>19,20</b>	<b>17,07</b>	<b>18,09</b>	<b>17,05</b>	<b>-2,14</b>
Indústrias extrativas	0,16	0,28	0,31	0,30	0,14
Indústrias de transformação	8,20	8,47	9,27	8,67	0,46
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (SIUP)	3,83	3,85	3,67	3,85	0,02
Construção civil	7,00	4,48	4,83	4,23	-2,77

Fonte: IBGE e IPECE.

Em relação as atividades que compõem o setor de serviços, o destaque com a maior participação no total do VA do Ceará, em 2019, foi APU (23,98%) (Tabela 2.3), mostrando a importância do papel do setor público na economia do Ceará, não apenas para estimular o crescimento econômico, mas também para atender as demandas sociais provenientes do crescimento populacional. Os outros destaques foram comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (14,48%), atividades imobiliárias (10,06%) e atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (8,11%). Dentre as atividades dos serviços, a que mais ganhou participação no período 2016-2019, foi Alojamento e alimentação (0,71 p.p.) seguida de APU (0,64 p.p.), enquanto Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados apresentou a maior perda, apresentando um declínio de 0,65 ponto percentual.

**Tabela 2.3:** Participação (%) do valor adicionado (VA) dos serviços e suas atividades no VA total – Ceará – 2016-2019

Atividades Econômicas	2016	2017	2018	2019	Ganhos e Perdas 2016/2019 (p.p.)
<b>Serviços</b>	<b>76,11</b>	<b>77,18</b>	<b>76,74</b>	<b>77,80</b>	<b>1,70</b>
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	14,65	15,89	14,54	14,48	-0,17
Transporte, armazenagem e correios	3,03	3,16	3,26	3,25	0,22
Alojamento e alimentação	2,99	3,19	3,34	3,70	0,71
Informação e comunicação	2,04	2,11	2,18	2,53	0,49
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	4,86	4,44	3,91	4,21	-0,65
Atividades imobiliárias	10,59	10,37	10,49	10,06	-0,53
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	7,59	7,36	8,01	8,11	0,51
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social (APU)	23,34	23,68	23,67	23,98	0,64
Educação e saúde privadas	3,71	3,77	4,05	4,06	0,35
Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços	2,06	2,01	2,15	2,28	0,22
Serviços domésticos	1,25	1,19	1,15	1,15	-0,10

Fonte: IBGE e IPECE.

Analisando o PIB de acordo com as quatorze macrorregiões de planejamento do Estado do Ceará (Tabela 2.4) verifica-se uma forte concentração na Grande Fortaleza, que representa a maior região metropolitana do Ceará, apresentando, em 2019, 63,15% do PIB do Ceará. As outras duas regiões metropolitanas do Ceará são representadas pelas macrorregiões do Cariri (7,97%) e Sertão de Sobral

(4,39%). As participações das macrorregiões, na comparação de 2019 com 2016, apresentaram ganhos menores do que 0,5 p.p., onde o maior ganho de participação no período de análise foi registrado na macrorregião de planejamento Serra da Ibiapaba, com um acréscimo de 0,44 p.p., enquanto as macrorregiões de planejamento Grande Fortaleza e Sertão de Sobral registraram perdas de participações de 1,45 p.p. e 0,08 p.p., respectivamente.

**Tabela 2.4:** Evolução da participação das macrorregiões de planejamento no Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado – Ceará – 2016-2019

Macrorregiões de Planejamento	2016		2019		Ganho e Perdas 2016/2019 (p.p.)
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	
Carií	10.930.291	7,90%	13.039.126	7,97%	0,08
Centro Sul	3.530.357	2,55%	4.180.447	2,56%	0,01
Grande Fortaleza	89.424.551	64,60%	103.299.759	63,15%	-1,45
Litoral Leste	2.658.434	1,92%	3.382.800	2,07%	0,15
Litoral Norte	3.436.969	2,48%	4.447.306	2,72%	0,24
Litoral Oeste/Vale do Curu	3.730.803	2,70%	4.496.677	2,75%	0,05
Maciço de Baturité	1.835.490	1,33%	2.308.875	1,41%	0,09
Serra da Ibiapaba	3.365.615	2,43%	4.698.963	2,87%	0,44
Sertão Central	3.542.330	2,56%	4.311.137	2,64%	0,08
Sertão de Canindé	1.445.712	1,04%	1.898.941	1,16%	0,12
Sertão de Crateús	2.673.041	1,93%	3.331.109	2,04%	0,11
Sertão dos Inhamuns	1.014.404	0,73%	1.252.866	0,77%	0,03
Sertão de Sobral	6.186.344	4,47%	7.182.916	4,39%	-0,08
Vale do Jaguaribe	4.648.180	3,36%	5.744.406	3,51%	0,15
<b>Ceará</b>	<b>138.422.521</b>	<b>100%</b>	<b>163.575.327</b>	<b>100%</b>	<b>-</b>

Fonte: IBGE e IPECE.

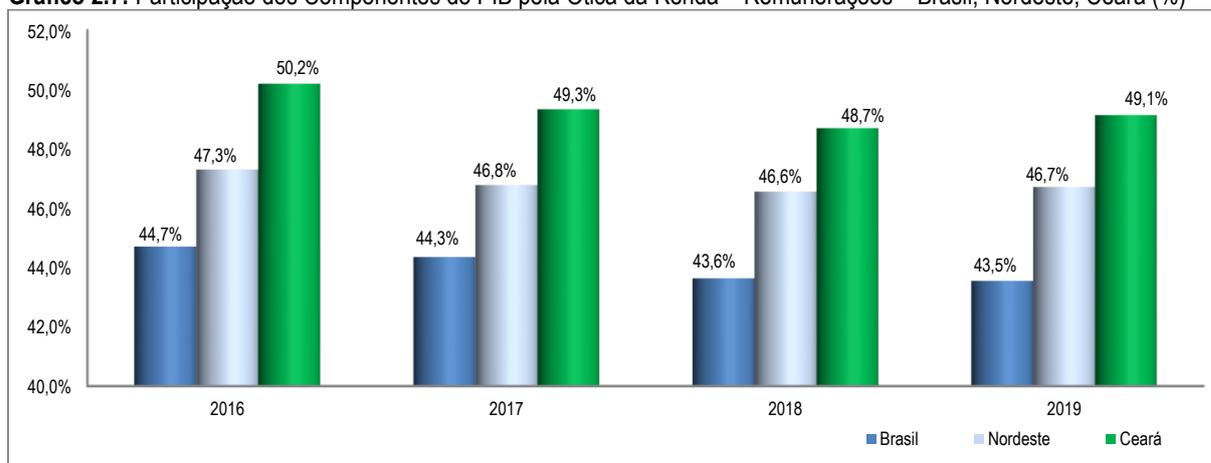
Nota: Valores correntes.

## 2.2. O Produto Interno Bruto pela Ótica da Renda

O PIB pela ótica da renda é calculado pela soma de todos os pagamentos aos fatores de produção (salários, aluguéis, juros e lucros) adicionando os impostos sobre os produtos e as atividades, líquido de subsídios. Para o fator trabalho sua remuneração correspondente é o trabalho; para o fator aluguéis a remuneração é dada pela propriedade dos bens de produção; já para os juros a remuneração corresponde ao capital de empréstimo; finalmente o lucro remunera o capital de risco<sup>4</sup>.

No sistema de contas regionais, o cálculo da ótica da renda é dado pelo cômputo das remunerações, dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, e o Excedente Operacional Bruto (EOB) e Rendimento Misto Bruto (RMB)<sup>5</sup>.

**Gráfico 2.7:** Participação dos Componentes do PIB pela Ótica da Renda – Remunerações – Brasil, Nordeste, Ceará (%)



Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR/IBGE). Elaboração: IPECE.

<sup>4</sup> Uma definição mais formal do PIB pela ótica da renda é apresentada em Feijó e Ramos (2013, 2017).

<sup>5</sup> Ver IBGE (2015).

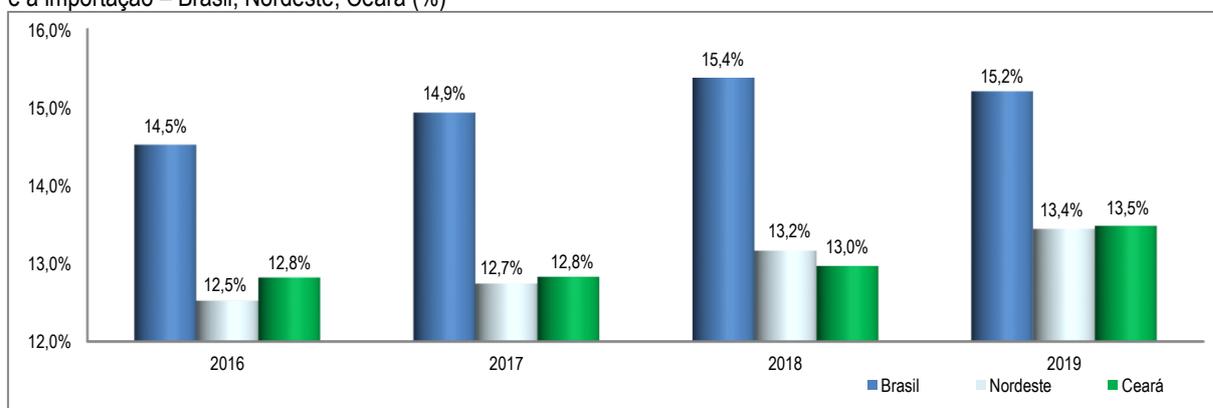
O Gráfico 2.7 acima, apresenta a participação do componente remunerações no PIB pela ótica da renda do Brasil, do Nordeste e do Estado do Ceará. Entre os três, o Ceará é o que apresenta a maior participação percentual nos quatro anos analisados, embora tenha tido perda de participação. De fato, em 2016, as remunerações eram mais de 50% do PIB cearense; em 2018 essa participação recuou para 48,7% tendo em 2019 alcançado a taxa de pouco mais de 49%.

O Nordeste e o Brasil também apresentaram redução da taxa de participação das remunerações, embora a oscilação seja baixa. Para o Nordeste, a participação das remunerações era de 47,3% em 2016 tendo no ano de 2018 se reduzido para 46,7%.

Para o Brasil, as remunerações estão abaixo de 45% em todos os anos da série histórica, mesmo em 2016, quando atingiu o maior valor de 44,7%.

Os dados do Gráfico 2.8 mostram que o componente impostos, líquidos de subsídios sobre a produção e a importação, é o que apresenta a menor participação relativa.

**Gráfico 2.8:** Participação dos Componentes do PIB pela Ótica da Renda – Impostos, líquidos de subsídios sobre a produção e a importação – Brasil, Nordeste, Ceará (%)



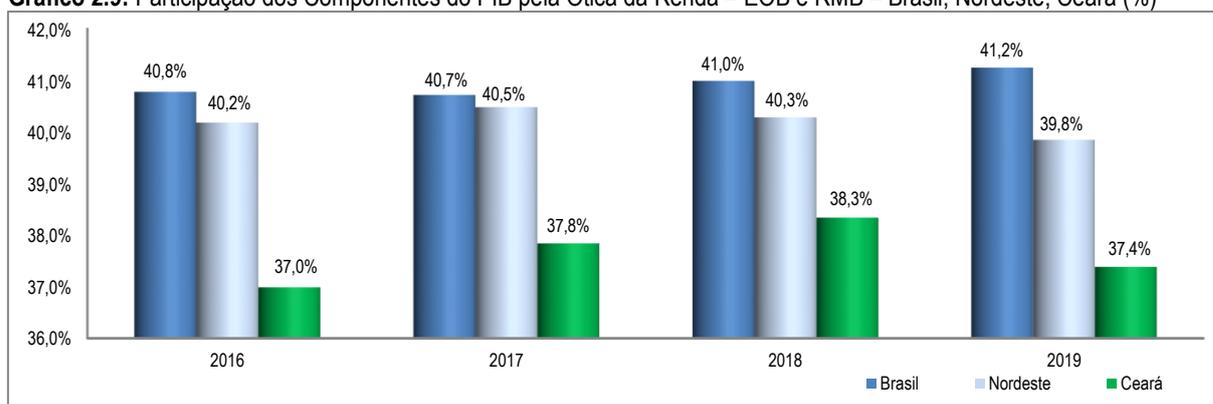
Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR/IBGE). Elaboração: IPECE.

De 2016 a 2017, os impostos, líquidos de subsídios sobre a produção e a importação, apresentaram uma maior participação relativa pela ótica da renda no PIB nacional com taxas de 14,5%, 14,9% e 15,4%, respectivamente.

Para o Ceará, pode-se observar que os impostos seguiram um leve aumento na participação relativa em todo o período tendo em 2019 superado levemente a participação no Nordeste (13,5% contra 13,4%).

Finalmente, o Gráfico 2.9 apresenta a participação relativa do Excedente Operacional Bruto (EOB) e Rendimento Misto Bruto (RMB). Semelhante aos impostos, o Brasil apresenta maior participação relativa desse componente quando comparado ao Nordeste e ao Ceará tendo inclusive elevado sua participação durante o período.

**Gráfico 2.9:** Participação dos Componentes do PIB pela Ótica da Renda – EOB e RMB – Brasil, Nordeste, Ceará (%)

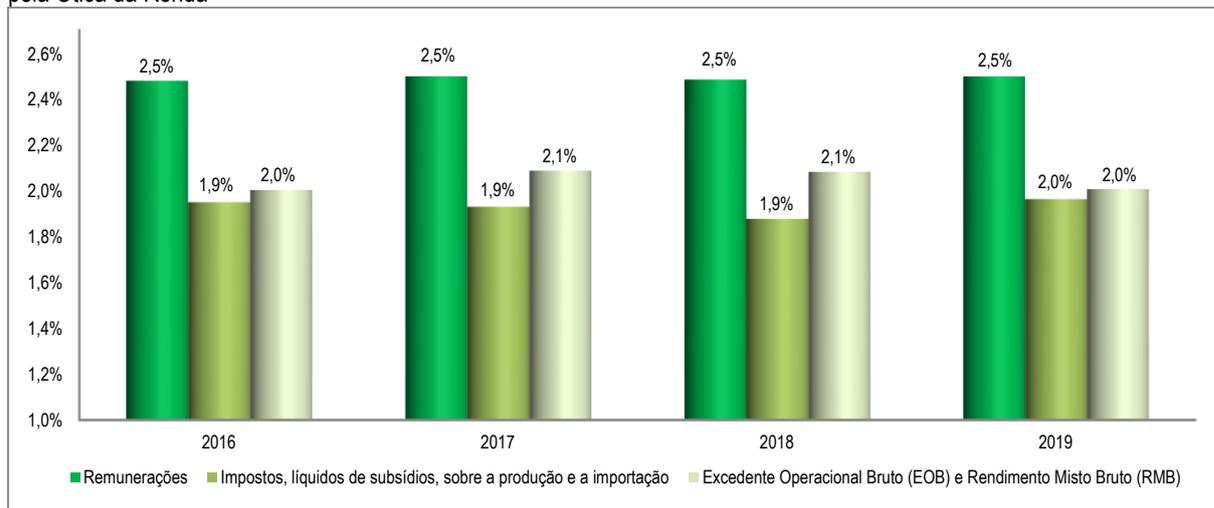


Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR/IBGE). Elaboração: IPECE.

No Ceará, o Excedente Operacional Bruto e o Rendimento Misto Bruto elevaram sua participação até 2018, tendo atingido a máxima de 38,3%. Em 2019, sua participação foi de 37,4%, valor próximo ao do ano de 2016 (37%).

Para se ter uma dimensão relativa da participação de cada componente do PIB cearense pela ótica da renda no PIB nacional são apresentados os dados do Gráfico 2.10.

**Gráfico 2.10:** Participação dos Componentes do PIB do Ceará sob a Ótica da Renda sobre os componentes do PIB do Brasil pela Ótica da Renda



Fonte: Sistema de Contas Regionais (SCR/IBGE). Elaboração: IPECE.

Os dados do Gráfico 2.10 mostram que não houve alteração na participação relativa dos componentes do PIB cearense no PIB nacional sob a ótica da renda. Enquanto as remunerações do Estado do Ceará apresentam uma participação média de 2,5% no PIB do Brasil, impostos e EOB e RMB tiveram participação média de 2% cada um.

## 3 AGROPECUÁRIA

Ana Cristina Lima Maia<sup>6</sup>

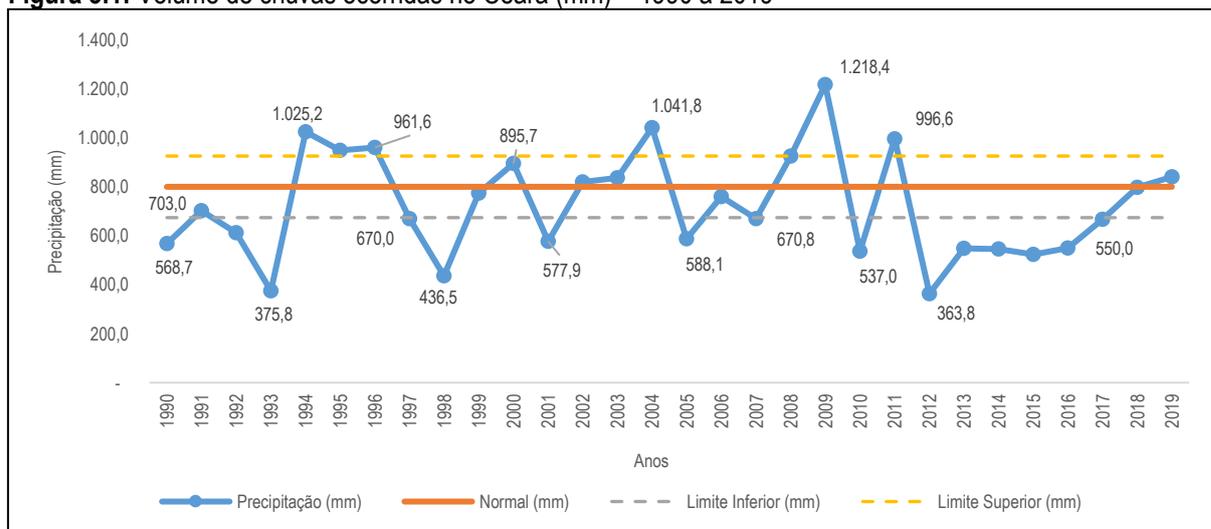
### 3.1. Introdução

O setor agropecuário do Ceará participou com 1,9% do total da agropecuário do Brasil em 2016, em 2017 atingiu a maior participação da série com 2,5% de participação. Em 2019 a participação da agropecuária cearense do total do brasileiro caiu para 2,4%.

O valor adicionado do setor agropecuário do Brasil apresentou crescimento de 16,1% no acumulado do período de 2016 a 2019. Para o Nordeste o crescimento desse setor, no mesmo período, foi de 37,1%, e o Ceará cresceu 57,5%.

O setor agropecuário do Ceará é marcado pelos períodos de estiagem, prejudicando a produção agrícola e pecuária, e por períodos de maior quantidade de água com chuvas suficientes para obter uma maior produção. As chuvas ocorridas no Ceará são bastante irregulares, conforme vista na Figura 3.1, as chuvas, entre os anos de 2012 e 2016, ficaram bem baixo da média e em 2017 e 2018 ficaram em torno da média e 2019 foi o ano com maior volume de chuva desde 2011. Porém, as chuvas de 2019 ocorrem de forma irregulares tanto no espaço como no temporal, o que afetou a produção de sequeiro.

**Figura 3.1:** Volume de chuvas ocorridas no Ceará (mm) – 1990 a 2019



Fonte: Funceme. Elaboração: IPECE.

Obs.: Valores calculados com base na média de Thiessen.

Obs.: Média histórica de 800,62 mm, variando entre 674,56 mm e 926,39 mm

### 3.1. Produção Agrícola

Após a severa crise hídrica de 2012 a 2016 sofrida pelo Ceará, o valor adicionado da atividade agrícola apresentou elevado crescimento no acumulado de 2016 a 2019, com taxa de 85,5%. Para o Nordeste o crescimento da atividade agrícola no acumulado de 2016 a 2019 foi de 53,3%. Enquanto que para o Brasil o crescimento para o mesmo período foi de 20,5%. Na análise anual de 2019, observou-se que o resultado do valor adicionado da atividade agricultura para o Ceará foi de 11,5%, bem acima do Nordeste e Brasil que foi de 1,92% e -0,01%, respectivamente.

<sup>6</sup> Mestre em Economia Rural (MAER/UFC) e Assessora Técnica da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

### 3.1.1 Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Ceará

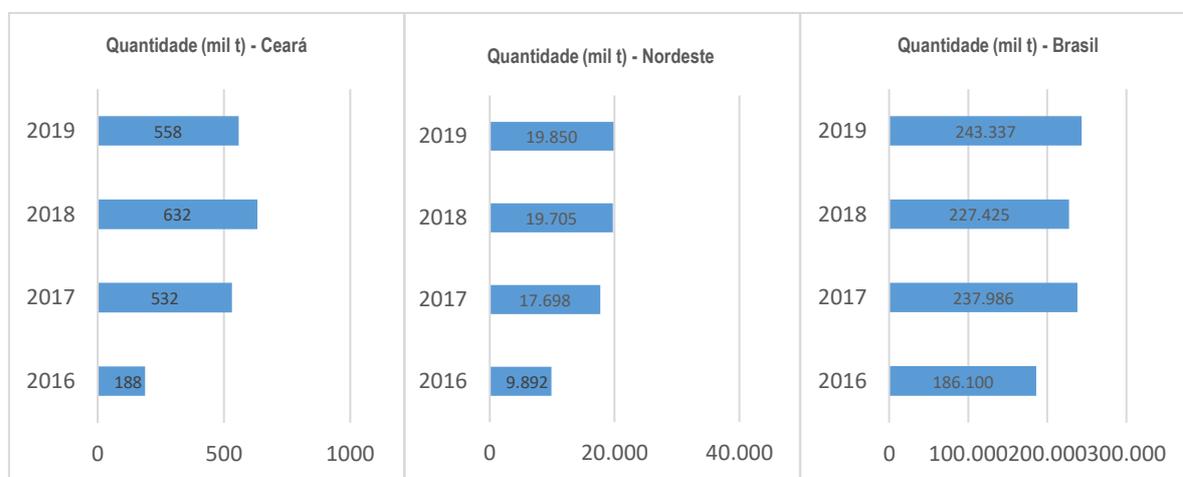
A quantidade da produção da atividade agrícola do estado apresentou elevado crescimento no acumulado de 2016 a 2019, com taxa de 196,8%. Para o Nordeste o crescimento da produção para o mesmo período foi de 100,7%, enquanto que para o Brasil o crescimento foi de 30,7%17,4%. Verificou-se que a produção no Ceará apresentou comportamento parecido com o Nordeste, mas bastante diferenciada do Brasil, explicado, em parte, pelas características do semiárido onde prevalece elevadas temperaturas e longo período de estiagem. Ressalta-se que aproximadamente 98,7% do território cearense está inserido na região do semiárido.

Conforme pode ser observado na Figura 3.2 a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Brasil em 2017 foi de aproximadamente 238 milhões de toneladas. Em 2018 houve uma leve redução, mas em 2019 atingiu a quantidade recorde, com 243,3 milhões de toneladas. As principais lavouras desse grupo são soja, milho, algodão, feijão, arroz, sendo o Centro Oeste o maior produtor de grãos.

Para o Nordeste a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas teve seu pior ano em 2016, mas voltou a aumentar a produção nos anos seguintes, atingindo a quantidade de 19,8 milhões de tonelada em 2019, registrando crescimento de 0,74% com relação a 2018. Contribuíram para esse resultado principalmente, fava, milho, feijão e soja.

A produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Ceará chegou ao menor nível em 2016 com apenas 188 mil toneladas. Em 2017, a quantidade produzida foi de 532 mil toneladas, em 2018 a produção foi ainda maior chegando à marca de 632,5 mil toneladas, mas em 2019 apresentou queda de 11,7% com relação a 2018, encerrando a série com a quantidade de 558 mil toneladas.

**Figura 3.2:** Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas – Brasil - Nordeste - Ceará - 2016 a 2019



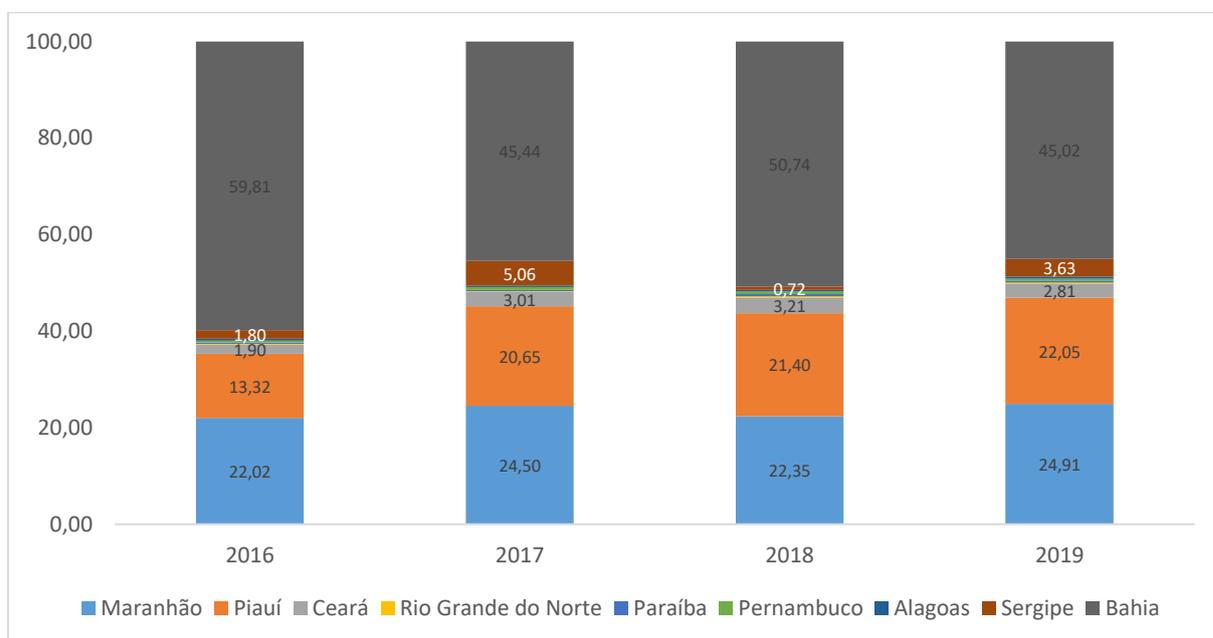
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Ao analisar a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas no Nordeste observa-se que os estados da Bahia, Maranhão e Piauí são os maiores produtores da região, respondendo por 91,8% do total desse grupo agrícola produzido na região. Esses três estados, mais Tocantins, formam a região que ficou conhecida como Matopiba. Essa região vem se destacando pela elevada produtividade e produção de milho, soja e algodão. Dessa forma, esses três estados nordestinos possuem, características de produção agrícola diferenciadas com melhor bioma, clima, relevo e solos para a produção, se destacando dos demais estados do Nordeste.

O segundo bloco da região Nordeste produtora de cereais, leguminosas e oleaginosas é formado por Ceará e Sergipe, revezando a posição de terceiro e quarto lugar da região. Ao longo dos quatro anos analisados observou-se que a participação do Ceará foi maior em 2016 e 2018, com 1,9% e 3,21%, respectivamente. Já nos anos de 2017 e 2019 o estado de Sergipe ficou à frente do Ceará, com participação de 5,06% e 3,63%, respectivamente.

No terceiro bloco estão os estados com participação menor do que um por cento da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, são eles: Alagoas (0,51%). Pernambuco (0,41%), Paraíba (0,34%) e Rio Grande do Norte (0,32%) (Figura 3.3).

**Figura 3.3:** Participação (%) da Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas dos estados no Nordeste – 2016 a 2019



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

### Principais Grãos

Os principais cereais, leguminosas e oleaginosas produzidos pelo Ceará, em termos de valor, são: milho, feijão, fava e arroz, considerando o ranking de 2019.

O valor de produção do milho foi de R\$ 301,7 milhões em 2019, representando 49,31% do valor da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Ceará, e crescimento de 3,2%, comparado com 2018. Este resultado é explicado pelo aumento de preço, visto que tanto a quantidade de produção como o rendimento tiveram redução. Quando comparado 2019 com 2016 verificou-se que o aumento do valor da produção de milho foi de 185,9%, explicado principalmente pelo aumento do rendimento que passou de 242 quilos por hectare para 812 quilos por hectare. Em 2019 os principais municípios produtores de milho foram Crateús, Tamboril, Novo Oriente e Quixeramobim. O cultivo de milho está presente em 183 municípios, apenas Fortaleza não apresentou produção. Os dez principais municípios cearenses representaram uma participação de 33,3%, do valor total produzido pelo estado em 2019 (PAM-IBGE).

O valor da produção de feijão em 2019 foi de R\$ 263,9 milhões, respondendo por 43,1% do valor de produção de cereais, leguminosas e oleaginosas. Esse valor foi menor do que o obtido em 2018 e 2017, porém maior do que 2016. O comportamento da produção do feijão em 2019 apresentou redução da área plantada e no rendimento quando comparado com 2018. A produção de feijão também não é concentrada, a exceção de Fortaleza, todos os municípios cearenses produziram essa cultura em 2019. Os dez principais municípios tiveram participação de 27%, sendo os principais produtores Tamboril, Crateús, Santa Quitéria e Caridade (PAM-IBGE).

Quanto à produção de fava no Ceará, observou-se aumento no valor da produção em 2017, mas queda em 2018 e 2019, encerrando o período com valor de R\$ 20,7 milhões. Com relação ao rendimento verificou-se que em 2019 foi de 3.024 quilos por hectare e redução de área de quase 10%, comparado com 2018. A produção de fava do Ceará em 2019 ocorreu em 92 municípios, com destaque para Campos Sales, Cariraçu, Farias Brito e Aratuba. Esses quatro maiores concentram 46,2% da produção cearense.

A produção de arroz em 2019 gerou R\$ 16, 5 milhões, valor abaixo do obtido em 2017 e 2018, e pouco acima do valor de 2016. Porém o rendimento de 2019 foi o maior da série (3.024 quilos por hectare). O Ceará passou a produzir menos arroz nos últimos anos devido ser uma cultura que demanda bastante água, havendo assim um desestímulo na produção. Diante desse fato, 67 municípios registraram plantio de arroz em 2019, sendo os maiores deles Jaguaruana, Morada Nova, Iguatu e Quixeré. Esses quatro municípios responderam por 53,7% do valor da produção de arroz produzido no estado.

**Tabela 3.1:** Participação do Valor da Produção e Quantidade dos principais cereais, leguminosas e oleaginosas - Ceará - 2016 a 2019

Cereais, leguminosas e oleaginosas	Valor da produção (R\$ mil)				Rendimento médio (kg/ha)			
	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019
Milho	105.531	233.241	292.315	301.754	242	663	825	812
Feijão	241.160	309.885	270.353	263.900	148	299	323	292
Fava	10.899	24.352	20.815	20.706	171	398	299	350
Arroz	16.443	19.794	17.551	16.486	2.376	2.948	2.730	3.024
Demais	2.643	5.135	4.843	9.092	-	-	-	-
Total da produção cereais, leguminosas e oleaginosas agrícola do Ceará	376.676	592.407	605.877	611.938	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

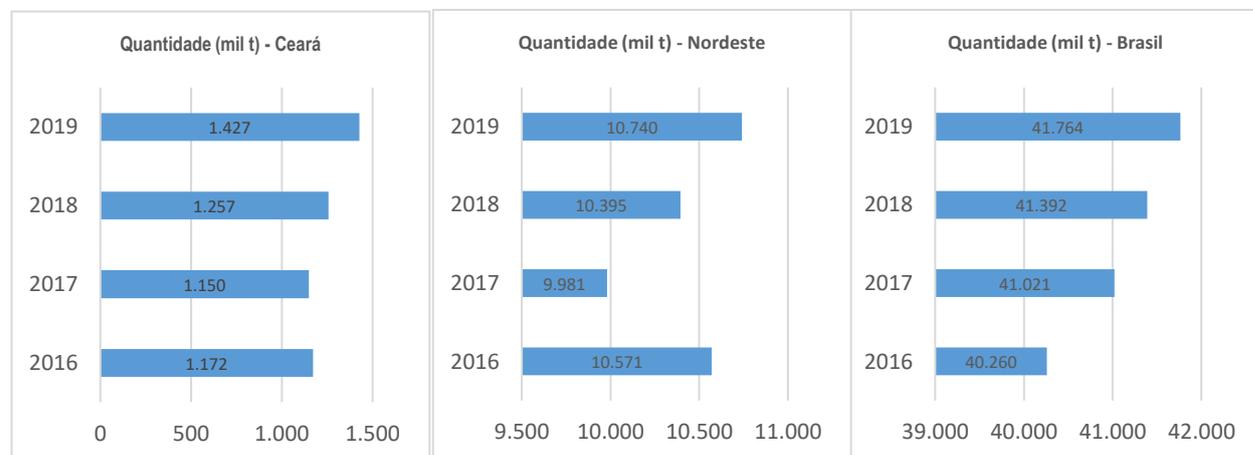
### 3.1.2 Produção de Frutas do Ceará

O Brasil destaca-se como um dos principais produtores de frutas do mundo, com crescimento constante nos últimos anos da quantidade de produção. Em 2019 o país chegou à marca de 41,76 milhões de toneladas de frutas, crescimento de 3,7% comparado com 2016. As condições climáticas brasileiras permitem que o país possua vantagem comparativa em relação a vários países considerados concorrentes.

O Nordeste, que produz aproximadamente 25% do total nacional, representa a região com maior potencial para a produção de frutas tropicais tendo em vista os solos e climas adequados. Nos anos de 2016 a 2019 a quantidade de frutas produzidas na região foi de aproximadamente 10 milhões de toneladas em cada ano, chegando a 10,74 milhões de toneladas em 2019.

A produção de frutas no Ceará é bastante significativa na atividade agrícola do estado. Em 2016 a produção de frutas foi de 1.172 mil toneladas, em 2019 atingiu 1.427 mil toneladas, ou seja, crescimento de 21,7%. O Ceará está entre os estados brasileiros que, mesmo com crise hídrica, tem apresentado tendência de crescimento. O estado destaca-se como produtor e exportador de frutas como melão, melancia, banana, castanha de caju e coco-da-baía.

**Figura 3.4:** Produção de frutas – Brasil - Nordeste - Ceará - 2016 a 2019

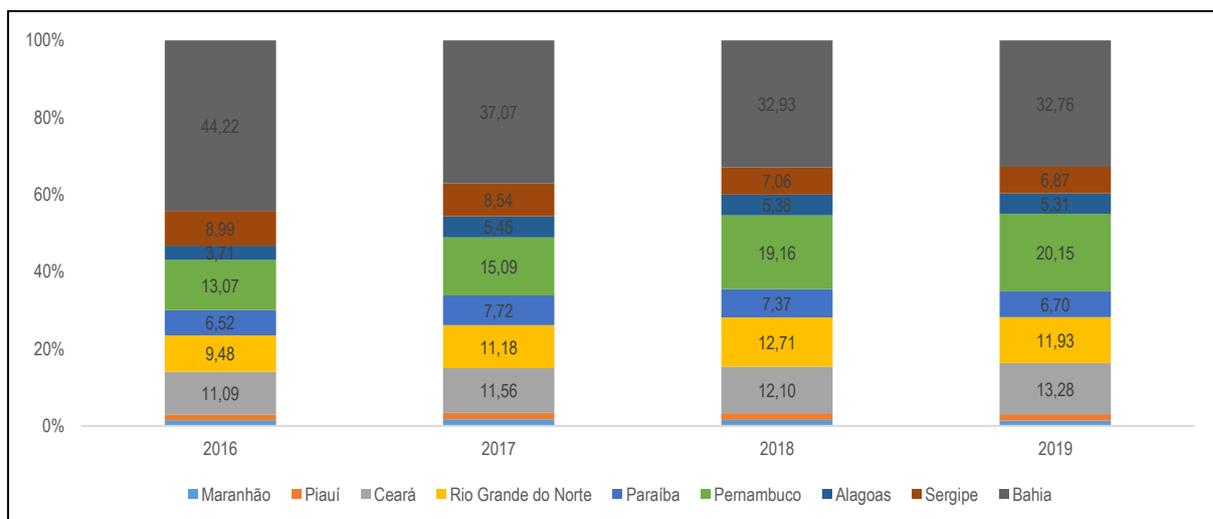


Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

O estado da Bahia se mantém como maior produtor de frutas do Nordeste, porém com perda de participação. Em 2019, a produção desse estado foi de 3,5 milhões de toneladas, quantidade abaixo dos obtidos nos anos anteriores. O estado de Pernambuco é o segundo maior produtor de frutas do Nordeste, registrando ganho de participação ao longo dos quatro anos analisados, tendo sido o estado de melhor desempenho do Nordeste na produção de frutas. Em 2016 a produção do estado foi de 1,4 milhões de toneladas e em 2019 atingiu a quantidade de 2,2 milhões de toneladas.

O Ceará, em 2019, voltou a ser o terceiro maior produtor de frutas do Nordeste, com participação de 13,28%, sendo a maior participação dos quatro anos analisados. Em seguida aparece Rio Grande do Norte, com 11,93% de participação, Sergipe com 6,87% de participação e Paraíba com 6,7%, citando apenas os maiores produtores da região (Figura 3.5).

**Figura 3.5:** Participação da Produção de frutas dos estados no Nordeste – 2016 a 2019



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

### Principais Frutas

O valor da produção de frutas do Ceará em 2016 foi de R\$ 1,07 bilhão, em 2017 conseguiu atingir o valor R\$ 1,5 bilhão, em 2018 registrou valor um pouco abaixo, mas em 2019 voltou ao valor de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão. As principais frutas produzidas no Ceará, em termos de valor, são banana (R\$ 426,4 milhões), maracujá (R\$ 326,1 milhões), castanha de caju (R\$ 256,4 milhões) e cocoda-baía (R\$ 157,4 milhões).

A produção de banana e maracujá vêm apresentando aumento do rendimento nos últimos quatro anos, chegando a 11.601 quilos por hectare para a banana e 23.310 quilos por hectare para o maracujá. Os principais municípios cearenses produtores de banana são: Missão Velha, Limoeiro do Norte, Varjota e Itapipoca. A produção de banana, em 2019 foi cultivada em 162 municípios cearenses. Os dez principais responderam por 60,3%, do valor total produzido pelo Ceará. Os municípios com maior produção de maracujá são: Viçosa do Ceará, Ubajara, Ibiapina e Guaraciaba do Norte, esses quatro foram responsáveis por 71,2% da produção total do Ceará.

A produção de caju passou por um processo de mudança de árvore, em que os cajueiros gigantes foram sendo substituídos pelo cajueiro anão precoce o que explica o rendimento bem baixo em 2016. Mas nos anos seguintes o rendimento aumentou consideravelmente, atingindo rendimento de 325 quilos por hectare em 2019. O valor da produção atingiu maior valor em 2017 (R\$ 284,1 milhões) e em 2019 o valor foi de R\$ 256,4 milhões. A castanha de caju foi cultivada em 153 municípios cearenses, os dez principais responderam por 67,9% do valor total gerado no Ceará. Os principais municípios cearenses produtores de castanha de caju são: Bela Cruz, Beberibe, Ocara e Cascavel.

Embora a quantidade de coco-da-baía tenha aumentado em 2019, o valor da produção reduziu devido ao preço que caiu 21,9%. Dessa forma o valor da produção no último ano analisado foi de R\$ 157,7 milhões. Os municípios cearenses que mais produzem coco-da-baía são Paraipaba, Trairi, Acaraú e Itarema.

Destaca-se também a produção de mamão que vem aumentando o rendimento e o valor da produção nos quatro anos analisados. Melão vem perdendo espaço na fruticultura cearense devido à incerteza da disponibilidade de água para produção. Manga e goiaba vêm ganhando notoriedade com aumento do valor da produção e melhoria do rendimento.

**Tabela 3.2:** Participação do Valor da Produção e Quantidade das principais frutas - Ceará - 2016 a 2019

Frutas	Valor da produção (R\$ mil)				Rendimento médio (kg/ha)			
	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019
Banana	351.955	638.697	474.667	426.407	8.274	9.836	9.821	11.601
Maracujá	150.498	161.246	246.332	326.099	17.789	17.249	21.489	23.310
Castanha de caju	119.095	284.111	243.993	256.395	82	260	304	325
Coco-da-baía*	170.200	145.361	169.571	157.742	6.726	4.792	6.631	7.946
Mamão	78.402	97.742	79.930	108.212	42.055	44.381	49.497	59.597
Melão	103.254	62.069	80.715	62.257	30.393	27.586	31.989	33.236
Manga	33.442	37.465	31.055	35.008	8.088	8.036	9.664	9.725
Goiaba	23.371	27.045	27.481	33.175	9.964	11.448	12.955	14.850
Melancia	20.771	17.371	23.478	32.209	24.666	23.440	25.277	20.898
Limão	7.136	7.606	11.669	21.153	6.012	6.494	7.775	14.105
Abacate	3.061	4.360	6.159	14.231	5.007	4.830	6.289	9.726
Laranja	5.590	8.250	8.526	8.186	5.623	6.176	7.132	7.970
Tangerina	1.064	1.371	2.550	3.227	3.876	4.824	6.194	8.176
Uva	2.072	2.013	1.198	1.832	21.111	19.667	20.095	24.522
Abacaxi*	3.294	1.440	658	834	27.138	16.222	9.370	16.148
Total da produção de frutas do Ceará	1.073.205	1.496.147	1.407.982	1.486.967	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

### Outras culturas

Em 2016, o valor da produção do tomate foi de R\$ 198,8 milhões, em 2019 passou para R\$ 407,1 milhões. Esse aumento do valor foi influenciado principalmente pelo aumento de 35,1% do preço, comparado com 2018. Quando comparado 2019 com 2016 o aumento de preço foi de 60,1%. Os principais municípios produtores são: Guaraciaba do Norte, Tianguá, São Benedito e Ibiapina. Os dez principais municípios responderam por 85,1% do valor total de tomate produzida no Ceará.

O valor de produção da mandioca de 2019 foi menor do que 2017 e 2018, com valor de R\$ 193 milhões explicado pela forte queda de preço. Porém, quando se analisa a quantidade e o rendimento verificou-se aumento da produção. A produção de mandioca em 2019 esteve presente em 169 municípios cearenses, sendo os principais Salitre, Araripe, Granja e Amontada.

A produção de batata-doce está crescendo no Ceará nos últimos anos, passando do valor de R\$ 35,3 milhões, em 2016, para R\$ 115,2 milhões em 2019. Esse crescimento vem acompanhado do aumento de rendimento dessa cultura que nesse último ano atingiu o melhor desempenho, 18.952 quilos por hectare. O valor da produção de cana-de-açúcar vem em queda passando de R\$ 98,4 milhões para R\$ 87,3 milhões, embora se veja crescimento no rendimento.

**Tabela 3.3:** Participação da Quantidade e Valor da Produção de lavouras do Ceará no Nordeste e Brasil - Ceará - 2016 a 2019

Batatas, hortaliças e outros	Valor da produção (R\$ mil)				Rendimento médio (kg/ha)			
	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019
Tomate	198.834	247.329	258.748	407.073	48.517	46.756	56.269	64.475
Mandioca	162.186	215.080	220.919	193.041	6.583	8.454	9.943	10.590
Batata-doce	35.311	55.063	92.504	115.158	10.843	13.137	17.696	18.952
Cana-de-açúcar	98.432	99.071	95.934	87.345	44.404	45.578	51.195	58.908

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

### 3.2. Produção Pecuária

O valor adicionado da atividade pecuária foi de 8,34% em 2019, comparado com 2018. Para esse mesmo período a taxa da pecuária para o Brasil foi de 1,81% e Nordeste 6,5%. Pode-se observar que a atividade pecuária apresentou desempenho acima da média do Brasil e Nordeste. No acumulado de 2016 a 2019 o Ceará também apresenta valor superior, com 36,1%, enquanto o Brasil foi 5,7% e para o Nordeste 17,2%. A pecuária cearense, em 2019 manteve a participação de 1,5% da economia do estado.

Ao analisar a participação de rebanho verificou-se que houve pequenas alterações, a participação de bovino do Ceará passou de 1,11%, em 2016, para 1,15%, considerando o total do Brasil; galináceos passou de 2,09% para 2,14%, em 2019. Apenas esses dois grupos tiveram ganho de participação tendo os demais apresentado perda entre os anos de 2016 a 2019. Esse mesmo comportamento foi observado para a participação do Ceará no total da região Nordeste (Tabela 3.4).

**Tabela 3.4:** Participação por tipo de rebanho do Ceará no Nordeste e Brasil - Ceará - 2016 a 2019

Tipo de rebanho	Participação (%) CE/NE				Participação (%) CE/BR			
	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019
Bovino	8,55	8,23	8,63	8,67	1,11	1,06	1,12	1,15
Equino	10,70	8,92	8,75	9,07	2,49	2,13	2,04	2,07
Suíno	21,70	20,09	20,39	20,12	3,12	2,76	2,84	2,91
Caprino	12,42	10,78	10,64	10,27	11,55	10,12	10,01	9,73
Ovino	19,78	18,48	18,36	17,29	12,46	11,98	12,24	11,92
Galináceos	18,11	18,17	18,41	17,24	2,09	2,11	2,14	2,14

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

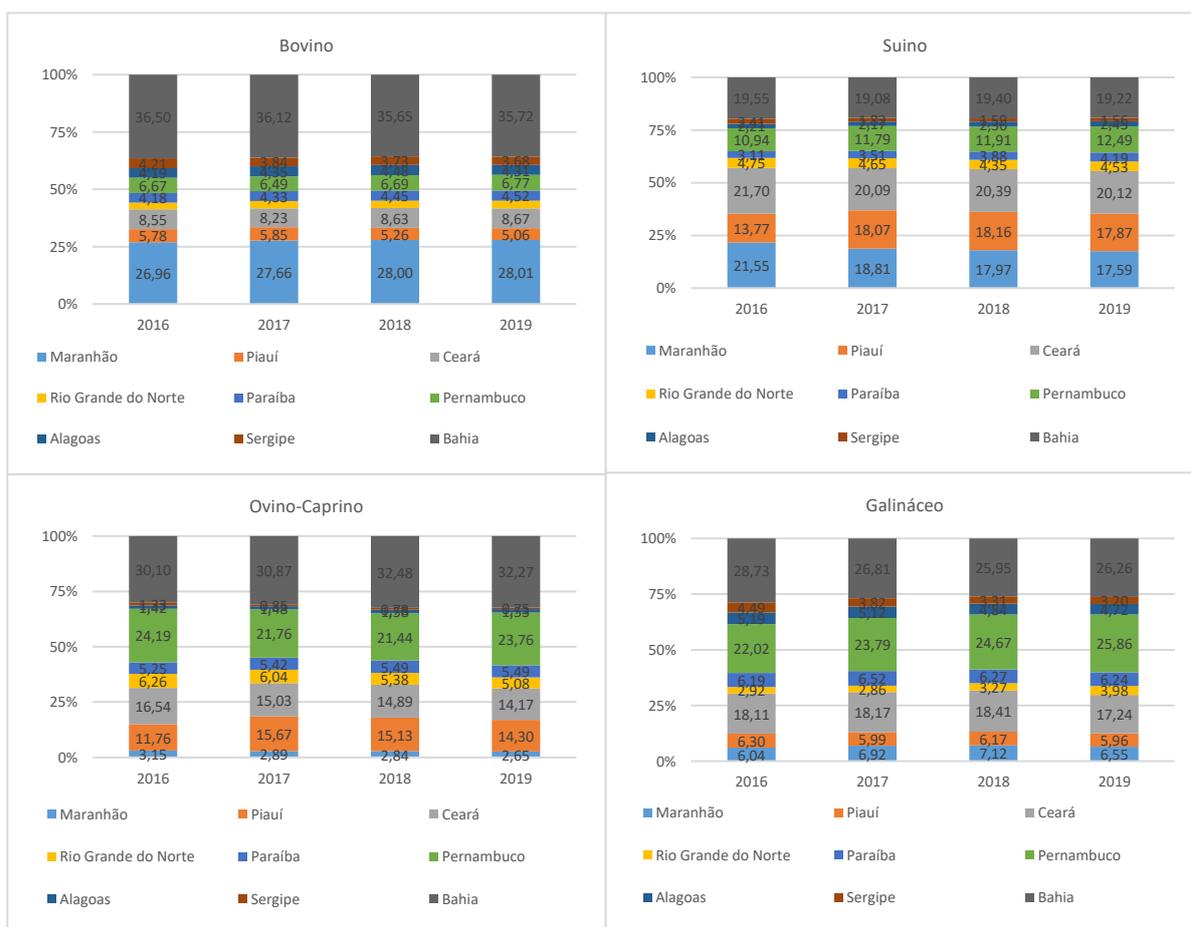
Para o período de 2016 a 2019, a Bahia apresentou participação em torno de 36% do total do rebanho bovino do Nordeste. Para o mesmo período a participação do Maranhão ficou entre 27% e 28%, enquanto que a participação do Ceará foi de aproximadamente 8%. Esse ranking se manteve nos quatro anos analisados.

Com relação ao rebanho de suíno, o Ceará possui o maior rebanho do Nordeste, com participação entre 20% e 21% entre os anos de 2016 e 2019. Maranhão e Bahia aparecem logo em seguida, ambos com participação em torno de 19% e 20%. Piauí está em 4º lugar, com participação de 13,8% em 2016 e passando para 17,9% em 2019.

Bahia aparece com o maior rebanho de ovino-caprino do Nordeste, com aproximadamente 30,0% em nos anos de 2016 a 2019. Pernambuco aparece logo em seguida com participação de 23,8% em 2019. Piauí e Ceará seguem como o terceiro e quarto maior rebanho de ovino-caprino.

Na criação de galináceo Bahia e Pernambuco aparecem com o maior rebanho do Nordeste, o primeiro com participação 26,3% e o segundo com 25,9% do total da região. O Ceará possui o terceiro maior rebanho de galináceos com participação de 17,2% em 2019 (Figura 3.6).

**Figura 3.6:** Participação do rebanho nos estados do Nordeste – 2016 a 2019



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

O Ceará vem aumentando a produção de produtos animais a destacar leite, ovos e mel. A produção de leite no Ceará continua em destaque passando em 2019 a ser o 10º maior produtor de leite do Brasil e o terceiro do Nordeste. Em 2016 o estado ocupava o 12º no ranking nacional. A quantidade de leite produzida no Ceará cresceu 60% de 2016 para 2019. Em termos de valor a produção aumentou 36,9%. Porém o preço médio do leite apresentou redução de 9,3%.

A produção de ovos também vem crescendo no Ceará ao longo desses anos, quando em 2019 registrou aumento de 45,1% na quantidade de produção e 38,6% no valor da produção, ambos comparados com 2016. Em 2019 a quantidade de produção de ovos foi recorde com 234 milhões de dúzias, chegando ao valor monetário de R\$ 946 milhões. O consumo de ovos está em ascensão nos últimos anos, ainda havendo espaço para a demanda continuar crescendo nos anos seguintes.

A produção de mel também apresentou crescimento significativo na série analisada, com destaque para os anos de 2018 e 2019, quando ultrapassou a marca de dois milhões de quilos, chegando a 2,7 milhões de quilos em 2019, crescimento de 133% com relação a 2016. Porém o valor do mel não está conseguindo se manter, registrado queda de 5,8% em 2019, comparado com 2018. O motivo é a redução

do preço, em 2017 o preço do quilo era R\$ 11,25 e em 2019 o quilo de mel estava custando R\$ 7,32. Esse comportamento pode desestimular o produto, visto que afeta na renda do mesmo.

**Tabela 3.5:** Quantidade e Valor da produção dos Produtos de origem animal – Ceará – 2016-2019

Produto	Valor da Produção (mil Reais)				Produção			
	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019
Leite (mil litros)	742.901	801.745	965.485	1.017.092	528.138	581.848	716.727	797.362
Ovos de galinha (mil dúzias)	682.422	779.576	798.848	946.101	161.557	177.781	202.995	234.379
Mel de abelha (quilograma)	12.465	19.991	20.815	19.603	1.149.390	1.776.231	2.113.192	2.677.489
Total	1.437.788	1.601.312	1.785.148	1.982.796	-	-	-	-

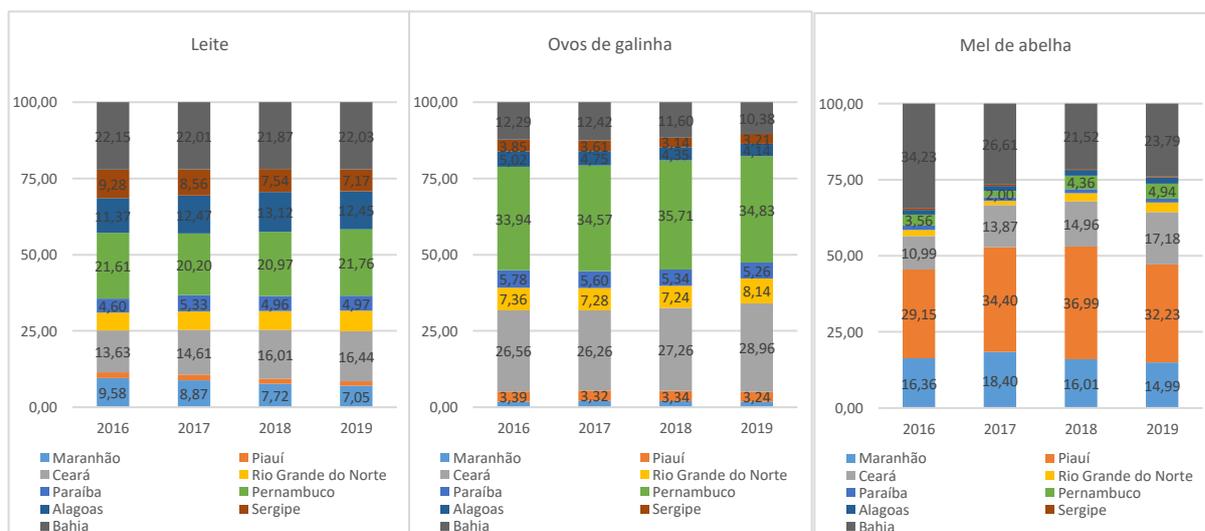
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Ao verificar a distribuição dos produtos de origem animal dentro da região Nordeste, constatou-se que o estado da Bahia lidera a participação da produção de leite. Para o ano de 2016 a participação da Bahia ficou em torno de 22% nos anos analisados. Pernambuco aparece em segundo lugar, com participação próximo de 21%, muito próximo da Bahia. O Ceará é o terceiro estado do Nordeste com maior produção de leite, registrando ganho de participação ao longo dos anos de 2016 a 2019, quando naquele ano participou com 13,6% e em 2019 passou para 16,4%.

Pernambuco é o estado com maior produção de ovos do Nordeste, em 2019 o estado foi responsável por 34,8% do total de ovos produzido na região. O Ceará está em segundo lugar, com ganho de participação no período analisado, em 2019 respondeu por 29,0% da produção. Em 2019, Bahia concentrou 10,4%.

Com relação a produção de mel, Piauí continua sendo o maior produtor, respondeu por 32,2% da produção do Nordeste em 2019. Em seguida está Bahia, com participação de 23,8%. O Ceará em 2019 ficou apareceu como terceiro maior produtor de mel da região, participou com 17,2%, ultrapassando Maranhão, que participou com 15% em 2019 (Figura 3.7).

**Figura 3.7:** Participação da produção dos produtos de origem animal nos estados do Nordeste – 2016 a 2019



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

### 3.3. Produção Pesca e Aquicultura

Para o Brasil o valor adicionado da atividade produção florestal, pesca e aquicultura, no acumulado do período de 2016 a 2019, registrou crescimento de 11,8%, para o Nordeste a variação foi 5,2%, bem abaixo do Brasil, enquanto no Ceará esse segmento registrou queda de 4,9%. Para o ano de 2019, com relação a 2018, a atividade para o Brasil teve queda de 0,01%, para o Nordeste crescimento de 0,4% e para o Ceará crescimento de 2,2%.

A atividade de pesca e aquicultura do Ceará foi fortemente atingida pelo período de seca de 2012 a 2016. Os açudes com baixa capacidade comprometeu a criação de tilápia, até 2019 os açudes ainda não estavam com quantidade de água ideal para a produção de tilápia. Dessa forma a produção em 2016 foi de 17,4 mil toneladas, em 2019 foi de apenas 5,5 milhões de toneladas, queda de 66,3%, conseqüentemente o valor da produção de tilápia também reduziu, passando de R\$ 113 milhões, em 2016 para R\$ 38,9 milhões, em 2019.

A produção de camarão no Ceará vem em 2017 e 2018 registrou redução, mas em 2019 apresentou sinais de recuperação com crescimento de 36,1%, encerrando o ano com 17,7 mil toneladas e valor de R\$ 340,6 milhões. Quanto a produção de larvas e pós-larvas de camarão verificou-se uma estabilidade nos anos de 2017 a 2019 tanto na quantidade produzida quanto no valor (Tabela 3.6).

**Tabela 3.6:** Participação da Quantidade e Valor da Produção dos principais produtos de pesca e aquicultura do Ceará no Nordeste e Brasil - Ceará - 2016 a 2019

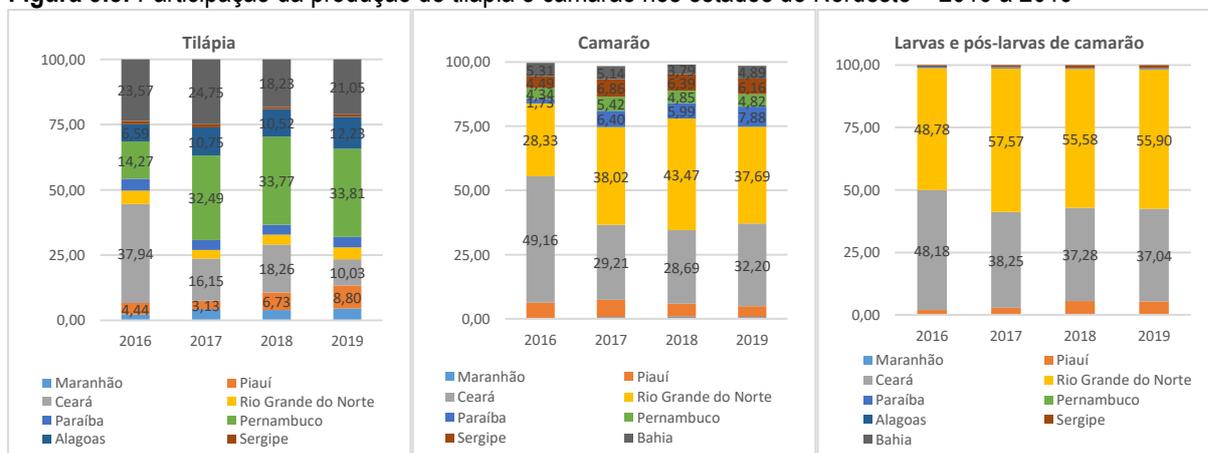
Produto	Valor da Produção (mil Reais)				Produção			
	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019
Tilápia (t)	113.074	73.854	68.766	38.933	17.366	10.204	11.122	5.845
Camarão (t)	366.975	239.995	253.323	340.590	25.431	11.857	13.045	17.752
Larvas e pós-larvas de camarão (milheiros)	49.590	41.613	45.060	46.851	6.074	4.162	4.515	4.442
Total VBP Pesca e aquicultura	529.639	355.462	367.149	426.374	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Ao observar a distribuição da produção de tilápia dentro da região Nordeste, constatou-se que o estado do Ceará liderou a produção em 2016, com participação de 37,9%. Em 2017 ficou no terceiro do ranking e em 2019 caiu para a quarta posição, com 10% de participação. Nesse último ano Pernambuco foi o maior em produção de tilápia, responsável por 33,8%. Bahia está em terceiro lugar da região, com participação de 21,0%, seguida de Alagoas com participação de 12,2%.

Com relação a produção de camarão, o Ceará em 2016 foi o maior produtor, responsável por 49,2% da produção, em 2017 caiu para o segundo lugar, com a participação caindo para 39,2%. Em 2019 a participação aumentou foi de 32,2, mantendo-se como o segundo maior produtor. A liderança foi o estado do Rio Grande do Norte que participou com 37,7%. Em terceiro lugar está Paraíba com 7,9% (Figura 3.8)

**Figura 3.8:** Participação da produção de tilápia e camarão nos estados do Nordeste – 2016 a 2019



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

## 4 INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Witalo de Lima Paiva<sup>7</sup>

### 4.1. Introdução

A presente seção traz uma análise do desempenho da indústria de transformação cearense para os anos de 2016 a 2019, permitindo uma leitura tanto de curto como de médio prazo. A avaliação utiliza os dados disponibilizados pela Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE) para o último ano disponível (2019). A partir da PIA é possível acessar um conjunto relevante de variáveis e indicadores que permite identificar as características estruturais da atividade industrial e a evolução destas ao longo dos anos. Dentre as diversas informações disponibilizadas, a avaliação construída nesta seção considerou as seguintes dimensões, a saber, a) Produção e Faturamento (*valor bruto da produção (VBP), valor da transformação industrial (VTI) e receita líquida de vendas industriais*); b) Custos de Produção (*gasto com salários e custo das operações industriais (COI)*); e c) Estrutura Produtiva (*número de firmas e quantidade de pessoal ocupado*).

A partir das variáveis selecionadas, o objetivo foi captar aspectos estruturais da indústria de transformação cearense quanto ao seu porte produtivo, faturamento, agregação de valor e custos. A dinâmica de tais características no intervalo de tempo considerado no estudo também é objeto de análise.

### 4.2. Produção e Faturamento

No ano de 2019, a indústria de transformação cearense registrou uma redução, em termos reais, de -0,87% em seu Valor Bruto de Produção (VBP) quando comparado com ano de 2018. Em valores nominais, o montante chegou a R\$ 44,0 bilhões em 2019. Em termos comparativos, o desempenho local foi melhor do que o observado para a região Nordeste e inferior ao nacional, cujas variações reais foram, respectivamente, de -2,51% e -0,43% na mesma comparação.

O resultado de 2019 para o Ceará acentua as perdas observadas em 2018 (-1,56%) e mantém o VBP em trajetória descendente após a alta expressiva de 2017 (9,77%). Importante destacar que o ano de 2017 marca a saída de crise econômica que caracteriza os anos de 2015 e 2016. Por outro lado, quando se considera o resultado acumulado para o período entre 2016 e 2019, os números se mantêm positivos e indicam a expansão da produção no médio prazo. De fato, a despeito das últimas reduções, a expansão da indústria cearense acumula uma alta de 7,11% no período considerado. O resultado local superou com folga o alcançado pela região Nordeste (1,71%) e ficou acima da taxa nacional (5,13%). Esses e outros números podem ser visualizados na tabela 4.1, a seguir.

Diferente do observado com o VBP, a indústria cearense registrou expansão no Valor da Transformação Industrial (VTI). O VTI é uma medida que capta a agregação de valor originada na produção da indústria, deduzindo do valor produzido os custos incorridos no processo produtivo com insumos, matérias-primas e outros elementos. Em 2019, o VTI foi de R\$ 18,9 bilhões, resultado de um crescimento real de 5,97% em relação ao ano anterior.

A performance local foi oposta à observada pelo país e pela região Nordeste, que registraram taxa reais negativas de -0,88% e -0,20%, respectivamente. O resultado de 2019 se opõe à forte retração registrada em 2018, cuja queda foi de -8,01% na comparação com 2017. Apesar da expansão no último ano, o

---

<sup>7</sup> Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

resultado acumulado para período de 2016 a 2019 indica uma queda de -2,43% no VTI da indústria de transformação cearense. A performance local é oposta à observada para o Nordeste e para Brasil que acumulam altas relevantes no mesmo período de, respectivamente, 11,61% e 10,80%. Os números também são apresentados na tabela 4.1.

**Tabela 4.1:** Produção e Faturamento na Indústria – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2019

Produção e Faturamento (R\$ bilhões)*					Participação (CE/BR e CE/NE)			Variação real (%)			
Brasil, Nordeste e Ceará	2016	2017	2018	2019	2016	2018	2019	2017/ 2016	2018/ 2017	2019/ 2018	2019/ 2016
	<b>Valor bruto da produção industrial (VBP)</b>										
<b>Brasil</b>	2.778,9	2.849,3	2.934,1	2.921,5	1,48	1,51	1,50	2,53	2,98	-0,43	5,13
<b>Nordeste</b>	297,7	301,7	310,5	302,7	13,79	14,28	14,52	1,37	2,92	-2,51	1,71
<b>Ceará</b>	41,0	45,1	44,4	44,0	-	-	-	9,77	-1,56	-0,87	7,11
<b>Valor da transformação industrial (VTI)</b>											
<b>Brasil</b>	1.054,3	1.080,4	1.178,6	1.168,2	1,84	1,51	1,62	2,47	9,09	-0,88	10,80
<b>Nordeste</b>	112,6	109,4	125,9	125,7	17,21	14,17	15,04	-2,84	15,10	-0,20	11,61
<b>Ceará</b>	19,4	19,4	17,8	18,9	-	-	-	0,10	-8,01	5,97	-2,43
<b>Receita líquida de vendas industriais (RLV)</b>											
<b>Brasil</b>	2.798,5	2.834,2	3.012,9	2.963,9	1,50	1,47	1,48	1,27	6,30	-1,63	5,91
<b>Nordeste</b>	296,1	305,8	326,3	308,7	14,15	13,61	14,22	3,26	6,73	-5,39	4,27
<b>Ceará</b>	41,9	45,7	44,4	43,9	-	-	-	9,16	-2,90	-1,16	4,77

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE). Elaboração Própria. \*Valores a preço de 2019, corrigidos por deflatores específicos: Índice de preços do Valor Bruto da Produção das contas regionais para Ceará, Brasil e Nordeste aplicados sobre os respectivos VBP; Índice de preços do Valor Adicionado Bruto das contas regionais para Ceará, Brasil e Nordeste aplicado sobre os respectivos VTI; Índice de preços ao produto amplo (IPA-DI) para produtos industriais aplicado sobre a RLV.

No tocante ao faturamento, a indústria de transformação no Ceará apresentou uma redução real de -1,16% em 2019 quando comparado a 2018, alcançando o valor de R\$ 43,9 bilhões. Tal resultado mantém a receita de vendas em trajetória descendente, dando sequência à taxa negativa registrada na comparação entre os anos de 2018 e 2017. Embora negativo, o desempenho cearense superou as taxas para o país e para o Nordeste que registraram reduções mais intensas em 2019. Já para o resultado acumulado entre os anos de 2016 a 2019, a indústria estadual registrou uma alta de 4,77% em sua receita líquida de vendas, ritmo superior ao regional e inferior ao alcançado pela manufatura nacional.

Além da evolução recente e no médio prazo para os indicadores de produção e faturamento, a análise também considera a participação cearense nas indústrias de transformação nordestina e do Brasil. Em termos estruturais, a participação cearense nos valores nacionais e regionais para o VBP, VTI e para as receitas foram similares no ano de 2018. De modo mais específico, a participação cearense foi relativamente menor para o faturamento e mais elevada para o VBP e, principalmente, para o VTI. Um destaque adicional foi a perda de participação regional na agregação de valor, onde o estado reduziu sua importância relativa em -2,16 pontos percentuais (pp) entre 2016 e 2019, apesar do ganho observado na comparação com 2018 (0,88pp). A tabela 4.1 traz os números.

Como sabido, os anos de 2015 e 2016 foram de agravamento da crise econômica brasileira, cujos efeitos se deram de forma intensa no parque industrial nacional. O ano de 2017 foi de recuperação, com a indústria conseguindo elevar a produção e o faturamento em ritmos interessantes. Já no ano de 2018, a indústria de transformação cearense não manteve o desempenho do ano passado. Os resultados podem ser explicados explicado tanto pelo ritmo intenso do ano anterior, o que eleva a base de comparação, como por fatos característicos de 2018, com destaque para a greve dos caminhoneiros e para a acirrada disputa eleitoral para presidente, como explicado em IPECE (2019) e IPECE (2020b).

Em 2019, os resultados são ambíguos, com crescimento para a agregação de valor e redução na produção e no faturamento. Conforme destacado em IPECE (2020a), o ano de 2019 foi de ajustes, de transição política, de alteração nas diretrizes da política econômica e de fortes correções fiscais tanto em nível federal, quanto para os estados e municípios, o que contribuiu para uma postura mais restritiva por parte dos agentes. Neste ambiente, se deu o arrefecimento da atividade e a manutenção do quadro de estagnação na produção e no faturamento, com reduções em relação ao anterior. Apesar deste quadro, a indústria conseguiu ampliar a agregação de valor, em um movimento favorecido pela base de comparação e por ganhos de eficiência associado à redução de custos.

### 4.3. Custos de Produção

A análise dos custos de produção considera o custo das operações industriais (COI), que representa os custos ligados diretamente à produção industrial, e os gastos com salários. No tocante aos custos operacionais, a indústria de transformação cearense apresentou queda, com redução de -2,09% em termos reais na comparação entre 2019 e 2018, alcançando a soma de R\$ 25,1 bilhões. No comparativo, a manufatura nordestina seguiu o mesmo movimento com uma redução mais intensa (-4,32%), ao passo que a indústria nacional registrou uma leve alta (0,32%). Com esse resultado, a indústria cearense interrompeu uma expansão observada desde 2017 e que explica a alta acumulada em 13,77% entre os anos de 2016 e 2019. A alta acumulada no estado se manteve em um patamar bem superior às médias nacional (4,97%) e regional, que registra redução (-0,27%). Tais resultados podem ser visualizados na tabela 4.2, a seguir.

O comportamento dos custos, tanto no curto quanto no médio prazo, ajudam a entender a dinâmica do VTI por parte da manufatura cearense. Apesar da redução e do alívio no ano de 2019, a alta acumulada dos custos, relativamente mais intensa do que a observada para produção e o faturamento, evidencia uma maior pressão na agregação de valor e na rentabilidade dos negócios. Tal pressão se mostra, inclusive, mais forte do que na indústria do Nordeste e do Brasil, o que fica claro quando se avalia a dinâmica dos valores para o VTI e para o COI.

Essa pressão a partir dos custos também pode ser analisada a partir de algumas relações que podem ser construídas considerando também os resultados referentes ao valor da produção (VBP) e ao faturamento (RLV). Na relação COI/VBP, tem-se um aumento de 6,22% entre os anos de 2016 e 2019, com o coeficiente passando de 0,5367 para 0,5700 no período. Já na relação COI/RLV o aumento, no mesmo intervalo de tempo, é ainda mais intenso e chega a 8,59%, com o coeficiente saltando de 0,5258 para 0,5709. A mesma análise para a manufatura no Nordeste e no Brasil mostram dinâmicas opostas, de redução nestes coeficientes. Na relação COI/VBP as reduções são, respectivamente, de -1,95% e -0,15; já para COI/RLV as variações são, na mesma ordem, -4,35% e -0,89%.

Quanto aos salários, o movimento é diferente. Em 2019, o gasto com remunerações do trabalho na indústria de transformação cearense aumentou, em termos reais, 1,59%, chegando a um total de R\$ 5,0 bilhões. O comportamento local foi divergente em relação ao Nordeste (-2,62%) e ao Brasil (-2,13%) que registraram reduções na comparação com 2018.

Considerando todo o período, a despeito da elevação recente, os gastos com o fator trabalho acumulam uma redução em termos reais de -0,96% entre 2019 e 2019, em um movimento que é comum, mas menos intenso, ao registrado na indústria no Nordeste e no restante do país. Assim, seja no curto ou no médio prazo, a evolução dos salários mostrou um certo descolamento da produção, com evoluções distintas daquelas observadas nos valores produzidos. Os números também são apresentados na tabela 4.2.

**Tabela 4.2:** Custo de Produção na Indústria – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2019

Custos de Produção (R\$ bilhões)*					Participação (CE/BR e CE/NE)			Variação real (%)			
Brasil, Nordeste e Ceará	2016	2017	2018	2019	2016	2018	2019	2017/ 2016	2018/ 2017	2019/ 2018	2019/ 2016
<b>Custos das operações industriais (COI)</b>											
<b>Brasil</b>	1.670,3	1.712,4	1.747,7	1.753,3	1,32	1,46	1,43	2,52	2,06	0,32	4,97
<b>Nordeste</b>	177,6	185,1	185,0	177,1	12,41	13,84	14,15	4,24	-0,06	-4,27	-0,27
<b>Ceará</b>	22,0	25,0	25,6	25,1	-	-	-	13,30	2,56	-2,09	13,77
<b>Salários, retiradas e outras remunerações</b>											
<b>Brasil</b>	291,7	293,3	291,9	285,7	1,72	1,68	1,74	0,58	-0,49	-2,13	-2,04
<b>Nordeste</b>	24,6	24,8	24,4	23,7	20,45	20,13	21,00	0,89	-1,81	-2,62	-3,53
<b>Ceará</b>	5,0	5,1	4,9	5,0	-	-	-	0,51	-3,00	1,59	-0,96

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE). Elaboração Própria. \*Valores a preço de 2019, corrigidos por deflatores específicos: Índice de preços do Consumo Intermediário das contas regionais para Ceará, Brasil e Nordeste aplicados sobre os respectivos COI; INPC aplicado sobre salários.

Além da dinâmica comentada acima, a análise trata da participação cearense nos indicadores correspondentes para o Nordeste e o Brasil. Quanto aos custos operacionais, a participação cearense está em linha com a participação na produção e no faturamento. De todo modo, vale destacar a alta de 1,75pp na participação regional. Por outro lado, a participação estadual no gasto com salários é relativamente superior, sugerindo um processo produtivo mais intenso no fator trabalho.

#### 4.4. Estrutura Produtiva

No tocante à estrutura de produção na indústria cearense, a atenção se volta para o número de firmas em operação e o estoque de pessoal ocupado.

Sobre a quantidade de unidades locais de produção, a indústria de transformação cearense voltou a apresentar expansão em 2019, assim como no ano anterior. No ano, o número de fábricas cresceu 1,09% em relação a 2018 e chegou a 5.283 unidade. Entre os anos de 2016 e 2019, a evolução também é positiva, com crescimento de 2,05%. No comparativo entre os parques fabris, tanto a região como o país apresentaram dinâmicas opostas ao Ceará, com redução na quantidade de plantas industriais, seja no curto ou médio prazo. Já na análise conjunta os demais indicadores, tem-se que a expansão da estrutura produtiva não está refletida no valor da produção, no faturamento, nem nos custos operacionais, que registraram reduções no curto prazo. Por outro lado, no médio prazo, entre 2016 e 2019, os movimentos se dão na mesma direção. Tais resultados podem ser visualizados na tabela 4.3, a seguir

O estoque de empregados na manufatura cearense também apresentou crescimento em 2019, seguindo a expansão no número de unidade produtivas. Em relação ao ano anterior, o aumento na quantidade foi de 2,34%, alcançando o contingente de 218,9 mil trabalhadores. Na mesma comparação, as indústrias no Nordeste e no Brasil reduziram o número de empregados em -1,55% e -0,76%, respectivamente. Tais evoluções ajudam a entender a dinâmica observada nos gastos com salários comentada anteriormente. Já no médio prazo, entre os anos de 2016 e 2019, a evolução da mão de obra empregada não acompanhou a expansão do parque industrial cearense. No período, o estoque de trabalhadores foi reduzido em -0,67%, acompanhando a dinâmica regional e do país. Os números podem ser visualizados na tabela 4.3.

Uma análise complementar é observar a evolução do tamanho médio das firmas em termos de pessoal ocupado, o que pode ser avaliado a partir da relação entre os dois indicadores estruturais adotados aqui. Entre 2016 e 2019, as firmas cearenses se tornaram menores no tocante ao número de trabalhadores, com uma redução de -2,66% na média de empregados, que passou de 42,6 para 41,4 empregados por

firma. No mesmo período, as manufaturas no Nordeste e no Brasil registram crescimento neste indicador, respectivamente, de 4,26% e 4,29%. Nos anos considerados, o tamanho médio das firmas cearenses pareceu convergir para as médias regional e do país, mas ainda permaneceu maior. De fato, em 2019, a média para o Nordeste (40,1) e a nacional (38,7) são inferiores a registrada pela indústria de transformação cearense (41,4).

**Tabela 4.3:** Estrutura Produtiva na Indústria – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2019

Estrutura Produtiva					Participação (CE/BR e CE/NE)			Variação (%)			
Brasil, Nordeste e Ceará	2016	2017	2018	2019	2016	2018	2019	2017/2016	2018/2017	2019/2018	2019/2016
	<b>Número de Firms (nº unidades locais)</b>										
<b>Brasil</b>	189.846	181.959	183.086	179.186	2,73	2,85	2,95	-4,15	0,62	-2,13	-5,62
<b>Nordeste</b>	23.885	23.307	23.037	22.040	21,67	22,69	23,97	-2,42	-1,16	-4,33	-7,72
<b>Ceará</b>	5.177	5.117	5.226	5.283	-	-	-	-1,16	2,13	1,09	2,05
<b>Pessoal ocupado (Mil Pessoas)*</b>											
<b>Brasil</b>	7.051,6	6.970,4	6.994,2	6.941,0	3,13	3,06	3,15	-1,15	0,34	-0,76	-1,57
<b>Nordeste</b>	918,6	905,0	897,7	883,8	24,00	23,83	24,77	-1,48	-0,81	-1,55	-3,79
<b>Ceará</b>	220,4	217,6	214,0	218,9	-	-	-	-1,30	-1,66	2,34	-0,67

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE). Elaboração Própria. \*Pessoal Ocupado em 31 de dezembro de cada ano.

Por fim, a indústria cearense possui, nos indicadores de estrutura produtiva, participações maiores do que as observadas nos indicadores da produção, tanto em relação ao país como numa avaliação regional. Nesta configuração, a indicação é de um parque fabril relativamente menos produtivo que a média nordestina e brasileira e mais intenso no fator trabalho, como já sugerido pela maior participação nos gastos com salários.

#### 4.5. Segmentos Industriais

Nesta etapa, a análise se aprofunda na indústria de transformação e em seus segmentos componentes. Como de costume, o objetivo é avaliar a composição, as atividades que a caracterizam e o desempenho de cada uma delas. Tal abordagem aprofunda os resultados e o entendimento sobre a estrutura e a dinâmica da manufatura no estado entre os anos de 2016 e 2019.

Entre as principais atividades que caracterizam a indústria de transformação no Ceará, manteve-se o predomínio daquelas produtoras de alimentos, calçados, confecção e vestuário, bebidas e têxteis, entre os anos de 2016 e 2019. Em conjunto, tais atividades concentraram 57,5% do VTI total do estado em 2019, o equivalente a R\$ 10,9 bilhões. Em 2016, esse percentual foi maior, alcançando 64,2%. Em paralelo a esta relativa estabilidade, duas atividades merecem destaque pelos ganhos de participação na geração de valor agregado na manufatura cearense, a saber: Fabricação de produtos químicos e Metalurgia.

Em 2019, a participação da Indústria química no VTI total da Transformação, no estado, chegou a 5,14%, uma alta de 0,87pp em relação a 2016, que a colocou como a sexta maior em agregação de valor, superando inclusive a Indústria têxtil, cuja participação foi 4,44%. O aumento experimentado pelo segmento químico ficou atrás somente da expansão registrada pela Metalurgia, que alcançou o percentual de 10,42%, com alta de 8,67pp. Como consequência, o segmento metalúrgico manteve a terceira posição entre as principais indústrias cearenses, ficando atrás apenas da Fabricação de alimentos (19,46%) e de Calçados (18,16%), que possuem as maiores participações na geração de VTI e dominam a manufatura estadual. A tabela 4.3, a seguir, traz estas e outras informações.

Como destacado na edição anterior, com o desenvolvimento da operação da Companhia Siderurgia do Pecém (CSP), que se destaca na produção de placas de aços, o segmento da Metalurgia assume maior relevância na indústria cearense. Seguindo a evolução da companhia, cuja operação iniciou em 2016, a atividade de Metalurgia se consolida como o terceiro mais importante no estado.

As principais indústrias, que caracterizam a atividade da transformação no Ceará, foram responsáveis por 82,82% do VTI total gerado pelo segmento, em 2019. O percentual ficou próximo ao observado em 2016, que foi de 82,27%. Embora os percentuais tenham se mantidos próximos e indiquem relativa estabilidade no grupo, o período foi de mudanças relevantes intragrupo, como destacado acima. Considerando a estrutura da manufatura nacional, tais segmentos responderam, em 2019, por 60,09% do VTI total da transformação no país, o que demonstra as diferenças de composição entre os parques local e brasileiro.

Em termos de participação no país, as principais indústrias no Ceará, participaram com 2,2% do respectivo VTI gerado nacionalmente. A participação deste grupo de atividades é maior do que a alcançada por toda indústria de transformação cearense, que respondeu por apenas 1,6% do VTI nacional, em 2019. Considerando a participação individual, neste mesmo ano, a Fabricação de calçados (17,5%), Confecção e vestuário (6,7%), Têxteis (4,4%) e Fabricação de máquinas e aparelhos elétricos (3,1%) foram as de maiores destaque.

**Tabela 4.4:** Valor da Transformação Industrial - Principais Atividades da Indústria de Transformação no Ceará – 2016 e 2019

Atividades Industriais	Ceará					Brasil					Part. (%) Ceará/Brasil		Importância Local Relativa	
	2016		2019		Variação Part. (p.p.)	2016		2019		Variação Part. (p.p.)	2016	2019	2016	2019
	Valor (R\$ bilhões)	Part. (%)	Valor (R\$ bilhões)	Part. (%)		Valor (R\$ bilhões)	Part. (%)	Valor (R\$ bilhões)	Part. (%)					
Fabricação de produtos alimentícios	3,219	20,09	3,679	19,46	- 0,63	202,514	20,99	209,595	17,94	- 3,05	1,6	1,8	0,96	1,08
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	3,410	21,28	3,434	18,16	- 3,12	18,768	1,95	19,603	1,68	- 0,27	18,2	17,5	10,94	10,82
Metalurgia	0,281	1,75	1,969	10,42	8,67	51,069	5,29	67,906	5,81	0,52	0,5	2,9	0,33	1,79
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1,630	10,17	1,787	9,45	- 0,72	23,129	2,40	26,521	2,27	- 0,13	7,0	6,7	4,24	4,16
Fabricação de bebidas	1,222	7,63	1,131	5,99	- 1,64	37,613	3,90	41,766	3,58	- 0,32	3,2	2,7	1,96	1,67
Fabricação de produtos químicos	0,684	4,27	0,973	5,14	0,87	90,487	9,38	100,486	8,60	- 0,78	0,8	1,0	0,46	0,60
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,787	4,91	0,924	4,89	- 0,02	25,575	2,65	30,248	2,59	- 0,06	3,1	3,1	1,85	1,89
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	1,144	7,14	0,922	4,87	- 2,26	108,866	11,29	186,800	15,99	4,70	1,1	0,5	0,63	0,30
Fabricação de produtos têxteis	0,806	5,03	0,839	4,44	- 0,59	16,402	1,70	19,037	1,63	- 0,07	4,9	4,4	2,96	2,72
<b>Atividades Seleccionadas</b>	<b>13,181</b>	<b>82,27</b>	<b>15,657</b>	<b>82,82</b>	<b>0,55</b>	<b>574,423</b>	<b>59,55</b>	<b>701,963</b>	<b>60,09</b>	<b>0,54</b>	<b>2,3</b>	<b>2,2</b>	<b>1,38</b>	<b>1,38</b>
<b>Demais Atividades</b>	<b>2,841</b>	<b>17,73</b>	<b>3,247</b>	<b>17,18</b>	<b>- 0,55</b>	<b>390,183</b>	<b>40,45</b>	<b>466,210</b>	<b>39,91</b>	<b>- 0,54</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>	<b>0,44</b>	<b>0,43</b>
<b>Indústrias de Transformação Total</b>	<b>16,022</b>	<b>100,00</b>	<b>18,903</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>964,606</b>	<b>100,00</b>	<b>1.168,173</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>1,7</b>	<b>1,6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA, 2016/IBGE). Elaboração própria. Valores correntes. Ordenados pela maior participação na indústria cearense em 2019.

Ainda no tocante a análise setorial, destaca-se a importância relativa da atividade para a indústria local vis a vis a importância desta na indústria nacional<sup>8</sup>. Em 2019, os segmentos de Calçados, Vestuário, Têxteis e a Fabricação de máquinas e aparelhos elétricos se sobressaem com o maior coeficiente. De modo distinto, a produção de Combustíveis e produtos derivados do petróleo tem uma maior importância em nível nacional, assim como a Fabricação de produtos químicos. Na comparação com o ano de 2016, merece destaque o aumento registrado pela Metalurgia, de 0,33 para 1,79 em 2019.

Como última análise, cabe avaliar o crescimento real experimentado pelas principais atividades industriais no Ceará. Na comparação entre 2019 e 2018, os destaques positivos foram as atividades de Fabricação de alimentos (17,68%) e de Máquinas aparelhos e materiais elétricos (15,92%). No período, o grupo das principais das principais atividades no Ceará, cresceu 5,11%, um desempenho muito superior ao observado em nível nacional, que apresentou um recuo de -0,42%. A tabela 4.5, a seguir, apresenta todos os números comentados.

Na análise de médio prazo, entre os anos de 2016 e 2019, os destaques são as atividades de Metalurgia, com uma expansão fortíssima, de 480,37%, que ainda pode ser associada ao início da operação da siderúrgica CSP, e a Fabricação de produtos químicos, com expansão de 17,54%. Considerando o total do grupo, o período foi de retração no Ceará, com queda de -1,78%. Esse resultado agregado para o Ceará reflete o fato de que todas as atividades, a exceção dos destaques, registraram retrações no período. No conjunto da indústria de transformação, o segmento seguiu a dinâmica dada pelo grupo das principais atividades.

Já na comparação a manufatura nacional, o quadro é o oposto da análise de curto prazo. Entre 2016 e 2019, o resultado nacional para o grupo das principais indústrias cearenses é um crescimento relevante de 11,80%. O conjunto da indústria de transformação seguiu na mesma toada, com alta de 10,80%. A tabela 4.5 traz os números.

**Tabela 4.5:** Crescimento Real (%) do Valor da Transformação Industrial - Principais Atividades da Indústria de Transformação no Ceará e comparação com Brasil – períodos selecionados

Atividades Industriais	Crescimento Real (%) 2019/2018		Crescimento Real (%) 2019/2016	
	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil
Fabricação de produtos alimentícios	17,68	-0,53	-5,50	-5,31
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	1,32	-3,16	-16,72	-4,44
Metalurgia	-9,47	-15,42	480,37	21,65
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	10,67	-0,13	-9,31	4,91
Fabricação de bebidas	-4,23	0,59	-23,43	1,59
Fabricação de produtos químicos	10,04	-2,45	17,54	1,60
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	15,92	2,92	-2,92	8,21
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	3,87	7,64	-33,37	56,98
Fabricação de produtos têxteis	-0,37	-3,14	-13,92	6,19
<b>Atividades Selecionadas</b>	<b>5,11</b>	<b>-0,42</b>	<b>-1,78</b>	<b>11,80</b>
<b>Demais Atividades</b>	<b>10,32</b>	<b>-1,57</b>	<b>-5,47</b>	<b>9,32</b>
<b>Indústrias de Transformação Total</b>	<b>5,97</b>	<b>-0,88</b>	<b>-2,43</b>	<b>10,80</b>

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE). Elaboração Própria. \*Valores a preço de 2019, corrigidos por deflatores específicos: Índice de preços do Valor Adicionado Bruto das contas regionais para Ceará e Brasil.

<sup>8</sup> A medida de *Importância Local Relativa* estabelece uma relação (A/B) entre as participações da atividade na indústria cearense (A) e na indústria nacional (B). Ao comparar as participações relativas, a medida indica uma importância relativamente maior para indústria local quando o valor for superior a 1,0. Quanto mais alto, maior a importância para manufatura cearense relativamente ao Brasil.

## 5 ESTRUTURA PRODUTIVA DO SETOR DE SERVIÇOS

Daniel Suliano<sup>9</sup>

### 5.1. Introdução

Diferentemente da indústria e do comércio, que permite separar de forma temporária a aquisição do bem do seu consumo, nos serviços isso não ocorre. Assim, nesse setor, sua principal característica se dá pela indissociabilidade entre produção e consumo. Portanto, quando um serviço é ofertado sua consumação é imediata, sem a possibilidade de estoque.

Nesse capítulo será analisada a estrutura do setor de serviços a partir da Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A PAS é uma pesquisa de periodicidade anual. A unidade de investigação são as empresas formalmente constituídas e registradas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Secretaria da Receita Federal. A principal fonte de receita dessas empresas é a prestação de serviços não-financeiros.

A unidade de investigação da PAS é a empresa. Define-se uma empresa como uma unidade jurídica caracterizada por uma firma ou razão social que engloba o conjunto de atividades econômicas exercidas em uma ou mais unidades locais<sup>10</sup>. As empresas são as unidades de decisão, de existência jurídica, que assumem obrigações financeiras e estão à frente das transações de mercado. Adicionalmente, é também sobre as empresas que recai a obrigatoriedade dos registros contábeis, balanços, etc. portanto, a empresa constitui a unidade adequada tanto para as análises dos comportamentos dos agentes econômicos como para a investigação estatística [IBGE (2005)].

A classificação de referência da PAS tem como base a Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0) e as empresas em situação ativa no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE).

### 5.2. Apresentação dos Setes Segmentos Componentes das PAS

A Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) é composta por sete segmentos, a saber: serviços prestados às famílias; serviços de informação e comunicação; serviços profissionais, administrativos e complementares<sup>11</sup>; transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio; atividades imobiliárias; serviços manutenção e reparação e outras atividades de serviços.

Em termos de Produto Interno Bruto (PIB), o Gráfico 5.1 apresenta a participação do Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada um dos segmentos dos serviços não-financeiros no ano de 2019. O Valor Adicionado é o principal componente do PIB e corresponde à diferença entre o Valor Bruto da Produção e o Consumo Intermediário (CI). Trata-se do valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo.

Os dados revelam que quase 1/3 do Valor Adicionado da PAS origina-se dos serviços profissionais, administrativos e complementares, enquanto quase 1/4 deles são produzidos pelos transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio.

---

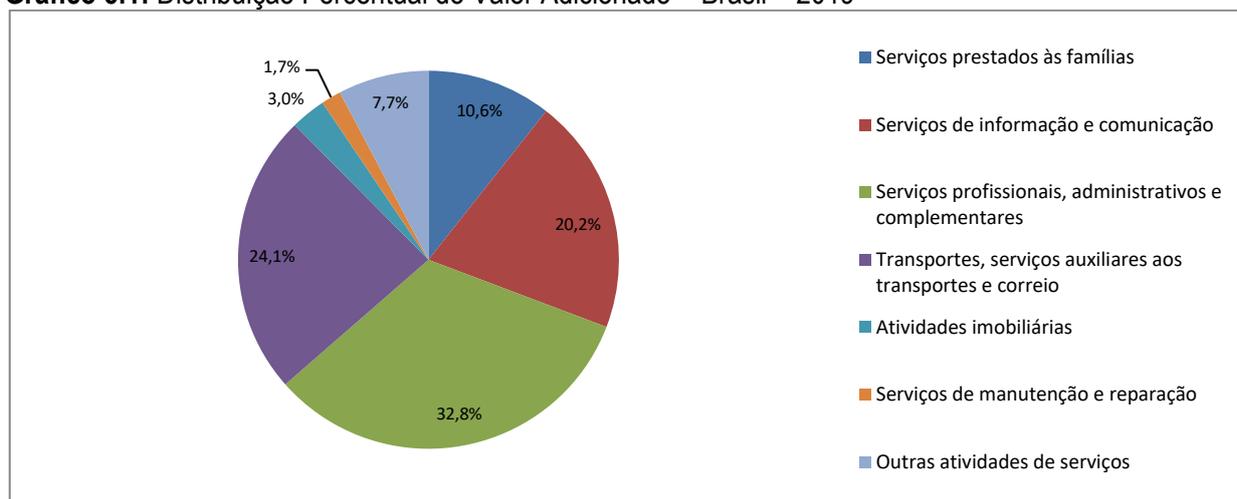
<sup>9</sup> Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

<sup>10</sup> Unidade local é o espaço físico que uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas correspondendo a cada endereço de atuação da empresa.

<sup>11</sup> Para os Estados esse segmento recebe o nome de serviços prestados às empresas.

Os serviços profissionais, administrativos e complementares é uma atividade que tem como característica os serviços técnico-profissionais com sua produção destinada ao consumidor final e predominância locacional em áreas urbanas. Dentre as diversas atividades que compõem o segmento, pode-se mencionar as consultorias, escritórios de advocacia, contabilidade e publicidade, empresas de engenharia e arquitetura, locação de mão de obra, agência de viagens, escritórios, atividades paisagísticas e serviços de vigilância. Como apontado por IBGE (2014), são negócios que prestam serviços de apoio e complemento à produção de outras organizações e cujas atividades são intensivas em pessoal ocupado com um número expressivo de empresas<sup>12</sup>.

**Gráfico 5.1:** Distribuição Percentual do Valor Adicionado – Brasil – 2019



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

O segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio tem como característica o deslocamento das pessoas bem como o escoamento e a distribuição da produção utilizando o modal ferroviário, metroviário, rodoviário, aquaviário e aéreo. No Brasil, esse segmento tem predominância de empresas rodoviárias de carga. Adicionalmente, trata-se de um setor intensivo em capital por conta sistema de logística e segurança, aquisição de frotas e equipamentos.

Outro segmento com alta participação no Valor Adicionado da PAS são os serviços de informação e comunicação, com 1/5 do total. Semelhantemente ao segmento de transportes, é um setor em que as empresas são intensivas em capital e ligadas a investimentos de infraestrutura tais como redes de telefonia, redes de fibras óticas, instalação de antenas etc. Parte dessas atividades são associadas a setores que fazem parte da quarta revolução industrial. Assim, pode-se também destacar seu potencial de inovação além de incorporar empresas nas quais a produtividade é superior ao observado nos demais segmentos. É também possível destacar que as empresas que atuam nesse segmento fazem parte da área de criação, disseminação, transmissão e armazenamento de produtos de conteúdo, transformações econômicas e crescimento do mundo digital.

Quanto aos serviços prestados as famílias, participam com pouco mais de 10% no VAB. Arbache (2015) observa que é um segmento caracterizado por elevada heterogeneidade na sua composição com empresas que se movem de acordo com o ciclo dos negócios e, portanto, respondem de forma mais intensiva as condições macroeconômicas. O segmento outras atividades se aproximam dos 8% na participação do Valor Adicionado Bruto. Por fim, as menores participações estão com as atividades imobiliárias e os serviços de manutenção e reparação com percentuais de 3% e 1,7%, respectivamente.

<sup>12</sup> Ver seção 5.3 a seguir. Como será visto, é o segmento com o maior número percentual de empresas e de pessoal ocupado no Brasil.

### 5.3. Análise da Receita Operacional na PAS

O Gráfico 5.2 apresenta a evolução da participação da receita operacional líquida para os sete agrupamentos que compõem a Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) do Brasil. A receita operacional líquida são as receitas brutas provenientes da exploração das atividades principais e secundárias exercidas pela empresa, com deduções dos impostos e contribuições das vendas canceladas, abatimentos e descontos incondicionais.

No caso dos entes subnacionais, a PAS disponibiliza dados da receita operacional bruta. Assim, no Gráfico 5.3 é apresentada a evolução da receita operacional líquida para os segmentos do Estado do Ceará. A receita bruta é proveniente da revenda de mercadorias, bem como outras receitas provenientes de atividades industriais, construção etc., sem dedução dos impostos incidentes sobre estas receitas, dos impostos e contribuições recolhidos via Simples Nacional, caso a empresa tenha optado por esta tributação, assim como das vendas canceladas, abatimentos e descontos incondicionais.

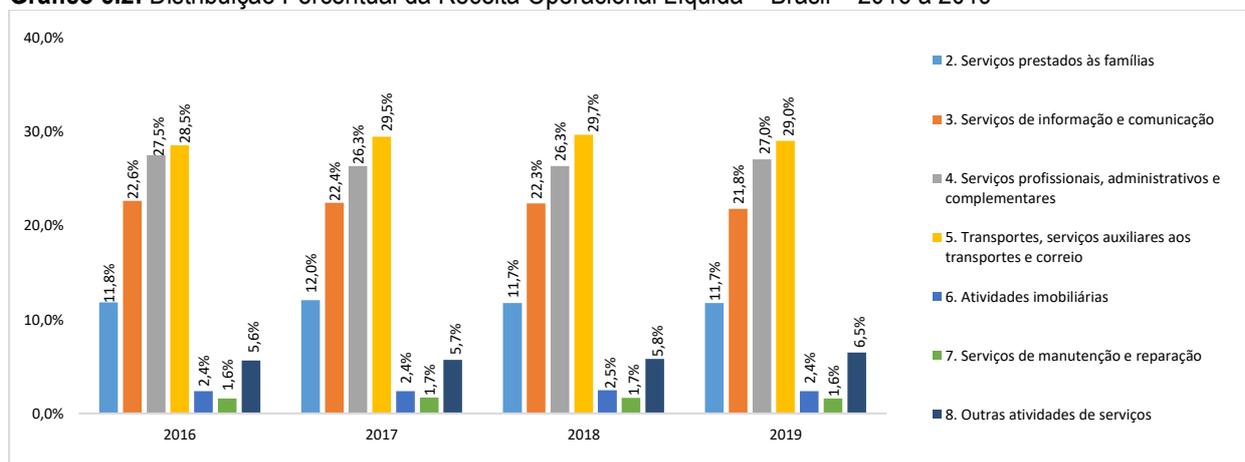
De início, pode-se observar ao longo do período analisado que os sete segmentos que compõem os serviços nacionais permanecem inalterados em termos hierárquicos. Dito de outra forma, não ocorre alteração em termos de posição no que tange a receita operacional líquida nacional entre os diferentes segmentos. Essa ausência também é observada quando se analisa o percentual de participação entre os segmentos que compõem a receita operacional bruta do Estado do Ceará.

No Brasil, dois segmentos apresentam destaque, com participação acima de  $\frac{1}{4}$  ao longo da série histórica: transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio e os serviços profissionais, administrativos e complementares. No caso do primeiro, sua participação se aproxima de quase 30% no ano de 2019.

Por sua vez, informação e comunicação, embora tenha perdido leve participação no ano de 2019 apresentou participação acima de  $\frac{1}{5}$  ao longo do período. Já os serviços prestados às famílias representam 10% e outras atividades um valor um pouco acima de 5% (6,5% no ano de 2019).

Finalmente, as atividades imobiliárias participam com pouco mais de 2% e os serviços de manutenção e reparação tem a menor participação (em média, pouco acima de 1,5%).

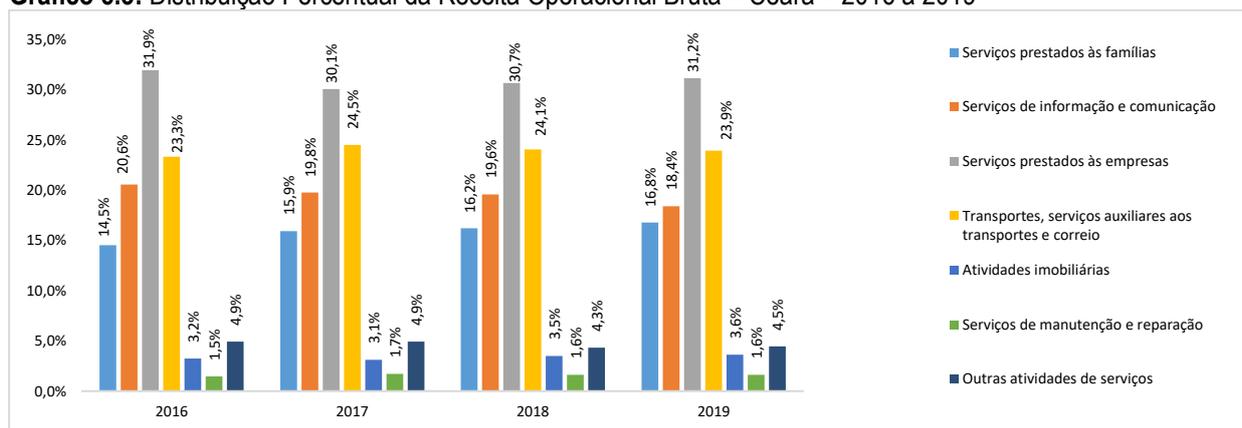
**Gráfico 5.2:** Distribuição Percentual da Receita Operacional Líquida – Brasil – 2016 a 2019



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Para o Ceará, quando se observa o Gráfico 5.3 é o segmento dos serviços prestados às empresas – nomenclatura para o segmento dos serviços profissionais, administrativo e complementar no Brasil – que apresenta participação hegemônica nas receitas brutas do Estado (acima de 30%). O segmento de transportes, por sua vez, detém quase  $\frac{1}{4}$  da receita bruta do Estado (24% no ano de 2019). Similarmente ao Brasil, esses são os dois segmentos de maior participação na receita dos serviços, embora a predominância em termos relativos esteja invertida.

**Gráfico 5.3:** Distribuição Percentual da Receita Operacional Bruta – Ceará – 2016 a 2019



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

De forma equivalente ao Brasil, informação e comunicação é o terceiro segmento com maior participação na receita bruta dos serviços cearense com 1/5 de peso – embora tenha perdido participação nos últimos dois anos chegando a 18,4% no ano de 2019. Já os serviços prestados às famílias apresentaram participação acima de 15% chegando a quase 17% no último ano da série. Como no Brasil, outras atividades apresentaram uma participação próxima a 5%.

Por fim, atividades imobiliárias e serviços de manutenção e reparação são os dois segmentos com menor receita operacional bruta tendo participação média nesses quatros anos em torno de 3,4% e 1,6%, respectivamente. Esses são também os dois segmentos nacionais com menor participação na receita nacional, embora com percentuais ligeiramente diferentes na comparação com o Estado do Ceará.

#### 5.4. Evolução Estrutural das Empresas e Ocupação dos Serviços Não-Financeiros

O Gráfico 5.4 apresenta a distribuição percentual do número de empresas da PAS para o Brasil; o Gráfico 5.5 apresenta esses mesmos dados para o Estado do Ceará. Em certa medida, essa variável mensura a concentração de mercado pelos sete segmentos formadores da PAS.

De fato, pode-se observar que os serviços nacionais são predominantemente concentrados nas empresas do segmento profissionais, administrativos e complementares – no último ano da série 1/3 de todos os serviços pertencem a esse único segmento. Os serviços prestados às famílias também apresentam elevado número de empresas mantendo um patamar de participação de 30%.

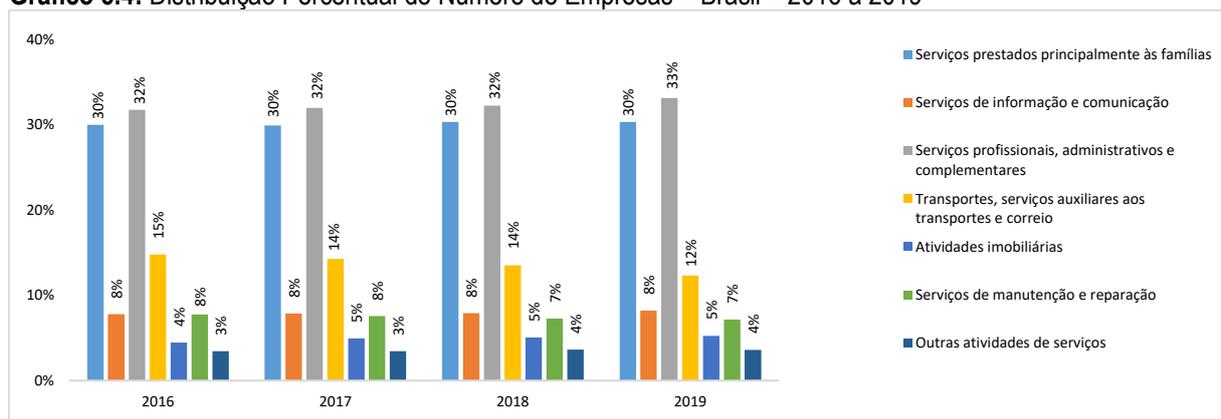
Como visto acima, embora o segmento de transportes tenha o maior percentual da receita operacional líquida nacional sua participação no quantitativo de empresas saiu de 15% em 2016 para 12% no ano de 2019, sendo o terceiro em participação.

Informação e comunicação é também um segmento com elevada participação na receita operacional líquida nacional (1/5), mas representando apenas 8% das empresas que compõem os serviços da PAS. Esse valor é igual aos de manutenção e reparação nos anos de 2016 e 2017, que teve leve redução em 2018 e 2019 chegando a 7%. Deve-se destacar que esse segmento não detém nem 2% da receita operacional líquida do país.

Atividades imobiliárias e outros serviços são os segmentos que apresentam o menor quantitativo em termos relativos das empresas de serviços da PAS do Brasil. Em 2019, tinham participação de apenas 5% e 4%, respectivamente.

No Ceará, os serviços que apresentam a maior quantidade de empresas são os serviços prestados às famílias e os serviços prestados às empresas. Tomados conjuntamente, esses dois segmentos no ano de 2018 apresentam 70% das empresas que compõem a PAS; no ano de 2019 houve uma leve queda de 1% nesse total.

**Gráfico 5.4:** Distribuição Percentual do Número de Empresas – Brasil – 2016 a 2019



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

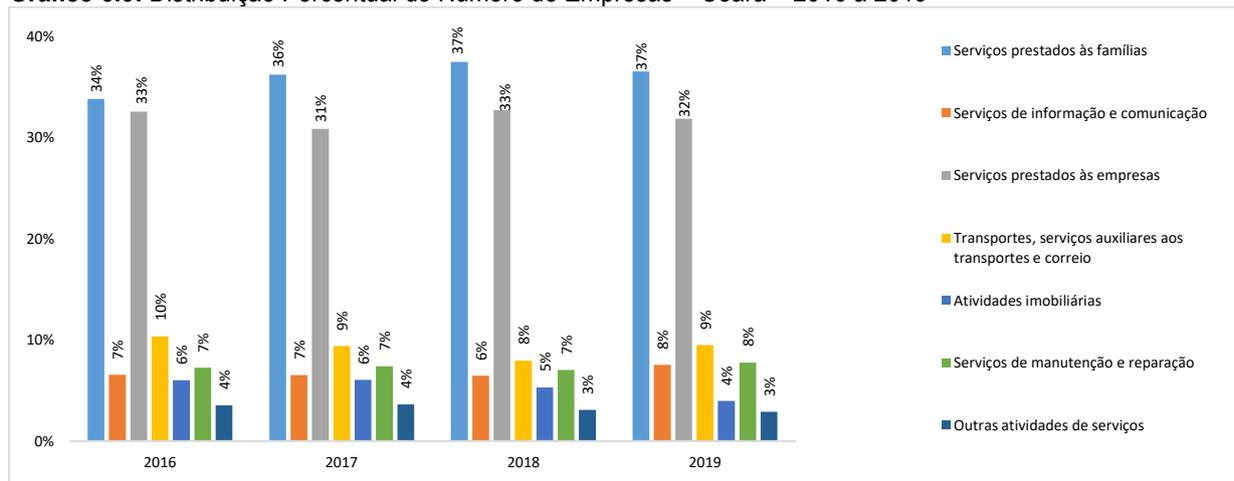
Diferentemente do Brasil, o setor hegemônico cearense são os prestados às famílias tendo inclusive ganhado mais participação nos anos de 2018 e 2019, atingindo 37%. Deve-se ressaltar que é um segmento modesto na geração de receita bruta do Estado com valores entre 15% e 17% ao longo da série. No caso dos serviços às empresas o percentual de receita bruta por elas é muito similar ao percentual do número de empresas do segmento.

Similarmente ao Brasil, o segmento de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio é o terceiro em participação no número de empresas, mas com apenas 9% para o ano de 2019. Assim como o Brasil, esse segmento apresenta alta participação de receita, mas baixa participação em termos de número de empresas na PAS do Estado do Ceará.

Quadro semelhante se repete para o segmento de informação e comunicação. O Gráfico 5.5 mostra uma participação variando entre 6% a 8% na composição das empresas do setor, mas com participação da receita bruta operacional dos serviços do Estado acima de 1/5 nesse período.

Essa semelhança com o Brasil também ocorre os serviços de manutenção e reparação. Não obstante apresentar participação da receita bruta operacional de menos de 2% (1,6%), o segmento chegou a representar 8% do total das empresas no Ceará para o ano de 2019.

**Gráfico 5.5:** Distribuição Percentual do Número de Empresas – Ceará – 2016 a 2019



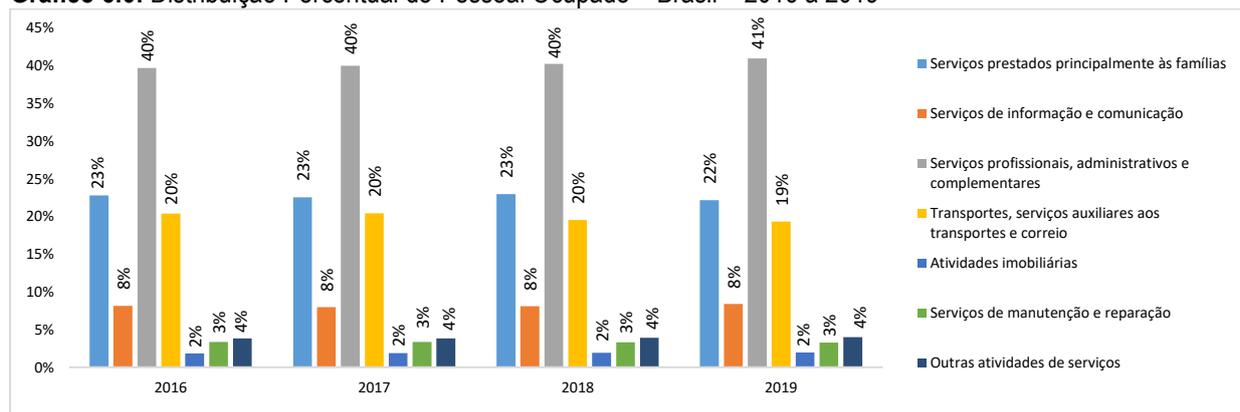
Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Por fim, mais uma vez, a menor participação em termos percentuais de empresas também ocorre para as atividades imobiliárias e nos outros serviços. Em 2019, esses segmentos tinham participação de apenas 4% e 3%, respectivamente. Esses valores estão próximos de suas participações na receita bruta operacional do Estado.

Outra variável da PAS a ser analisada são os dados da distribuição percentual do pessoal ocupado. O Gráfico 5.6 apresenta a mesma série histórica dos anos anteriores para o Brasil e o Gráfico 5.7 para o Estado do Ceará. Semelhantemente ao percentual do número de empresas, o percentual do pessoal ocupado no Brasil apresenta predominância do segmento dos serviços profissionais, administrativos e complementares no qual emprega 40% das pessoas ocupadas na PAS do país, chegando a 41% no ano de 2019.

Portanto, o segmento dos serviços profissionais, administrativos e complementares além de ser o segmento com maior número de empresas é também o de maior quantitativo de pessoas ocupadas. O maior número de pessoas ocupadas pode indicar uma baixa produtividade agregada do setor na medida em que a produção do segmento requer um maior quantitativo de pessoas na execução das atividades.

**Gráfico 5.6:** Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado – Brasil – 2016 a 2019



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

O segundo e o terceiro segmento que apresentam o maior quantitativo de pessoas ocupadas são também os mesmos segmentos que apresentam o maior percentual do número de empresas: serviços prestados às famílias e o de transportes. No caso do primeiro deve-se observar que a quantidade de empresas é maior que o percentual de pessoas ocupadas. De fato, cerca de 23% das pessoas ocupadas estão nos serviços prestados às famílias, com 30% das empresas em toda a série histórica. No caso dos transportes sua participação em termos de pessoal ocupado gira em torno de 20%, valor bem próximo que emprega os serviços prestados às famílias.

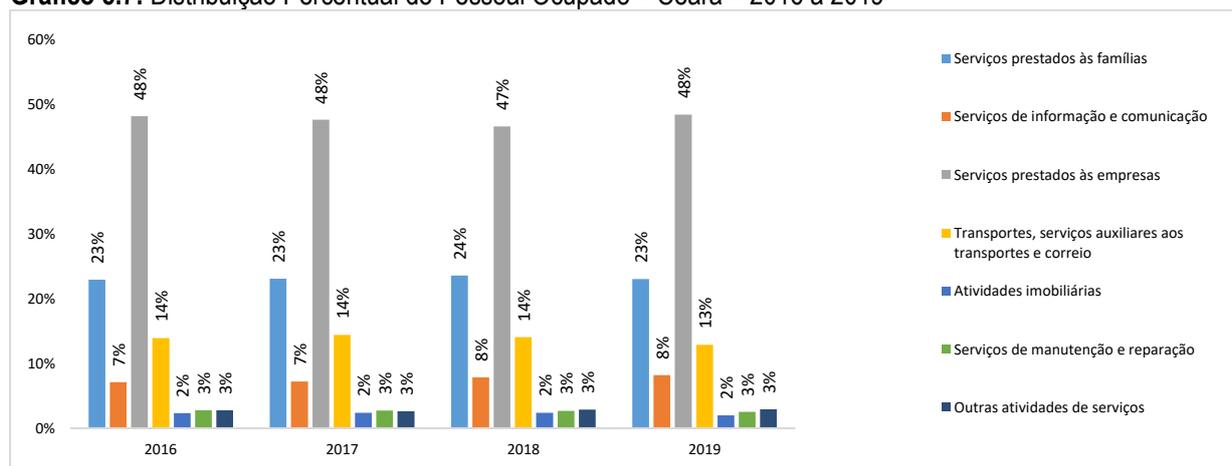
Um resultado a ser destacado é quanto ao segmento dos serviços de informação e comunicação. Quando comparado ao percentual de empresas, o percentual de pessoas ocupadas do segmento apresentam resultados iguais nos respectivos anos. Em todos os anos analisados, esse segmento apresenta 8% do número de empresas e do número de pessoal ocupado da PAS.

Por sua vez, os segmentos outras atividades, manutenção e reparação e atividades imobiliárias apresentam participação percentual no número de ocupações de apenas 4%, 3% e 2%, respectivamente. Deve-se ressaltar que esses são três segmentos com a menor receita operacional bruta e com também o menor percentual de empresas. Para o segmento de manutenção e reparação deve ser observado que embora apresente apenas 3% dos ocupados no caso das empresas esse valor encontra-se em torno de 7% nos dois últimos anos.

Quando se analisa os dados do Gráfico 5.7 referentes à distribuição do percentual ocupado pelos sete segmentos da PAS do Estado do Ceará pode-se observar que sua distribuição é idêntica ao Brasil em termos de ordem importância. Assim, nessa ordem, os maiores percentuais ocupados são: serviços prestados às empresas, serviços prestados às famílias, informação e comunicação, transportes, outras atividades ao lado de manutenção e reparação e atividades imobiliárias.

A diferença em relação ao Brasil encontra-se em termos percentuais. Como pode ser observado, quase metade dos ocupados estão no segmento dos serviços prestados às empresas – 48% em três dos quatro anos da série. Como visto acima, esse é o segmento com a maior receita operacional bruta e com o segundo maior percentual de empresas do Estado.

**Gráfico 5.7:** Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado – Ceará – 2016 a 2019



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Para os serviços prestados às famílias, sua participação fica em torno de 23%, valor próximo que o segmento apresenta para o caso nacional. O grande contraste é que esse segmento apresenta mais de 1/3 das empresas do Estado – participação de 37% em 2018 e 2019.

No caso do segmento dos serviços de informação e comunicação, o resultado é semelhante também ao do Brasil assim como para o número de empresas, embora com leves oscilações na série. Em 2019, 8% das pessoas ocupadas e das empresas era desse segmento.

Finalmente, os segmentos outras atividades, manutenção e reparação e atividades imobiliárias foram os que apresentaram a menor participação percentual no número de ocupações com valores de 3%, 3% e 2%, respectivamente. Para o segmento de manutenção e reparação destaca-se que o número de empresas do segmento chega a representar 8%, sendo sua receita operacional bruta menos de 2% do total da PAS do Estado do Ceará.

### 5.5. Evolução da Estrutura Salarial dos Serviços Não-Financeiros

Para analisar a evolução salarial dos serviços não-financeiros com base na PAS foram deflacionados os valores nominais utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a preços constantes de 2019.

No Gráfico 5.8 estão disponíveis a evolução do salário médio real do Brasil e do Estado do Ceará assim como o salário mínimo do ano correspondente. Pode-se observar que de 2017 a 2018 o salário médio no Estado do Ceará apresentou crescimento real saltando de uma média de R\$ 1.846,00 para R\$ 1.871,00; por outro lado, em 2018 e 2019 os ganhos médios do estado sofreram retração ao atingirem R\$ 1.840,00 e R\$ 1.788,00.

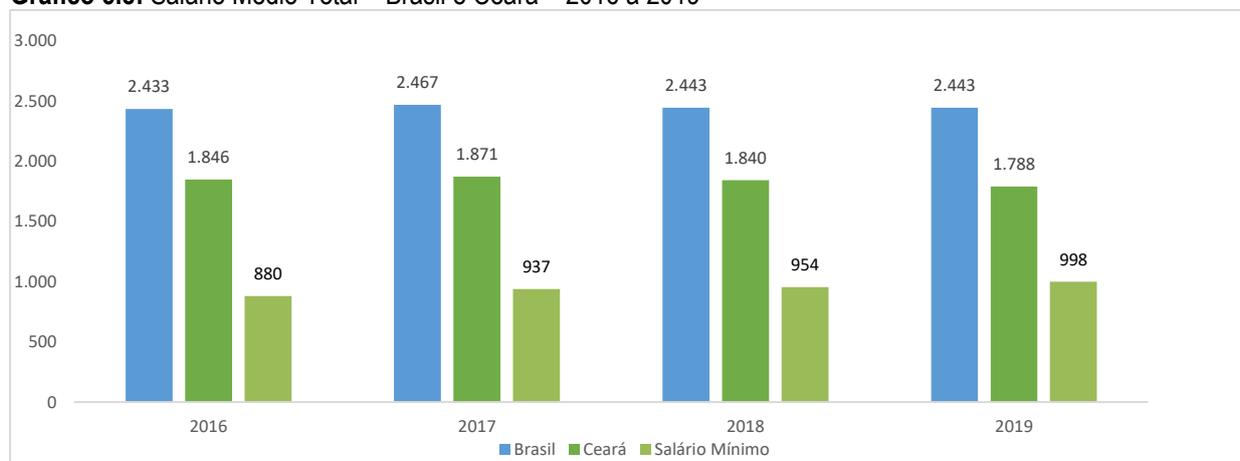
Esses dados revelam que mesmo diante da retomada da atividade econômica a partir do ano de 2017 a forte retração econômica que atingiu a economia brasileira nos anos de 2015 e 2016 não foi suficiente para que o setor de serviços cearense tivesse ganho real de rendimentos para os ocupados.

No entanto, mesmo diante dessa retração esses valores médios são ainda maiores que o salário mínimo vigente na época. Em 2016, o salário mínimo no Brasil era de R\$ 880,00, enquanto em 2017 era de R\$ 937,00 tendo atingindo em 2018 e 2019 os valores de R\$ 954,00 e R\$ 998,00, respectivamente.

Diante desses números observa-se que, em 2016, o salário médio do setor de serviços do Estado do Ceará era mais que o dobro do salário mínimo, diferencial que permaneceu parcialmente em 2017. Em 2019, o salário médio do segmento apresentou forte redução com relação ao salário mínimo, reflexo da contração do segmento.

Para o Brasil, o salário médio do segmento também apresentou evolução de 2016 para 2017 ao saltar de R\$ 2.433,00 para R\$ 2.467,00. Em 2018 e 2019 o salário médio permaneceu estagnado no valor R\$ 2.443,00.

**Gráfico 5.8:** Salário Médio Total – Brasil e Ceará – 2016 a 2019



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

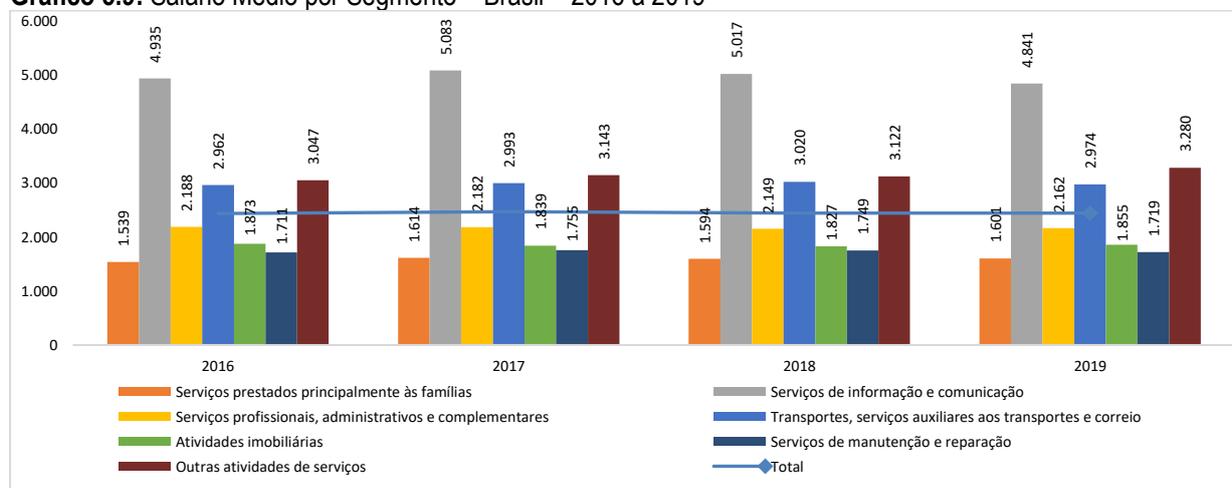
Adicionalmente, a média salarial do Brasil em todo o período analisado encontra-se acima do salário médio do Ceará. No ano de 2016, 2017 e 2018 a média salarial cearense dos serviços não financeiros da PAS era 75% do salário nacional; já no de 2019 o salário médio do Ceará passou a ser 73% do salário do Brasil.

Assim como no Ceará, o salário nacional dos serviços estão bem acima do salário mínimo. Mesmo diante da estagnação em termos reais no ano de 2019, o salário dos serviços para o caso nacional ainda era quase duas vezes e meia maior que o mínimo.

Como visto acima, a produção do setor de serviços é altamente heterogênea considerando que faz uso de intensa tecnologia em algumas atividades, mas também de serviços de baixa qualificação com predominância do fator trabalho em outros. Isso por si só garante também diversidade nos salários de acordo com os segmentos observados.

Para se ter uma dimensão desses resultados, o Gráfico 5.9 apresenta a evolução dos salários médios para os sete segmentos da PAS do Brasil, enquanto que no Gráfico 5.10 são apresentados a evolução dos salários médios para os sete segmentos do Ceará. Assim como no gráfico anterior, os valores nominais foram deflacionados pelo INPC do IBGE e estão a preços constantes de 2019. A linha demarcada é a media geral.

**Gráfico 5.9:** Salário Médio por Segmento – Brasil – 2016 a 2019



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

No Brasil, dos sete segmentos, quatro deles apresentam uma média salarial abaixo da média agregada em toda a série histórica. São eles em ordem do menor para o maior salário médio: serviços prestados às famílias, manutenção e reparação, atividades imobiliárias e serviços profissionais, administrativos e complementares. Em 2019, enquanto a média salarial no agregado do setor foi de R\$ 2.443,00 o valor médio para cada segmento foram de R\$ 1.601,00, R\$ 1.719,00, R\$ 1.849,00 e R\$ 2.170,00, respectivamente.

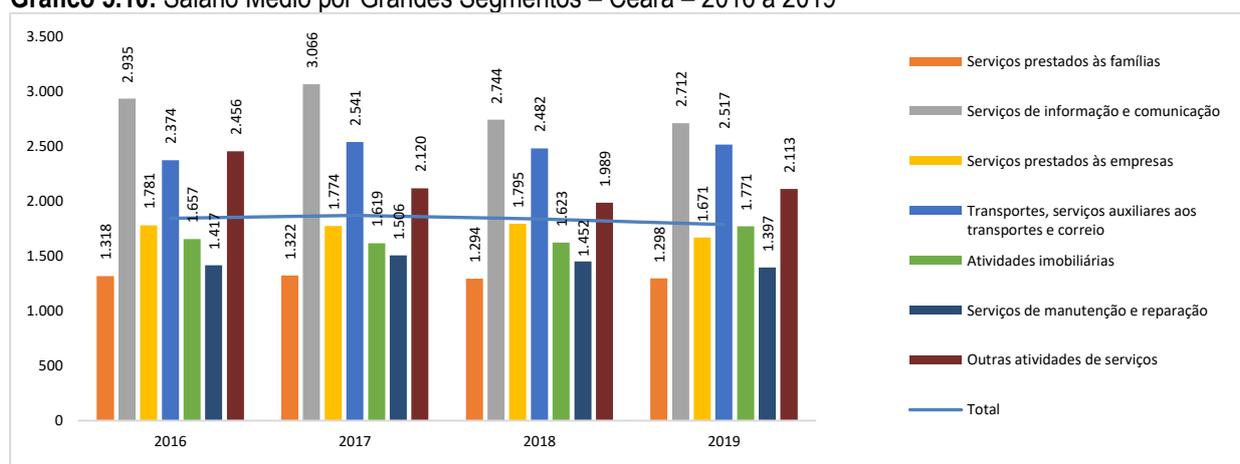
Por outro lado, transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio e outras atividades dos serviços apresentaram uma média bem acima com valores no ano de 2019 de R\$ 2.974,00 e R\$ 3.280,00, respectivamente.

Mas é o segmento de informação que tem uma média salarial que acaba inflando a média agregada chegando a ser o dobro dela em alguns anos da série; em 2019, seu valor era R\$ 4.841,00.

Para o Ceará, pode-se observar com base no Gráfico 5.10 que ao longo da série histórica os mesmos quatro segmentos – serviços prestados às famílias, manutenção e reparação, atividades imobiliárias e os serviços prestados às empresas – são os que apresentam menor média salarial *vis-à-vis* a média agregada. Não obstante, os salários médios deles são maiores que o salário mínimo vigente à época.

Como visto no Gráfico 5.8, para o ano de 2019, o salário médio no agregado do segmento cearense era de R\$ 1.788,00. De acordo com o Gráfico 5.10, o menor salário do setor para esse mesmo ano era dos serviços prestados às famílias, no valor de R\$ 1.298,00. Já os serviços manutenção e reparação, atividades imobiliárias e os prestados às empresas tiveram salário médio nesse ano de R\$ 1.397,00, R\$ 1.771,00 e R\$ 1.671,00, respectivamente.

**Gráfico 5.10:** Salário Médio por Grandes Segmentos – Ceará – 2016 a 2019



Fonte: PAS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Assim como no Brasil, outras atividades apresentou salário médio acima da média agregada. Para o ano de 2019, o segmento tinha salário médio de R\$ 2.113,00.

Destaca-se aqui que o segmento de transporte no Estado apresentou valor médio próximo ao do segmento de informação e comunicação, o maior de todos os segmentos. No ano de 2019, suas médias eram de R\$ 2.517,00 e R\$ 2.712,00, respectivamente.

## 6 ESTRUTURA PRODUTIVA DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO

Alexsandre Lira Cavalcante<sup>13</sup>

### 6.1. Introdução

A Pesquisa Anual de Comércio - PAC constitui uma importante fonte de dados setoriais para compreender o comportamento do mercado sob a lógica da oferta, uma vez que as atividades comerciais empregam significativa parcela da população e contribuem, em grande medida, para a composição do Produto Interno Bruto.

A referida pesquisa, a partir da estimativa de algumas variáveis tais como: número de unidades locais com receita de revenda; receita bruta de revenda de mercadorias; margem de comercialização em empresas comerciais; pessoal ocupado em 31 de dezembro em empresas comerciais e por fim, gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais, que representa a massa salarial paga na atividade, investiga a estrutura produtiva das empresas comerciais do País.

A partir dessas variáveis é possível construir indicadores tais como: receita média, taxa de margem de comercialização, salário médio, produtividade, etc., que retratam o desempenho do setor comercial no País, sendo seus resultados divulgados para o Brasil, e também para as cinco Grandes Regiões e para todas as Unidades da Federação.

Inicialmente será apresentada a evolução da estrutura produtiva do setor empresarial do comércio brasileiro a partir das cinco variáveis listadas para os anos de 2016 a 2019. Posteriormente será feita uma análise da evolução da estrutura produtiva através das mudanças de participação a partir das cinco grandes regiões do País. Na sequência, será feita uma análise dessas mesmas variáveis por estados observando possíveis mudanças de estrutura dentro do País e nas regiões.

Por fim, serão identificadas as principais atividades de seus segmentos – comércio de veículos automotores, peças e motocicletas; comércio por atacado e comércio varejista – para se realizar uma avaliação do comportamento das atividades dos setores que formam a atividade de comércio apenas para o estado do Ceará. Os resultados visam identificar algumas das transformações ocorridas na estrutura produtiva do setor comercial nesse período dentro do referido estado.

O conjunto dessas informações constitui a mais completa fonte de estatísticas sobre a estrutura produtiva do setor empresarial do comércio no País, nas regiões e nos estados, fornecendo aos órgãos das esferas governamental e privada subsídios para o planejamento e a tomada de decisões, e aos usuários em geral, informações para estudos setoriais mais aprofundados.

### 6.2 Análise da Estrutura Produtiva das Empresas Comerciais no País

Em 2016, o Brasil possuía aproximadamente 1,704 milhão de unidades locais de comércio que geraram receita bruta de revenda de aproximadamente R\$ 3,96 trilhões com margem de comercialização em torno de R\$ 818,8 bilhões, pagando um total de R\$ 240,2 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações a 10,112 milhões de trabalhadores, incluindo empregados e empregadores (Tabela 6.1).

Todavia, em 2019, o número de unidades locais de comércio reduziu-se para aproximadamente 1,597 milhão em todo o país, que geraram conjuntamente uma receita bruta de revenda superior de aproximadamente R\$ 4,33 trilhões, com aumento da margem de comercialização para R\$ 864,2 bilhões,

---

<sup>13</sup> Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

pagando um total de R\$ 246,4 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações a um número de 10,167 milhões de trabalhadores, quantitativo superior ao registrado em 2016 (Tabela 6.1).

**Tabela 6.1:** Dados gerais das empresas comerciais – Brasil e Regiões – 2016 a 2019

Brasil e Regiões	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	Dif. P.P. (2019-2016)
<b>Número de unidades locais com receita de revenda (Unidades)</b>									
Brasil	1.704.659	100,00	1.675.318	100,00	1.647.239	100,00	1.597.424	100,00	0,00
Norte	33.882	1,99	34.352	2,05	35.556	2,16	32.401	2,03	0,04
Nordeste	309.683	18,17	309.036	18,45	304.843	18,51	284.025	17,78	-0,39
Sudeste	853.113	50,05	828.233	49,44	815.412	49,50	792.955	49,64	-0,41
Sul	374.250	21,95	366.888	21,90	359.325	21,81	350.598	21,95	-0,01
Centro-Oeste	133.731	7,85	136.809	8,17	132.103	8,02	137.445	8,60	0,76
<b>Receita bruta de revenda de mercadorias (Mil Reais)</b>									
Brasil	3.966.940.066	100,00	3.992.450.617	100,00	4.201.846.854	100,00	4.336.918.727	100,00	0,00
Norte	140.073.035	3,53	146.856.329	3,68	160.479.825	3,82	172.235.786	3,97	0,44
Nordeste	609.026.097	15,35	618.779.634	15,50	642.819.499	15,30	644.243.960	14,85	-0,50
Sudeste	2.034.553.659	51,29	2.018.685.318	50,56	2.110.907.014	50,24	2.171.120.442	50,06	-1,23
Sul	790.003.855	19,91	808.071.709	20,24	867.877.984	20,65	902.764.973	20,82	0,90
Centro-Oeste	393.283.421	9,91	400.057.627	10,02	419.762.533	9,99	446.553.566	10,30	0,38
<b>Margem de comercialização em empresas comerciais (Mil Reais)</b>									
Brasil	818.837.340	100,00	829.591.307	100,00	851.777.509	100,00	864.269.475	100,00	0,00
Norte	29.197.133	3,57	30.041.284	3,62	31.535.657	3,70	33.249.183	3,85	0,28
Nordeste	121.971.074	14,90	123.328.762	14,87	123.838.258	14,54	123.690.509	14,31	-0,58
Sudeste	441.205.915	53,88	442.828.800	53,38	456.335.268	53,57	460.227.107	53,25	-0,63
Sul	152.700.694	18,65	156.099.108	18,82	164.536.929	19,32	166.772.375	19,30	0,65
Centro-Oeste	73.762.524	9,01	77.293.354	9,32	75.531.397	8,87	80.330.301	9,29	0,29
<b>Pessoal ocupado em 31/12 em empresas comerciais (Pessoas)</b>									
Brasil	10.112.020	100,00	10.196.676	100,00	10.209.433	100,00	10.167.017	100,00	0,00
Norte	313.149	3,10	312.892	3,07	318.545	3,12	318.079	3,13	0,03
Nordeste	1.723.190	17,04	1.767.002	17,33	1.742.870	17,07	1.722.963	16,95	-0,09
Sudeste	5.277.800	52,19	5.242.929	51,42	5.271.279	51,63	5.276.550	51,90	-0,29
Sul	1.978.408	19,56	2.018.226	19,79	1.999.950	19,59	1.989.681	19,57	0,01
Centro-Oeste	819.473	8,10	855.627	8,39	876.789	8,59	859.744	8,46	0,35
<b>Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais (Mil Reais)</b>									
Brasil	240.285.263	100,00	244.423.546	100,00	247.434.841	100,00	246.413.503	100,00	0,00
Norte	7.038.345	2,93	7.147.479	2,92	7.121.587	2,88	7.342.199	2,98	0,05
Nordeste	32.184.125	13,39	33.351.689	13,65	33.598.275	13,58	32.144.889	13,05	-0,35
Sudeste	134.764.557	56,09	135.587.411	55,47	137.646.595	55,63	137.481.168	55,79	-0,29
Sul	47.535.120	19,78	49.338.186	20,19	49.482.452	20,00	49.555.206	20,11	0,33
Centro-Oeste	18.763.116	7,81	18.998.782	7,77	19.585.932	7,92	19.890.041	8,07	0,26

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE. Valores atualizados pelo IPCA a preços de Dez/2019.

Por meio destes números é possível notar que ocorreu nos últimos quatro anos uma nítida retração da atividade de comércio no País que apresentou uma redução de 107,2 mil unidades locais com receita de revenda, mas acompanhado por um aumento na receita bruta de revenda de aproximadamente R\$ 369,9 bilhões e de margem de comercialização em torno de R\$ 45,4 bilhões, pagando a mais um total de R\$ 6,12 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações a um número maior de trabalhadores cujo quantitativo aumentou em 54,9 mil comparado a 2016. Após analisar os grandes números para o País cabe uma análise mais detalhada para cada uma das cinco regiões (Tabela 6.1).

Em relação ao **número de unidades locais com receita de revenda**, a região Sudeste participou com 49,64% do total registrado pelo País em 2019. Na sequência vêm as regiões Sul (21,95%); Nordeste (17,78%); Centro-Oeste (8,60%) e Norte (2,03%). Em relação a 2016, três das cinco regiões registraram perda de participação nacional, liderada pela região Sudeste (-0,41 p.p.), seguida do Nordeste (-0,39 p.p.) e Sul (-0,01 p.p.) e outras duas apresentaram ganho de participação liderada pelo Centro-Oeste (+0,76 p.p.) e Norte (+0,04 p.p.), mantendo as mesmas posições no ranking nacional (Tabela 6.1).

No tocante a **receita bruta de revenda de mercadorias**, a região Sudeste também registrou a maior participação de 50,06% do total registrado pelo País em 2019. Na sequência vêm as regiões Sul (20,32%);

Nordeste (14,85%); Centro-Oeste (10,30%) e Norte (3,97%). Em relação a 2016, três das cinco regiões registraram ganhos de participação nacional, liderada pela região Sul (+0,0,90 p.p.), seguida pelo Norte (+0,44 p.p.) e Centro-Oeste (+0,38 p.p.). A região Sudeste foi que registrou a maior perda de participação nacional (-1,23 p.p.), seguida pelo Nordeste (-0,50 p.p.) na comparação dos dois anos. Apesar disso, as regiões mantiveram as mesmas participações no ranking nacional na comparação dos dois anos (Tabela 6.1).

Em relação a terceira variável que é a **margem de comercialização em empresas comerciais** é possível notar que a região Sudeste registrou uma participação de 53,25% do total registrado pelo País em 2019, seguida pelas regiões Sul (19,30%); Nordeste (14,31%); Centro-Oeste (9,29%) e Norte (3,85%). Em relação a 2016, três das cinco regiões registraram ganho de participação nacional, desta vez liderada pelo Sul (+0,65 p.p.), seguida pela região Centro-Oeste (+0,29 p.p.) e Norte (+0,28 p.p.). Por outro lado, a região Sudeste registrou a maior perda de participação (-0,63 p.p.), seguida da região Nordeste (-0,58 p.p.). Foram novamente observadas as mesmas posições no ranking nacional na comparação dos dois anos (Tabela 6.1).

Em relação a quarta variável investigada, ou seja, **pessoal ocupado em empresas comerciais**, a região Sudeste novamente ocupou uma posição de destaque com participação expressiva de 51,90% do total registrado pelo País em 2019. Na sequência vêm as regiões Sul (19,57%); Nordeste (16,95%); Centro-Oeste (8,46%) e Norte (3,13%). Em relação a 2016, três das cinco regiões registraram ganhos de participação nacional liderada pelo Centro-Oeste (+0,35 p.p.), seguida das Regiões Norte (+0,03 p.p.) e Sul (+0,01 p.p.), vindo na sequência aquelas que apresentaram perda de participação, liderada pelo Sudeste (-0,29 p.p.), seguida pelo Nordeste (-0,09 p.p.), novamente mantendo-se as mesmas posições no ranking nacional (Tabela 6.1).

Por fim, no tocante a última variável, a saber o **valor dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais**, a região Sudeste concentrou uma participação significativa de 55,79% do total do País em 2019. Na sequência vêm as regiões Sul (20,11%); Nordeste (13,05%); Centro-Oeste (8,07%) e Norte (2,98%). Em relação a 2016, três das cinco regiões registraram ganho de participação nacional, novamente liderada pela região Sul (+0,33 p.p.), seguida pelo Centro-Oeste (+0,26 p.p.) e Norte (+0,05 p.p.). A região Nordeste liderou as perdas (-0,35 p.p.) seguida pela região Sudeste (-0,29 p.p.). Nota-se, novamente, que as regiões mantiveram suas participações no ranking nacional (Tabela 6.1).

Em resumo, a região Sudeste manteve a liderança nas cinco variáveis investigadas, mas registrou perda de participação em todas elas na comparação dos anos de 2016 e 2019. As variáveis nas quais a região Sudeste mais perdeu participação foram na Receita bruta de revenda de mercadorias e na Margem de comercialização em empresas comerciais.

Por sua vez, a região Nordeste também perdeu participação em todas as cinco variáveis. As duas variáveis que ela mais perdeu participação também foram na Margem de comercialização em empresas comerciais e na Receita bruta de revenda de mercadorias. Na sequência, as regiões Norte e Centro-Oeste ganharam participação nas cinco variáveis. A região Sul apresentou ganho de participação nacional em quatro variáveis a exceção foi o Número de unidades locais com receita de revenda.

### 6.2.1. Número de Unidades Locais com Receita de Revenda

Após analisar as principais mudanças na estrutura produtiva do comércio no País e nas grandes regiões nacionais será feita uma análise mais detalhada por estados. A Tabela 6.2, a seguir, contém os **números de unidades locais com receita de revenda** na atividade de comércio no país, distribuído por regiões e estados, permitindo uma visão mais ampla e desagregada da referida atividade para os anos de 2016 a 2019.

As três maiores participações no número de unidades locais com receita de revenda em 2019 foram observadas nos estados de São Paulo (28,62%); Minas Gerais (11,94%); e Rio Grande do Sul (8,37%). A participação conjunta desses três estados era de 50,01%, em 2016, caindo para 48,93% em 2019. Nota-se

que o estado de São Paulo apresentou uma participação maior que toda a região Sul (21,95%), segunda colocada no ranking nacional (Tabela 6.2).

Por sua vez, as três menores participações estaduais no número de unidades locais com receita de revenda em 2019, ocorreram no Acre (0,13%); Amapá (0,14%); e Roraima (0,15%). A participação conjunta desses três estados era de 0,43%, em 2016, permanecendo em 0,43% em 2019 (Tabela 6.2).

Os três estados que registraram os maiores ganhos de participação no número de unidades locais com receita de revenda na comparação dos anos de 2016 e 2019 foram: Rio de Janeiro (+0,49 p.p.); Goiás (+0,44 p.p.) e Minas Gerais (+0,39 p.p.).

**Tabela 6.2:** Evolução do número de unidades locais com receita de revenda – Brasil, Regiões e Estados – 2016 a 2019

Brasil, Regiões e Estados	2016		2017		2018		2019		Dif. P.P. (2019-2016)
	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	
<b>Brasil</b>	<b>1.704.659</b>	<b>100,00</b>	<b>1.675.318</b>	<b>100,00</b>	<b>1.647.239</b>	<b>100,00</b>	<b>1.597.424</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Norte</b>	<b>33.882</b>	<b>1,99</b>	<b>34.352</b>	<b>2,05</b>	<b>35.556</b>	<b>2,16</b>	<b>32.401</b>	<b>2,03</b>	<b>0,04</b>
Rondônia	3.891	0,23	3.717	0,22	3.538	0,21	3.569	0,22	-0,00
Acre	2.248	0,13	2.253	0,13	2.239	0,14	2.047	0,13	-0,00
Amazonas	9.204	0,54	9.134	0,55	9.092	0,55	8.422	0,53	-0,01
Roraima	2.283	0,13	2.108	0,13	2.391	0,15	2.451	0,15	0,02
Pará	10.784	0,63	11.585	0,69	12.391	0,75	10.505	0,66	0,03
Amapá	2.785	0,16	2.612	0,16	2.828	0,17	2.314	0,14	-0,02
Tocantins	2.687	0,16	2.943	0,18	3.077	0,19	3.093	0,19	0,04
<b>Nordeste</b>	<b>309.683</b>	<b>18,17</b>	<b>309.036</b>	<b>18,45</b>	<b>304.843</b>	<b>18,51</b>	<b>284.025</b>	<b>17,78</b>	<b>-0,39</b>
Maranhão	30.204	1,77	27.845	1,66	26.995	1,64	23.247	1,46	-0,32
Piauí	22.202	1,30	20.363	1,22	20.074	1,22	20.484	1,28	-0,02
<b>Ceará</b>	<b>47.868</b>	<b>2,81</b>	<b>48.866</b>	<b>2,92</b>	<b>52.648</b>	<b>3,20</b>	<b>43.599</b>	<b>2,73</b>	<b>-0,08</b>
Rio Grande do Norte	20.872	1,22	20.134	1,20	18.535	1,13	18.046	1,13	-0,09
Paraíba	21.144	1,24	22.116	1,32	21.671	1,32	20.089	1,26	0,02
Pernambuco	46.950	2,75	48.020	2,87	48.941	2,97	42.626	2,67	-0,09
Alagoas	14.649	0,86	15.077	0,90	16.475	1,00	15.444	0,97	0,11
Sergipe	11.224	0,66	10.634	0,63	11.123	0,68	10.673	0,67	0,01
Bahia	94.570	5,55	95.981	5,73	88.381	5,37	89.817	5,62	0,07
<b>Sudeste</b>	<b>853.113</b>	<b>50,05</b>	<b>828.233</b>	<b>49,44</b>	<b>815.412</b>	<b>49,50</b>	<b>792.955</b>	<b>49,64</b>	<b>-0,41</b>
Minas Gerais	196.881	11,55	191.633	11,44	195.485	11,87	190.720	11,94	0,39
Espírito Santo	34.681	2,03	34.120	2,04	32.672	1,98	36.744	2,30	0,27
Rio de Janeiro	107.205	6,29	110.279	6,58	108.651	6,60	108.364	6,78	0,49
São Paulo	514.346	30,17	492.201	29,38	478.604	29,05	457.127	28,62	-1,56
<b>Sul</b>	<b>374.250</b>	<b>21,95</b>	<b>366.888</b>	<b>21,90</b>	<b>359.325</b>	<b>21,81</b>	<b>350.598</b>	<b>21,95</b>	<b>-0,01</b>
Paraná	139.083	8,16	134.843	8,05	136.223	8,27	131.254	8,22	0,06
Santa Catarina	93.876	5,51	88.370	5,27	87.667	5,32	85.630	5,36	-0,15
Rio Grande do Sul	141.291	8,29	143.675	8,58	135.435	8,22	133.714	8,37	0,08
<b>Centro-Oeste</b>	<b>133.731</b>	<b>7,85</b>	<b>136.809</b>	<b>8,17</b>	<b>132.103</b>	<b>8,02</b>	<b>137.445</b>	<b>8,60</b>	<b>0,76</b>
Mato Grosso do Sul	21.773	1,28	21.752	1,30	19.315	1,17	18.514	1,16	-0,12
Mato Grosso	27.806	1,63	28.951	1,73	28.461	1,73	28.170	1,76	0,13
Goiás	62.353	3,66	63.461	3,79	61.022	3,70	65.402	4,09	0,44
Distrito Federal	21.799	1,28	22.645	1,35	23.305	1,41	25.359	1,59	0,31

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

Por outro lado, os três estados que registraram as maiores perdas de participação no número de unidades locais com receita de revenda na comparação dos dois anos foram: São Paulo (-1,56 p.p.); Maranhão (-0,32 p.p.); e Santa Catarina (-0,15 p.p.).

Em 2019, o estado do Ceará possuía um total de 43.599 unidades locais com receita de revenda, tendo registrado a nona maior participação no número de unidades locais com receita de revenda de 3,26% do total nacional, após apresentar perda de participação nacional entre os anos de 2016 e 2019 (-0,08 p.p.). No Nordeste, perde apenas para o estado da Bahia (89.817 unidades) (Tabela 6.2).

## 6.2.2. Receita Bruta de Revenda de Mercadorias

A Tabela 6.3 abaixo contém dados sobre a evolução da **receita bruta de revenda de mercadorias** na atividade de comércio para o Brasil, por regiões e para os vinte e sete estados da federação no período de 2016 a 2019.

As três maiores participações no total da receita bruta de revenda de mercadorias em 2019 foram observadas nos estados de São Paulo (30,60%); Minas Gerais (9,57%); e Paraná (7,76%). A participação conjunta desses três estados era de 48,74%, em 2016, reduzindo para 47,92% em 2019. Novamente, o estado de São Paulo concentrava uma receita bruta de revenda maior que a região Sul (20,82%), segunda colocada no ranking nacional.

**Tabela 6.3:** Receita bruta de revenda de mercadorias (Mil Reais) – Brasil, Regiões e Estados – 2016 a 2019

Brasil, Regiões e Estados	2016		2017		2018		2019		Dif. P.P. (2019-2016)
	(Mil Reais)	%							
<b>Brasil</b>	<b>3.966.940.066</b>	<b>100,00</b>	<b>3.992.450.617</b>	<b>100,00</b>	<b>4.201.846.854</b>	<b>100,00</b>	<b>4.336.918.727</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Norte</b>	<b>140.073.035</b>	<b>3,53</b>	<b>146.856.329</b>	<b>3,68</b>	<b>160.479.825</b>	<b>3,82</b>	<b>172.235.786</b>	<b>3,97</b>	<b>0,44</b>
Rondônia	16.715.713	0,42	18.363.182	0,46	19.924.391	0,47	22.306.429	0,51	0,09
Acre	6.590.861	0,17	6.601.530	0,17	7.144.145	0,17	6.957.439	0,16	-0,01
Amazonas	37.647.476	0,95	37.589.436	0,94	40.878.427	0,97	42.796.608	0,99	0,04
Roraima	5.410.425	0,14	5.470.776	0,14	6.127.511	0,15	6.988.124	0,16	0,02
Pará	53.282.470	1,34	55.104.987	1,38	59.616.720	1,42	63.569.821	1,47	0,12
Amapá	6.041.118	0,15	6.768.655	0,17	7.327.752	0,17	6.921.524	0,16	0,01
Tocantins	14.384.973	0,36	16.957.762	0,42	19.460.879	0,46	22.695.841	0,52	0,16
<b>Nordeste</b>	<b>609.026.097</b>	<b>15,35</b>	<b>618.779.634</b>	<b>15,50</b>	<b>642.819.499</b>	<b>15,30</b>	<b>644.243.960</b>	<b>14,85</b>	<b>-0,50</b>
Maranhão	59.914.348	1,51	61.193.854	1,53	64.616.572	1,54	64.703.108	1,49	-0,02
Piauí	31.604.749	0,80	32.043.905	0,80	33.849.192	0,81	36.045.893	0,83	0,03
<b>Ceará</b>	<b>96.512.273</b>	<b>2,43</b>	<b>95.635.201</b>	<b>2,40</b>	<b>95.880.603</b>	<b>2,28</b>	<b>100.310.312</b>	<b>2,31</b>	<b>-0,12</b>
Rio Grande do Norte	40.832.082	1,03	41.859.915	1,05	40.142.652	0,96	41.138.406	0,95	-0,08
Paraíba	44.938.809	1,13	43.685.093	1,09	46.904.104	1,12	47.666.653	1,10	-0,03
Pernambuco	126.387.320	3,19	132.682.226	3,32	125.672.885	2,99	127.524.672	2,94	-0,25
Alagoas	27.531.688	0,69	26.834.278	0,67	28.877.101	0,69	30.488.724	0,70	0,01
Sergipe	21.317.962	0,54	21.872.355	0,55	23.121.120	0,55	24.012.523	0,55	0,02
Bahia	159.986.866	4,03	162.972.807	4,08	183.755.269	4,37	172.353.669	3,97	-0,06
<b>Sudeste</b>	<b>2.034.553.659</b>	<b>51,29</b>	<b>2.018.685.318</b>	<b>50,56</b>	<b>2.110.907.014</b>	<b>50,24</b>	<b>2.171.120.442</b>	<b>50,06</b>	<b>-1,23</b>
Minas Gerais	379.799.880	9,57	375.978.608	9,42	394.712.491	9,39	415.107.159	9,57	-0,00
Espírito Santo	99.567.467	2,51	100.213.008	2,51	115.783.078	2,76	130.032.939	3,00	0,49
Rio de Janeiro	305.819.669	7,71	296.598.476	7,43	301.862.954	7,18	299.052.536	6,90	-0,81
São Paulo	1.249.366.643	31,49	1.245.895.226	31,21	1.298.548.490	30,90	1.326.927.808	30,60	-0,90
<b>Sul</b>	<b>790.003.855</b>	<b>19,91</b>	<b>808.071.709</b>	<b>20,24</b>	<b>867.877.984</b>	<b>20,65</b>	<b>902.764.973</b>	<b>20,82</b>	<b>0,90</b>
Paraná	304.517.244	7,68	303.935.232	7,61	325.293.029	7,74	336.422.589	7,76	0,08
Santa Catarina	203.344.514	5,13	222.790.463	5,58	243.724.234	5,80	261.469.726	6,03	0,90
Rio Grande do Sul	282.142.097	7,11	281.346.014	7,05	298.860.721	7,11	304.872.658	7,03	-0,08
<b>Centro-Oeste</b>	<b>393.283.421</b>	<b>9,91</b>	<b>400.057.627</b>	<b>10,02</b>	<b>419.762.533</b>	<b>9,99</b>	<b>446.553.566</b>	<b>10,30</b>	<b>0,38</b>
Mato Grosso do Sul	59.807.952	1,51	62.247.004	1,56	69.454.102	1,65	70.218.515	1,62	0,11
Mato Grosso	126.166.330	3,18	132.074.368	3,31	133.347.444	3,17	148.425.760	3,42	0,24
Goiás	136.878.306	3,45	135.271.237	3,39	141.959.749	3,38	150.324.212	3,47	0,02
Distrito Federal	70.430.832	1,78	70.465.018	1,76	75.001.237	1,78	77.585.079	1,79	0,01

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE. Valores atualizados pelo IPCA a preços de Dez/2019.

Por sua vez, as três menores participações no total da receita bruta de revenda de mercadorias em 2019, ocorreram nos estados de Amapá (0,16%); Acre (0,16%); e Roraima (0,16%). A participação conjunta desses três estados era de 0,45%, em 2016, aumentando para 0,48% em 2019 (Tabela 6.3).

Os três estados que registraram os maiores ganhos de participação no total da receita bruta de revenda de mercadorias na comparação dos anos de 2016 e 2019 foram: Santa Catarina (+0,90 p.p.); Espírito Santo (+0,49 p.p.) e Mato Grosso (+0,24 p.p.) (Tabela 6.3).

Por outro lado, os três estados que registraram as maiores perdas de participação no total da receita bruta de revenda de mercadorias na comparação dos dois anos foram: São Paulo (-0,90 p.p.); Rio de Janeiro (-0,81 p.p.); e Pernambuco (-0,25 p.p.).

Em 2019, o estado do Ceará apresentou uma receita bruta de revenda de mercadorias de R\$ 100,3 bilhões, tendo registrado a décima segunda maior participação no total da receita bruta de revenda de mercadorias de 2,31% do total nacional tendo apresentado a quarta maior perda de participação entre os anos de 2016 e 2019. No Nordeste perde para os estados da Bahia (R\$ 172,3 bilhões) e Pernambuco (R\$ 127,5 bilhões) (Tabela 6.3).

### 6.2.3. Margem de Comercialização em Empresas Comerciais

A Tabela 6.4 a seguir, contém dados sobre a evolução da **margem de comercialização em empresas comerciais** para o Brasil, por regiões e para os vinte e sete estados da federação no período de 2016 a 2019.

As três maiores participações no total da margem de comercialização em empresas comerciais em 2019 foram observadas nos estados de São Paulo (32,65%); Minas Gerais (9,40%); e Rio de Janeiro (8,34%). A participação conjunta desses três estados era de 51,55%, em 2016, reduzindo para 50,38% em 2019. O estado de São Paulo detinha uma participação maior que o total da região Sul (19,30%), segunda colocada no ranking nacional (Tabela 6.4).

**Tabela 6.4:** Evolução da margem de comercialização em empresas comerciais (Mil Reais) – Brasil, Regiões e Estados – 2016 a 2019

Brasil, Regiões e Estados	2016		2017		2018		2019		Dif. P.P. (2019-2016)
	(Mil Reais)	%							
<b>Brasil</b>	<b>818.837.340</b>	<b>100,00</b>	<b>829.591.307</b>	<b>100,00</b>	<b>851.777.509</b>	<b>100,00</b>	<b>864.269.475</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Norte</b>	<b>29.197.133</b>	<b>3,57</b>	<b>30.041.284</b>	<b>3,62</b>	<b>31.535.657</b>	<b>3,70</b>	<b>33.249.183</b>	<b>3,85</b>	<b>0,28</b>
Rondônia	3.335.259	0,41	3.224.479	0,39	3.271.142	0,38	3.702.859	0,43	0,02
Acre	1.649.088	0,20	1.628.508	0,20	1.626.906	0,19	1.561.356	0,18	-0,02
Amazonas	8.292.674	1,01	8.842.775	1,07	9.224.474	1,08	9.185.756	1,06	0,05
Roraima	1.395.610	0,17	1.439.390	0,17	1.705.002	0,20	1.840.719	0,21	0,04
Pará	9.902.393	1,21	10.298.559	1,24	10.845.547	1,27	12.036.014	1,39	0,18
Amapá	1.672.207	0,20	1.641.149	0,20	1.759.723	0,21	1.647.454	0,19	-0,01
Tocantins	2.949.902	0,36	2.966.424	0,36	3.102.863	0,36	3.275.025	0,38	0,02
<b>Nordeste</b>	<b>121.971.074</b>	<b>14,90</b>	<b>123.328.762</b>	<b>14,87</b>	<b>123.838.258</b>	<b>14,54</b>	<b>123.690.509</b>	<b>14,31</b>	<b>-0,58</b>
Maranhão	11.517.091	1,41	10.977.576	1,32	10.931.536	1,28	10.266.599	1,19	-0,22
Piauí	6.336.877	0,77	5.958.867	0,72	6.482.096	0,76	6.433.044	0,74	-0,03
<b>Ceará</b>	<b>19.870.046</b>	<b>2,43</b>	<b>20.279.626</b>	<b>2,44</b>	<b>20.289.915</b>	<b>2,38</b>	<b>20.545.398</b>	<b>2,38</b>	<b>-0,05</b>
Rio Grande do Norte	7.831.138	0,96	9.209.701	1,11	7.911.820	0,93	8.553.126	0,99	0,03
Paraíba	8.349.123	1,02	8.056.985	0,97	8.587.102	1,01	9.480.028	1,10	0,08
Pernambuco	24.189.232	2,95	25.645.928	3,09	24.699.029	2,90	24.037.798	2,78	-0,17
Alagoas	6.552.647	0,80	6.102.998	0,74	5.604.300	0,66	6.434.824	0,74	-0,06
Sergipe	4.470.282	0,55	4.274.069	0,52	4.560.410	0,54	4.068.002	0,47	-0,08
Bahia	32.854.639	4,01	32.823.011	3,96	34.772.049	4,08	33.871.690	3,92	-0,09
<b>Sudeste</b>	<b>441.205.915</b>	<b>53,88</b>	<b>442.828.800</b>	<b>53,38</b>	<b>456.335.268</b>	<b>53,57</b>	<b>460.227.107</b>	<b>53,25</b>	<b>-0,63</b>
Minas Gerais	74.789.632	9,13	72.755.915	8,77	77.378.197	9,08	81.247.730	9,40	0,27
Espírito Santo	19.106.653	2,33	19.511.147	2,35	22.525.356	2,64	24.783.569	2,87	0,53
Rio de Janeiro	73.460.016	8,97	73.389.579	8,85	74.745.417	8,78	72.049.923	8,34	-0,63
São Paulo	273.849.614	33,44	277.172.160	33,41	281.686.299	33,07	282.145.885	32,65	-0,80
<b>Sul</b>	<b>152.700.694</b>	<b>18,65</b>	<b>156.099.108</b>	<b>18,82</b>	<b>164.536.929</b>	<b>19,32</b>	<b>166.772.375</b>	<b>19,30</b>	<b>0,65</b>
Paraná	57.127.294	6,98	56.898.089	6,86	59.833.508	7,02	60.622.504	7,01	0,04
Santa Catarina	40.676.466	4,97	43.942.633	5,30	47.461.378	5,57	49.166.127	5,69	0,72
Rio Grande do Sul	54.896.935	6,70	55.258.386	6,66	57.242.044	6,72	56.983.744	6,59	-0,11
<b>Centro-Oeste</b>	<b>73.762.524</b>	<b>9,01</b>	<b>77.293.354</b>	<b>9,32</b>	<b>75.531.397</b>	<b>8,87</b>	<b>80.330.301</b>	<b>9,29</b>	<b>0,29</b>
Mato Grosso do Sul	10.880.278	1,33	11.752.278	1,42	11.817.014	1,39	12.658.589	1,46	0,14
Mato Grosso	21.462.470	2,62	22.951.351	2,77	22.483.908	2,64	23.436.876	2,71	0,09
Goiás	26.933.336	3,29	28.464.066	3,43	26.886.985	3,16	27.206.839	3,15	-0,14
Distrito Federal	14.486.439	1,77	14.125.658	1,70	14.343.490	1,68	17.027.997	1,97	0,20

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE. Valores atualizados pelo IPCA a preços de Dez/2019.

Por sua vez, as três menores participações no total da margem de comercialização em empresas comerciais em 2019, ocorreram nos estados do Acre (0,18%); Amapá (0,19%); e Roraima (0,21%). A participação conjunta desses três estados era de 0,58%, em 2016, mantendo-se em 0,58% em 2019 (Tabela 6.4).

Os três estados que registraram os maiores ganhos de participação no total da margem de comercialização em empresas comerciais na comparação dos anos de 2016 e 2019 foram: Santa Catarina (+0,72 p.p.); Espírito Santo (+0,53 p.p.) e Minas Gerais (+0,27 p.p.) (Tabela 6.4).

Por outro lado, os três estados que registraram as maiores perdas de participação no total da margem de comercialização em empresas comerciais na comparação dos dois anos foram: São Paulo (-0,80 p.p.); Rio de Janeiro (-0,63 p.p.) e Maranhão (-0,22 p.p.) (Tabela 6.4).

Em 2019, o estado do Ceará apresentou uma margem de comercialização em empresas comerciais de R\$ 20,5 bilhões, tendo registrado a décima segunda maior participação no total da margem de comercialização em empresas comerciais de 2,38% do total nacional tendo apresentado a décima maior perda de participação entre os anos de 2016 e 2019. No Nordeste ficou atrás apenas dos estados da Bahia (R\$ 33,8 bilhões) e Pernambuco (R\$ 24,0 bilhões) (Tabela 6.4).

#### 6.2.4. Pessoal Ocupado em Empresas Comerciais

Na Tabela 6.5 são apresentados dados sobre a evolução do número de pessoas ocupadas em empresas comerciais para o Brasil, por regiões e para os vinte e sete estados da federação no período de 2016 a 2019.

**Tabela 6.5:** Evolução do número de pessoas ocupadas em empresas comerciais – Brasil, Regiões e Estados – 2016 a 2019

Brasil, Regiões e Estados	2016		2017		2018		2019		Dif. P.P. (2019-2016)
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	
<b>Brasil</b>	<b>10.112.020</b>	<b>100,00</b>	<b>10.196.676</b>	<b>100,00</b>	<b>10.209.433</b>	<b>100,00</b>	<b>10.167.017</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Norte</b>	<b>313.149</b>	<b>3,10</b>	<b>312.892</b>	<b>3,07</b>	<b>318.545</b>	<b>3,12</b>	<b>318.079</b>	<b>3,13</b>	<b>0,03</b>
Rondônia	30.109	0,30	30.037	0,29	27.558	0,27	28.435	0,28	-0,02
Acre	18.093	0,18	18.677	0,18	18.638	0,18	17.822	0,18	-0,00
Amazonas	86.940	0,86	85.725	0,84	86.580	0,85	88.151	0,87	0,01
Roraima	17.396	0,17	16.639	0,16	18.789	0,18	19.807	0,19	0,02
Pará	117.290	1,16	118.265	1,16	121.334	1,19	117.069	1,15	-0,01
Amapá	22.190	0,22	21.370	0,21	22.408	0,22	22.828	0,22	0,01
Tocantins	21.131	0,21	22.179	0,22	23.238	0,23	23.967	0,24	0,03
<b>Nordeste</b>	<b>1.723.190</b>	<b>17,04</b>	<b>1.767.002</b>	<b>17,33</b>	<b>1.742.870</b>	<b>17,07</b>	<b>1.722.963</b>	<b>16,95</b>	<b>-0,09</b>
Maranhão	165.899	1,64	162.186	1,59	156.283	1,53	152.248	1,50	-0,14
Piauí	98.892	0,98	100.776	0,99	101.065	0,99	108.947	1,07	0,09
<b>Ceará</b>	<b>283.852</b>	<b>2,81</b>	<b>288.161</b>	<b>2,83</b>	<b>293.435</b>	<b>2,87</b>	<b>271.743</b>	<b>2,67</b>	<b>-0,13</b>
Rio Grande do Norte	129.974	1,29	127.716	1,25	125.026	1,22	128.091	1,26	-0,03
Paraíba	110.558	1,09	117.453	1,15	112.014	1,10	120.207	1,18	0,09
Pernambuco	298.729	2,95	320.215	3,14	322.452	3,16	306.695	3,02	0,06
Alagoas	87.104	0,86	88.889	0,87	98.042	0,96	90.255	0,89	0,03
Sergipe	71.553	0,71	70.912	0,70	70.403	0,69	69.214	0,68	-0,03
Bahia	476.629	4,71	490.694	4,81	464.150	4,55	475.563	4,68	-0,04
<b>Sudeste</b>	<b>5.277.800</b>	<b>52,19</b>	<b>5.242.929</b>	<b>51,42</b>	<b>5.271.279</b>	<b>51,63</b>	<b>5.276.550</b>	<b>51,90</b>	<b>-0,29</b>
Minas Gerais	1.151.795	11,39	1.110.527	10,89	1.111.098	10,88	1.101.054	10,83	-0,56
Espírito Santo	207.337	2,05	216.519	2,12	203.666	1,99	235.882	2,32	0,27
Rio de Janeiro	915.997	9,06	910.675	8,93	902.937	8,84	878.182	8,64	-0,42
São Paulo	3.002.671	29,69	3.005.208	29,47	3.053.578	29,91	3.061.432	30,11	0,42
<b>Sul</b>	<b>1.978.408</b>	<b>19,56</b>	<b>2.018.226</b>	<b>19,79</b>	<b>1.999.950</b>	<b>19,59</b>	<b>1.989.681</b>	<b>19,57</b>	<b>0,01</b>
Paraná	755.509	7,47	775.664	7,61	774.534	7,59	761.254	7,49	0,02
Santa Catarina	514.732	5,09	513.189	5,03	521.230	5,11	521.087	5,13	0,03
Rio Grande do Sul	708.167	7,00	729.373	7,15	704.186	6,90	707.340	6,96	-0,05
<b>Centro-Oeste</b>	<b>819.473</b>	<b>8,10</b>	<b>855.627</b>	<b>8,39</b>	<b>876.789</b>	<b>8,59</b>	<b>859.744</b>	<b>8,46</b>	<b>0,35</b>
Mato Grosso do Sul	127.551	1,26	143.641	1,41	145.033	1,42	135.807	1,34	0,07
Mato Grosso	191.038	1,89	204.964	2,01	210.003	2,06	212.288	2,09	0,20
Goiás	333.509	3,30	333.736	3,27	338.344	3,31	335.461	3,30	0,00
Distrito Federal	167.375	1,66	173.286	1,70	183.409	1,80	176.188	1,73	0,08

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE.

As três maiores participações no número de pessoas ocupadas em empresas comerciais em 2019 foram observadas nos estados de São Paulo (30,11%); Minas Gerais (10,83%) e Rio de Janeiro (8,64%). A participação conjunta desses três estados era de 50,14%, em 2016, aumentando para 49,58% em 2019. A participação de São Paulo foi maior que o total da região Sul (19,57%), segunda colocada no ranking nacional (Tabela 6.5).

Por sua vez, as três menores participações no número de pessoas ocupadas em empresas comerciais em 2019, ocorreram nos estados de Acre (0,18%); Roraima (0,19%) e Amapá (0,22%). A participação conjunta desses três estados era de 0,57%, em 2016, aumentando para 0,59% em 2019 (Tabela 6.5).

Os três estados que registraram os maiores ganhos de participação no número de pessoas ocupadas em empresas comerciais na comparação dos anos de 2016 e 2019 foram: São Paulo (+0,42 p.p.); Espírito Santo (+0,27 p.p.) e Mato Grosso (+0,20 p.p.) (Tabela 6.5).

Por outro lado, os três estados que registraram as maiores perdas de participação no número de pessoas ocupadas em empresas comerciais na comparação dos dois anos foram: Minas Gerais (-0,56 p.p.); Rio de Janeiro (-0,42 p.p.) e Maranhão (-0,14 p.p.) (Tabela 6.5).

Em 2019, o estado do Ceará possuía um total de 271,7 mil pessoas ocupadas em empresas comerciais, tendo registrado a décima maior participação no número de pessoas ocupadas em empresas comerciais com participação de 2,67% do total nacional tendo apresentado a quarta maior perda de participação entre os anos de 2016 e 2019. No Nordeste, o Ceará perde apenas para os estados da Bahia (475,5 mil pessoas) e Pernambuco (306,6 mil pessoas) (Tabela 6.5).

#### **6.2.5. Gastos com Salários, Retiradas e Outras Remunerações em Empresas Comerciais**

Na sequência, tem-se a Tabela 6.6 que traz dados sobre a evolução dos **gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais** para o Brasil, por regiões e para todos os vinte e sete estados da federação entre os anos de 2016 e 2019.

As três maiores participações no total dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais em 2019 foram observadas nos estados de São Paulo (36,53%); Minas Gerais (8,97%) e Rio de Janeiro (8,39%). A participação conjunta desses três estados era de 54,26%, em 2016, caindo para 53,89% em 2019. O estado de São Paulo sozinho detém uma participação maior que a registrada pelo total da região Sul (20,11%), segunda colocada no ranking nacional (Tabela 6.6).

Por sua vez, as três menores participações no total dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais em 2019, ocorreram nos estados de Acre (0,16%); Roraima (0,16%) e Amapá (0,18%). A participação conjunta desses três estados era de 0,48%, em 2016, aumentando para 0,50% em 2019.

Os estados que registraram os maiores ganhos de participação no total dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais na comparação dos anos de 2016 e 2019 foram: São Paulo (+0,36 p.p.); Santa Catarina (+0,22 p.p.) e Paraná (+0,20 p.p.) (Tabela 6.6).

Por outro lado, os estados que registraram as maiores perdas de participação no total dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais na comparação dos dois anos foram: Rio de Janeiro (-0,49 p.p.); Minas Gerais (-0,25 p.p.) e Bahia (-0,17 p.p.) (Tabela 6.6).

Em 2019, o estado do Ceará registrou um valor total de R\$ 5,204 bilhões em gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais, tendo registrado a décima primeira maior participação no total dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações pagas aos empregados nas empresas comerciais de 2,11% do total nacional tendo apresentado a nona maior perda de participação entre os anos de 2016 e 2019. No Nordeste o Ceará fica abaixo apenas dos estados da Bahia (R\$ 8,984 bilhões) e Pernambuco (R\$ 5,956 bilhões) (Tabela 6.6).

**Tabela 6.6:** Evolução dos Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais (Mil Reais) – Brasil, Regiões e Estados – 2016 a 2019

Brasil, Regiões e Estados	2016		2017		2018		2019		Dif. P.P. (2019-2016)
	(Mil Reais)	%							
<b>Brasil</b>	<b>240.285.263</b>	<b>100,00</b>	<b>244.423.546</b>	<b>100,00</b>	<b>247.434.841</b>	<b>100,00</b>	<b>246.413.503</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Norte</b>	<b>7.038.345</b>	<b>2,93</b>	<b>7.147.479</b>	<b>2,92</b>	<b>7.121.587</b>	<b>2,88</b>	<b>7.342.199</b>	<b>2,98</b>	<b>0,05</b>
Rondônia	697.979	0,29	704.092	0,29	657.290	0,27	689.742	0,28	-0,01
Acre	393.733	0,16	409.806	0,17	423.606	0,17	385.317	0,16	-0,01
Amazonas	1.907.803	0,79	1.988.257	0,81	2.000.714	0,81	2.112.332	0,86	0,06
Roraima	334.808	0,14	327.250	0,13	365.350	0,15	391.030	0,16	0,02
Pará	2.788.345	1,16	2.780.699	1,14	2.670.813	1,08	2.712.378	1,10	-0,06
Amapá	421.378	0,18	421.639	0,17	450.975	0,18	446.746	0,18	0,01
Tocantins	494.300	0,21	515.735	0,21	552.838	0,22	604.654	0,25	0,04
<b>Nordeste</b>	<b>32.184.125</b>	<b>13,39</b>	<b>33.351.689</b>	<b>13,65</b>	<b>33.598.275</b>	<b>13,58</b>	<b>32.144.889</b>	<b>13,05</b>	<b>-0,35</b>
Maranhão	2.978.730	1,24	2.911.885	1,19	3.031.570	1,23	2.844.724	1,15	-0,09
Piauí	1.788.667	0,74	1.825.079	0,75	1.755.830	0,71	1.931.544	0,78	0,04
<b>Ceará</b>	<b>5.138.078</b>	<b>2,14</b>	<b>5.310.359</b>	<b>2,17</b>	<b>5.424.924</b>	<b>2,19</b>	<b>5.204.053</b>	<b>2,11</b>	<b>-0,03</b>
Rio Grande do Norte	2.290.945	0,95	2.354.199	0,96	2.400.076	0,97	2.149.549	0,87	-0,08
Paraíba	2.061.174	0,86	2.185.596	0,89	2.140.685	0,87	2.184.611	0,89	0,03
Pernambuco	5.951.244	2,48	6.566.781	2,69	6.651.316	2,69	5.956.758	2,42	-0,06
Alagoas	1.541.220	0,64	1.607.152	0,66	1.630.115	0,66	1.593.024	0,65	0,01
Sergipe	1.257.476	0,52	1.307.666	0,53	1.349.741	0,55	1.295.982	0,53	0,00
Bahia	9.176.592	3,82	9.282.973	3,80	9.214.016	3,72	8.984.644	3,65	-0,17
<b>Sudeste</b>	<b>134.764.557</b>	<b>56,09</b>	<b>135.587.411</b>	<b>55,47</b>	<b>137.646.595</b>	<b>55,63</b>	<b>137.481.168</b>	<b>55,79</b>	<b>-0,29</b>
Minas Gerais	22.148.641	9,22	21.707.506	8,88	21.821.601	8,82	22.091.797	8,97	-0,25
Espírito Santo	4.379.410	1,82	4.503.828	1,84	4.431.531	1,79	4.701.169	1,91	0,09
Rio de Janeiro	21.329.221	8,88	21.699.434	8,88	21.274.708	8,60	20.668.844	8,39	-0,49
São Paulo	86.907.286	36,17	87.676.642	35,87	90.118.754	36,42	90.019.358	36,53	0,36
<b>Sul</b>	<b>47.535.120</b>	<b>19,78</b>	<b>49.338.186</b>	<b>20,19</b>	<b>49.482.452</b>	<b>20,00</b>	<b>49.555.206</b>	<b>20,11</b>	<b>0,33</b>
Paraná	17.883.963	7,44	18.581.713	7,60	18.421.898	7,45	18.843.944	7,65	0,20
Santa Catarina	12.534.165	5,22	12.852.628	5,26	13.404.214	5,42	13.400.782	5,44	0,22
Rio Grande do Sul	17.116.992	7,12	17.903.845	7,32	17.656.340	7,14	17.310.480	7,02	-0,10
<b>Centro-Oeste</b>	<b>18.763.116</b>	<b>7,81</b>	<b>18.998.782</b>	<b>7,77</b>	<b>19.585.932</b>	<b>7,92</b>	<b>19.890.041</b>	<b>8,07</b>	<b>0,26</b>
Mato Grosso do Sul	2.921.344	1,22	3.179.551	1,30	3.226.907	1,30	3.143.356	1,28	0,06
Mato Grosso	4.904.332	2,04	5.029.787	2,06	5.324.295	2,15	5.512.826	2,24	0,20
Goiás	7.214.524	3,00	6.960.443	2,85	7.021.434	2,84	7.467.971	3,03	0,03
Distrito Federal	3.722.916	1,55	3.829.001	1,57	4.013.296	1,62	3.765.888	1,53	-0,02

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE. Valores atualizados pelo IPCA a preços de Dez/2019.

### 6.3. Análise da Estrutura Produtiva das Empresas Comerciais no Ceará

Em relação ao número de unidades locais com receita bruta de revenda no comércio é possível notar que o estado do Ceará possuía um total de 47.868 unidades em 2016, participando com 2,81% do País e com 15,46% do Nordeste. Em 2019, o número de empresas comerciais cearenses diminuiu para 43.599 unidades, reduzindo, assim, sua participação nacional para 2,73% e regional para 15,35%, resultando numa perda de participação nacional de 0,08 p.p. e regional de 0,11 p.p. na comparação dos dois anos. Enquanto isso, a participação da região Nordeste no País passou de 18,17%, em 2016, para 17,78%, em 2019, resultando em uma perda de participação de 0,39 p.p. (Tabela 6.7).

No tocante a receita bruta de revenda de mercadorias, as empresas comerciais cearenses apresentaram um faturamento atualizado de R\$ 96,5 bilhões, em 2016, registrando uma participação de 2,43% do País e de 15,85% do Nordeste. Em 2019, o valor da receita bruta de revenda passou a ser de R\$ 100,3 bilhões registrando uma participação nacional de 2,31% e regional de 15,57%, resultando numa perda de participação nacional de 0,12 p.p. e regional de 0,28 p.p. na comparação dos dois anos. Enquanto isso, a participação da região Nordeste no País passou de 15,35%, em 2016, para 14,85%, em 2019, resultando em uma perda de participação de 0,50 p.p. (Tabela 6.7).

No que tange a margem de comercialização em empresas comerciais fenômeno semelhante foi observado. Em 2016, a margem de comercialização cearense foi de R\$ 19,8 bilhões, participando com

2,43% do País e com 16,29% do Nordeste. Passados quatro anos, a margem de comercialização estadual passou a ser de R\$ 20,5 bilhões, ou seja, uma participação nacional de 2,38% e regional de 16,61%, resultando numa perda de participação nacional de 0,05 p.p. e um ganho regional de 0,32 p.p. na comparação dos dois anos. Enquanto isso, a participação da região Nordeste no País passou de 14,90%, em 2016, para 14,31%, em 2019, resultando em uma perda de participação de 0,58 p.p. (Tabela 6.7).

**Tabela 6.7:** Dados gerais das empresas comerciais – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2019

Brasil, Regiões e Estados	2016	2017	2018	2019
<b>Número de unidades locais com receita de revenda (Unidades)</b>				
Brasil	1.704.659	1.675.318	1.647.239	1.597.424
Nordeste	309.683	309.036	304.843	284.025
Ceará	47.868	48.866	52.648	43.599
Ne/Br (%)	18,17%	18,45%	18,51%	17,78%
Ce/Br (%)	2,81%	2,92%	3,20%	2,73%
Ce/Ne (%)	15,46%	15,81%	17,27%	15,35%
<b>Receita bruta de revenda de mercadorias (Mil Reais)</b>				
Brasil	3.966.940.066	3.992.450.617	4.201.846.854	4.336.918.727
Nordeste	609.026.097	618.779.634	642.819.499	644.243.960
Ceará	96.512.273	95.635.201	95.880.603	100.310.312
Ne/Br (%)	15,35%	15,50%	15,30%	14,85%
Ce/Br (%)	2,43%	2,40%	2,28%	2,31%
Ce/Ne (%)	15,85%	15,46%	14,92%	15,57%
<b>Margem de comercialização em empresas comerciais (Mil Reais)</b>				
Brasil	818.837.340	829.591.307	851.777.509	864.269.475
Nordeste	121.971.074	123.328.762	123.838.258	123.690.509
Ceará	19.870.046	20.279.626	20.289.915	20.545.398
Ne/Br (%)	14,90%	14,87%	14,54%	14,31%
Ce/Br (%)	2,43%	2,44%	2,38%	2,38%
Ce/Ne (%)	16,29%	16,44%	16,38%	16,61%
<b>Pessoal ocupado em 31/12 em empresas comerciais (Pessoas)</b>				
Brasil	10.112.020	10.196.676	10.209.433	10.167.017
Nordeste	1.723.190	1.767.002	1.742.870	1.722.963
Ceará	283.852	288.161	293.435	271.743
Ne/Br (%)	17,04%	17,33%	17,07%	16,95%
Ce/Br (%)	2,81%	2,83%	2,87%	2,67%
Ce/Ne (%)	16,47%	16,31%	16,84%	15,77%
<b>Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais (Mil Reais)</b>				
Brasil	240.285.263	244.423.546	247.434.841	246.413.503
Nordeste	32.184.125	33.351.689	33.598.275	32.144.889
Ceará	5.138.078	5.310.359	5.424.924	5.204.053
Ne/Br (%)	13,39%	13,65%	13,58%	13,05%
Ce/Br (%)	2,14%	2,17%	2,19%	2,11%
Ce/Ne (%)	15,96%	15,92%	16,15%	16,19%

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE. Valores atualizados pelo IPCA a preços de Dez/2019.

Em relação ao **pessoal ocupado em empresas comerciais**, o estado do Ceará possuía um total de 283.852 pessoas, registrando uma participação nacional de 2,81% e regional de 16,47%. Em 2019, o número de pessoas ocupadas nas empresas comerciais cearenses caiu para 271.743 pessoas, ou seja, uma participação nacional de 2,67% e regional de 15,77%, resultando numa perda de participação nacional de 0,13 p.p. e regional de 0,70 p.p. na comparação dos dois anos. Enquanto isso, a participação da região Nordeste no País passou de 17,04%, em 2016, para 16,95%, em 2019, resultando em uma perda de participação de 0,09 p.p. (Tabela 6.7).

Por fim, no tocante aos **Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais**, o estado do Ceará registrou um valor atualizado de R\$ 5,13 bilhões em 2016, tendo registrado uma participação no País de apenas 2,14% e no Nordeste de 15,96%. Em 2019, o valor pago em Gastos com salários, retiradas e outras remunerações nas empresas comerciais no estado passou a ser de R\$ 5,20 bilhões, ou seja, uma participação nacional de 2,11% e regional para 16,19%, resultando numa perda de

participação nacional de 0,03 p.p. e ganho regional de 0,22 p.p. na comparação dos dois anos. Enquanto isso, a participação da região Nordeste no País passou de 13,39%, em 2016, para 13,05%, em 2019, resultando em uma perda de participação de 0,35 p.p. (Tabela 6.7).

#### 6.4. Análise da Estrutura Produtiva por Atividades das Empresas de Comércio Cearense

A partir da análise da Tabela 6.8 é possível ter uma abertura para as atividades que formam o comércio no estado do Ceará. Em 2019, as **empresas de comércio varejista** concentraram 83,65% do total das empresas comerciais cearenses, participando com uma receita bruta de revenda de 57,0% do total; 66,57% da margem de comercialização; 77,39% do pessoal ocupado e com 71,15% dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações (Tabela 6.8).

**Tabela 6.8:** Dados gerais das empresas comerciais por divisão do comércio – Ceará – 2016 a 2019

Divisão de Comércio	2016		2017		2018		2019		Dif. P.P. (2019-2016)
	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	Unidades	%	
<b>Número de unidades locais com receita de revenda (Unidades)</b>									
1.Total	47.868	100,00	48.866	100,00	52.648	100,00	43.599	100,00	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	4.154	8,68	4.215	8,63	3.918	7,44	3.461	7,94	-0,74
3.Comércio por atacado	3.219	6,72	3.222	6,59	3.753	7,13	3.667	8,41	1,69
4.Comércio varejista	40.495	84,60	41.429	84,78	44.977	85,43	36.471	83,65	-0,95
<b>Receita bruta de revenda de mercadorias (Mil Reais)</b>									
1.Total	96.512.273	100,00	95.635.201	100,00	95.880.603	100,00	100.310.312	100,00	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	9.163.263	9,49	10.113.604	10,58	9.607.885	10,02	10.940.758	10,91	1,41
3.Comércio por atacado	31.808.926	32,96	31.919.034	33,38	30.180.956	31,48	32.189.179	32,09	-0,87
4.Comércio varejista	55.540.085	57,55	53.602.562	56,05	56.091.763	58,50	57.180.375	57,00	-0,54
<b>Margem de comercialização em empresas comerciais (Mil Reais)</b>									
1.Total	19.870.046	100,00	20.279.626	100,00	20.289.915	100,00	20.545.398	100,00	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	1.703.160	8,57	1.843.606	9,09	1.789.678	8,82	2.036.602	9,91	1,34
3.Comércio por atacado	5.522.693	27,79	5.469.584	26,97	5.132.619	25,30	4.830.778	23,51	-4,28
4.Comércio varejista	12.644.193	63,63	12.966.436	63,94	13.367.619	65,88	13.678.018	66,57	2,94
<b>Pessoal ocupado em 31/12 em empresas comerciais (Pessoas)</b>									
1.Total	283.852	100,00	288.161	100,00	293.435	100,00	271.743	100,00	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	23.240	8,19	22.933	7,96	22.186	7,56	21.466	7,90	-0,29
3.Comércio por atacado	38.245	13,47	36.373	12,62	38.438	13,10	39.981	14,71	1,24
4.Comércio varejista	222.367	78,34	228.855	79,42	232.811	79,34	210.296	77,39	-0,95
<b>Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais (Mil Reais)</b>									
1.Total	5.138.078	100,00	5.310.359	100,00	5.424.924	100,00	5.204.053	100,00	0,00
2.Comércio de veículos, peças e motocicletas	489.054	9,52	500.916	9,43	535.480	9,87	541.477	10,40	0,89
3.Comércio por atacado	942.494	18,34	892.451	16,81	922.580	17,01	960.094	18,45	0,11
4.Comércio varejista	3.706.530	72,14	3.916.992	73,76	3.966.865	73,12	3.702.482	71,15	-0,99

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual de Comércio. Elaboração: IPECE. Valores atualizados pelo IPCA a preços de Dez/2019.

Por sua vez, as **empresas de comércio atacadista**, responderam por 8,41% das unidades comerciais cearenses, participando com 32,09% da receita bruta de revenda; 23,51% da margem de comercialização; 14,71% do pessoal ocupado e com 18,45% dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações (Tabela 6.8).

Enquanto isso, as **empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas**, responderam por 7,94% das unidades comerciais; participando com 10,91% da receita bruta de revenda; 9,91% da margem de comercialização; 7,90% do pessoal ocupado e com 10,40% dos gastos com salários, retiradas e outras remunerações (Tabela 6.8).

Entre os anos de 2016 e 2019, o estado do Ceará registrou uma redução de 4.269 unidades locais com receita de revenda, resultado de uma redução de 4.024 empresas comerciais varejistas e de 693 empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas, apesar do incremento de 448 empresas comerciais atacadistas. Como resultado, as empresas do comércio varejista perderam participação de 0,95 p.p. dentro do estado e as empresas do comércio de veículos, peças e motocicletas perderam participação de 0,74 p.p. na comparação dos dois anos (Tabela 6.8).

No tocante a receita bruta de revenda, apenas as empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas ganharam participação dentro do estado de 1,41 p.p., ao passo que as empresas de comércio atacadista (-0,87 p.p.) e varejista (-0,54 p.p.) perderam participação, sinalizando as dificuldades de vendas enfrentadas pelas empresas de vendas de veículos, peças e motocicletas no estado no período analisado (Tabela 6.8).

Em relação a margem de comercialização, as empresas de comércio varejista (+2,94 p.p.) e as empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas (+1,34 p.p.) registraram ganho de participação dentro do comércio cearense, enquanto que as empresas de comércio atacadista (-4,28 p.p.) apresentaram perda de participação estadual no período (Tabela 6.8).

Em relação ao número de pessoas ocupadas, apenas as empresas de comércio por atacado (+1,24 p.p.) registraram ganho de participação dentro do comércio estadual. Por outro lado, as empresas de comércio varejista (-0,95 p.p.) e as empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas (-0,29 p.p.) registraram perda de participação no período (Tabela 6.8).

Por fim, em relação aos gastos com salários, retiradas e outras remunerações as empresas de comércio de veículos, peças e motocicletas (+0,89 p.p.) e as empresas de comércio atacadista (+0,11 p.p.) apresentaram ganho de participação dentro do estado, ao passo que as empresas do comércio varejista (-0,99 p.p.) perderam participação no mesmo período.

Em suma, as empresas comerciais cearenses apresentaram alguns problemas resultando em perda de participação nacional em todas as variáveis analisadas no período considerado. A maior perda de participação nacional ocorreu justamente no número de pessoal ocupado na comparação dos anos de 2016 e 2019. As perdas de participações na Receita bruta de revenda de mercadorias ocorreram mesmo o valor desta tendo registrado crescimento no período, diferente da queda ocorrida no número de pessoas ocupadas. As perdas regionais ocorreram especificamente Número de unidades locais com receita de revenda; Receita bruta de revenda de mercadorias e também no Número de pessoal ocupado. Por outro lado, o comércio cearense conseguiu registrar ganho de participação regional na Margem de comercialização em empresas comerciais e nos Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais.

## 7 COMÉRCIO EXTERIOR

Ana Cristina Lima Maia<sup>14</sup>

### 7.1. Balança Comercial

As exportações do Ceará apresentaram nível ótimo entre os anos de 2016 a 2019, atingindo o maior valor da série em 2018 (US\$ 2,3 bilhões), mantendo esse nível também em 2019 com valor de US\$ 2,27 bilhões. Pelo lado das importações o ano de 2016 foi o maior obtido pelo Ceará ao longo de toda a série disponível (US\$ 3,49 bilhões), explicado, em grande parte, pelas aquisições de máquinas e equipamentos para a montagem da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). Em 2019 as importações do estado somaram US\$ 2,36 bilhões.

Diante dos valores das exportações e importações cearenses, o saldo da balança comercial do estado em 2016 registrou o maior valor deficitário de toda a série (US\$ -2,2 bilhões). Enquanto que em 2019 o saldo da balança apresentou déficit de apenas US\$ 82 milhões. A corrente de comércio do Ceará somou US\$ 4,78 bilhões em 2016, em 2019 o montante foi de US\$ 4,63 bilhões.

As exportações da Região Nordeste em 2019 atingiram a quantia de US\$ 16,88 bilhões, valor inferior ao verificado em 2018 (US\$ 18,7 bilhões), porém maior do que o obtido em 2016. Enquanto as importações somaram US\$ 21,45 bilhões, valor também inferior ao ano anterior de 2018 (US\$ 22,1 bilhões), porém maior do que 2016. A balança comercial da região registrou déficit de US\$ 4,57 bilhões em 2019 e a corrente de comércio da Região somou US\$ 38,33 bilhões.

Com relação as exportações totais do Brasil, também se observou aumento nos anos de 2016, 2017 e 2018, mas em 2019 o valor foi de 2019 de US\$ 221,12 bilhões, abaixo do ano anterior, porém bem acima do valor de 2016. Já as importações brasileiras apresentaram aumentos consecutivos nos quatro anos analisados, fechando o ano de 2019 com valor de US\$ 185,93 bilhões. Em consequência, para o período de 2016 a 2019, a corrente de comércio brasileira apresentou aumento, enquanto o saldo obteve redução.

**Tabela 7.1:** Balança Comercial – CE/NE/BR – 2016 – 2019

Descrição	2016 (US\$ milhões - FOB)			2019 (US\$ milhões - FOB)		
	Ceará	Nordeste	Brasil	Ceará	Nordeste	Brasil
Exportação	1.294	12.765	179.526	2.275	16.881	221.127
Importação	3.491	17.528	139.321	2.358	21.453	185.928
Saldo	-2.197	-4.763	40.205	-82	-4.572	35.199
Corrente de Comércio	4.785	30.294	318.847	4.633	38.334	407.055

Fonte: COMEXSTAT. Ministério da Economia. Elaboração: IPECE.

O crescimento das exportações do Ceará do período de 2016 a 2019 registrou taxa média de 15,15%, valor superior as taxas atingidas pelo Nordeste e Brasil, que apresentaram taxas médias de 7,24% e 5,35%, respectivamente. Quanto ao desempenho das importações cearenses verificou-se taxa média negativa (-9,35%), enquanto que para o Nordeste e para o Brasil o crescimento médio entre os anos analisados foi positivo, com valores de 5,18% e 7,48%, respectivamente. Desse modo, a Corrente de Comércio Cearense obteve queda, com taxa média de -0,8%, influenciada pela redução das importações que teve comportamento atípico em 2016. Enquanto a taxa média do Nordeste (6,06%) e do Brasil (6,30%) foram positivas (Tabela 7.2).

<sup>14</sup> Mestre em Economia Rural (MAER/UFC) e Assessora Técnica da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

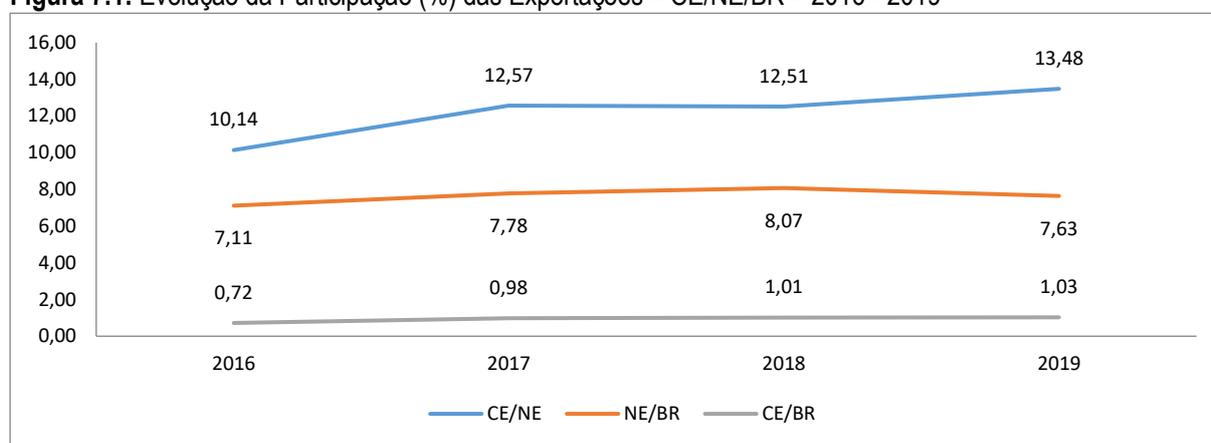
**Tabela 7.2:** Taxa média de Crescimento da Balança Comercial – CE/NE/BR – 2016 – 2019

Descrição	Crescimento (%) 2016-2019		
	Ceará	Nordeste	Brasil
Exportação	15,15	7,24	5,35
Importação	-9,35	5,18	7,48
Corrente de Comércio	-0,80	6,06	6,30

Fonte: COMEXSTAT. Ministério da Economia. Elaboração: IPECE.

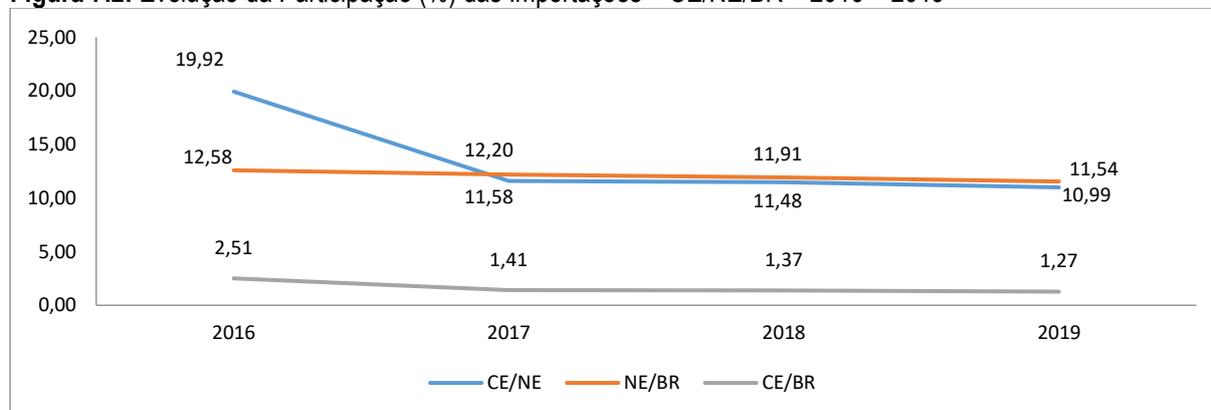
A participação das exportações do Ceará no total do Brasil continua ampliando, passando de 0,72%, em 2016, para 1,03% em 2019, valor recorde para o estado. O Ceará em 2016 estava no 15º lugar do ranking dos estados exportadores, em 2019 passou para o 14º.

Com relação à participação das exportações cearenses na pauta da região Nordeste observou-se que teve aumento em 2017 com relação a 2016, mas em 2018 registrou leve perda de participação, passando para 12,51%, em 2018, recuperando em 2019 com participação recorde de 13,48%. Em 2016, o Ceará foi o 4º maior exportador da região do Nordeste, em 2019 passou a ser o terceiro maior exportador.

**Figura 7.1:** Evolução da Participação (%) das Exportações – CE/NE/BR – 2016 - 2019

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

As importações cearenses vêm apresentando perda de participação em relação às importações brasileiras nos anos de 2016 a 2019, conforme apresentado na Figura 6.2. Em 2016 a participação foi de 2,51%. Em 2019 chega a menor participação, com 1,27. Importante lembrar que em 2016 as importações cearenses atingiram um pico em decorrência das compras de máquinas e equipamentos adquiridas pelas CSP que nesse momento estava finalizando suas obras.

**Figura 7.2:** Evolução da Participação (%) das Importações – CE/NE/BR – 2016 – 2019

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

O mesmo comportamento foi verificado na participação das importações cearenses no Nordeste, com aumento em 2016 e redução em 2017 e 2018. Em 2016 o Ceará foi o terceiro maior importador da região Nordeste, os demais anos analisados o estado manteve-se no 4º lugar do ranking da região.

## 7.2. Exportações por Produtos e Países de Destino

Nesta seção são apresentados os principais produtos e destinos das exportações do Ceará em 2016 e 2019. Com relação a pauta de exportação do Ceará ocorreram mudanças importantes nos anos de 2016 e 2019, principalmente, em virtude do início das atividades da CSP em 2016, onde se deu início as exportações de Produtos Metalúrgicos. Portanto, a pauta exportadora cearense passou a ser liderada desde então pelos Produtos Metalúrgicos, no qual, em 2019, atingiu o valor de aproximadamente US\$ 1,2 bilhão, respondendo por 53,15% da pauta do Estado em relação aos produtos exportados.

O grupo Calçados foi o segundo produto mais exportado pelo Ceará em 2019, com valor de US\$ 236 milhões e participação de 10,38%. No ano de 2016, ocorreu que os Calçados e suas partes era o principal produto da pauta cearense e respondia por 22,47% do total exportado. Portanto, a queda na participação foi expressiva quando comparamos os dois períodos de análise, observou-se, também, uma queda no valor exportado de 18,7%, apontando problemas para os setores manter-se competitivo no mercado internacional, consequência da crise econômica de 2015. Mais grave, ainda, foi com o que ocorreu com o valor das exportações de Couros e Peles que apresentou forte queda em 2019 (63,6%), se comparado a 2016. Esse, também, foi um segmento que sofreu bastante com a crise econômica nos anos de 2015 a 2019.

Em terceiro lugar vem o grupo Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes que exportou pelo Ceará em 2019, valor de US\$ 183,7 milhões, com participação de 8,07% da pauta exportadora do Estado. Comparando 2019 com 2016, as vendas externas desse grupo apresentaram um extraordinário desempenho, com um crescimento de 163,1% do valor exportado, o desempenho do grupo ficou atrás apenas do Grupo Produtos Metalúrgicos.

As exportações de Castanha de Cajú, classificada em quarto lugar da pauta cearense de 2019, movimentou US\$ 99,5 milhões, o que representa 4,37% de tudo que o Ceará exportou em 2019, porém, registrou queda de 3,6% no valor das exportações quando comparado com 2016.

O valor exportado pelo setor de Alimentos e Bebidas no Ceará, em 2019, registrou queda de 6,8% com relação a 2016, fato que se repetiu com o grupo Frutas que teve uma redução de 37,5% no mesmo período.

**Tabela 7.3:** Principais Produtos Exportados pelo Ceará – 2016-2019 (\*)

Principais produtos	2016		2019		Var % (2019/2016)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
Produtos Metalúrgicos	197.152.711	15,23	1.209.243.676	53,15	513,4
Calçados e suas partes	290.788.145	22,47	236.271.722	10,38	-18,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	69.840.221	5,40	183.719.614	8,07	163,1
Castanha de caju	103.206.134	7,98	99.537.704	4,37	-3,6
Produtos Ind. de Alimentos e Bebidas	87.985.611	6,80	82.031.575	3,61	-6,8
Ceras Vegetais	56.286.192	4,35	68.838.622	3,03	22,3
Frutas (Exceto Castanha de caju)	99.356.768	7,68	62.128.135	2,73	-37,5
Lagosta	37.041.275	2,86	58.260.438	2,56	57,3
Couros e Peles	145.690.826	11,26	52.986.174	2,33	-63,6
Combustíveis minerais e derivados	51.131.204	3,95	51.626.143	2,27	1,0
Demais produtos	155.622.948	12,03	170.548.971	7,50	9,6
<b>Ceará</b>	<b>1.294.102.035</b>	<b>100,00</b>	<b>2.275.192.774</b>	<b>100,00</b>	<b>75,81</b>

Fonte: SECEX/MDIC. (\*) Valores em US\$ 1,00 FOB.

No total das exportações cearenses, ocorreram um expressivo aumento em 2019 em relação a 2016, de 75,81%. Os dez principais produtos exportados pelo Ceará em 2019 participaram 92,5% de tudo que o Estado exportou; indicando uma grande concentração na cesta de produtos exportados, devido, principalmente ao grupo dos Produtos Metalúrgicos.

Os Estados Unidos aparecem como principal destino das exportações cearenses ao longo dos quatro anos analisados. Em 2019 o valor exportado para esse país foi de um pouco mais de US\$ 1,0 bilhão, representando 44,56% do total exportado pelo Estado do Ceará, essa participação representou quase o dobro da participação verificada em 2016. Também foi forte o crescimento, sendo da ordem de 236,16%, das exportações para esse país no mesmo período de comparação, influenciado principalmente pelas vendas de Semimanufaturados de ferro ou aço não ligado; e Lagosta.

Em seguida, vem o México como principal destino das exportações cearenses em 2019. Conforme vista na Tabela 6.4, esse país apresentava participações em 2016, de 4,14% e passou a representar 7,43%, em 2019, com um crescimento de 215,97%, no mesmo período de comparação. Contudo, cabe destacar o crescimento da Coreia do Sul de mais de 3.000% em 2019, quando comparado com 2016, sendo esse o terceiro maior destino das exportações cearenses em 2019. As exportações de Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado foi o principal produto que alavancou as exportações para esses países.

A Itália surge quarto maior destino das exportações cearenses em 2019, participando com 5,35% das exportações do Estado com um valor de US\$ 121,8 milhões, valor bem maior que o verificado em 2016 tendo como consequência uma expansão de 152,25%. Para a Itália o Ceará exportou principalmente Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado; Couros e peles inteiros; e Castanha de caju.

Já a Alemanha, parceira tradicional, surge como o quinto maior destino em 2019 das exportações cearenses, com valor de US\$ 65,4 milhões, valor inferior ao verificado em 2016, o que teve como consequência, uma queda na participação em 2019 (2,87%) em relação a 2016, registrando queda no valor exportado de 28,34% no período de comparação.

Em seguida, temos a Turquia, que gastou US\$ 64,8 milhões com as exportações cearenses, representando um crescimento de 25%, em 2019 comparada com 2016, porém com redução de sua participação na comparação de 2016 com 2019.

Os dez principais destinos das exportações cearenses em 2019 concentraram 79,0% de tudo que o Estado exportou, já em 2016 os dez principais destinos desse ano representou 67,8%, demonstrando um aumento da concentração dos destinos das exportações cearenses, dando ênfase aos Estados Unidos que concentrou quase a metade de tudo que foi exportado.

**Tabela 7.4:** Principais Destinos das Exportações do Ceará – 2016-2019 (\*)

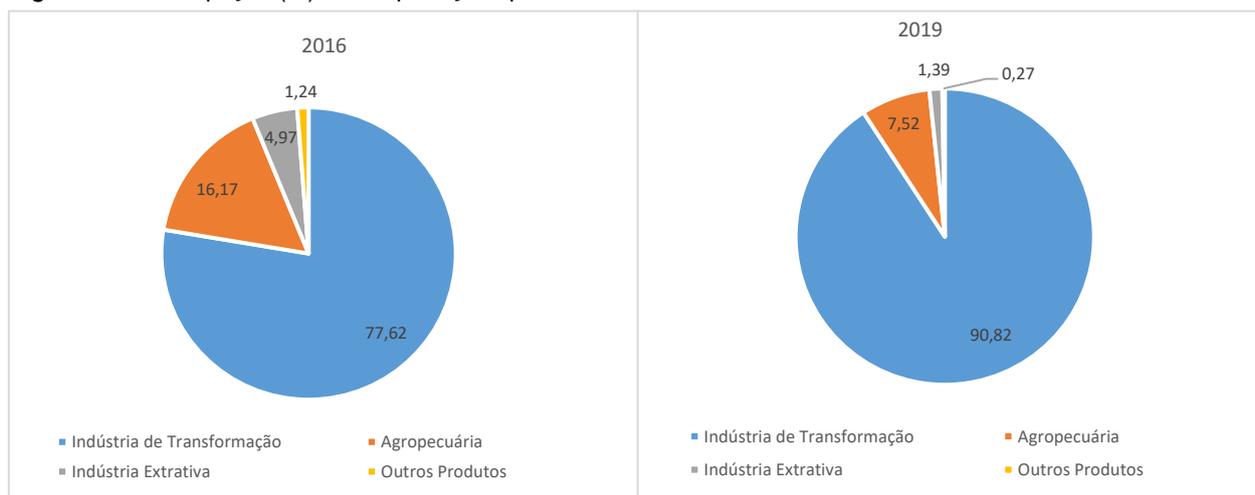
Principais países	2016		2019		Var % (2019/2016)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
Estados Unidos	301.623.783	23,31	1.013.936.182	44,56	236,16
México	53.528.426	4,14	169.132.245	7,43	215,97
Coreia do Sul	3.803.068	0,29	129.229.190	5,68	3.298,02
Itália	48.292.917	3,73	121.820.481	5,35	152,25
Alemanha	91.241.126	7,05	65.387.859	2,87	-28,34
Turquia	51.825.481	4,00	64.821.060	2,85	25,08
Argentina	119.327.182	9,22	61.095.357	2,69	-48,80
Países Baixos (Holanda)	68.707.841	5,31	59.796.546	2,63	-12,97
Canadá	16.923.336	1,31	57.582.929	2,53	240,26
Tcheca, República	15.162.573	1,17	54.655.447	2,40	260,46
Demais países	523.666.302	40,47	477.735.478	21,00	-8,77
<b>Ceará</b>	<b>1.294.102.035</b>	<b>100,00</b>	<b>2.275.192.774</b>	<b>100,00</b>	<b>75,81</b>

Fonte: SECEX/MDIC. (\*) Valores em US\$ 1,00 FOB.

Em 2019, as exportações cearenses de produtos do setor da Indústria de Transformação representaram 90,82% do total da pauta de exportações, em 2016 essa participação era menor, em torno de 77,62%. O valor dos produtos industrializados exportados pelo Ceará cresceu 105,7% na comparação de 2016, explicado pelas exportações de Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado.

Com relação às exportações cearenses de produtos do setor Agropecuário, observou-se queda na participação de 2016 para 2019, passando de 16,17% de participação para 7,52% (Figura 7.3). Além da perda relativa, as exportações dos produtos agropecuários também apresentaram queda no valor de 11,3% em 2019, com relação ao 2016.

**Figura 7.3:** Participação (%) das Exportações por Setores Econômicos – Ceará – 2016-2019



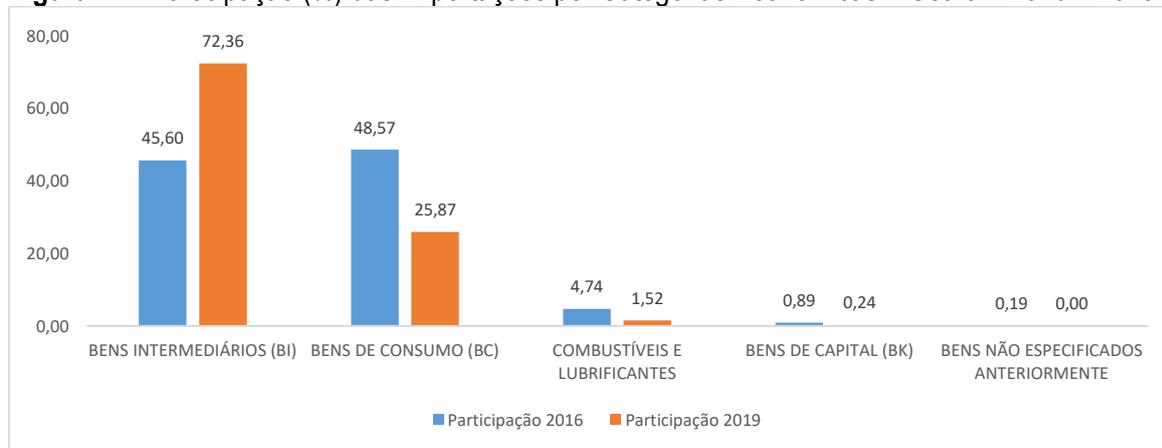
Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

Em 2019, os Bens Intermediários passaram a ser os principais produtos exportados pelo Ceará, participando com 72,36% de tudo que foi exportado pelo Estado nesse ano. Em 2016 a participação dessa categoria era bem menor representando 45,6%.

Em 2016, os Bens de Consumo foram os produtos predominantes nas exportações cearenses, participando com 48,57% da pauta exportadora. Em 2019 verificou-se perda de participação dessa categoria que passou a responder por apenas 25,87% da pauta cearense.

As categorias Combustíveis e lubrificantes e Bens de Capital no Ceará tiveram queda de participação no total das exportações, passando de 4,74% e 0,89% em 2016, para 1,52% e 0,24% em 2019, respectivamente (Figura 7.4).

**Figura 7.4:** Participação (%) das Exportações por Categorias Econômicas – Ceará – 2016 – 2019



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE

### 7.3. Importações por Produtos e Países de Origem

Nesta seção são apresentados os principais produtos e origens das importações do Ceará em 2016 e 2019. O grupo Combustíveis Minerais liderou a pauta de importação do Ceará em 2019, com valor de US\$ 896,7 milhões, o que corresponde, em termos de participação, a 38,04%, ou seja, mais de um terço do total importado pelo Estado no período. Comparando o mesmo grupo com o ano de 2016, as importações tiveram um expressivo crescimento de 80,99%. Os principais produtos importados pelo grupo foram Hulha betuminosa; Gasóleo (óleo diesel); e Outras gasolinas, exceto para aviação.

Em seguida, temos o grupo Produtos da Indústria Química que foram o segundo maior em produtos importado pelo Ceará em 2019, com valores de US\$ 263,2 milhões e participação na casa dos 11,16% do total importado pelo Estado. Com relação ao crescimento das importações cearenses, desses produtos verificou-se uma taxa de 35,09% em 2019, quando comparada com 2016, explicado principalmente pelo aumento da importação de produtos de Glifosato e seu sal de monoisopropilamina; Ácido 2,4-diclorofenoxiacético (2,4-D), seus sais e seus ésteres; Clorpirifós.

Seguindo a mesma lógica, o grupo Produtos Metalúrgicos, no ano de 2019, ocupou o terceiro lugar na pauta de importações cearenses, alcançando o montante de US\$ 229,4 milhões, o que resultou em uma participação de 9,73% do total importado pelo Ceará. Comparando o ano de 2019 em relação a 2016, as importações desse grupo tiveram um expressivo crescimento de 97,83%.

O grupo Cereais, que vem logo em seguida, em termos de participação, ficou praticamente estagnado seu crescimento em 2019, quando comparado com 2016. Enquanto que o grupo de Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, e suas partes, apresentaram fortes reduções nas importações em 2019 de 91,63%, comparado com 2016, além de perder participação. Outros segmentos que também tiveram queda no valor exportado no período analisado foram: Máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-59,28%) e Produtos Têxteis (-22,5%) (Tabela 7.5).

No Geral, ocorreram reduções das importações cearenses em 2019 em relação a 2016, de 32,46%, muito em razão das elevadas importações de máquinas e reatores para a instalação da CSP. Os dez principais produtos importados pelo Ceará em 2019 participaram 89,9% de tudo que o Estado importou; indicando leve desconcentração dos dez principais produtos de 2016.

**Tabela 7.5:** Principais produtos Importados pelo Ceará – 2016-2019 (\*)

Principais produtos	2016		2019		Var % 2019/2016
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
Combustíveis minerais	495.451.461	14,19	896.733.266	38,04	80,99
Produtos da Indústria Química	194.799.932	5,58	263.160.120	11,16	35,09
Produtos Metalúrgicos	115.934.008	3,32	229.353.189	9,73	97,83
Cereais	219.492.416	6,29	220.429.878	9,35	0,43
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, e suas partes	1.686.588.275	48,32	141.129.952	5,99	-91,63
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	333.319.862	9,55	135.711.502	5,76	-59,28
Produtos Têxteis	132.276.488	3,79	102.512.363	4,35	-22,50
Plásticos e suas obras	58.422.783	1,67	81.403.765	3,45	39,34
Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia; aparelhos médico-cirúrgicos	17.157.840	0,49	26.083.475	1,11	52,02
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes	12.118.734	0,35	24.925.011	1,06	105,67
Demais países	225.227.793	6,45	236.099.721	10,01	4,83
<b>Ceará</b>	<b>3.490.789.592</b>	<b>100,00</b>	<b>2.357.542.242</b>	<b>100,00</b>	<b>-32,46</b>

Fonte: SECEX/MDIC. (\*) Valores em US\$ 1,00 FOB.

Em relação as origens das importações cearenses, constantes na tabela 6.6, no ano de 2019, os Estados Unidos apresentaram-se como principal país de origem das importações do Ceará, com valor de US\$ 701,7 milhões, representando um crescimento no valor importado comparado com 2016, correspondente a 173,21% do total importado pelo Estado. O que lhe proporcionou uma participação próximo a um terço de tudo que foi importado em 2019. Os principais produtos originários desse país foram: Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado; e Partes de outros motores/geradores/grupos eletrogeradores.

**Tabela 7.6:** Principais Origens das Importações do Ceará – 2016-2019 (\*)

Principais Países	2016		2019		Var % (2019/2016)
	(US\$ FOB)	Part %	(US\$ FOB)	Part %	
Estados Unidos	256.828.379	7,36	701.670.230	29,76	173,21
China	518.275.378	14,85	414.466.058	17,58	-20,03
Argentina	134.780.369	3,86	182.681.249	7,75	35,54
Colômbia	135.841.067	3,89	131.277.779	5,57	-3,36
Rússia	13.094.986	0,38	80.232.592	3,40	512,70
Alemanha	201697635	5,78	76.554.011	3,25	-62,05
Índia	39.374.018	1,13	75.530.950	3,20	91,83
Austrália	68636742	1,97	57.148.167	2,42	-16,74
Reino Unido	27.241.844	0,78	49.511.840	2,10	81,75
Canadá	25.550.760	0,73	45.212.958	1,92	76,95
Demais países	2.069.468.414	59,28	543.256.408	23,04	-73,75
<b>Ceará</b>	<b>3.490.789.592</b>	<b>100,00</b>	<b>2.357.542.242</b>	<b>100,00</b>	<b>-32,46</b>

Fonte: SECEX/MDIC. (\*) Valores em US\$ 1,00 FOB.

Em seguida vem a China, no qual esse país participou com 17,58% do total importado pelo Ceará, maior que em 2016 quando a participação foi de 14,85%. Porém, no mesmo período de comparação, houve uma redução de 20% no valor das importações.

As importações oriundas da Argentina, tendo sido o terceiro país que mais vendeu para o Ceará em 2019, atingiu o montante de US\$ 182,7 milhões, aproximadamente, e participação de 7,75% do total importado. Em 2016 a participação foi menor, apenas 3,86% da pauta importadora do Estado. Na comparação entre 2019 e 2016, houve crescimento de 35,54% das importações provenientes desse país. Os principais produtos oriundos desse país foram: Calçados e suas partes; Tecidos de algodão; e Castanha de caju.

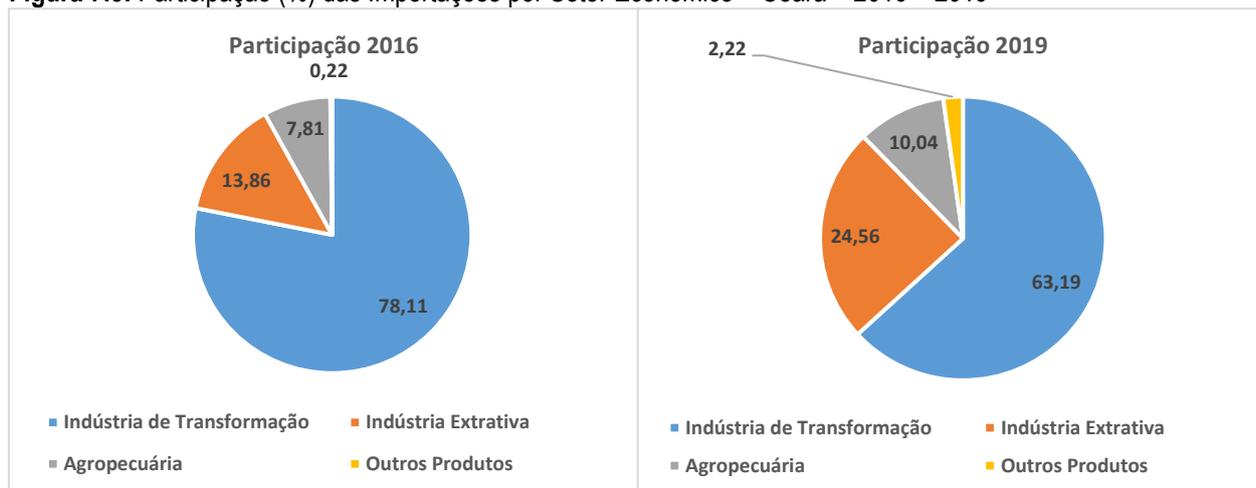
A Colômbia foi o quarto país do qual o Ceará mais importou em 2019 (US\$ 131,3 milhões), respondendo por aproximadamente 5,57% das importações do Estado, em 2016 o país participou com 3,89%. A variação do valor importado foi de uma queda de 3,36%.

Em 2016, os dez principais países de onde o Ceará mais importou participaram com aproximadamente 77% do total importado, em 2019, em 2016 os dez principais países de origem das importações responderam por 83,7%, havendo, portanto, uma desconcentração dos países dos quais o Ceará importou (Tabela 7.6).

As importações do Ceará em 2016 do setor da Indústria de Transformação representaram 78,11%, do total das importações, em 2019 houve perda de participação das importações desses produtos, passando para 63,19% do total importado. Em termos de valor, em 2019, houve uma queda de 45,4% das importações de produtos industrializados quando comparado com 2016.

Com relação às importações cearenses de produtos da Indústria Extrativa houve um aumento de participação, passando de 13,86%, em 2016, para 24,56%, em 2019, explicado pelo maior valor importado de Hulha betuminosa. Já a importação de produtos do setor agropecuário apresentou aumento de participação relativa.

**Figura 7.5:** Participação (%) das Importações por Setor Econômico – Ceará – 2016 – 2019

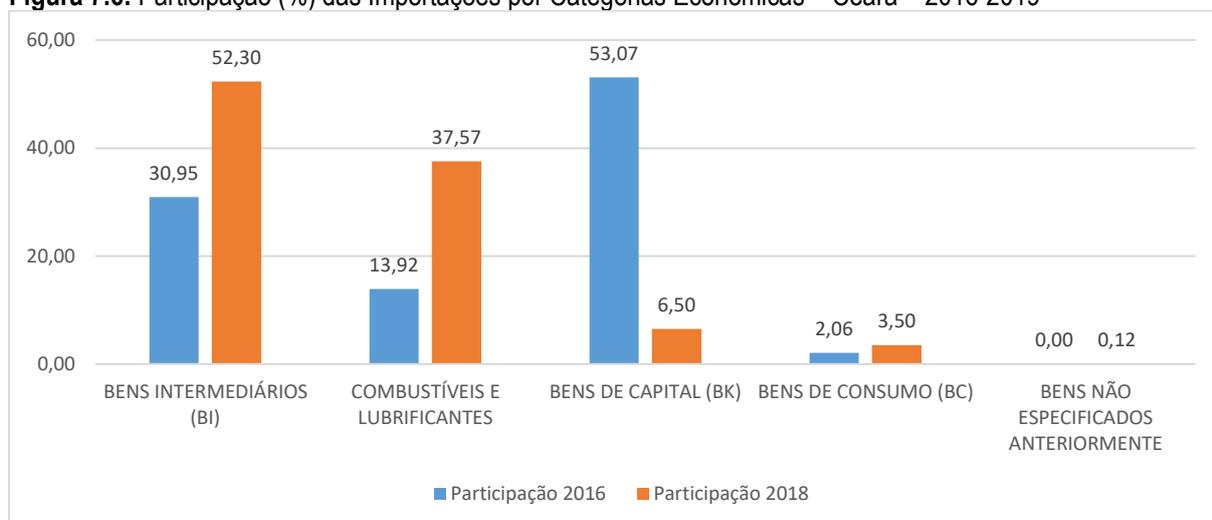


Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

Na análise por Categoria Econômica houve alterações na estrutura de participação, em que a participação das categorias Bens intermediários e Combustíveis e lubrificantes foi maior em 2019 quando comparada com 2016. Enquanto Bens de Capital reduziram suas participações de forma considerável.

Em termos de valor a importação de Bens de capital apresentou redução de -91,7%, corroborando com a possibilidade de que a indústria cearense em 2019 ainda se encontrava com o investimento reprimido, visto que a boa parte do investimento em bens de capital é adquirido por importação.

**Figura 7.6:** Participação (%) das Importações por Categorias Econômicas – Ceará – 2016-2019



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração IPECE.

## 8 MERCADO DE TRABALHO

Daniel Suliano<sup>15</sup>

### 8.1. Introdução

Este capítulo irá analisar a evolução do mercado de trabalho cearense com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A PNAD Contínua tem como objetivo produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país e investigação de indicadores conjunturais de trabalho e rendimento acompanhando as flutuações e evolução da força de trabalho no curto, médio e longo prazo.

A população-alvo da PNAD Contínua é constituída pelas pessoas moradoras em domicílios particulares permanentes com abrangência geográfica de todo território nacional. O domicílio é definido como um local estruturalmente separado e independente no qual se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas ou que esteja sendo utilizado como tal.

Nos estudos do mercado de trabalho com base na PNAD Contínua, o contingente populacional tido como referência é aquele definido pela População em Idade de Trabalho (PIT), composta pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade. Antes da PNAD Contínua, esse contingente era denominado de População em Idade Ativa (PIA), sendo ainda usado em alguns estudos como sinônimo da PIT. Por sua vez, a Força de Trabalho (FT) é o cômputo dos ocupados<sup>16</sup> e dos desocupados<sup>17</sup>, termo que antigamente era definido como População Economicamente Ativa (PEA).

A Figura 10.1 apresenta de forma esquemática a distribuição da população de acordo com a inserção no mercado do trabalho. Como pode ser observado, os ocupados podem ser divididos entre ocupados que trabalham horas suficientes e os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas.

A População em Idade de Trabalho, além da Força de Trabalho, é composta pelas pessoas Fora da Força de Trabalho (FFT). As pessoas Fora da Força de Trabalho são divididas entre Força de Trabalho Potencial (FTP) e Fora da Força de Trabalho Potencial (FFTP); na Força de Trabalho Potencial estão aqueles Buscaram Trabalho, Mas Não Estavam Disponíveis e aqueles que Não Buscaram Trabalho, Mas Estavam Disponíveis; finalmente, entre os que Não Buscaram Trabalho, Mas Estavam Disponíveis são divididos entre Desalentados e Não Desalentados.

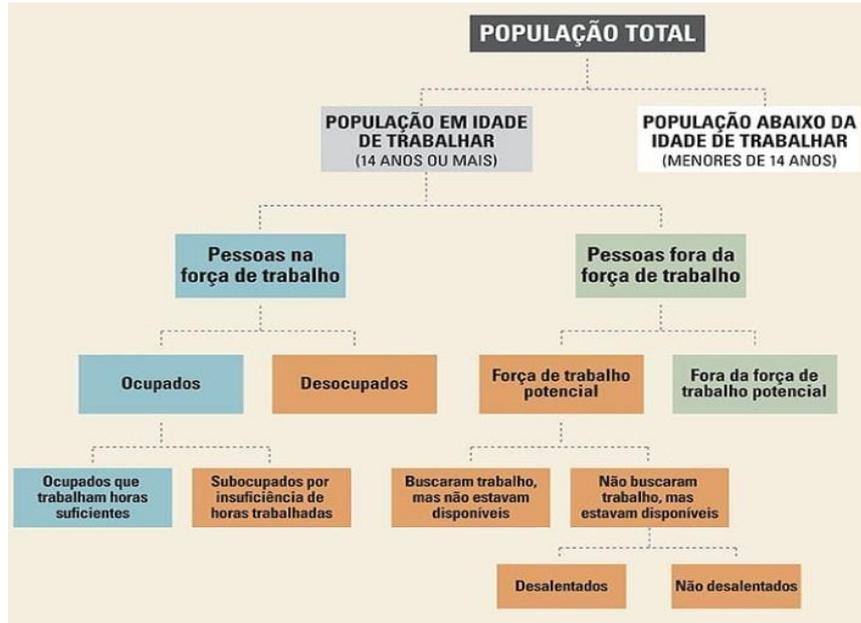
---

<sup>15</sup> Doutor em Economia (CAEN/UFC) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

<sup>16</sup> São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. Consideram-se como ocupadas temporariamente afastadas de trabalho remunerado as pessoas que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, folga, jornada variável ou licença remunerada (em decorrência de maternidade, paternidade, saúde ou acidente da própria pessoa, estudo, casamento, licença-prêmio etc.). Além disso, também foram consideradas ocupadas as pessoas afastadas por motivo diferente dos já citados, desde que o período transcorrido do afastamento fosse inferior a quatro meses, contados até o último dia da semana de referência.

<sup>17</sup> São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência.

**Figura 88.1:** Subdivisões do Mercado de Trabalho



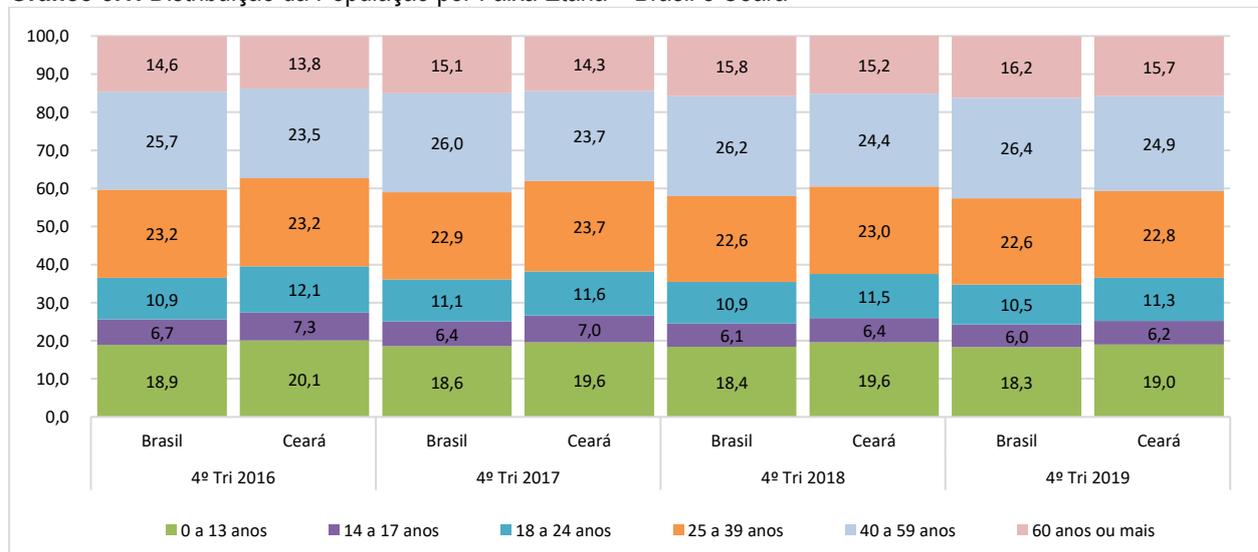
Fonte: IBGE/PNAD Contínua.

## 8.2. Perfil Demográfico da População

O Gráfico 8.1, a seguir, apresenta a composição demográfica do Estado do Ceará por faixa de idade para o quarto trimestre nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

Os dados da população cearense revelam uma leve oscilação na distribuição populacional pelas cinco faixas etárias em análise ao longo do quadriênio. Especificamente, ocorreu um leve aumento das faixas etárias das pessoas de 40 a 59 anos e daqueles acima 60 anos ou mais com queda das outras quatro (0 a 13, 14 a 17, 18 a 24 e 25 a 39 anos).

**Gráfico 8.1:** Distribuição da População por Faixa Etária – Brasil e Ceará



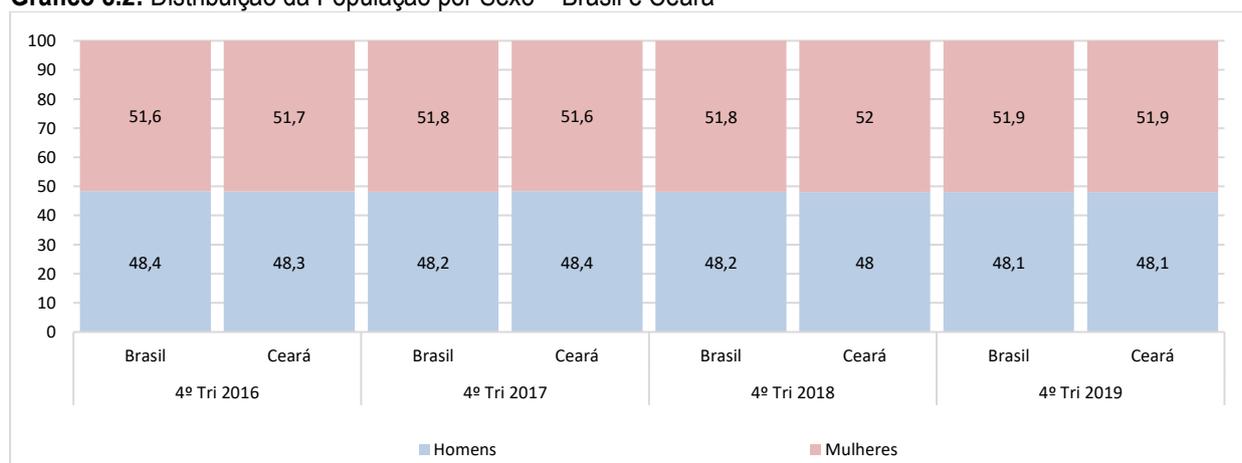
Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Para o último trimestre da série, pode-se observar que a distribuição da população cearense por cada faixa etária é bem similar quando comparada a distribuição do Brasil. Em ambos os casos, a população majoritária é composta por aqueles entre 40 a 59 e 25 a 39 anos. O menor percentual são daqueles na faixa de idade entre 14 a 17.

Para o Ceará, pode-se destacar que no quarto trimestre de 2019 um quarto da população encontrava-se na faixa etária de 40 a 59. Já para aqueles entre 25 a 39 anos e 0 a 13 anos os valores são de 22,8% e 19%, respectivamente. Para aqueles que estão na fase mais idosa (60 anos ou mais) representavam 15,7%; por fim, os jovens de 18 a 24 e 14 a 17 são de apenas 11,3% e 6,2%, respectivamente.

O Gráfico 8.2 acima, por sua vez, apresenta a distribuição da população por sexo. Os dados mostram que a variável apresenta estabilidade demográfica considerando que não ocorre alteração na distribuição percentual entre homens e mulheres ao longo da série histórica tanto no Brasil como no Estado do Ceará. Pode-se também destacar que as mulheres são quase 3% a mais em termos quantitativos quando comparados aos homens; para o quarto trimestre de 2019, 51,9% da população era composta de mulheres, enquanto 48,1% eram de homens.

**Gráfico 8.2:** Distribuição da População por Sexo – Brasil e Ceará

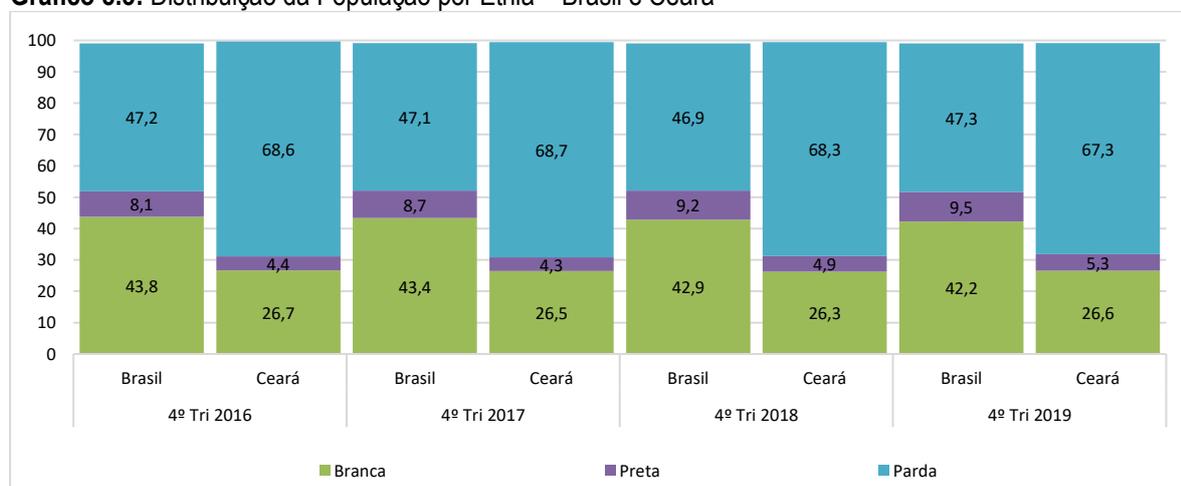


Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Para o Gráfico 8.3 são apresentados os dados para as três principais etnias predominantes. Em primeiro lugar, cabe destacar a diferença de participação das etnias dentro do Estado do Ceará e no Brasil. Embora haja, em ambos os casos, predominância dos pardos a participação deles varia consideravelmente. Por exemplo, no quarto trimestre de 2019 pouco mais de dois terços da população cearense era composta por pardos, enquanto no Brasil a participação dessa etnia era de 47%.

Pode-se também observar que a cor preta no Ceará apresenta, no maior valor da série histórica, participação de apenas 5,3%, enquanto que no Brasil se aproxima de quase 10% (9,5%). No caso da raça branca, as diferenças em termos de participação são destacáveis considerando que no Brasil o valor é acima de 42% e no Ceará em torno de 26%.

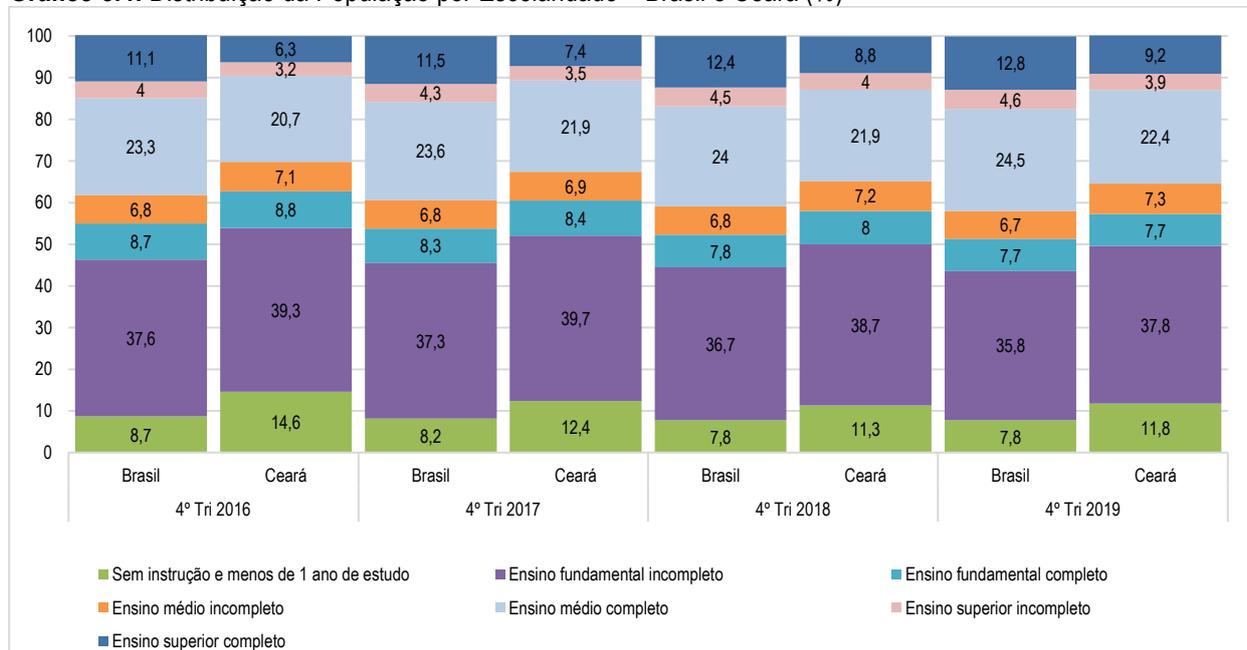
**Gráfico 8.3:** Distribuição da População por Etnia – Brasil e Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Finalmente, o Gráfico 8.4 apresenta a distribuição da população por sete tipos de nível de instrução. De acordo com a PNAD Contínua, mesmo que no curto prazo o Ceará tenha avançado na melhora da escolaridade de sua população, o quadro ainda é predominantemente de nível de instrução baixa considerando que quase 38% da população ainda apresenta apenas o ensino fundamental incompleto.

**Gráfico 8.4:** Distribuição da População por Escolaridade – Brasil e Ceará (%)

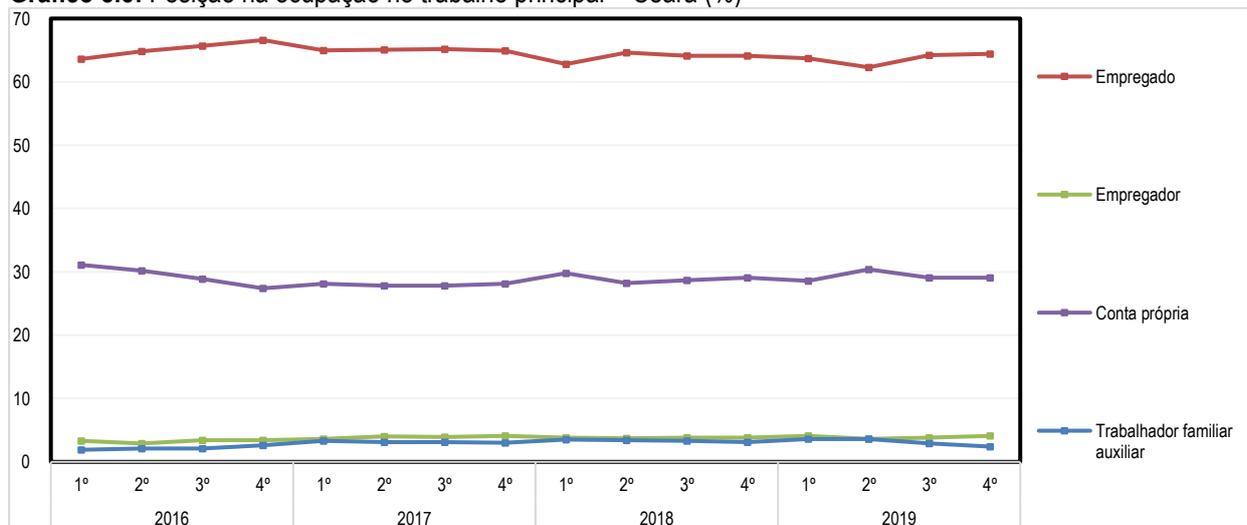


Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

### 8.3. Panorama Geral do Mercado de Trabalho

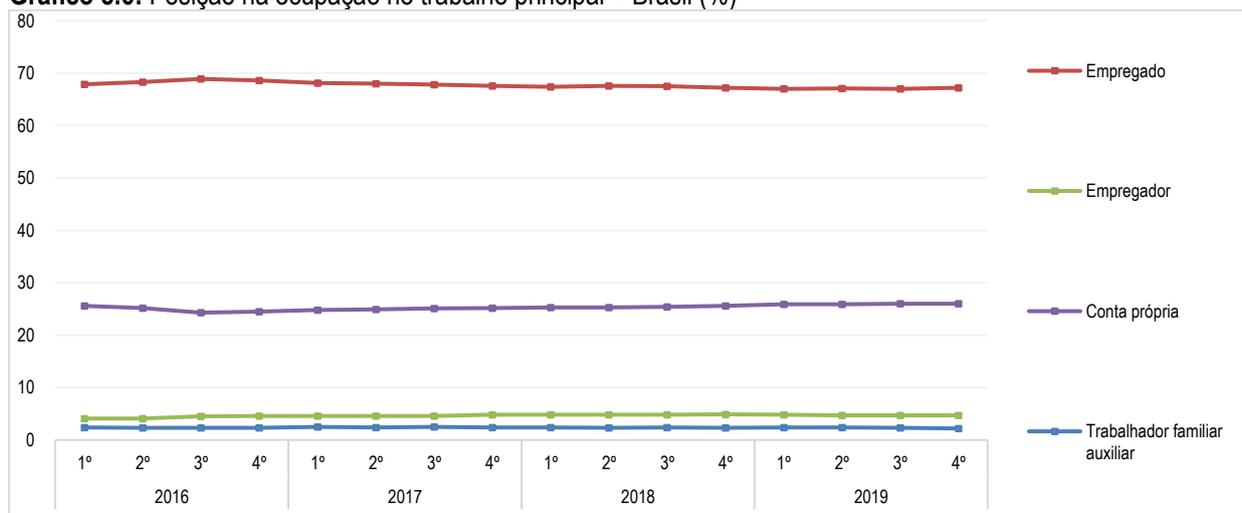
O Gráfico 8.5 e o Gráfico 8.6 apresentam a posição na ocupação no trabalho principal distribuídas em quatro categorias para o Ceará e Brasil, respectivamente. Em ambos os casos, os ocupados são o grupo hegemônico seguido da categoria conta própria. No Ceará, pode-se observar a oscilação entre a predominância dos empregadores vis-à-vis ao trabalhador auxiliar, enquanto a série histórica revela a predominância dos primeiros em relação ao segundo no Brasil.

**Gráfico 8.5:** Posição na ocupação no trabalho principal – Ceará (%)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

**Gráfico 8.6:** Posição na ocupação no trabalho principal – Brasil (%)

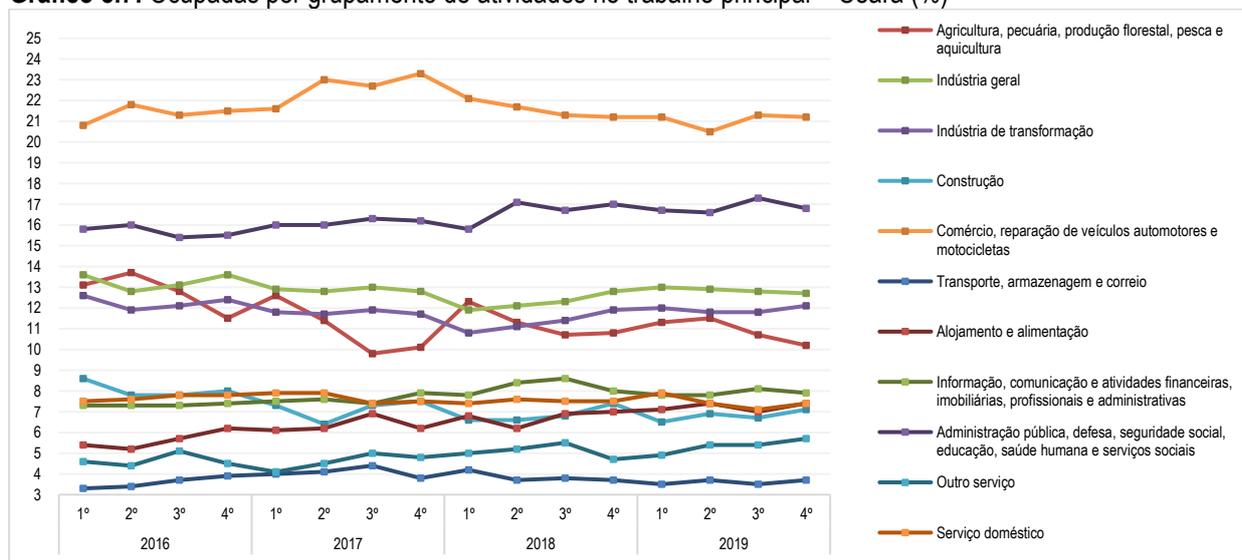


Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

De maneira mais específica, os dados revelam que os empregados no Brasil apresentam um percentual acima 67% – chega a quase 69% no terceiro trimestre de 2016 – com relação ao total de ocupados; no Ceará esse percentual oscila entre 62% e 66%, com uma participação máxima de quase 67% no quarto trimestre do ano de 2016. Aqueles classificados como conta própria representam, em média, um quarto dos ocupados no Brasil e próximo a 30% dos ocupados no Estado do Ceará.

Por sua vez, o Gráfico 8.7 e o Gráfico 8.8 apresentam as pessoas ocupadas por grupamento de atividade para o Ceará e Brasil, respectivamente. O IBGE apresenta dez grupamentos de atividades: agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura; indústria geral; indústria de transformação; construção; comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; transporte, armazenagem e correio; alojamento e alimentação; informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas; administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais; outro serviço.

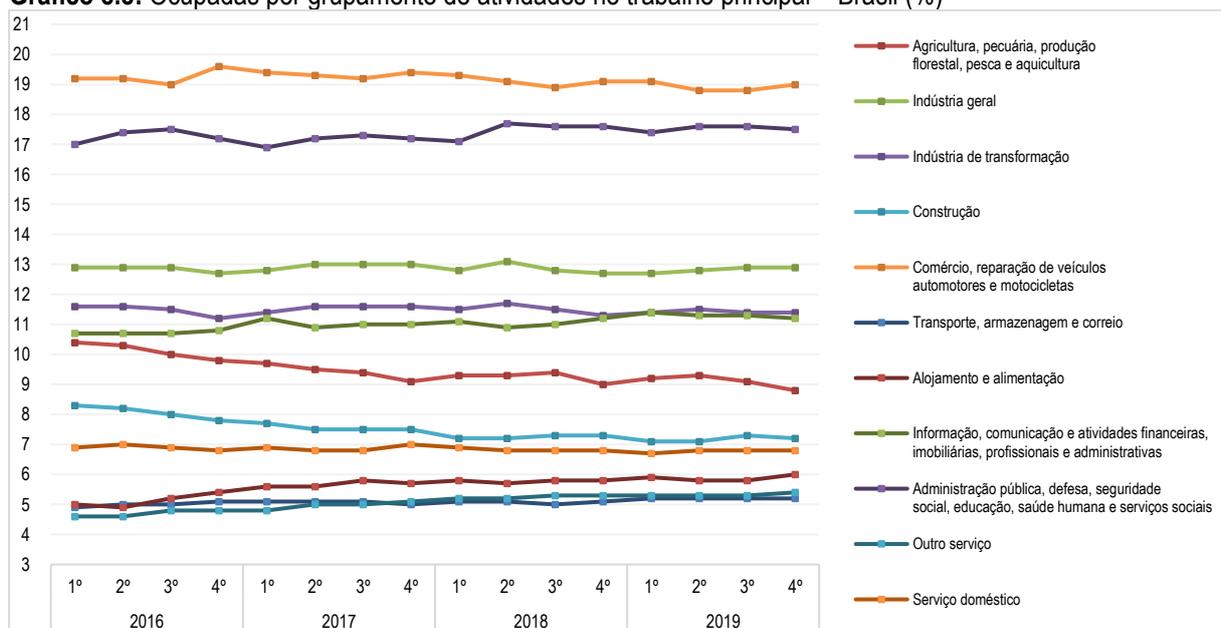
**Gráfico 8.7:** Ocupadas por grupamento de atividades no trabalho principal – Ceará (%)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

No Ceará e no Brasil a atividade de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas é a que apresenta o maior percentual de ocupados seguida da administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais. No Brasil, pode-se destacar que as duas atividades apresentam percentuais bem próximos; no Ceará a amplitude entre elas é um pouco maior.

**Gráfico 8.8:** Ocupadas por grupamento de atividades no trabalho principal – Brasil (%)



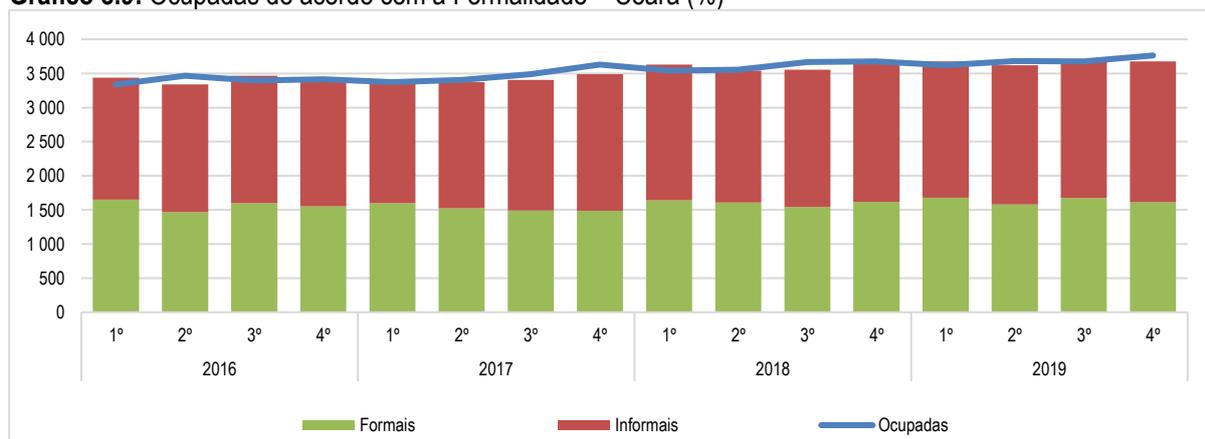
Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Para o Estado do Ceará, observar-se que três atividades apresentam ao longo da série histórica percentuais similares de participação, a saber: agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura; indústria geral e indústria de transformação.

No Brasil, são também três atividades que apresentam participações similares, a saber: indústria geral; indústria de transformação e informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas. Chama a atenção a perda de participação da atividade brasileira agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura ao longo da série histórica; no primeiro trimestre de 2016 apresentava um percentual de 10,4%, enquanto no quarto trimestre de 2019 esse valor era de apenas 8,8%.

No Gráfico 8.9 são apresentadas a distribuição da ocupação em termos de trabalhadores formais e informais<sup>18</sup> para o Ceará. No Gráfico 8.10 é apresentada a taxa de informalidade para a população ocupada do Brasil e Ceará.

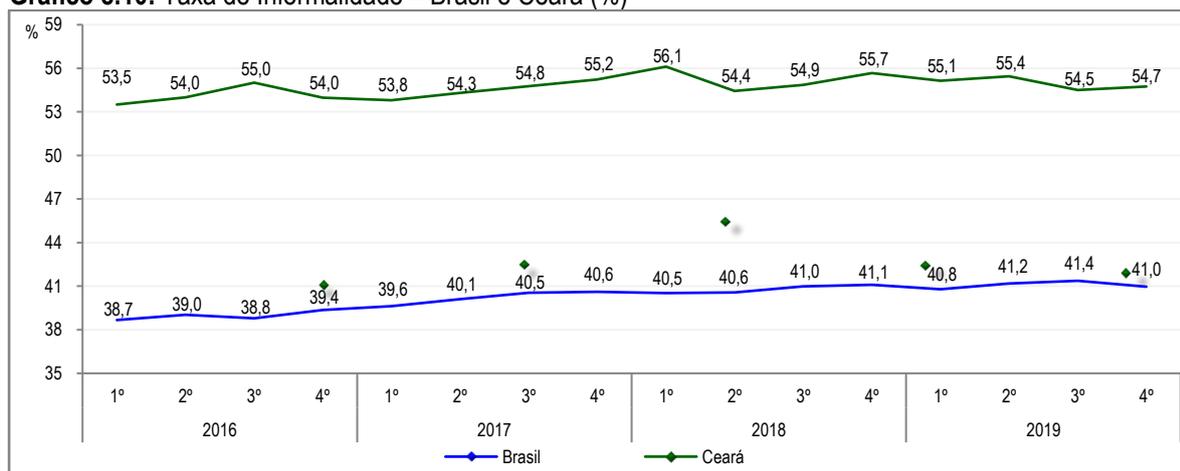
**Gráfico 8.9:** Ocupadas de acordo com a Formalidade – Ceará (%)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

<sup>18</sup> A informalidade foi definida pelo somatório das seguintes categorias: empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada, empregado doméstico sem carteira de trabalho assinada, empregador sem registro no CNPJ, trabalhador por conta própria sem registro no CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

**Gráfico 8.10:** Taxa de Informalidade – Brasil e Ceará (%)

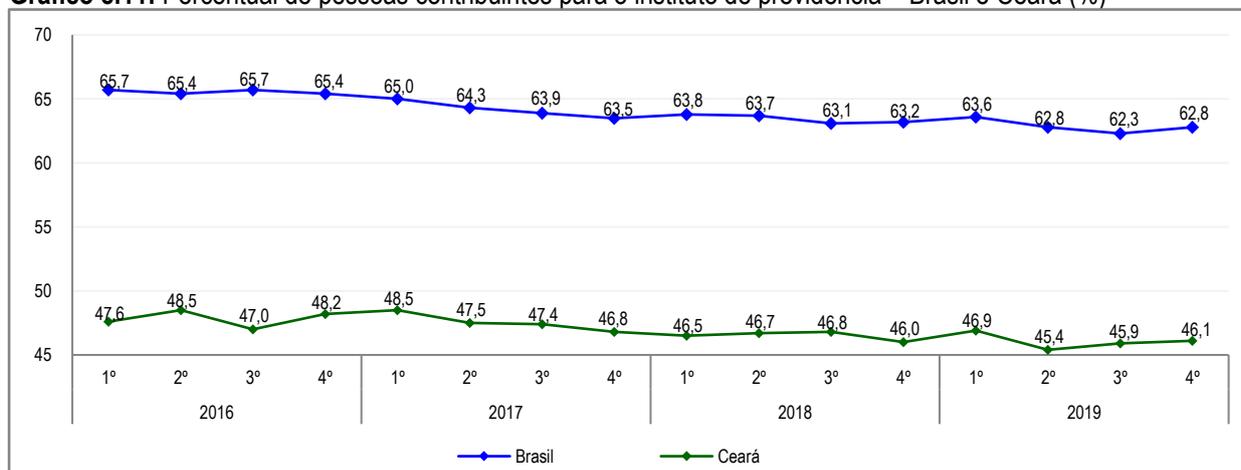


Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Em primeiro lugar, pode-se destacar que em toda a série histórica a taxa de informalidade cearense encontra-se acima de 50% - no primeiro trimestre de 2018 essa taxa chega a atingir o patamar de 56,1%. Adicionalmente, observa-se uma ampla diferença entre as taxa nacional e do Estado tendo no último trimestre de 2019 atingindo um diferencial de 13,7 pontos percentuais – quase 55% dos ocupados no Ceará são informais contra 41% no Brasil.

Quanto à questão previdenciária, o Gráfico 8.11 apresenta o percentual de pessoas contribuintes para o instituto de previdência. Nesse quesito, as diferenças entre as taxas nacionais e a do Estado do Ceará também são relevantes. De fato, novamente, menos da metade dos ocupados cearenses são contribuintes no regime previdenciário – o maior percentual se deu no segundo trimestre de 2016 quando a taxa atingiu 48,5%.

**Gráfico 8.11:** Percentual de pessoas contribuintes para o instituto de previdência – Brasil e Ceará (%)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

No Brasil, o percentual de contribuintes foi se reduzindo lentamente saindo de 65,7% no primeiro trimestre de 2016 para 62,8% no segundo trimestre de 2019. Mesmo assim, nesse último período a diferença entre contribuintes nacionais e cearenses era de 16,7 pontos percentuais – 62,8% contra apenas 46,1%.

#### 8.4. Oferta de Trabalho

No Gráfico 8.12 é apresentada a Taxa de Participação (TP), uma relação dada pela Força de Trabalho (FT) e a População em Idade de Trabalho (PIT).

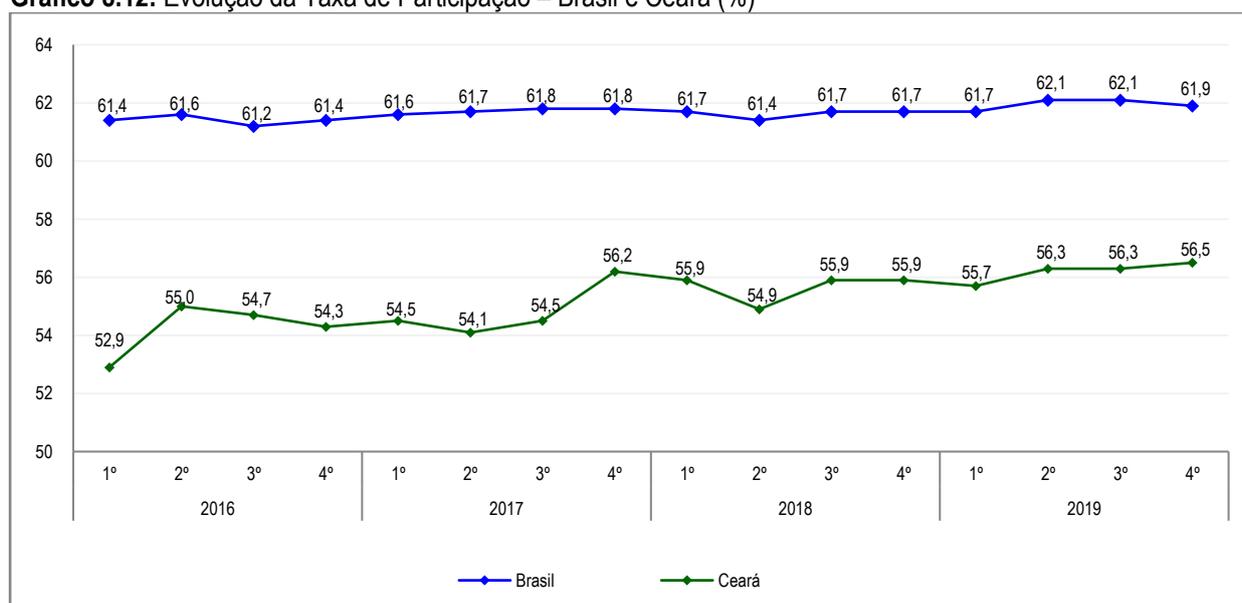
Um primeiro ponto a ser observado é que a Taxa de Participação do Brasil manteve-se praticamente estável ao longo da série histórica apresentando um leve crescimento a partir do ano de 2017, período no qual se

inicia o processo de retomada da atividade econômica de acordo com o Comunicado de outubro de 2017 do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE).

Assim, no primeiro trimestre de 2016 a Taxa de Participação nacional era 61,4% tendo no primeiro trimestre do ano subsequente atingindo o patamar de 61,6% para seguir em leve ascensão ao longo do ano de 2017. No último trimestre do ano de 2019, após apresentar leves oscilações, a TP nacional atinge 61,9%.

Em geral, o mercado de trabalho responde de forma defasada em um ciclo de retomada da atividade econômica. Diversos fatores pode explicar esse processo que vão desde a rigidez no processo de contratação e demissão e, portanto, ajuste lento do mercado de trabalho ao movimento cíclico da economia, como também a opção feita pelas empresas em elevar o número de horas trabalhadas dos empregados vigentes evitando, assim, contratação de forma imediata.

**Gráfico 8.12:** Evolução da Taxa de Participação – Brasil e Ceará (%)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

No que corresponde a Taxa de Participação cearense pode-se observar maiores oscilações além de apresentar ao longo da série história uma diferença substancial quando comparada com a TP do Brasil. No primeiro trimestre de 2016, quando a TP do Ceará apresenta a mínima de 52,9%, a diferença com relação a Taxa de Participação do Brasil é de 8,5 pontos percentuais.

No ano de 2017 pode-se observar que a Taxa de Participação do Estado do Ceará aumenta quase dois pontos percentuais ao sair de 54,5% no primeiro trimestre de 2017 para 56,2% no quarto trimestre do mesmo ano. Depois de algumas oscilações, a TP cearense encerra o ano de 2019 atingindo 56,5%, com uma diferença de 5,4 pontos percentuais com relação a do Brasil.

Assim, nesse período de quatro anos houve uma redução de 3,1 pontos percentuais entre a Taxa de Participação do Estado do Ceará e a Taxa de Participação do Brasil.

Diante dessa diferença entre o mercado de trabalho cearense e o mercado de trabalho nacional pode-se elencar algumas hipóteses. Por exemplo, parte dessa diferença deve-se ao comportamento dos trabalhadores na busca por ocupação o que reflete diretamente na condição de participação.

Se for esse o caso, parte desse resultado pode ser decorrente de efeitos comportamentais. Nesse caso, as pessoas que fazem parte do mercado de trabalho cearense estão fora da força de trabalho em maior grau quando comparado com o mercado de trabalho nacional – dedicação aos estudos, treinamento técnico profissional ou mesmo maior preferência por lazer.

Outra hipótese pode ser associada a heterogeneidade de impacto de benefícios assistenciais. Como os valores dos benefícios são homogêneos é possível que afetem de forma heterogênea regiões com menor

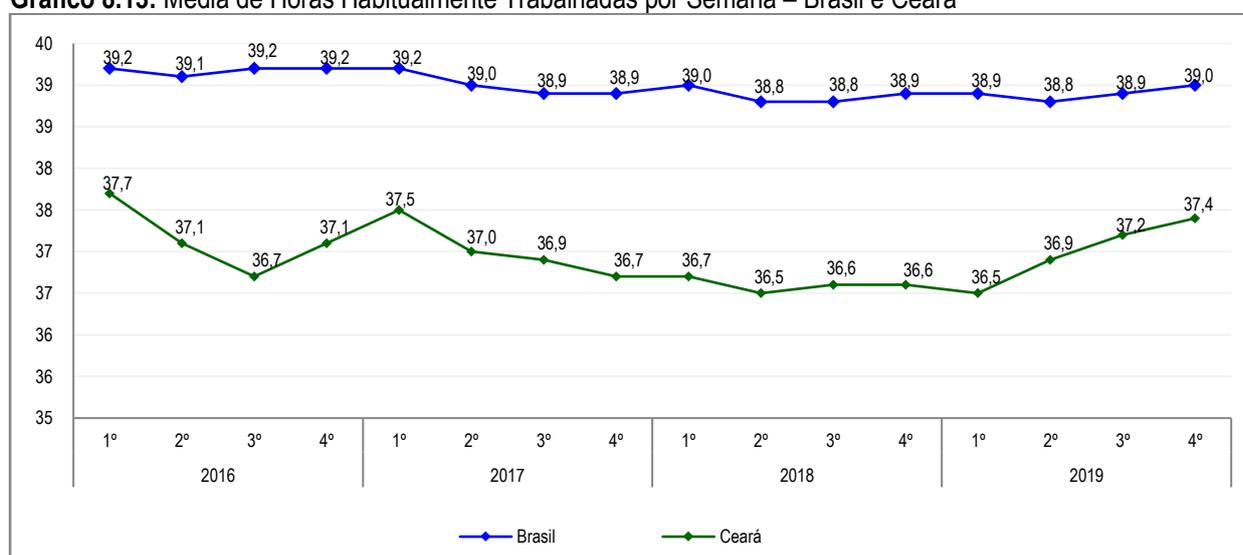
custo de vida, como o Nordeste. Nesse caso, haveria maior poder de compra nessas regiões elevando, assim, o salário de reserva dos membros do domicílio e redução na Taxa de Participação ao reduzir a Força de Trabalho.

Finalmente, essa menor dinâmica no mercado de trabalho do Ceará pode também ser associada a um regime de desalento, definida com um desânimo na busca por ocupação por parte dos trabalhadores. Isso pode ser reforçado por menor demanda por trabalho e menor geração de postos trabalho.

No Gráfico 8.13 é apresentada a média de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal. Os resultados apresentados reforçam a existência de uma menor dinâmica no mercado de trabalho cearense ou mesmo menor preferência na oferta de trabalho.

Em média, o número de horas habitualmente trabalhadas no Estado é quase duas horas a menos que a média nacional. No quarto trimestre de 2019, trabalhava-se 39 horas semanais no Brasil, enquanto no Estado esse valor era de 37,4.

**Gráfico 8.13: Média de Horas Habitualmente Trabalhadas por Semana – Brasil e Ceará**



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

## 8.5. Análise da Taxa de Desocupação

A Taxa de Participação é influenciada não somente fatores estruturais como também pelo Ciclos de Negócios da economia. Nesse caso, elementos conjunturais levam a expansão ou a contração da atividade econômica afetando diretamente a Força de Trabalho e, por conseguinte, o número de ocupados bem como a decisão da pessoa estar na condição de desocupado.

Assim, trabalhadores que se incorporam na Força de Trabalho ocasionam o efeito do trabalhador adicional (added worker effect) elevando a Taxa de Participação, enquanto a redução pode ocorrer em razão do desalento ou desânimo na busca por ocupação.

Como visto acima, a partir do primeiro trimestre de 2017 o Brasil entra em um processo de recuperação após uma recessão que havia durado 11 trimestres na qual levou a uma forte retração econômica nos anos de 2015 e 2016<sup>19</sup>. No caso de um mercado de trabalho deprimido, pessoas desocupadas por um longo período podem desistir da busca por ocupação retirando-se da Força de Trabalho. Por outro lado, trabalhadores podem se inserir na Força de Trabalho como forma de compensar a queda da renda familiar. Diante de uma recessão, a primeira hipótese torna-se mais factível considerando que a busca por ocupação

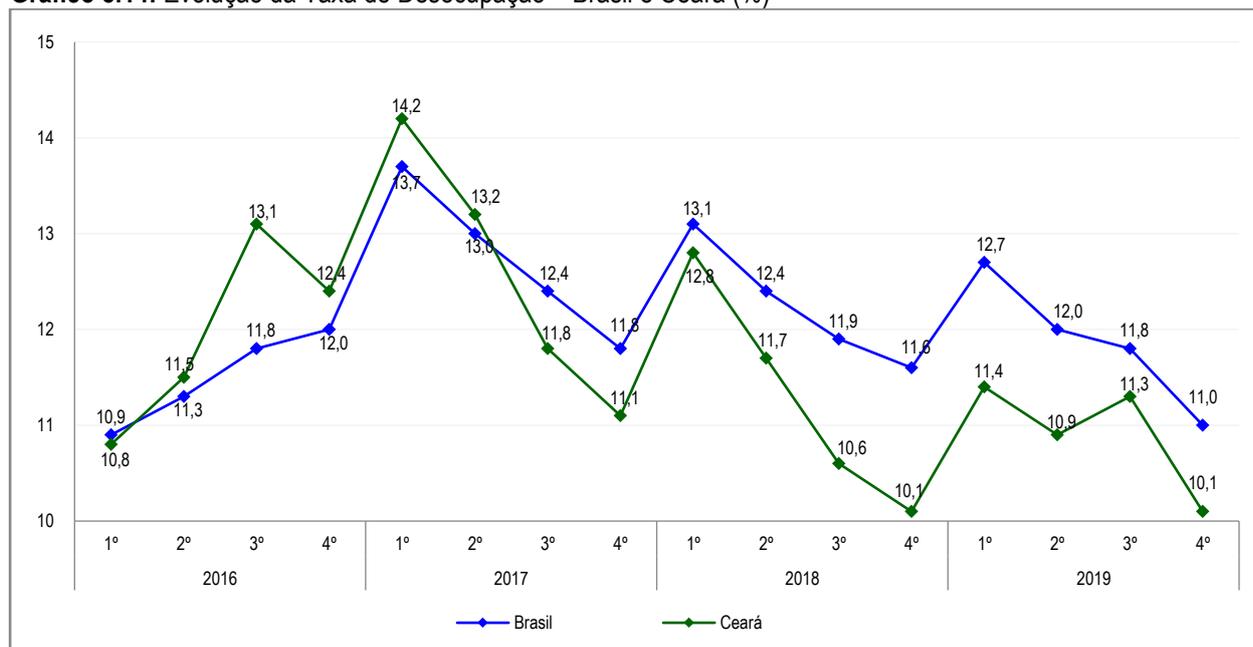
<sup>19</sup> Ver Comunicado de outubro de 2017 do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE).

envolve custos fazendo com que as pessoas desempregadas se retirem da Força de Trabalho até uma retomada da atividade e aumento da demanda por trabalho.

O Gráfico 8.14 apresenta a evolução da Taxa de Desocupação (TD), variável que mensura uma pressão direta no mercado de trabalho por parte dos trabalhadores e disponibilidade imediata para execução da atividade.

Em primeiro lugar, deve-se destacar o efeito sazonal da queda do desemprego no quarto trimestre bem como seu recrudescimento no trimestre subsequente. Os dados também permitem observar que no primeiro trimestre de 2017 a desocupação cearense atingiu a máxima de 14,2%, após atingir a mínima histórica de 6,6% [Cavalcante (2019)].

**Gráfico 8.14:** Evolução da Taxa de Desocupação – Brasil e Ceará (%)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

A literatura mostra assim como as evidências empíricas ajuste mais lento do mercado de trabalho. De forma mais específica, a defasagem do desemprego com relação à atividade econômica pode ocorrer um ou dois trimestres subsequentes. De fato, no Comunicado de agosto de 2015 do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE) a recessão econômica após uma expansão econômica que havia durado 20 trimestres já havia se iniciado desde o segundo trimestre de 2014.

O ajuste mais gradual e lento do desemprego pode ocorrer por conta das especificidades do mercado de trabalho brasileiro, mesmo com a reforma trabalhista em novembro de 2017 que procurou flexibilizar a legislação e tornar mais eficiente o processo de contratação.

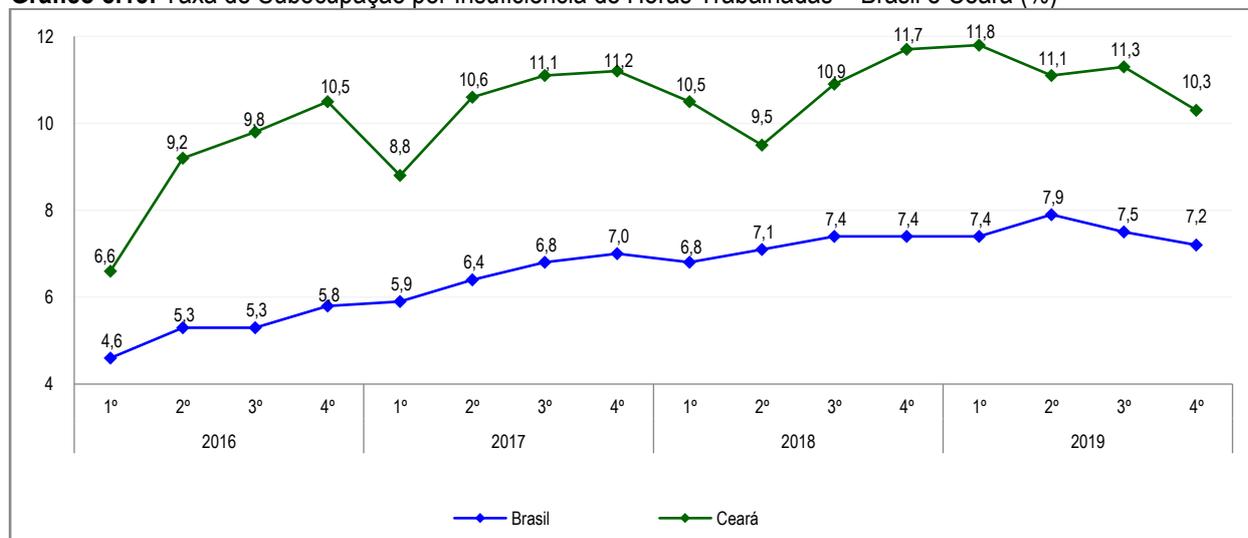
Por outro lado, mesmo diante de um mercado de trabalho mais flexível as evidências revelam que a resposta do desemprego não segue na mesma proporção da retomada econômica. Em Blanchard (2011), a lei de Okun estabelece que o crescimento da economia deve-se elevar acima do seu normal para reduzir a taxa de desocupação. Assim, mesmo diante do arrefecimento da atividade econômica as empresas podem reduzir o ritmo de produção através da jornada de trabalho ou suspensão temporária de contrato (lay-off). O setor industrial, característico por jornadas mais rígidas, pode muitas vezes fazer uso desse processo, o que explicaria a defasagem entre desemprego e retomada.

A desocupação também pode ser medida por outros indicadores na PNAD Contínua de forma a captar a Subutilização da Força de Trabalho, conceito que tem como objetivo uma melhor estimativa da demanda por trabalho em ocupação (*employment*).

O Gráfico 8.15 e 8.16 apresentam a Taxa de Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas e o Percentual de Pessoas Desalentadas na Força de Trabalho Potencial, respectivamente. Os Subocupados por Insuficiência de Horas Trabalhadas são pessoas que trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único ou no conjunto de todos os seus trabalhos, mas gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas e estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias. Quanto aos desalentados, são formados por um subgrupo daqueles que Não Buscaram Trabalho, Mas Estavam Disponíveis para trabalhar, conhecido na literatura como “desemprego oculto”.

Os dados do Gráfico 8.15 mostram que após o fim do ciclo de estagnação econômica dos anos de 2015-2016 a subocupação por insuficiência de horas trabalhadas seguiu em aceleração, o que mostra a baixa resposta do mercado de trabalho diante de uma crise econômica. A literatura econômica denomina esse efeito de histerese, definida como a dificuldade do mercado de trabalho em voltar ao seu estado original, após sofrer determinado choque.

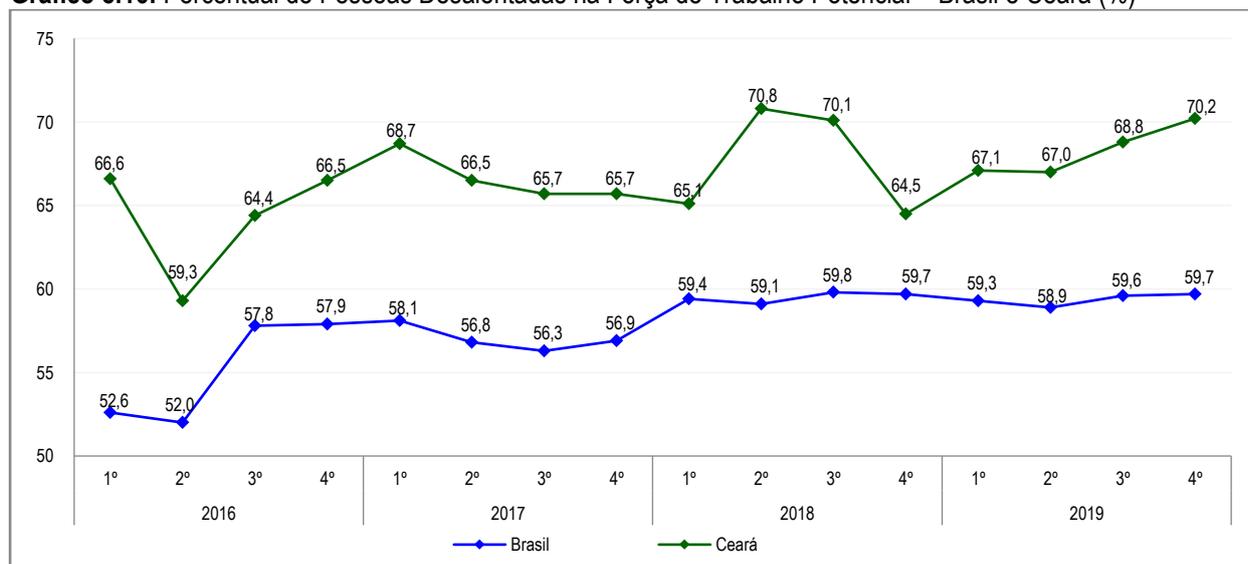
**Gráfico 8.15:** Taxa de Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas – Brasil e Ceará (%)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

No Gráfico 8.16 pode-se observar que ao longo de 2016, no bojo da crise econômica, o percentual de desalentados apresentou elevação tendo em 2017 vindo a reduzir levemente sua proporção. A partir de 2018, os desalentados no Ceará volta a crescer, mesmo diante de um processo de recuperação econômica.

**Gráfico 8.16:** Percentual de Pessoas Desalentadas na Força de Trabalho Potencial – Brasil e Ceará (%)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Finalmente, o Gráfico 8.17 apresenta a Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho. A Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho representa o percentual da população que expressa ter uma quantidade insuficiente de trabalho, seja em termos de oferta de postos de trabalho, seja em termos de insuficiência de horas trabalhadas. A Subutilização da Força de Trabalho apresenta três componentes mutuamente exclusivos, sendo que dois já integram a Força de Trabalho, que são os Subocupados por Insuficiência de Horas Trabalhadas e os próprios Desocupados. De forma algébrica, tem-se:

$$\text{Taxa Composta da Subutilização da Força de Trabalho} = \frac{\text{Subocupados por Insuficiência de Horas} + \text{Desocupados} + \text{FTP}}{(\text{FT} + \text{FTP} = \text{FTA})}$$

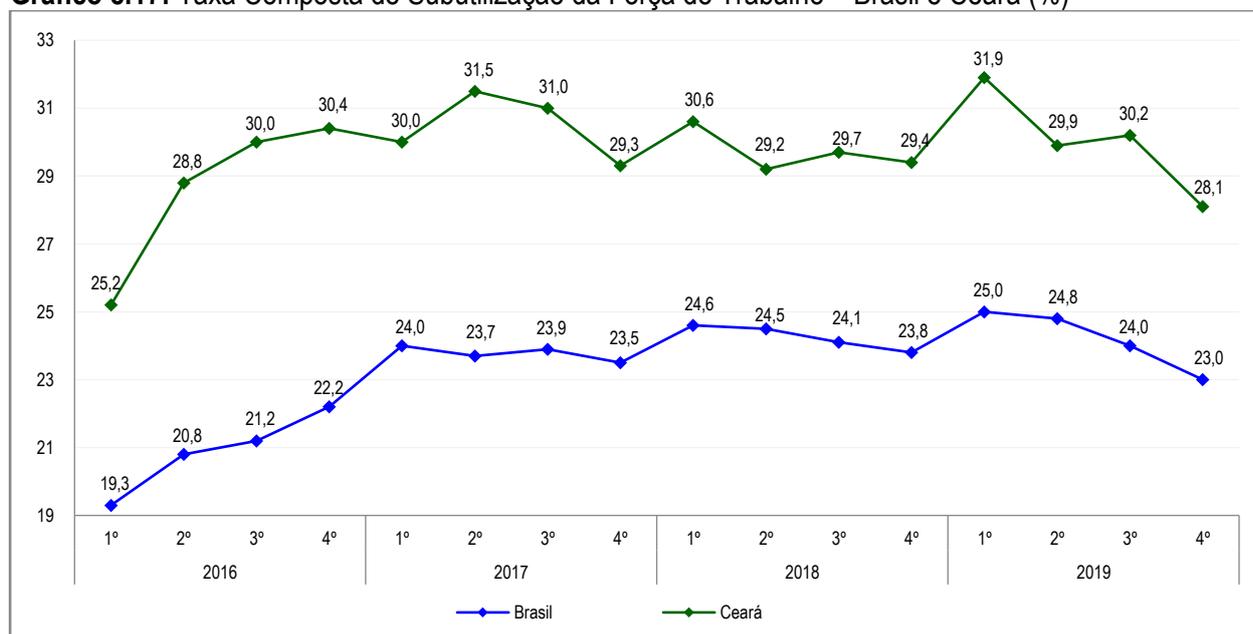
Onde FTA é a Força de Trabalho Ampliada (FTA), dada pelo somatório da Força de Trabalho (FT) e da Força de Trabalho Potencial (FTP).

As pessoas que fazem parte da Força de Trabalho Potencial (FTP) estão fora da Força de Trabalho (FT), mas possuem um potencial de se transformarem em Força de Trabalho. Como visto acima, a Força de Trabalho Potencial é formada por dois grupos: aqueles que Buscaram Trabalho, Mas Não Estavam Disponíveis e aqueles que Não Buscaram Trabalho, Mas Estavam Disponíveis

Os dados do Gráfico 8.17 mostram que a Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho apresenta evolução semelhante a Taxa de Desocupação. Destaca-se que ele começou a declinar mais fortemente somente a partir do ano de 2019.

Deve-se observar que em todos os indicadores que mensuram por diferentes métricas a desocupação o Estado do Ceará apresenta piores resultados quando comparados ao do Brasil, o que pode indicar maior precarização do mercado de trabalho cearense.

**Gráfico 8.17:** Taxa Composta de Subutilização da Força de Trabalho – Brasil e Ceará (%)



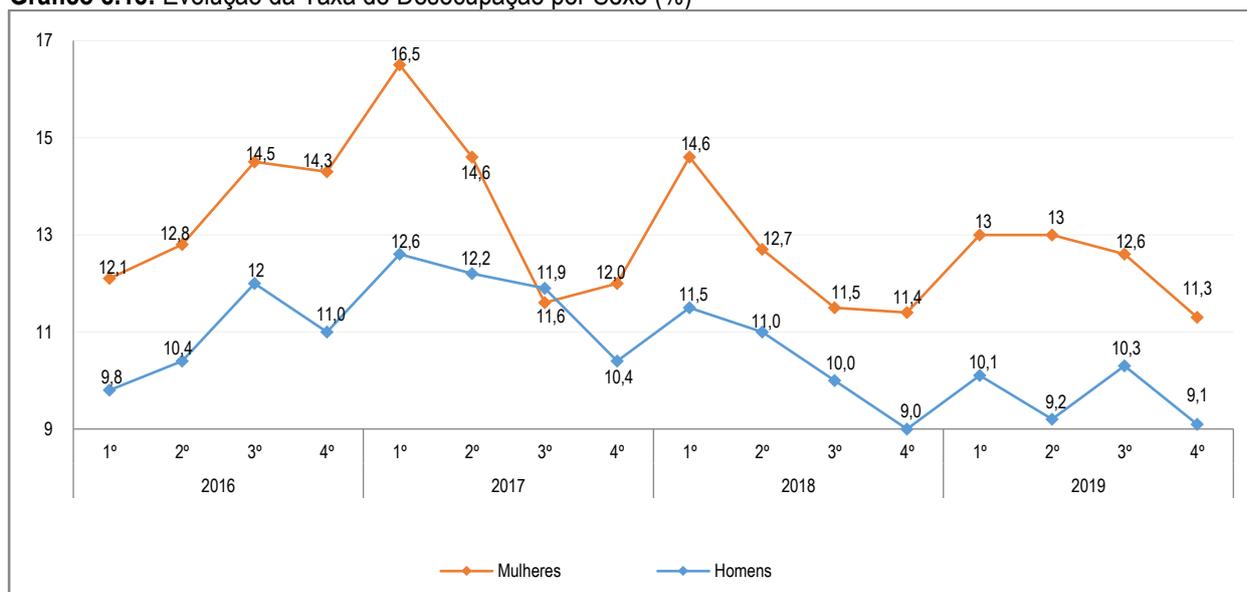
Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

## 8.6. Análise da Taxa de Desocupação por Tópico no Estado do Ceará

Nesta seção, são apresentadas a Taxa de Desocupação do Estado do Ceará por sexo, etnia, grupos de idade e escolaridade.

No Gráfico 8.18, essa divisão do desemprego é apresentada para homens e mulheres. Nos diferentes cenários – ano de crise ou processo de retomada da atividade – a desocupação das mulheres é sempre mais elevada quando comparada ao dos homens. Chama atenção o primeiro trimestre de 2017, quando a taxa de desocupação das mulheres atingiu 16,5%, contra 12,6% dos homens.

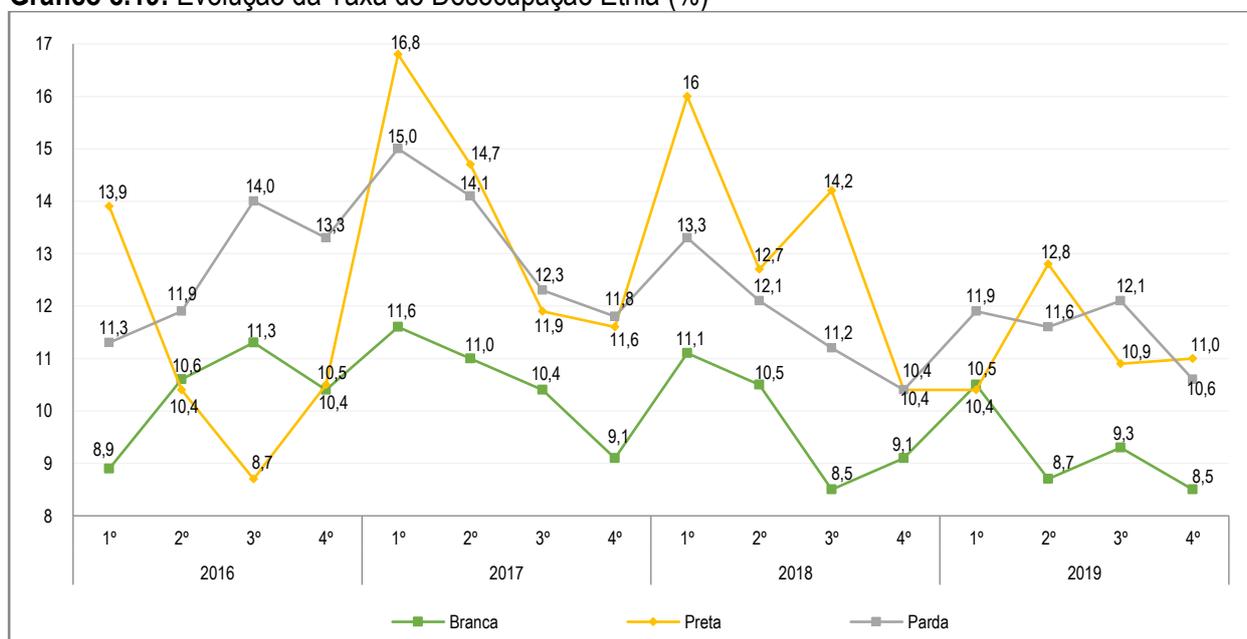
**Gráfico 8.18:** Evolução da Taxa de Desocupação por Sexo (%)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Por sua vez, o Gráfico 8.19 apresenta os desocupados pelas três principais etnias: branca, preta e parda. Os dados mostram que as etnias branca e parda seguem tendências similares, enquanto a etnia preta apresenta fortes oscilações. No caso dessa última, ela chega a apresentar uma taxa mínima de desocupação de 8,7% no terceiro trimestre de 2016 tendo no primeiro trimestre de 2017 chegado a um pico de 16,8%. Deve-se também observar que quando a crise econômica atinge fortemente o desemprego no primeiro trimestre de 2017 todas as raças apresentam percentuais elevados.

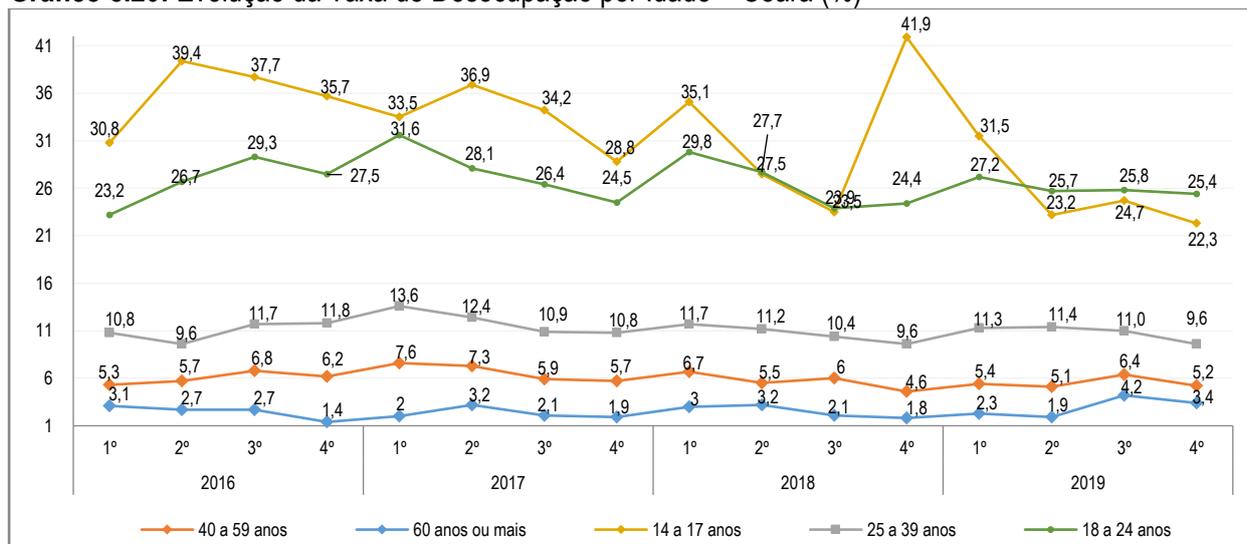
**Gráfico 8.19:** Evolução da Taxa de Desocupação Etnia (%)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Nos dados do Gráfico 8.20 a taxa de desocupação cearense foi dividida entre categorias de idade: 14 a 17 anos, 18 a 24 anos, 25 a 39 anos, 40 a 59 anos e 60 anos ou mais. No caso, quanto maior a faixa de idade, menor o desemprego e vice-versa. As pessoas de 25 a 39 anos são as que estão mais próximas da estimativa média do desemprego total. É observado também que nos três últimos trimestres do ano de 2019 o percentual de desocupados daqueles na faixa etária entre 18 a 24 anos apresentaram taxa de desocupação mais elevada *vis-à-vis* aqueles entre 14 a 17 anos.

**Gráfico 8.20:** Evolução da Taxa de Desocupação por Idade – Ceará (%)

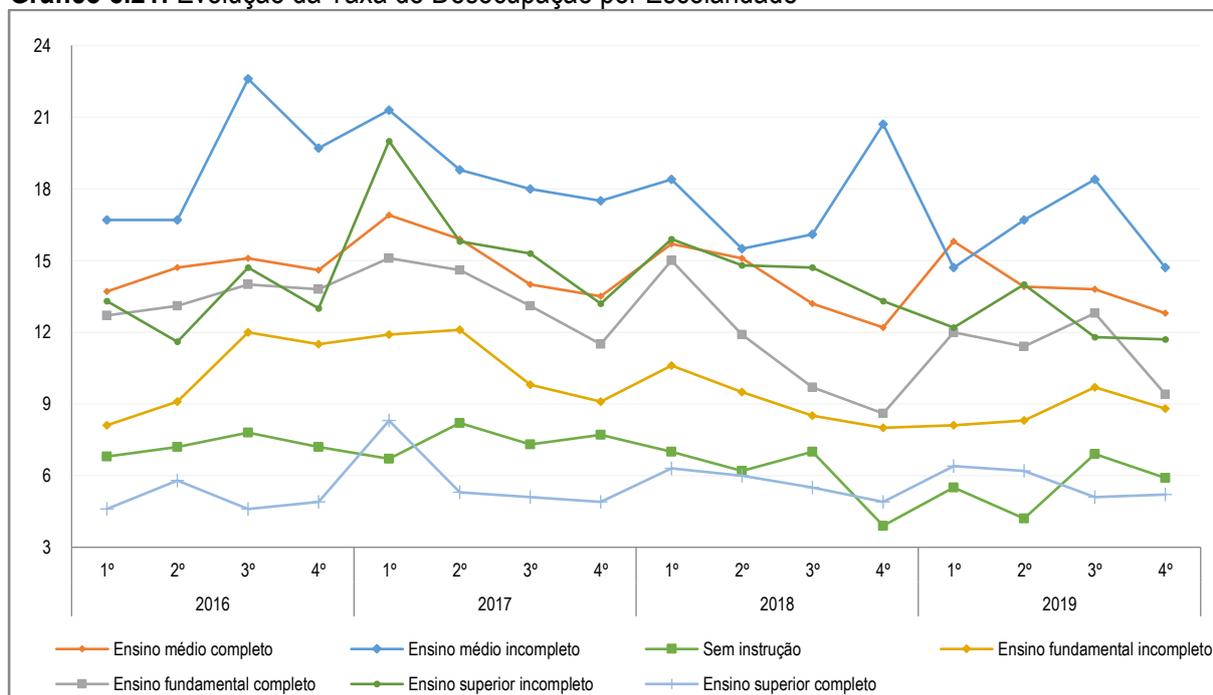


Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Finalmente, o Gráfico 8.21 apresenta a desocupação cearense dividida entre sete tipos de escolaridade. Em média, o percentual onde se apresenta menos desocupados estão nos extremos: entre aqueles sem instrução e aquele com ensino superior completo.

Por sua vez, as pessoas com ensino médio incompleto estão entre aqueles com a maior taxa média de desemprego ao longo da série histórica seguido daqueles com ensino médio completo e ensino superior incompleto.

**Gráfico 8.21:** Evolução da Taxa de Desocupação por Escolaridade



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

## 9 SITUAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO CEARÁ

Paulo Araújo Pontes<sup>20</sup>

### 9.1. Introdução

Nesse capítulo serão apresentados alguns indicadores que mensurem as contas públicas estaduais, tendo por objetivo analisar o comportamento deles durante o período de 2016 a 2018 e identificar que fatores contribuíram para o seu desempenho.

Nesse sentido optou-se por apresentar, em primeiro lugar, um resumo do balanço orçamentário do Estado do Ceará e, posteriormente, alguns indicadores foram elaborados utilizando os dados desse resumo. Adicionalmente, são apresentados os indicadores preconizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Assim, esse capítulo está organizado em cinco seções, sendo a primeira essa breve introdução. Na segunda são apresentados os dados da receita orçamentária do Estado e os indicadores de receita. Na terceira seção destina-se a análise a apresentação dos indicadores da despesa orçamentária. Na quarta seção são apresentados os indicadores da LRF e na quinta e última seção são tecidos alguns breves comentários conclusivos.

### 9.2. Receitas Orçamentárias

O primeiro ponto a ser abordado sobre as finanças públicas do Governo Estadual do Ceará são as receitas orçamentárias, cujos principais componentes são apresentados na Tabela 9.1. Como pode ser constatado, na referida Tabela, as receitas orçamentárias do Ceará cresceram, de 2016 a 2019, 2,1%. Constatou-se, ainda, que o crescimento das receitas orçamentárias, entre os anos de 2016 e 2019, foi devido ao comportamento das “Receitas Correntes”, que aumentaram 8,1% entre esses anos e a redução, 9,7%, das “Receitas de Capital” em idêntico período.

Entre as receitas orçamentárias as “Receitas Correntes” responderam, no período de 2016 a 2019, por 90,0%, em média, dos recursos disponíveis. Entre esses tipos de receitas destaca-se o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) com crescimento de 14,2%, até 2019, ressalte-se que esse desempenho é influenciado, significativamente, pelo incremento da arrecadação desse imposto nos anos de 2017 e 2018. Isto é, refletindo a recuperação econômica estadual após a recessão da economia nacional iniciada em 2014. É interessante observar o crescimento do IPVA que superou o do ICMS, em idêntico período, sendo esse um possível reflexo de mudanças ocorridas na legislação que regula o IPVA.

Outro destaque é a redução de 21,8% do ITCDI, porém deve-se mencionar que, tanto em 2016 como em 2019, esse tributo apresentou arrecadações muito acima do esperado. Dado que, em 2016, as receitas foram afetadas pela arrecadação extraordinária, cuja repetição não seria esperada, e, em 2019, houve a promulgação da Lei 16.848/19, concedendo desconto de 12,5% no ITCD, tendo por objetivo reduzir a quantidade de processos que aguardavam o pagamento desse tributo.

A segunda maior fonte de “Receita Corrente” são as transferências oriundas do FPE (Fundo de Participação dos Estados), que têm como origem a arrecadação do IR (Imposto sobre a Renda) e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) arrecadados pelo Governo Federal. Como pode ser observado na Tabela 9.1, as transferências do FPE oscilaram entre R\$ 6,58 e R\$ 7,7 bilhões, no período em análise.

---

<sup>20</sup> Doutor em Administração Pública e Governo (FGV-SP) e Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE.

**Tabela 0.1:** Receitas Orçamentárias do Governo do Estado do Ceará (R\$1.000,00 de Dez/2019)

Descrição	2016	2017	2018	2019
Receita Corrente	27.083,38	26.626,77	27.660,04	29.274,15
Receita Tributária	14.829,55	15.032,47	15.638,47	16.859,78
ICMS	11.521,20	12.112,78	12.495,05	13.155,26
IPVA	773,39	884,63	962,59	1.031,98
IR	997,87	1.086,07	1.182,91	1.209,44
ITCD	726,62	100,46	160,21	568,11
Outras	810,47	848,54	837,71	895,00
Contribuições	661,08	684,00	777,69	879,70
Patrimonial	454,99	461,09	806,65	469,51
Serviços	70,46	90,98	90,18	179,69
Transferências Correntes	9.860,85	9.467,67	9.639,88	10.153,65
FPE	7.068,73	6.583,80	6.775,24	7.051,43
FUNDEB	1.660,23	1.591,67	1.547,77	1.253,80
Outras Transferências	1.131,88	1.292,20	1.316,87	1.848,41
Outras Receitas Correntes	1.206,43	890,54	707,17	731,81
Receitas de Capital	1.952,58	2.748,08	1.548,12	1.762,76
Operações de Crédito	1.236,23	2.219,53	947,17	1.379,11
Transferências de Capital	711,31	510,03	428,65	371,91
Outras Receitas de Capital	5,04	18,52	172,30	11,74
Receitas Intra-orçamentárias	1.352,06	1.379,53	1.570,16	1.565,16
<b>Total Receitas</b>	<b>30.388,02</b>	<b>30.754,38</b>	<b>30.778,32</b>	<b>31.036,91</b>
<b>RCL</b>	<b>19.865,23</b>	<b>19.239,70</b>	<b>20.012,38</b>	<b>20.882,03</b>

Fonte: STN/SISTN. Elaboração própria.

Deve-se pontuar que o maior volume de transferências, no ano de 2016, é uma decorrência da edição, pelo Governo Federal, de uma lei permitindo que brasileiros, que possuíssem recursos não declarados no exterior, os regulariza-se, pagando os devidos impostos nesse procedimento. Dessa forma, houve uma elevação na arrecadação de impostos federais e nos devidos repasses para os estados no referido ano.

Ainda na Tabela 9.1, chama atenção o crescimento das receitas de ITCD (Imposto de Transmissão “Causa-Mortis” e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos), entre os anos de 2017 e 2018, aparentando manter a tendência de crescimento observada em anos anteriores aos analisados nesse período ((Pontes, Nogueira e Nogueira, 2017).

O desempenho da arrecadação de ITCD, nos anos recentes, é um fenômeno interessante e que deveria ser objeto de estudos mais aprofundados, fugindo ao escopo desse livro, porém pode-se atribuir parte desse desempenho a valorização imobiliária e a mudanças de alíquotas do ITCD no ano de 2015.

A arrecadação de IPVA (Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores), entre 2016 e 2019, por sua vez, também apresenta um desempenho positivo, tendo crescido 33,4% no período, sendo uma explicação para esse fato a expansão da frota automotiva do Estado e a mudança das alíquotas implementadas no ano de 2017.

Um último destaque, quanto as Receitas Correntes, é o comportamento da rubrica Outras Receitas Correntes<sup>21</sup>, no ano de 2016. Esse desempenho deve-se “ao uso de receitas provenientes da Lei

<sup>21</sup> Nessa categoria são classificadas as receitas oriundas da dívida ativa, multas e juros, indenizações e restituições e depósitos judiciais.

15.878/2015, que permitiu o Governo do Estado utilizar até 70% dos valores de depósitos judiciais, cuja constitucionalidade está sendo contestada” (IPECE, pag 46, 2017).

Por sua vez as “Receitas de Capital” decresceram 9,7%, entre 2016 e 2019, havendo significativa oscilação nessa fonte de receita no período em análise. O principal item das “Receitas de Capital” são as operações de crédito que, entre 2016 e 2019, cresceram 11,6%, sendo possível observar que essas receitas oscilaram de forma significativa.

Relativamente às receitas correntes líquidas (RCL), que são os recursos efetivamente disponíveis ao Poder Executivo estadual para pagar suas despesas, constata-se que elas cresceram 5,1%, entre 2016 e 2019. É interessante observar que houve uma queda de 3,1% da RCL de 2016 para 2017, havendo reversão dessa perda em 2018

Deve-se destacar que o incremento da RCL, em 2019, deveu-se a fatores não recorrentes, anteriormente citados, a arrecadação extraordinária de ITCD. Descontados esse efeito a RCL estaria próxima de R\$ 20,4 bilhões, em 2019. Além disso, deve-se considerar que a RCL de 2016 foi afetada por fatores não recorrentes (como a arrecadação extraordinária de ITCD, dos recursos provenientes da repatriação do exterior e do uso dos recursos dos depósitos judiciais). Esses eventos não recorrentes contribuíram por, aproximadamente, R\$ 1 bilhão, em 2016.

Complementando a análise feita acima, optou-se por construir alguns indicadores com os dados apresentados na Tabela 9.1. Nesse sentido, será analisada a evolução da composição das receitas correntes do Governo do Estado e a participação setorial da arrecadação de ICMS.

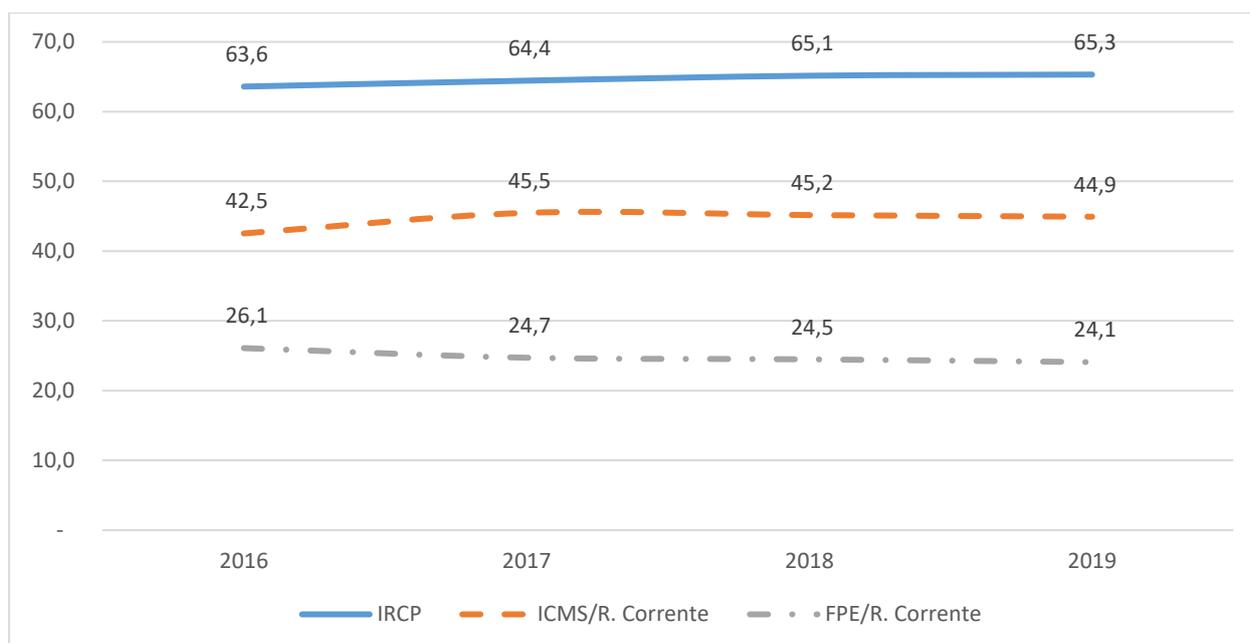
Relativamente à evolução da composição das receitas o indicador escolhido mede a importância das receitas próprias no total da arrecadação estadual, assim considerou-se como fontes de arrecadação própria do Governo cearense as arrecadações tributárias, as de contribuições e as receitas patrimoniais e de Serviços, sendo o cálculo feito da seguinte forma

$$IRCP = 100 * \frac{Rec. Tributárias + Contribuições + Patrimoniais + Serviços + Outras Rec. Correntes}{Receitas Correntes}$$

em que, IRCP é o Índice de Receitas Correntes Próprias.

Adicionalmente, considerou-se ainda a importância das receitas com ICMS nas receitas correntes  $\left(\frac{100 * Receita\ de\ ICMS}{Receita\ Corrente}\right)$ , dado que essa é a principal fonte de receita do Governo cearense e, de forma complementar, o comportamento da composição das receitas do FPE  $\left(\frac{100 * FPE}{Receitas\ Correntes}\right)$ . Os resultados obtidos são apresentados na Figura 9.1.

**Figura 0.1:** Composição das Receitas Correntes do Governo do Estado do Ceará (%)



Fonte: STN/SISTN. Elaboração própria.

Como pode ser observado na Figura 9.1, houve um aumento na participação das receitas correntes próprias entre as receitas correntes, dado que o IRCP cresceu de 63,6%, em 2016, para 65,3%, em 2019, ou seja, o Governo cearense diminuiu sua dependência das receitas de transferências do Governo Federal para financiar seus gastos.

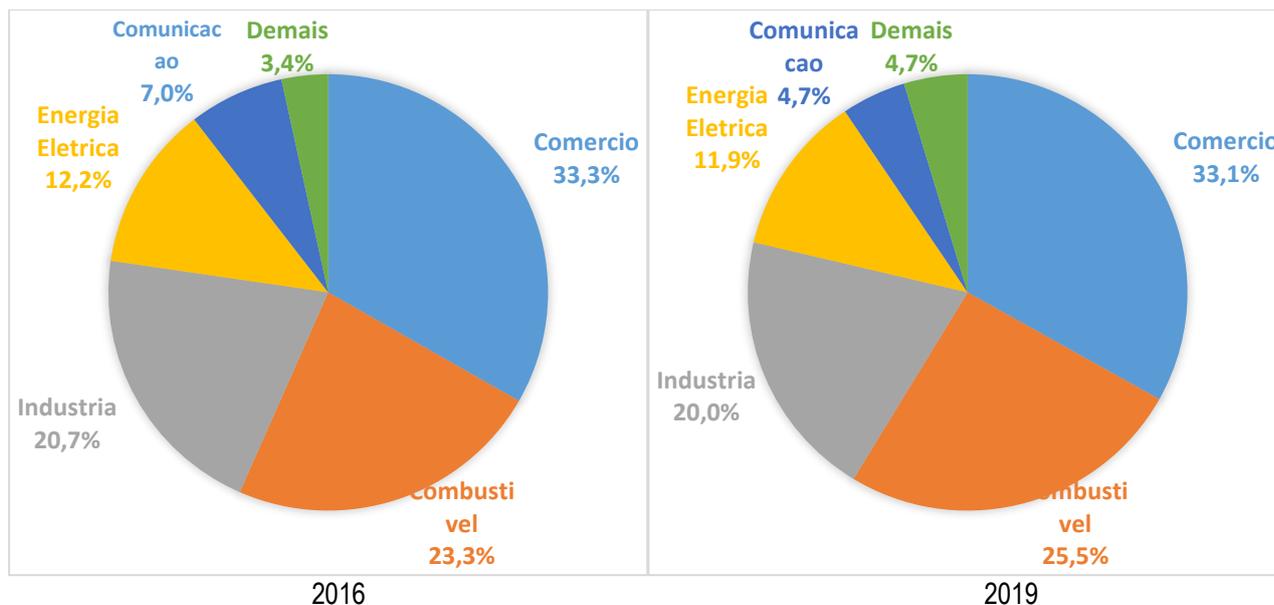
Quando se analisa a contribuição dada pela arrecadação de ICMS no comportamento do IRCP, entre 2016 e 2019, constata-se, novamente, a magnitude da importância das receitas não recorrentes, em 2016 e 2019. Nesse sentido, percebe-se a redução na participação do ICMS entre as receitas correntes no período em análise. Por outro lado, ao analisar-se a importância relativa do FPE na composição das receitas correntes do Estado, constata-se que, em 2016, o Fundo representava, aproximadamente, 26,1% das receitas correntes do Estado, caindo para 24,1% em 2019.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o desempenho das receitas estaduais, em 2016 e 2019, teve forte dependência de fatores não recorrentes, isto é, da arrecadação ou transferências de recursos que não deverão se repetir em um futuro previsível. Descontando-se esse efeito identifica-se que a RCL estadual apresentou nítida tendência de crescimento entre os anos de 2016 e 2019.

Quanto à composição da arrecadação estadual do ICMS, cujos dados são apresentados na Figura 9.2, constata-se que, tanto em 2016 como 2019, o principal setor foi o comércio atacadista e varejista, com uma leve oscilação entre esses dois anos. Já o setor de combustíveis ocupa a segunda posição na arrecadação de ICMS, tanto em 2016 como em 2019. Chama atenção, ainda, a perda de participação do setor de telecomunicações, entre os dois anos em análise, sendo isso um possível reflexo de inovações tecnológicas que afetaram o setor. Já o setor industrial mantém sua participação em torno dos 20%, no período em análise, ocupando a terceira posição na composição setorial da arrecadação.

Uma última observação, quanto aos dados apresentados na Figura 9.2, é o aumento da participação do setor de combustíveis na arrecadação de ICMS do Ceará de 23,3%, em 2016, para 25,5%, em 2019. Deve-se notar que, ao menos em tese, ele possui uma menor elasticidade do consumo e que, portanto, esse aumento de participação pode estar resultando em uma piora na distribuição de riqueza do estado.

**Figura 0.2:** Composição Setorial da Arrecadação de ICMS do Ceará em 2016 e 2019 (%)



Fonte: Boletim Confaz. Elaboração própria.

### 9.3. Despesas Orçamentárias

O segundo grupo de indicadores analisado nesse capítulo referem-se aos indicadores de despesa, assim são apresentados na Tabela 9.2 os dados das despesas orçamentárias do Governo do Estado do Ceará para o período 2016 a 2019. Como pode ser observado na Tabela 9.2, as despesas orçamentárias do Governo cearense cresceram 7,1%, no período em análise.

**Tabela 0.2:** Despesas Orçamentárias do Governo do Estado do Ceará (R\$1.000,00 de Dez/2019)

Descrição	2016	2017	2018	2019
Despesa Corrente	22.298,39	22.672,92	24.077,90	24.418,19
Despesa com pessoal	11.646,86	11.928,69	12.765,30	13.056,27
Aposentadorias, reformas e pensões	3.225,81	3.371,44	3.507,30	3.550,09
Vencimentos (Civil e Militar)	6.600,10	6.693,46	7.098,29	7.218,69
Outros	1.820,95	1.863,78	2.159,70	2.287,49
Juros e Encargos	496,94	489,23	587,15	617,93
Outras despesas correntes	10.154,58	10.255,00	10.725,46	10.743,99
Transf. a municípios	3.465,75	3.518,84	3.599,92	3.658,22
Transf. a entidades privada	1.088,40	1.097,32	1.209,89	-
Aplicações Diretas	5.027,74	4.895,42	5.050,84	4.887,20
Outras	572,69	743,42	864,82	2.198,56
Despesas de Capital	3.621,54	3.956,53	4.064,34	3.344,42
Investimentos	2.420,29	2.670,42	3.047,12	2.223,71
Amortização da dívida	943,33	1.070,52	841,11	969,02
Outras	257,92	215,59	176,11	151,69
<b>Despesa Total</b>	<b>25.919,93</b>	<b>26.629,44</b>	<b>28.142,24</b>	<b>27.762,60</b>

Fonte: STN/SISTN. Elaboração própria.

Obs.: Não constavam, em 2019, informações sobre as transferências aos municípios e para entidades privadas com e sem fins lucrativos.

Relativamente as despesas de capital é possível constatar que, no período em análise, decresceram 7,6%, entre 2016 e 2018, dado o desempenho negativo dessa conta entre os anos de 2018 e 2019. As despesas correntes apresentaram tendência de crescimento no período, sendo, em 2019, 9,5% maiores do que as

registradas quatro anos antes. Deve-se mencionar que mais da metade do crescimento das despesas correntes do período concentra-se entre os anos de 2017 e 2018, com variação de 6,2% entre esses anos.

Entre as despesas de capital deve-se destacar o comportamento da rubrica de investimentos, considerando-se o período de 2016 a 2019 constata-se um decréscimo de 8,1% no período.

Quanto às despesas correntes, constata-se, ainda na Tabela 9.2, que houve, entre 2016 e 2019, um crescimento 12,1% das despesas com pessoal, sendo esse desempenho justificado, principalmente, pelo incremento de 25,6% de outras despesas com pessoal. O pagamento de aposentadorias teve incremento de 10,0% e o de ativos 9,4%.

Os gastos com pagamento de juros cresceram, entre 2016 e 2019, 243%, sendo o incremento verificado entre 2017 e 2018 o mais significativo do período. Esse crescimento é decorrente de dois fatores, sendo o primeiro o incremento da dívida pública e a variação cambial no período.

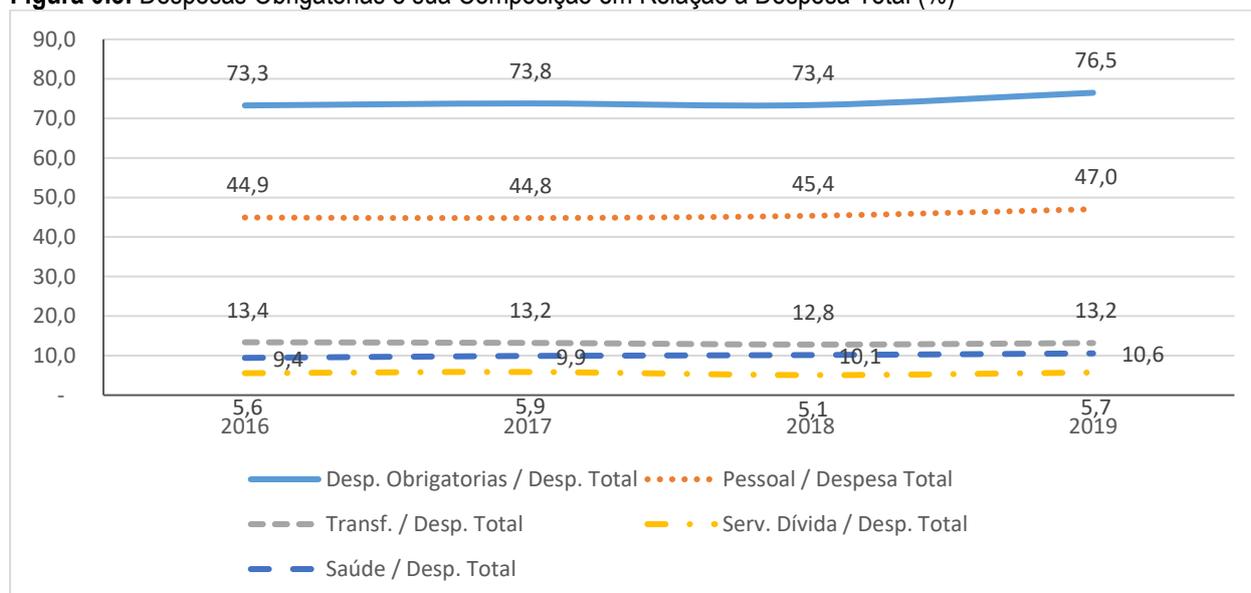
Complementando as informações constantes na Tabela 9.2, e de forma similar a análise das receitas, optou-se pela apresentação de alguns indicadores sobre o comportamento das despesas orçamentárias do Governo do Ceará. Dessa forma, foram escolhidos três grupos de indicadores para analisar a composição do gasto orçamentário do Estado: o comportamento do gasto com pessoal, como proporção da despesa corrente; a composição das despesas de capital; e o financiamento das despesas de capital do Ceará.

O primeiro grupo de indicadores, o da composição do gasto orçamentário, busca mensurar o nível de gasto obrigatório do orçamento do Estado, sendo considerado como obrigatórios os gastos com pessoal, juros e encargos, as transferências aos municípios e as amortizações da dívida, sendo o indicador calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{Obrigatório} = 100 * \frac{\text{Dep. com Pessoal} + \text{Juros e Encargo} + \text{Transf. aos Municípios} + \text{Amort. Dívidas} + \text{Gastos Saúde}}{\text{Despesa Total}}$$

Destaque-se que dessa análise foram excluídos os gastos vinculados as receitas do Estado (notadamente as despesas com educação), pois, não foi possível identificar os gastos com pessoal dessas duas áreas, assim considerá-los levariam a uma dupla contagem do gasto. Adicionalmente foi apresentado o comportamento de cada um dos itens destacados no cálculo do indicador.

**Figura 0.3:** Despesas Obrigatórias e sua Composição em Relação a Despesa Total (%)



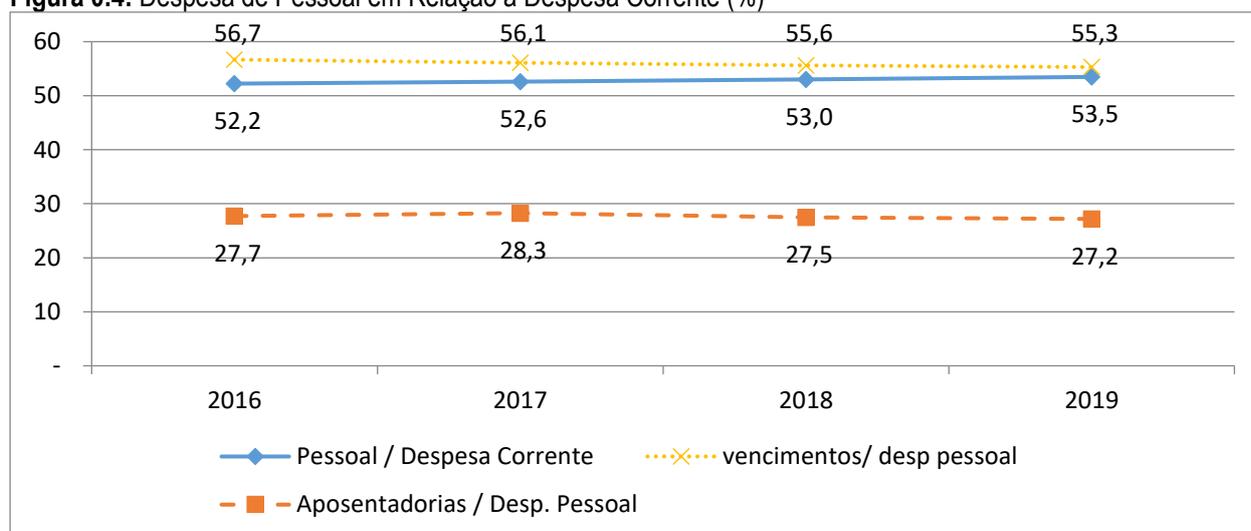
Fonte: STN/SISTN. Elaboração própria.

Os resultados obtidos pelo cálculo do indicador dos gastos obrigatórios são apresentados na Figura 9.3. Como pode ser observado na referida Figura a despesa obrigatória do Governo do Estado situou-se em torno de 73,5%, no período de 2016 a 2018, aumentando para 76,5% em 2019, sendo o principal componente dessas despesas o gasto com pessoal, respondendo por 45%, em média, das despesas totais.

Já as transferências aos municípios têm representado, em torno de, 13,0% das despesas totais. As despesas com Saúde, por sua vez, aproximam-se de 10,0% da despesa total. Por fim, o serviço da dívida, juros, encargos e amortizações, oscilaram, entre 5% e 6% da despesa orçamentária do Ceará.

Quanto à despesa com pessoal, ver os dados da Figura 9.4, observa-se que sua participação nos gastos correntes manteve-se praticamente constante, entre os anos de 2016 e 2019, haja vista que sua participação oscilar entre 53,5% e 52,2% das despesas correntes do Estado. Deve-se pontuar que, aparentemente, houve uma reversão da tendência de crescimento das despesas com pagamento de aposentadorias observada em anos anteriores a 2017, para maiores detalhes ver Cavalcante et alii (2020). Assim observa-se, na Figura 9.4, que a despesa com vencimentos declinou de 56,7% da despesa com pessoal, em 2016, para 55,3%, em 2019. Já a despesa com aposentadorias decresceu de 27,7% das despesas com pessoal, em 2016, para 27,2%, em 2019.

**Figura 0.4:** Despesa de Pessoal em Relação a Despesa Corrente (%)



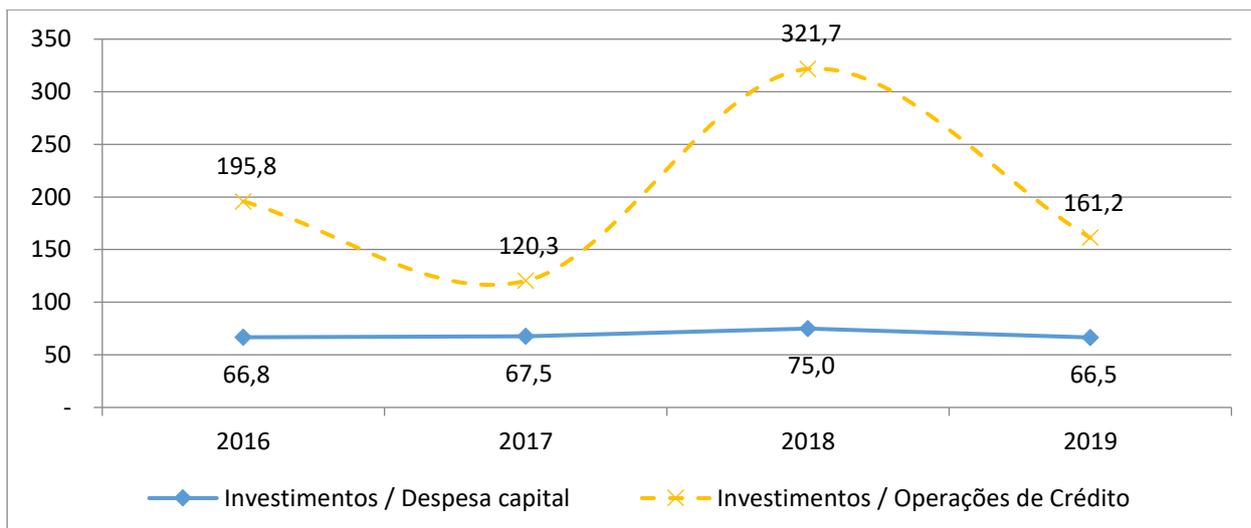
Fonte: STN/SISTN. Elaboração própria.

Deve-se pontuar que, tendo em vista projeções de déficit atuarial constantes nos Relatórios de Execução Orçamentária, o Governo do Estado promoveu elevação da alíquota previdenciária dos servidores, sendo majorada, de 11% a 14% no período de 2016 a 2019, quando atingiu seu valor máximo. Essa medida tem como objetivo reduzir o comprometimento de recursos estaduais com o pagamento do déficit previdenciário estadual.

O terceiro grupo de indicadores dos gastos orçamentários permite analisar a composição dos gastos de capital  $\left(\frac{100 \cdot \text{investimentos}}{\text{Despesas de Capital}}\right)$  e como está sendo financiado os investimentos realizados pelo Estado  $\left(\frac{100 \cdot \text{Investimentos}}{\text{Operações de Crédito}}\right)$ , os dados são apresentados na Figura 9.5. Como pode ser observado na referida Figura as despesas com investimentos responderam, no período em análise, por cerca de 69,0% da despesa de capital do Estado. Já seu financiamento, em 2016, ocorreria principalmente com recursos próprios do Estado, já que eles correspondiam a 195% do valor das operações de Crédito do Estado<sup>22</sup>. Entretanto, em 2017, observa-se que a realização de investimentos estava mais dependente da obtenção de recursos de terceiros, dado que os investimentos, nesse ano, correspondiam a 120% das operações de crédito. Já em 2018, esse indicador salta para 321%, para logo em seguida, em 2019, cair para 161%.

**Figura 0.5:** Investimentos em Relação a Despesa de Capital e Operações de Crédito (%)

<sup>22</sup> Uma interpretação alternativa para esse indicador é que para cada R\$195,00 de despesas com investimentos houve R\$ 100,00 de operações de crédito. Quanto maior esse indicador menor seria a dependência de recursos de terceiros para realizar investimentos.

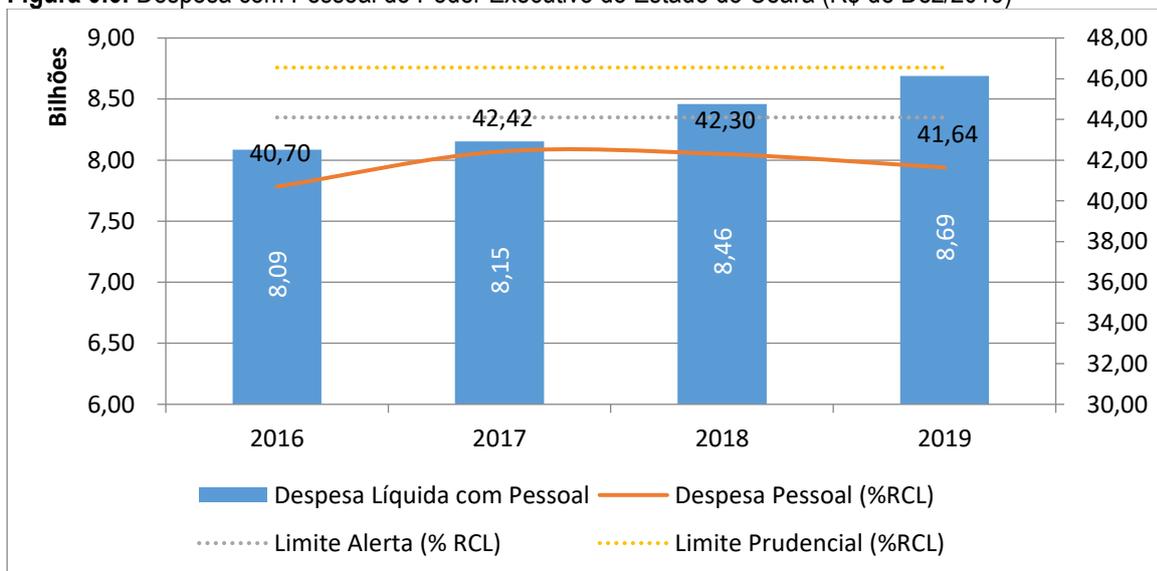


Fonte: STN/SISTN. Elaboração própria.

#### 9.4. Indicadores da LRF23

O terceiro grupo de indicadores fiscais analisados nesse capítulo são aqueles elencados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que são os limites com gasto de pessoal, os gastos com o serviço da dívida e o limite de endividamento do Estado. Assim, na Figura 9.6, são apresentados tanto a despesa líquida com pessoal como sua proporção relativamente a RCL do Estado.

**Figura 0.6:** Despesa com Pessoal do Poder Executivo do Estado do Ceará (R\$ de Dez/2019)



Fonte: SEFAZ. Elaboração própria.

<sup>23</sup> Não foi incluída nessa análise as despesas com pessoal dos poderes legislativo e judiciário pois elas não estavam disponíveis nem no site da SEFAZ-Ce nem no da Secretária do Tesouro Nacional.

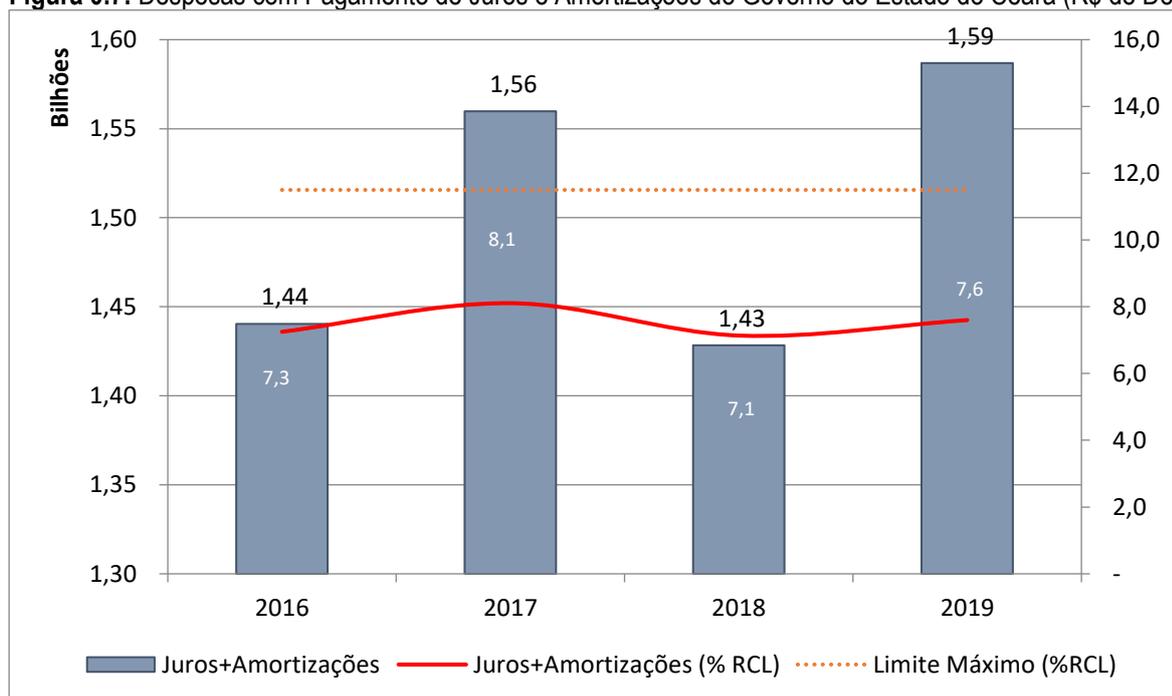
Como pode ser observado na Figura 9.6, a despesa líquida com pessoal do Poder Executivo Estadual cresceu 19,7% entre os anos de 2016 e 2019, quando se considera os valores absolutos. Entretanto, ao considerar-se os valores relativos a RCL constata-se que elas recuaram entre os anos de 2017 e 2019, sendo isso uma possível consequência do crescimento da RCL mencionado anteriormente.

Quanto ao comportamento da despesa líquida de pessoal, relativamente a RCL, em 2016 e 2019, deve-se mencionar que esse resultado foi consequência de dois fatos, sendo o primeiro o significativo incremento da RCL por receitas não recorrentes, que foi mencionado acima. O segundo fato foi a não concessão de reajuste salarial para os funcionários servidores públicos estaduais em 2016, como a inflação acumulada pelo IPCA, em 2015, foi superior a 10% compreende-se, facilmente, que manutenção do valor nominal dos salários em 2016 contribuiu de forma significativa para a redução da despesa com pessoal nesse ano.

O segundo indicador analisado é o comprometimento anual com pagamentos de juros, encargos e amortizações da dívida consolidada, cujo limite foi estabelecido pela Resolução 43/2001 do Senado Federal, e não pode exceder 11,5% da RCL. Como pode ser constatado na Figura 9.7, essa despesa alcançou valor máximo, de 8,1% da RCL, no ano de 2017, voltando, em 2018, ao nível verificado nos anos anteriores. Quanto aos valores pagos, constata-se o crescimento do pagamento das amortizações, entre os anos de 2016 e 2019, quando foram desembolsados R\$ 1,59 bilhão.

De uma forma geral, pode-se afirmar que a despesa com juros e amortizações está bem distante do limite estabelecido pela Resolução do Senado, sendo parte de seu crescimento decorrente do aumento da dívida consolidada do Estado, que será analisada a seguir.

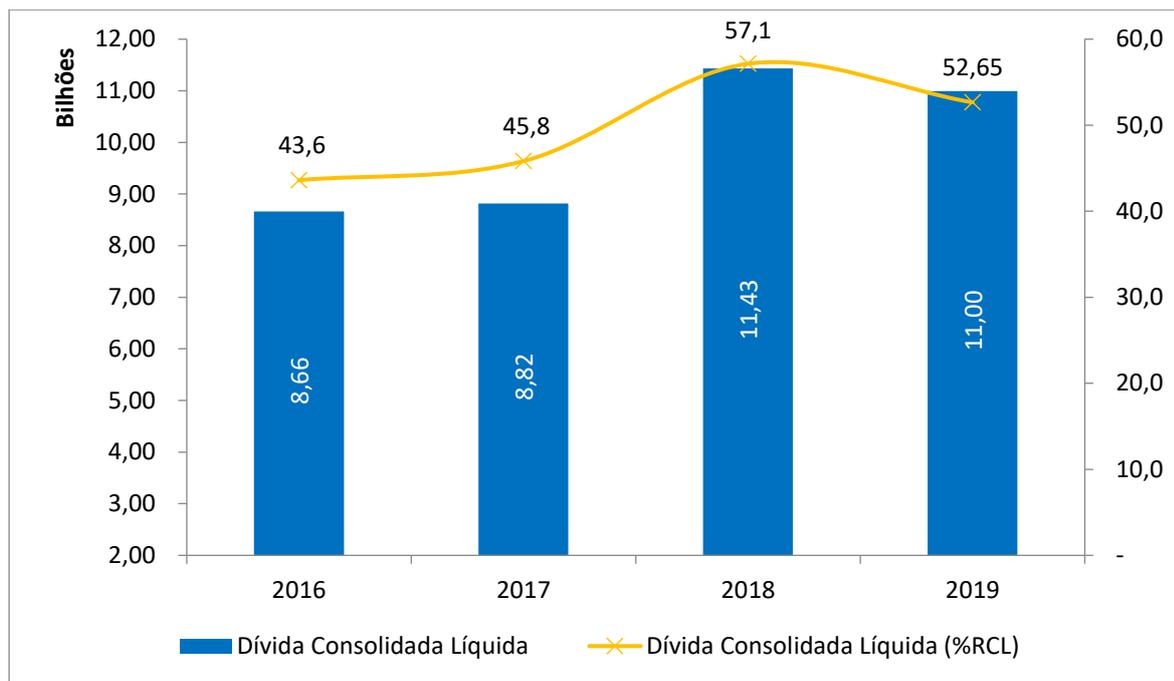
**Figura 0.7:** Despesas com Pagamento de Juros e Amortizações do Governo do Estado do Ceará (R\$ de Dez/2019)



Fonte: SEFAZ. Elaboração própria.

Por fim, o último indicador analisado, a dívida consolidada líquida do Estado, observa-se, pela inspeção da Figura 9.8, que ela correspondia a 43,6% da RCL, em 2016, crescendo para 57,1%, em 2018, decaindo para 52,6% logo em seguida. Como o limite, estabelecido na LRF, é de 200% da RCL constata-se que o Estado possui capacidade de expandir sua dívida pública e, como observado anteriormente, garantir recursos para a realização de investimentos pelo Governo estadual. Quanto ao valor da dívida consolidada líquida, observa-se que ela era de R\$8,7 bilhões, em 2016, e aumentou para R\$11,0 bilhões, em 2019.

**Figura 0.8:** Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida do Governo do Estado do Ceará (R\$ de Dez/2019)



Fonte:

SEFAZ. Elaboração própria.

## 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desempenho da economia do Brasil entre o 1º trimestre de 2016 e o 2º Trimestre de 2017 foi marcado por um processo de estagnação econômica, com a ocorrência de choques de oferta e de demanda, gerados por taxas Selic mais elevadas para conter um processo inflacionário, menores níveis de investimento por parte dos empresários que impactou negativamente na formação bruta de capital fixa pelas empresas, menores salários, redução na criação de postos de trabalho, perda de renda real do trabalhador, altos níveis de inadimplência. De modo que o consumo das famílias e a produtividade do trabalho foram impactados negativamente por estes fatores.

A partir do 3º trimestre de 2017 a economia brasileira começou a mostrar sinais de uma retomada de crescimento, embora este tenha ocorrido em um ritmo lento e progressivo até o 4º trimestre de 2019, com o Produto Interno Bruto crescendo 1,3% em 2017, 1,8% em 2018 e 1,4% em 2019. Dentro desse período houve queda no nível da inflação, o que possibilitou o Banco Central do Brasil reduzir a Taxa Selic, promovendo estímulos à retomada de gastos das famílias com investimento e consumo, houve também uma melhora no mercado de trabalho e no nível de renda dos trabalhadores.

Esse quadro de retomado do crescimento pode ser capitado por alguns sinais que compõem a conjuntura econômica nacional em 2019, como: i) crescimento do Setor da agropecuária (0,6%), em função de um desempenho positivo tanto das atividades agrícolas como das de pecuária, sendo que as atividades agrícolas foram beneficiadas por boas condições climáticas que melhoraram a produção tanto das lavouras temporárias como das permanentes, com destaque para as lavouras de milho (23,6%), algodão (39,8%), laranja (5,6%) e feijão (2,6%). Já a pecuária teve uma influência positiva pelo aumento da demanda por produtos de origem animal pelo mercado da China; ii) Expansão da indústria (0,4%), com destaque para as atividades de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (1,7%) e da construção civil (1,5%); iii) Crescimento do setor de serviços (1,7%), com as seguintes atividades: Informação e comunicação (5,2%), Atividades imobiliárias avançou (2,2%), Comércio (1,9%), Outras atividades de serviços (2,6%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (1,3%) e Transporte, armazenagem e correio (0,8%), mostrando variação positiva.

Apesar de a economia nacional ter apresentado resultados modestos para os anos de 2017 a 2019, estes indicam que a estrutura econômica do Brasil possui uma capacidade produtiva ociosa que pode ser estimulada para superar os desempenhos negativos ocorridos no período da crise econômico compreendida no período de 2014 à 2016. De forma que, a economia brasileira necessita de um ambiente macroeconômico mais estável para recuperar de forma mais robusta o período de recessão vivenciado recentemente. Devendo buscar manter o controle da inflação; reequilibrar as contas públicas, fazer um ajuste tributário e fiscal, fazer uma reforma trabalhista, e criar um ambiente político interno capaz de manter os níveis de confiança dos consumidores e dos empresários elevados e de produzir um ambiente de negócios favorável à expansão da produção e a realização de investimentos em bens de capital e de inovação.

A partir da análise dos dados de contas regionais foi possível perceber que o período em análise de 2016-2019 é composto pelo final da crise macroeconômica (2014-2016), onde no ano de 2016 registrou-se retrações de 3,28% para o PIB do Ceará e de 4,08% para o PIB do Brasil. Já o triênio 2017-2019 foi marcado pelo processo de recuperação do crescimento econômico, ainda que registrando modestas taxas de crescimento inferiores a 2,1%. o setor de serviços registrou o maior ganho de participação no período analisado, uma vez que representava 76,11% do total do valor adicionado (VA) do Ceará, em 2016, passando a representar 77,80%, em 2019. A participação do setor da agropecuária também cresceu, passando de 4,70%, em 2016, para 5,14%, em 2019. Já a indústria, nessa mesma base de comparação, foi o único setor que apresentou queda de participação, passando de 19,20%, em 2016, para 17,05% de participação no VA da economia cearense em 2019, puxado pela forte redução de 2,77 pontos percentuais na atividade da construção civil para o mesmo período de análise. Em termos da análise do PIB por macrorregiões de planejamento, verificou-se no período de estudo ganhos menores do que 0,5 p.p., onde o maior ganho de participação no período de análise foi registrado na macrorregião de planejamento Serra da Ibiapaba, com um acréscimo de 0,44 p.p., enquanto as macrorregiões de planejamento Grande Fortaleza e

Sertão de Sobral registraram perdas de participações de 1,45 p.p. e 0,08 p.p., respectivamente. A perda de participação do PIB da Grande Fortaleza sinaliza um processo de interiorização, ainda que de forma lenta, da riqueza gerada pela economia cearense, sendo considerado um grande desafio, já que esta macrorregião representa 63,15% da economia cearense.

Quando se considera o PIB pela ótica da renda, as remunerações é o componente com maior participação relativa. Em 2016, elas representavam mais de 50% do PIB cearense; em 2018 essa participação recuou para 48,7% tendo em 2019 alcançado a taxa de pouco mais de 49%.

O componente impostos, líquidos de subsídios sobre a produção e a importação, é o que apresenta a menor participação relativa. No ano de 2019, sua participação no PIB do Estado era de 13,5%. Já o Excedente Operacional Bruto e o Rendimento Misto Bruto elevaram sua participação até 2018, tendo atingido a máxima de 38,3%. Em 2019, sua participação foi de 37,4%, valor próximo ao do ano de 2016 (37%).

Os dados de 2016 a 2019 também revelam que não houve alteração na participação relativa dos componentes do PIB cearense no PIB nacional sob a ótica da renda. Enquanto as remunerações do Estado do Ceará apresentam uma participação média de 2,5% no PIB do Brasil, impostos e EOB e RMB tiveram participação média de 2% cada um.

Os anos analisados compreendem o período que o setor agropecuário do Ceará está em recuperação caracterizando a retomada, estando relacionada com as chuvas ocorridas no estado em 2017 e 2018, que ficaram em torno da média, e 2019 quando o volume de chuva foi o maior desde 2011. Assim, o valor adicionado do setor agropecuário do Ceará apresentou crescimento de 57,5% no acumulado do período de 2016 a 2019.

Observou-se que a produção de produção de cereais, leguminosas e oleaginosas no Ceará foi superior à média verificada para o Brasil e Nordeste no acumulado de 2016 a 2019. Nesse último ano as lavouras de sequeiro, como milho e feijão do Ceará foram afetadas pelas irregularidades das chuvas tanto de forma espacial como temporal, com isso produção desses grãos em 2019 foi menor que 2018 em consequência do menor rendimento.

A produção de frutas do Ceará é bastante significativa na atividade agrícola do estado e tem apresentado tendência de crescimento. No acumulado do período de 2016 a 2019 produção de frutas cresceu 21,7%. Mesmo com o aumento a produção de frutas do Ceará ainda se encontra abaixo da quantidade máxima já produzida pelo estado. O estado destaca-se como produtor e exportador de frutas como melão, melancia, banana, castanha de caju e coco-da-baía.

O Brasil é um dos maiores produtores de frutas do mundo, com crescimento constante nos últimos anos da quantidade de produção. As condições climáticas brasileiras permitem que o país possua vantagem comparativa em relação a vários países considerados concorrentes. O Nordeste é uma região com grande potencial para o cultivo de frutas, atualmente participa com aproximadamente 25% da produção nacional.

Com relação a atividade pecuária o Ceará apresentou desempenho superior a região Nordeste e Brasil. Os de rebanho e galináceos tiveram ganho de participação tendo os demais apresentado perda entre os anos de 2016 a 2019. Esse mesmo comportamento foi observado para a participação do Ceará no total da região Nordeste. Quanto a produção de produtos animais leite, ovos e mel continuam em ascensão.

A produção da atividade produção florestal, pesca e aquicultura do Ceará, no acumulado do período de 2016 a 2019, registrou queda. Para o Brasil e Nordeste essa atividade registrou crescimento. A atividade de pesca e aquicultura do Ceará foi fortemente atingida pelo período de seca de 2012 a 2016. Os açudes com baixa capacidade comprometeu a criação de tilápia, até 2019 os açudes ainda não estavam com quantidade de água ideal para a produção de tilápia. Dessa forma tanto a quantidade quanto o valor da produção de tilápia reduziu de 2016 para 2019. A produção de camarão no Ceará apresentou sinais de recuperação em 2019. Quanto a produção de larvas e pós-larvas de camarão verificou-se uma estabilidade nos anos de 2017 a 2019 tanto na quantidade produzida quanto no valor.

Com relação a atividade industrial foi possível perceber que a indústria de transformação no Ceará, registrou um aumento da capacidade de produção, com maior quantidade de firmas em operação e maior número de empregados entre os anos de 2018 e 2019.

O aumento de capacidade parece ter sido acompanhado de ganhos de eficiência, traduzidos no aumento do VTI e explicado principalmente pela redução dos custos industriais. Por outro lado, produção e faturamento apresentaram evoluções distintas, com taxas negativas na comparação anual. O ano de 2019 foi de relativa estagnação na atividade industrial, apesar dos ganhos de eficiência que explicam a expansão no valor agregado mesmo diante de quedas na produção. O ano se caracteriza como um período de ajustes e transição política e econômica, o que ajuda entender o ambiente de menor dinamismo.

No médio prazo, considerando o período mais longo, entre os anos de 2016 e 2019, a manufatura cearense apresentou expansão da capacidade produtiva, sendo acompanhada de maiores produção, faturamento e custos. Neste contexto, a agregação de valor teve uma evolução negativa, explicada principalmente pela alta expressiva nos custos operacionais, em um quadro oposto ao registrado no curto prazo. Neste período mais longo, vale destacar a diferença de comportamento no valor agregado (VTI) e nos custos industriais (COI) quando comparados ao segmento da transformação na região Nordeste e no Brasil: queda no VTI local contra altas relevantes para a região e o país; alta local expressiva no COI contra redução no Nordeste e alta menos intensa para o Brasil.

Em termos mais específicos, considerando as atividades que compõem a indústria de transformação, os destaques, entre os anos de 2016 e 2019, foram a Metalurgia e a Fabricação de produtos químicos. No período, os segmentos apresentaram os maiores crescimentos em termos reais e os maiores ganhos de participação.

Em relação a atividade de serviços é possível observar que em 2019 quase 1/3 do Valor Adicionado dos serviços do Brasil origina-se dos serviços profissionais, administrativos e complementares, enquanto quase ¼ deles são produzidos pelos transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio. Outro segmento com alta participação no Valor Adicionado da PAS são os serviços de informação e comunicação, com 1/5 do total. Quanto aos serviços prestados às famílias, participam com pouco mais de 10% no VAB. As menores participações estão com as atividades imobiliárias e os serviços de manutenção e reparação com percentuais de 3% e 1,7%, respectivamente.

No que corresponde à receita operacional bruta, os segmentos com maiores participações no Brasil são os de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio e os serviços profissionais, administrativos e complementares (1/4). No caso do primeiro, sua participação se aproxima de quase 30% no ano de 2019.

Já informação e comunicação apresentou participação acima de 1/5, enquanto os serviços prestados às famílias representam 10%; outras atividades tem um valor pouco acima de 5%. Finalmente, as atividades imobiliárias participam com pouco mais de 2% e os serviços de manutenção e reparação tem a menor participação (em média, pouco acima de 1,5%).

Para o Ceará, é o segmento dos serviços prestados às empresas que apresenta participação hegemônica nas receitas brutas do Estado (acima de 30%). O segmento de transportes, por sua vez, detém quase ¼ da receita bruta do Estado.

De forma equivalente ao Brasil, informação e comunicação é o terceiro segmento com maior participação na receita bruta dos serviços cearense com 1/5 de peso. Já os serviços prestados às famílias apresentaram participação acima de 15%. Como no Brasil, outras atividades apresentaram uma participação próxima a 5%. Por fim, atividades imobiliárias e serviços de manutenção e reparação são os dois segmentos com menor receita operacional bruta tendo participação média nesses quatro anos em torno de 3,4% e 1,6%, respectivamente.

Os serviços nacionais são predominantemente concentrados nas empresas do segmento profissionais, administrativos e complementares – no último ano da série 1/3 de todos os serviços pertencem a esse único

segmento. Os serviços prestados às famílias também apresentam elevado número de empresas mantendo um patamar de participação de 30%.

O segmento de transportes apresenta participação no quantitativo de empresas variando de 12% a 15%, sendo o terceiro em participação. Informação e comunicação representam apenas 8% das empresas que compõem os serviços da PAS. Esse valor é igual aos de manutenção e reparação nos anos de 2016 e 2017. Atividades imobiliárias e outros serviços são os segmentos que apresentam o menor quantitativo em termos relativos das empresas de serviços da PAS do Brasil.

Diferentemente do Brasil, o setor hegemônico cearense são os prestados às famílias atingindo 37% em 2019. Os serviços prestados às empresas têm o segundo maior percentual do número de empresas com participação de 32%.

O segmento de transportes é o terceiro em participação no número de empresas na PAS do Estado do Ceará, com apenas 9% para o ano de 2019. O segmento de informação e comunicação mostra uma participação variando entre 6% a 8% na composição das empresas do setor.

Não obstante apresentar participação da receita bruta operacional de menos de 2% (1,6%), o segmento dos serviços de manutenção e reparação chegou a representar 8% do total das empresas no Ceará para o ano de 2019. Por fim, mais uma vez, a menor participação em termos percentuais de empresas também ocorre para as atividades imobiliárias e nos outros serviços.

Semelhantemente ao percentual do número de empresas, o percentual do pessoal ocupado no Brasil apresenta predominância do segmento dos serviços profissionais, administrativos e complementares no qual emprega 40% das pessoas ocupadas na PAS do país.

O segundo e o terceiro segmento que apresentam o maior quantitativo de pessoas ocupadas são também os mesmos segmentos que apresentam o maior percentual do número de empresas: serviços prestados às famílias (23%) e o de transportes (20%).

Um resultado a ser destacado é quanto ao segmento dos serviços de informação e comunicação. Quando comparado ao percentual de empresas, o percentual de pessoas ocupadas do segmento apresentam resultados iguais nos respectivos anos. Em todos os anos analisados, esse segmento apresenta 8% do número de empresas e do número de pessoal ocupado da PAS no Brasil. Outras atividades, manutenção e reparação e atividades imobiliárias apresentam participação percentual no número de ocupações de apenas 4%, 3% e 2%, respectivamente.

A distribuição do percentual ocupado pelos sete segmentos da PAS do Estado do Ceará é idêntica ao Brasil em termos de ordem importância. Assim, os maiores percentuais ocupados são: serviços prestados às empresas, serviços prestados às famílias, informação e comunicação, transportes, outras atividades ao lado de manutenção e reparação e atividades imobiliárias.

A diferença em relação ao Brasil encontra-se em termos percentuais. Neste caso, quase metade dos ocupados estão no segmento dos serviços prestados às empresas. Para os serviços prestados às famílias, sua participação fica em torno de 23%.

No caso do segmento dos serviços de informação e comunicação, o resultado é semelhante também ao do Brasil assim como para o número de empresas (8% das pessoas ocupadas e das empresas era desse segmento). Finalmente, os segmentos outras atividades, manutenção e reparação e atividades imobiliárias foram os que apresentaram a menor participação percentual no número de ocupações com valores de 3%, 3% e 2%, respectivamente.

No que corresponde aos salários, de 2017 a 2018 o salário médio no Estado do Ceará apresentou crescimento real saltando de uma média de R\$ 1.846,00 para R\$ 1.871,00; por outro lado, em 2018 e 2019 os ganhos médios do estado sofreram retração ao atingirem R\$ 1.840,00 e R\$ 1.788,00.

Esses dados revelam que mesmo diante da retomada da atividade econômica a partir do ano de 2017 a forte retração econômica que atingiu a economia brasileira nos anos de 2015 e 2016 não foi suficiente para que o setor de serviços cearense tivesse ganho real de rendimentos para os ocupados.

Para o Brasil, o salário médio do segmento também apresentou evolução de 2016 para 2017 ao saltar de R\$ 2.433,00 para R\$ 2.467,00. Em 2018 e 2019 o salário médio permaneceu estagnado no valor R\$ 2.443,00.

Em termos comparativos, a média salarial do Brasil em todo o período analisado encontra-se acima do salário médio do Ceará. Além disso, tanto no Ceará como no Brasil o salário dos serviços estão bem acima do salário mínimo. De fato, em 2019, o salário dos serviços para o caso nacional ainda era quase duas vezes e meia maior que o mínimo.

No Brasil, dos sete segmentos, quatro deles apresentam uma média salarial abaixo da média agregada em toda a série histórica. São eles em ordem do menor para o maior salário médio: serviços prestados às famílias, manutenção e reparação, atividades imobiliárias e serviços profissionais, administrativos e complementares.

Por outro lado, transportes e outras atividades apresentaram uma média bem acima assim como o segmento de informação e comunicação que tem uma média salarial que chega a ser o dobro da média agregada em alguns anos da série.

Para o Ceará, os mesmos quatro segmentos – serviços prestados às famílias, manutenção e reparação, atividades imobiliárias e os serviços prestados às empresas – são os que apresentam menor média salarial *vis-à-vis* a média agregada. Não obstante, os salários médios deles são maiores que o salário mínimo vigente à época.

Assim também como no Brasil, outras atividades apresentou salário médio acima da média agregada. Destaca-se aqui que o segmento de transporte no Estado apresentou valor médio próximo ao do segmento de informação e comunicação, o maior de todos os segmentos.

Em relação a estrutura produtiva da atividade de comércio é possível afirmar que as empresas comerciais cearenses apresentaram alguns problemas no período mais recente resultando em perda de participação nacional em todas as variáveis analisadas no período considerado. A maior perda de participação nacional ocorreu justamente no número de pessoal ocupado na comparação dos anos de 2016 e 2019. As perdas de participações na Receita bruta de revenda de mercadorias ocorreram mesmo o valor desta tendo registrado crescimento no período, diferente da queda ocorrida no número de pessoas ocupadas. As perdas regionais ocorreram especificamente Número de unidades locais com receita de revenda; Receita bruta de revenda de mercadorias e também no Número de pessoal ocupado. Por outro lado, o comércio cearense conseguiu registrar ganho de participação regional na Margem de comercialização em empresas comerciais e nos Gastos com salários, retiradas e outras remunerações em empresas comerciais.

A corrente de comércio do Brasil e Nordeste, registraram aumento em 2019, quando comparado com 2016, o crescimento ocorreu tanto pelo lado das exportações como das importações. Para o Ceará a corrente de comércio caiu devido à forte redução do valor das importações.

Em 2019 a pauta de exportação cearense firmou-se com a exportação de produtos metalúrgicos respondendo por mais da metade da pauta. Os produtos considerados tradicionais também contribuíram para o bom desempenho das exportações cearenses. Destaca-se também a desvalorização do Real frente ao dólar em 2019, quando atingiu o maior valor entre os anos de 2016 e 2019, influenciando o aumento do valor das exportações. Diante disso, a participação das exportações cearenses no total do Brasil, bem como no total do Nordeste, seguiu tendência de aumento com ganho de participação.

A ranking dos principais países de destino apresentou mudanças com três países (Coreia do Sul, Canadá, República Tcheca) que entraram para o grupo dos dez principais destinos. Essa alteração ocorreu devido as exportações de produtos metalúrgicos.

Pelo lado das importações, constatou-se que a participação do Ceará no total das importações do Brasil e Nordeste registrou queda em 2017, 2018 e 2019, atingindo os menores valores. Importante ressaltar que em 2016 as importações cearenses foram consideradas atípicas, pois houve um grande volume de compras de máquinas e equipamentos para a instalação da CSP.

Em relação ao mercado de trabalho é possível destacar que no quarto trimestre de 2019 um quarto da população encontrava-se na faixa etária de 40 a 59 anos. Já para aqueles entre 25 a 39 anos e 0 a 13 anos os valores são de 22,8% e 19%, respectivamente. Para aqueles que estão na fase mais idosa (60 anos ou mais) representavam 15,7%; por fim, os jovens de 18 a 24 e 14 a 17 são de apenas 11,3% e 6,2%, respectivamente.

A PNAD Contínua revela que a distribuição percentual entre homens e mulheres ao longo da série histórica tanto no Brasil como no Estado do Ceará revela que as mulheres são quase 3% a mais em termos quantitativos quando comparados aos homens.

No que corresponde as três principais etnias predominantes, no quarto trimestre de 2019 pouco mais de dois terços da população cearense era composta por pardos, enquanto no Brasil a participação dessa etnia era de 47%. Pode-se também observar que a cor preta no Ceará apresenta, no maior valor da série histórica, participação de apenas 5,3%, enquanto que no Brasil se aproxima de quase 10% (9,5%). No caso da raça branca, as diferenças em termos de participação são destacáveis considerando que no Brasil o valor é acima de 42% e no Ceará em torno de 26%.

Quando se considera o nível de instrução, mesmo que no curto prazo, os dados da PNAD Contínua mostram que embora o Ceará tenha avançado na melhora da escolaridade de sua população, o quadro ainda é de nível de instrução baixa considerando que quase 38% da população ainda apresenta apenas o ensino fundamental incompleto.

Com relação ao mercado de trabalho, a posição na ocupação no trabalho principal mostra que ocupados são o grupo hegemônico seguido da categoria conta própria tanto no Brasil como no Ceará. Quanto ao agrupamento de atividade, no Ceará e no Brasil a atividade de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas é a que apresenta o maior percentual de ocupados seguida da administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais.

Os dados da PNAD Contínua para o período de 2016 a 2019 mostram que a taxa de informalidade cearense encontra-se acima de 50% - no primeiro trimestre de 2018 essa taxa chega a atingir o patamar de 56,1%. Adicionalmente, observa-se uma ampla diferença entre a taxa nacional e do Estado tendo no último trimestre de 2019 atingindo um diferencial de 13,7 pontos percentuais – quase 55% dos ocupados no Ceará são informais contra 41% no Brasil.

Outra diferença entre o mercado de trabalho cearense e o mercado de trabalho nacional corresponde ao percentual de pessoas contribuintes para o instituto de previdência. No Ceará, menos da metade dos ocupados cearenses são contribuintes no regime previdenciário – o maior percentual se deu no segundo trimestre de 2016 quando a taxa atingiu 48,5%. No quarto trimestre de 2019, a diferença entre contribuintes nacionais e cearenses era de 16,7 pontos percentuais – 62,8% contra apenas 46,1%.

Na dinâmica do mercado de trabalho, um ponto a ser observado é que a Taxa de Participação do Brasil manteve-se praticamente estável ao longo da série histórica apresentando um leve crescimento a partir do ano de 2017, período no qual se inicia o processo de retomada da atividade econômica de acordo com o Comunicado de outubro de 2017 do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE).

Mas deve-se ressaltar que o mercado de trabalho responde de forma defasada em um ciclo de retomada da atividade econômica. Diversos fatores pode explicar esse processo que vão desde a rigidez no processo de contratação e demissão e, portanto, ajuste lento do mercado de trabalho ao movimento cíclico da economia, como também a opção feita pelas empresas em elevar o número de horas trabalhadas dos empregados vigentes evitando, assim, contratação de forma imediata.

No que corresponde a Taxa de Participação cearense pode-se observar maiores oscilações além de apresentar ao longo da série história uma diferença substancial quando comparada com a TP do Brasil. No primeiro trimestre de 2016, quando a TP do Ceará apresenta a mínima de 52,9%, a diferença com relação a Taxa de Participação do Brasil é de 8,5 pontos percentuais.

Já no ano de 2017 pode-se observar que a Taxa de Participação do Estado do Ceará aumenta quase dois pontos percentuais ao sair de 54,5% no primeiro trimestre de 2017 para 56,2% no quarto trimestre do mesmo ano. Depois de algumas oscilações, a TP cearense encerra o ano de 2019 atingindo 56,5%, com uma diferença de 5,4 pontos percentuais com relação a do Brasil.

Quando se observa a média de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, os resultados apresentados reforçam a existência de uma menor dinâmica no mercado de trabalho cearense ou mesmo menor preferência na oferta de trabalho. Em média, o número de horas habitualmente trabalhadas no Estado é quase duas horas a menos que a média nacional.

Quando se analisa variáveis concernentes a desocupação, é importante considerar o ciclo de retomada da atividade econômica brasileira a partir do primeiro trimestre de 2017 após uma recessão que havia durado 11 trimestres na qual levou a uma forte retração econômica nos anos de 2015 e 2016<sup>24</sup>.

Nesses termos, os dados da PNAD Contínua revelam ajuste gradual e lento do desemprego por conta das especificidades do mercado de trabalho brasileiro, mesmo com a reforma trabalhista em novembro de 2017 que procurou flexibilizar a legislação e tornar mais eficiente o processo de contratação.

Essa resposta lenta do mercado de trabalho encontra evidências na subocupação por insuficiência de horas trabalhadas na qual seguiu em aceleração, o que mostra a baixa resposta do mercado de trabalho diante de uma crise econômica. A literatura econômica denomina esse efeito de histerese, definida como a dificuldade do mercado de trabalho em voltar ao seu estado original, após sofrer determinado choque.

Um ponto a ser ressaltado é que em todos os indicadores que mensuram por diferentes métricas a desocupação o Estado do Ceará apresenta piores resultados quando comparados ao do Brasil, o que pode indicar maior precarização do mercado de trabalho cearense.

Quando se esquadrinha o desemprego cearense, observam-se algumas nuances. No comparativo entre homens e mulheres, nos diferentes cenários – ano de crise ou processo de retomada da atividade – a desocupação das mulheres é sempre mais elevada quando comparada ao dos homens. Para as etnias, os dados mostram que as etnias branca e parda seguem tendências similares, enquanto a etnia preta apresenta fortes oscilações.

Finalmente, quando se considera as categorias de idade, quanto maior a faixa de idade, menor o desemprego e vice-versa. Destaca-se que as pessoas de 25 a 39 anos são as que estão mais próximas da estimativa média do desemprego total. Para o nível de escolaridade, o percentual onde se apresenta menos desocupados estão nos extremos: entre aqueles sem instrução e aquele com ensino superior completo. Nesse caso, são aqueles com ensino médio incompleto que apresentam a maior taxa média de desemprego ao longo da série histórica.

Por fim, em relação a situação fiscal foi possível observar que as receitas orçamentárias do Governo do Estado do Ceará dependiam principalmente das receitas próprias, ou seja, daquelas arrecadadas diretamente pelo aparato público estadual. Porém deve-se ressaltar que há, ainda, uma significativa dependência de recursos transferidos pelo Governo Federal.

Pelo lado das receitas, o bom desempenho na arrecadação, em 2016, foi um fato positivo para o Estado, entretanto foi observada a influência de receitas não recorrentes nesse resultado. Assim, a queda da RCL, em 2017, era um resultado esperado, porém, em 2018, a RCL ultrapassou os valores de 2016 com menor

---

<sup>24</sup> Ver Comunicado de outubro de 2017 do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE).

dependência de receitas não recorrentes. Destaque-se que, em 2019, houve influência de receitas não recorrentes no desempenho da RCL.

Quanto as despesas, os dispêndios com pessoal tem permanecido abaixo do limite prudencial, nos quatro anos em análise, sendo parte desse desempenho explicado pelas receitas não recorrentes, que influenciaram o comportamento da RCL, e por medidas de contenção dos gastos, especialmente a não revisão.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARBACHE, J. **Produtividade no Setor de Serviços**. IPEA, 2015
- Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - ABINEE. **Índice de confiança do empresário industrial (ICEI): Geral**. São Paulo: ABINEE. 2020. Disponível em: <<http://www.abinee.org.br/abinee/abinee.htm>>. Acesso em: 29/11/2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim, Seção Balanço de Pagamentos (Bacen / Boletim / BP). Taxa de câmbio nominal**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=32098&module=M>>. Acessado em: 02/12/2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa Selic**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>>. Acessado em: 03/12/2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxas de juros básicas – Histórico**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas>>. Acessado em: 03/12/2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais - v2.1: Módulo Público**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acessado em: 01/12/2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos consolidados**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>>. Acessado em: 30/11/2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim, Seção Balanço de Pagamentos (Bacen / Boletim / BP). Taxa de câmbio nominal**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=32098&module=M>>. Acessado em: 02/11/2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico das metas para a inflação. BCB (2021)**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas>>. Acessado em: 02/11/2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais - v2.1: Módulo Público**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acessado em: 02/11/2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxas de juros básicas – Histórico das taxas de juros fixadas pelo Copom e evolução da taxa Selic**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>>. Acessado em: 02/11/2021.
- BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. São Paulo: Pearson, 2011.
- CAVALCANTE, Alexandre L., SULIANO, Daniel C., PAIVA, Witalo de L., TROMPIERI NETO, Nicolino, PONTES, Paulo A., LIMA, Cristina, SOARES, Rogério. **Indicadores Econômicos do Ceará 2020, Período de 2015 a 2018**. IPECE, 2020 - Fortaleza – CE.
- CERQUEIRA, Bráulio Santiago. **Política fiscal, demanda agregada, crescimento e crise: o investimento federal e o investimento da Petrobras no período 2003-2015**. IE-UFRJ DISCUSSION PAPER: TD 027 – 2016. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>>. Acessado em: 11/11/2019.
- Comitê de Datação de Ciclos Econômicos. (CODACE), 4 de agosto de 2015.
- Comitê de Datação de Ciclos Econômicos. (CODACE), 30 de outubro de 2017
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Índice de confiança do empresário industrial (ICEI): Geral**. São Paulo: CNI. 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI. **Indicadores econômicos CNI: ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial**. São Paulo: CNI (2021). Disponível em: <[https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer\\_public/95/64/9564af62-565f-46c3-a70e-1b172c62526d/indiceconfiancadoempresarioindustrial\\_outubro2021.pdf](https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/95/64/9564af62-565f-46c3-a70e-1b172c62526d/indiceconfiancadoempresarioindustrial_outubro2021.pdf)>. **Acesso em: 01/10/2021.**

Confederação Nacional da Indústria - CNI. **Indicadores CNI: Índice de confiança do empresário industrial (ICEI): Expectativas**. São Paulo: CNI. 2021. Disponível em: <<http://www6.sistemaindustria.org.br/gpc/externo/listaResultados.faces?codPesquisa=180>>. **Acesso em: 01/10/2021.**

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Índice de confiança do consumidor (ICC)**. São Paulo: Fecomércio SP. 2020.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Índice de confiança do consumidor (ICC)**. São Paulo: Fecomércio SP. 2020. Disponível em: <<http://www6.sistemaindustria.org.br/gpc/externo/listaResultados.faces?codPesquisa=180>>. **Acesso em: 01/11/2021.**

FEIJÓ, C. A.; RAMOS, R. L. O. (ORG). **Contabilidade Social**. A Nova Referência das Contas Nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

FEIJÓ, C. A.; RAMOS, R. L. O. (ORG). **Contabilidade Social**. A Nova Referência Atualizada das Contas Nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores IBGE: Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor IPCA e INPC - dezembro de 2018**. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc\\_ipca\\_2018\\_dez.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2018_dez.pdf)>. **Acesso em: 29/11/2020.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores IBGE: Contas Nacionais: Brasil 2018**. Rio de Janeiro. IBGE. 2020. 12 pg. (**Contas Nacionais, N.º 76** ). Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101766\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101766_informativo.pdf)>. **Acesso em: 30/11/2020.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Anual de Serviços**, v. 33. Rio de Janeiro: IBGE. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Notas Técnicas, Versão 1.5. Rio de Janeiro, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores IBGE: Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor IPCA e INPC - dezembro de 2019**. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc\\_ipca\\_2019\\_dez.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2019_dez.pdf)>. **Acesso em: 01/11/2021.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores IBGE: Contas Nacionais: Indicadores de Volume e Valores Correntes, Out.-Dez. 2019**. Rio de Janeiro. IBGE. 2020. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt\\_2019\\_4tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2019_4tri.pdf)>. **Acesso em: 30/10/2021.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores IBGE: Contas Nacionais: Indicadores de Volume e Valores Correntes, Out.-Dez. 2020**. Rio de Janeiro. IBGE. 2021. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt\\_2020\\_4tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2020_4tri.pdf)>. **Acesso em: 30/10/2021.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Nota Metodológica Nº 5**. Sistema de Contas Nacionais, Brasil Referência 2010. Rio de Janeiro, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Ipece Conjuntura**, v. 2, n. 04. Fortaleza: IPECE. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Ipece Conjuntura**, v. 3, n. 04. Fortaleza: IPECE. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **IPECE Conjuntura**: Boletim de Conjuntura Econômica Cearense, 4º Trimestre 2016. Fortaleza: IPECE, 2017. Disponível em: <[http://www.ipece.ce.gov.br/ipece\\_conjuntura/IPECE\\_CONJUNTURA\\_N2\\_4\\_trim2017.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/ipece_conjuntura/IPECE_CONJUNTURA_N2_4_trim2017.pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **IPECE Conjuntura**. v. 4, n. 06. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Fortaleza – CE: IPECE, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Produto Interno Bruto: PIB do Ceará nas Óticas da Produção e da Renda – 2018**. n. 06. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Fortaleza – CE: IPECE, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. **Boletim da Conjuntura Econômica Cearense – 4º trimestre de 2019**. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/04/IPECE\\_CONJUNTURA\\_4\\_trim2019.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/04/IPECE_CONJUNTURA_4_trim2019.pdf)>. Acesso em: 30/10/2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Carta de conjuntura: Julho-setembro/2016 - Juros**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/161125\\_cc32\\_juros.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/161125_cc32_juros.pdf)>. Acessado em: 29/11/2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Carta de Conjuntura - 2017 - 2º Trimestre/2019 - nº 43**. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190417\\_cc\\_43\\_economia\\_mundial.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190417_cc_43_economia_mundial.pdf)>. Acessado em: 30/11/2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Carta de Conjuntura - 2º Trimestre/2019 - nº 43**. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190417\\_cc\\_43\\_economia\\_mundial.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190417_cc_43_economia_mundial.pdf)>. Acesso em: 30/10/2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Carta de Conjuntura - 4º Trimestre/2019 - nº 45**. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35176&Itemid=3](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35176&Itemid=3)>. Acesso em: 30/10/2021.

International Monetary Fund (IMF) (2019). **World Economic Outlook Update, January 2019: A Weakening Global Expansion**. Disponível em: <<file:///C:/Users/roger/Downloads/WEOupdateJan2019.pdf>>. Acessado em: 30/11/2020.

JÚNIOR, Pedro dos Santos Portugal; ALVES, Alessandro Ferreira; FROGERI, Rodrigo Franklin; OLIVEIRA, Gustavo Flausino de; VIVALDI, Guilherme Augusto Dionisio (2020). **A DINÂMICA DE CORRELAÇÃO DO PIB BRASILEIRO COM OS COMPONENTES DA DEMANDA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 1996 A 2018**. Disponível em: <<A-DINAMICA-DE-CORRELACAO-DO-PIB-BRASILEIRO-COM-OS-COMPONENTES-DA-DEMANDA-UMA-ANALISE-DO-PERIOD-DE-1996-A-2018.pdf> (researchgate.net)>. Acessado em: 02/12/2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Balança comercial: Janeiro-dezembro 2018**. MDIC: Secretaria de Comércio Exterior. 2020. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Acessado em: 01/12/2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Exportação e Importação Geral**. MDIC: Secretaria de Comércio Exterior. 2021. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Acessado em: 01/11/2021.

SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA. **Relatório de Análise Econômica dos Gastos Públicos Federais Evolução dos Gastos Públicos Federais no Brasil: Uma análise para o período 2006-15.** Disponível em: <[http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/transparencia-fiscal/analise-economica-dos-gastos-publicos-federais/relatorio\\_gasto\\_publico\\_federal\\_site.pdf](http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/transparencia-fiscal/analise-economica-dos-gastos-publicos-federais/relatorio_gasto_publico_federal_site.pdf)>. Acessado em: 12/11/2019.

SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL. **Dívida Pública Federal: Relatório Anual 2018.** Brasília: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Janeiro, 2018, número 16. Disponível em: <[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:29068f](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:29068f)>. Acessado em: 01/12/2020.

SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL. **Resultado do Tesouro Nacional: Resultado Fiscal do Governo Central - Estrutura Nova (Jan/1997-dez/2019).** STN. 2020. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional>>. Acessado em: 30/11/2020.

SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL. **Dívida Pública Federal: Relatório Anual 2019.** Brasília: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2021. Disponível em: <<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-anual-da-divida-rad/31542>>. Acessado em: 01/11/2021.

SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL. **Boletim Resultado do Tesouro Nacional (RTN):-dezembro de 2019).** STN. 2021. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional>>. Acessado em: 01/11/2021.

PAIVA, W. L. Indústria In: CAVALCANTE, A. L. (ORG). Indicadores Econômicos do Ceará 2016. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, p.37-43, 2018.

PAIVA, W. L. A Indústria de Transformação Cearense em 2015. Enfoque Econômico nº 137. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2016.

PONTES, P. A.; NOGUEIRA, A. O.; NOGUEIRA, C. A. G. **Boletim de Finanças Públicas N° 01 – Maio de 2017.** Fortaleza (CE): IPECE, 2017. Disponível em: <[http://www.ipece.ce.gov.br/Estudos\\_Gestao\\_Publica/Boletim\\_Financas\\_Publicas/Boletim\\_Financas\\_Publicas\\_Mai2017.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/Estudos_Gestao_Publica/Boletim_Financas_Publicas/Boletim_Financas_Publicas_Mai2017.pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2017.

## ANEXO A – Detalhamento das Atividades Econômicas de acordo com a CNAE 2.0 por Grupo

**Quadro 1:** Grupamentos do Índice de Atividades Turísticas – IATUR

Descrição	CNAE 2.0
Alojamento e Alimentação	Hotéis e Similares; Outros Tipos de Alojamento Não Especificados Anteriormente; Restaurantes e Outros Estabelecimentos de Serviços de Alimentação e Bebidas; Restaurantes e Outros Estabelecimentos de Serviços de Alimentação e Bebidas; Serviços Ambulantes de Alimentação; Serviços de <i>Catering</i> , Bufê e Outros Serviços de Comida Preparada.
Atividades Culturais e de Recreação e Lazer	Artes Cênicas, Espetáculos e Atividades Complementares; Criação Artística; Gestão de Espaços para Artes Cênicas, Espetáculos e Outras Atividades Artísticas; Atividades de Exploração de Jogos de Azar e Apostas; Parques de Diversão e Parques Temáticos; Atividades de Recreação e Lazer Não Especificadas Anteriormente.
Trens Turísticos, Teleféricos e Similares	Trens Turísticos, Teleféricos e Similares.
Transporte por Navegação Interior de Passageiros	Transporte por Navegação de Travessia.
Transporte Aéreo de Passageiros	Transporte Aéreo de Passageiros Regular; Transporte Aéreo de Passageiros Não Regular
Transporte por Navegação de Travessia	Transporte por Navegação de Travessia
Transportes Aquaviários Não Especificados	Transportes Aquaviários Não Especificados Anteriormente.
Locação de Automóveis Sem Condutor	Locação de Automóveis Sem Condutor.
Agências de Viagens e Operadoras Turísticas	Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Serviços de Reservas e Outros Serviços de Turismo Não Especificados Anteriormente
Transporte Rodoviário de Passageiros Intermunicipal, Interestadual e Internacional	Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, sob Regime de Fretamento e Outros Transportes Rodoviários Não Especificados Anteriormente

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.